

Luis Lopes Diniz Filho

Por uma crítica da geografia crítica



Editora
UEPG

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

REITOR
Carlos Luciano Sant'Ana Vargas

VICE-REITORA
Gisele Alves de Sá Quimelli

**PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO
E ASSUNTOS CULTURAIS**
Marilisa do Rocio Oliveira

EDITORA UEPG
Lucia Cortes da Costa

CONSELHO EDITORIAL
Lucia Cortes da Costa (Presidente)
Augusta Pelinski Raiher
Bruno Pedroso
Dircéia Moreira
Ivo Motim Demiate
Jefferson Mainardes
Jussara Ayres Bourguignon
Marilisa do Rocio Oliveira
Silvio Luiz Rutz da Silva

Luis Lopes Diniz Filho

POR UMA CRÍTICA DA
GEOGRAFIA CRÍTICA

Editora
UEPG

Copyright © by Luis Lopes Diniz Filho & Editora UEPG

Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da Editora, poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Equipe editorial

<i>Coordenação editorial</i>	Beatriz Gomes Nadal
<i>Supervisão editorial</i>	Marcia Smaniotto
<i>Preparação de originais e ficha catalográfica</i>	Cristina Maria Botelho
<i>Revisão</i>	Silvana Seffrin
<i>Projeto gráfico e diagramação</i>	Marco Wrobel
<i>Capa</i>	Viviane Mottim

910.01 Diniz Filho, Luis Lopes
D585p Por uma crítica da geografia crítica / Luis
Lopes Diniz Filho. Ponta Grossa: Editora UEPG,
2016. 2,4 MB; e-book.

ISBN: 978-7798-163-2

1-Geografia. 2-Geografia crítica. I. Diniz
Filho, Luis Lopes. II.T.

Depósito legal na Biblioteca Nacional

Editora filiada à **ABEU**
Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Editora UEPG

Praça Santos Andrade, n. 1
84030-900 – Ponta Grossa – Paraná
Fone: (42) 3220-3306
E-mail: vendas.editora@uepg.br

2016

Dedico esta obra à Monica e ao Daniel,
minha família.

AGRADECIMENTOS

Há muitas pessoas a quem agradecer por este trabalho.

Ao amigo Fernando Raphael Ferro de Lima, pelos comentários sobre as versões preliminares de alguns capítulos, pelas sugestões de bibliografia e pela troca estimulante de ideias.

A Miguel Nagib, coordenador do *site* Escola Sem Partido, tanto pela existência do *site* (que me incentivou a fazer uma análise mais extensa da geografia crítica escolar) como pela apreciação crítica da primeira versão do segundo capítulo.

Ao professor Laênio Loche, pelas sugestões de bibliografia e a importante troca de ideias sobre como ensinar o verdadeiro pensamento crítico.

Após a rigidez dogmática, com o crepúsculo dos ídolos totalitários, sobreveio o ecletismo, afirmado através de elaborações irênicas incondicionais. Não por acaso, por exemplo, intelectuais como Roger Garaudy, racionalizadores da teoria mecânica do reflexo, apresentada como matéria de fé aos militantes, transformaram-se, nos anos sessenta e setenta, em singulares apologistas da síntese entre Marx e as Sagradas Escrituras, com fortes tintas românticas: os dogmas não são criticados e superados, eles “evoluem”. Mudariam apenas de forma exterior: perdendo sua clareza e evidência intolerantes, para entrar numa plástica acomodação com todos os discursos estabelecidos, noite em que todos os gatos são pardos.

Roberto Romano

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. A GEOGRAFIA VIÚVA DA REVOLUÇÃO	27
1.1 Ainda sobre as influências do marxismo na geografia	29
1.2 Teoria do espaço versus teoria social crítica	40
1.3 Utopias indefinidas	48
1.4 Os avanços sociais produzidos pelo capitalismo	57
2. A IMPOTÊNCIA DAS TEORIAS CRÍTICAS NO DOMÍNIO PRÁTICO E A LÓGICA DOS MAUS PERDEDORES	71
2.1 Reforma agrária: a fome está no fim, mas os geógrafos não veem	74
2.2 Planejamento urbano e regional: propostas vagas e autoritárias	95
3. DAS ORIGENS ÀS NOVAS GERAÇÕES DA GEOCRÍTICA: A DOCTRINAÇÃO NO SISTEMA DE ENSINO	111
3.1 A “interpretação depoente” de Vesentini	113
3.2 O meu depoimento	124
3.3 Sou também um doutrinador?	141
4. A GEOGRAFIA ESCOLAR: DOCTRINAÇÃO IDEOLÓGICA E INCAPACIDADE DE DESENVOLVER COMPETÊNCIAS	151
4.1 O Brasil distorcido	156
4.2 O mundo distorcido	169
5. UM BALANÇO FINAL E UM ÚLTIMO QUESTIONAMENTO ..	197
REFERÊNCIAS	213



INTRODUÇÃO

Classificar autores em correntes ou tendências de pensamento é um exercício que sempre gera polêmicas, especialmente quando se trata de autores contemporâneos. Os debates costumam girar em torno dos critérios utilizados nas classificações, da pertinência de incluir determinado autor nesta ou naquela corrente e, por fim, das diferenças entre autores incluídos numa mesma corrente. Mas gerar esse tipo de polêmica é um dos maiores benefícios do esforço classificatório, pois assim se colocam no centro dos debates as questões epistemológicas fundamentais na produção do conhecimento científico, bem como as relações entre ciência, ética e política.

Quando se trata de uma tendência que se tornou amplamente majoritária dentro de uma comunidade profissional, a explicitação dos elementos epistemológicos, éticos e ideológicos que a constituem é essencial para pôr em evidência debilidades e contradições das quais já nem se tomam consciência, uma vez que suas teses fundamentais passam a ser vistas como verdades óbvias e, por isso mesmo, inquestionáveis. Assim, uma vez que esse estado de coisas traz consequências ruinosas para a pesquisa e o ensino, por serem atividades totalmente incompatíveis com a ausência de questionamento e de autoavaliação, os primeiros passos para uma crítica da geografia atual são reconhecer a hegemonia da geografia crítica ou radical no cenário contemporâneo e definir essa corrente segundo seus elementos de identidade e unidade. Além de esclarecer qual é a visão sobre a geocrítica que irá guiar as análises dos próximos capítulos, tal exercício serve também para tirar do caminho algumas interpretações sobre essa corrente que, ao realçarem sua heterogeneidade e centrarem foco em questões epistemológicas (como a de saber se o espaço é apenas um reflexo da sociedade ou se possui também um papel “ativo”), diminuem a disposição para que se efetue uma reavaliação profunda dessa corrente à luz da crise do marxismo e das experiências socialistas.

Há realmente quem questione o sentido e utilidade da expressão *geografia crítica*, assim como a própria existência, ao menos no Brasil, de uma corrente de pensamento geográfico que possa ser designada dessa forma (MOREIRA, 2002, p. 47). Outros preferem falar na existência de várias geografias críticas, já que a expressão no plural seria mais adequada para expressar a grande diversidade de pensamento dos geógrafos que se dizem críticos e radicais (VESENTINI, 2001).

Mas, com base num cotejamento de vários trabalhos que trataram do assunto (CAMPOS, 2001; ANDRADE, 1994, p. 76; ABREU, 1994, p. 59; OLIVEIRA, 1991; VESENTINI, 1986; MORAES, 1984), é possível afirmar que o elemento comum mais importante entre os geógrafos críticos é o objetivo manifesto de elaborar uma teoria crítica radical do capitalismo pelo estudo do espaço e das formas de apropriação da natureza. Nesse sentido, a geocrítica não deixa de ser um ramo da teoria social crítica, tradição de pensamento que engloba os autores marxistas e inúmeros outros intelectuais que produzem seus trabalhos partindo do interesse assumido de formular uma crítica radical à sociedade capitalista.

Assim, é desse objetivo que derivam os pressupostos fundamentais da geocrítica, estabelecidos entre a segunda metade da década de 1970 e primeira metade dos anos 1980, o que justifica definir como geógrafos críticos ou radicais todos aqueles cujos trabalhos apresentam, senão todas, a maioria das características a seguir (DINIZ FILHO, 2003).

1. Utilizaram expressões como “geografia crítica ou radical, da libertação e subversiva” para demonstrar que estavam elaborando uma forma inovadora de produzir e ensinar conhecimento geográfico, mediante a utilização de paradigmas teórico-metodológicos com forte conteúdo de crítica à sociedade capitalista, a introdução de novas temáticas e o estabelecimento de um estreito vínculo entre ciência, ética e política (SOJA, 1993, p. 93; OLIVEIRA, 1991; WETTSTEIN, 1991, p. 134; MORAES, 1988, 1985 e 1984; VESENTINI, 1986, 1985 e 1984; QUAINI, 1983, p. 139; SANTOS, 1982, 1980 e 1978). Em alguns casos, propunha-se que essa inovação passava também pelo resgate de geógrafos “marginalizados” – sobretudo Reclus, mas também Kropotkin (OLIVEIRA, 1991, p. 140; VESENTINI, 1986) – e/ou de certas tradições de pensamento social rejeitadas pelas demais vertentes da geografia, como o iluminismo e o marxismo (QUAINI, 1983, p. 121-126).
2. Em contraposição aos postulados clássicos da geografia como *ciência de síntese* ou *ciência de contato*, esses autores classificaram a geografia como uma ciência social, mas que tem no estudo do espaço organizado pela sociedade, das relações sociedade/espaço e das formas de apropriação da natureza a base de sua

autonomia epistemológica em relação às outras disciplinas da sociedade (VESENTINI, 1985 e 1984; COSTA; MORAES, 1984; MORAES, 1984; QUAINI, 1983, p. 54; SANTOS, 1978; MOREIRA, 1982; HARVEY, 1980);

3. Consequentemente, estabeleceram a categoria *espaço social*, ou simplesmente *espaço*, como central na nova geografia que propunham. A concepção humanizada e politizada do espaço se contraporia aos conceitos meramente empíricos, abstratos e não históricos trabalhados pelas demais vertentes da geografia, tais como os de *espaço terrestre*, *organização espacial* e *espaço topológico abstrato*, entre outros. Para a maioria dos geógrafos críticos, o próprio objeto de estudo da disciplina seria definido pela categoria espaço (SANTOS, 1991, p. 60; CARLOS, 1989, p. 13, e 1982; COSTA; MORAES, 1984; RODRIGUES, 1984, p. 23; CARLOS; ROSSINI, 1983, p. 7-8; COSTA, 1983, p. 50-52; SANTOS, 1982, 1980, p. 85 e 1978; HARVEY, 1982 e 1980; MOREIRA, 1982).
4. A partir dessa visão, procuraram demonstrar que os problemas socioespaciais e ambientais investigados pelos geógrafos eram causados pela lógica intrínseca de funcionamento do capitalismo, o que significa afirmar que a geografia seria capaz de elaborar uma crítica radical a essa sociedade por meio de estudos centrados na análise do espaço e/ou das relações sociedade/espaço (SANTOS, 1991, p. 71-76; CARLOS, 1989, p. 17-19; 1982, p. 106-107; GONÇALVES, 1989, p. 97; MORAES, 1984; OLIVEIRA, 1987, p. 81-83; 1984; 1982; VESENTINI, 1985; 1984; RODRIGUES, 1984; CARLOS; ROSSINI, 1983, p. 13-16; QUAINI, 1983, p. 53; GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982, p. 27; GOMES, 1982; GONÇALVES; AZEVEDO, 1982; SEABRA, 1982; HARVEY, 1982 e 1980; MOREIRA, 1982; SANTOS, 1980, p. 83-87);
5. Sendo assim, negaram ou minimizaram a possibilidade do planejamento estatal “responder” adequadamente a esses problemas, com base no pressuposto de que somente uma transformação radical da sociedade (isto é, a superação do capitalismo) poderia efetivamente dar resposta a eles. Pelo contrário, os geógrafos críticos eram taxativos em afirmar o papel intrinsecamente reacionário do planejamento territorial inspirado

pelas correntes “ativa” e/ou “pragmática”, já que este seria apenas um instrumento do Estado monopolista para assegurar a acumulação de capital e para efetivar as estratégias de dominação ideológica da burguesia (SANTOS, 1991, p. 64; LACOSTE, 1989; OLIVEIRA, 1987, p. 81-83 e 1984; VESENTINI, 1985; 1984; MORAES, 1984; RODRIGUES, 1984, p. 42-43; GOMES, 1982, p. 50; GONÇALVES; AZEVEDO, 1982, p. 32-34; MOREIRA, 1982);

6. Acusaram todas as demais vertentes da geografia de produzir teorias justificadoras dos fenômenos por elas investigados e propuseram que a geocrítica se diferenciaria por demonstrar o caráter histórico, e por isso potencialmente transformável, da realidade socioespacial. Assim, os estudos produzidos pelas outras correntes seriam nada mais que ideologias legitimadoras dos interesses das “classes dominantes” e máscaras ideológicas que ocultavam a própria existência de interesses de classe inconciliáveis no seio da sociedade. Por sua vez, a perspectiva crítica estaria alinhada com os interesses das “classes dominadas” e exerceria uma militância voltada para a realização de uma utopia libertadora (CORREIA, 1991, p. 20 e 49; SANTOS, 1991, p. 73; GONÇALVES, 1989, p. 102; OLIVEIRA, 1987, p. 83; 1982, p. 106; VESENTINI, 1985; 1984; MORAES, 1984; GOMES, 1982, p. 45 e 54; CARLOS; ROSSINI, 1983, p. 9; QUAINI, 1983, p. 43-56 e 142-144; GONÇALVES; AZEVEDO, 1982, p. 23-25; SANTOS, 1982)¹;

¹ A maioria dos geógrafos identificou explicitamente essa utopia a um projeto socialista – em alguns casos, propondo o rompimento com o socialismo real para a construção de uma alternativa socialista democrática (MORAES, 1988). Milton Santos se distinguia por evitar o uso da palavra *socialismo* em seus trabalhos – substituída por expressões como “que a história se faça em favor dos povos dependentes e das classes oprimidas” ou “uma nova ordem socialmente mais justa” (SANTOS, 1982, p. 6 e 17) –, apesar de defender abertamente as ditaduras comunistas em suas falas nos eventos de geografia. Já Vesentini (1984; 1985) destoava da maioria por suas críticas diretas aos regimes comunistas e também por negar a possibilidade de formular qualquer projeto acabado de sociedade, posto que, no bojo da “luta de classes”, as tendências de mudança deveriam necessariamente permanecer em aberto. Ainda assim, o teor das críticas desse autor ao capitalismo e ao socialismo real (sob a inspiração de autores como Foucault e Castoriadis) indicava o sentido geral das mudanças a serem feitas, como a redução do poder estatal, a ampliação da democracia direta, o combate ao poder dos “dominantes” e à lógica da reprodução de capital (VESENTINI, 1986). Está claro, pois, que a geocrítica proposta por esse autor visava realizar uma utopia anticapitalista.

7. Com base nesses pressupostos, apresentaram a geografia renovada como um instrumento de transformação social e postularam a necessidade de uma ação militante dos geógrafos para que o potencial revolucionário da geografia pudesse realizar-se e também para substantivar a unidade entre teoria e “práxis social”. Essa militância se exerceria pela atuação dos professores, nos debates acadêmicos internos à geografia (mediante a crítica teórica e ideológica dos discursos produzidos pelos próprios geógrafos) e ainda na análise questionadora de todas as formas de discurso de poder, fosse ele político, científico, religioso ou de qualquer outro tipo (LACOSTE, 1989; MORAES, 1988; 1985; VESENTINI, 1985; 1984; OLIVEIRA, 1984; MOREIRA, 1982).

Além de todos esses pressupostos comuns aos vários geógrafos identificados e/ou autoidentificados como críticos ou radicais, cumpre mencionar ainda outro denominador comum, que é a larga e incisiva influência do marxismo, conforme já foi ressaltado por vários autores (DINIZ FILHO, 2003; 2002; GOMES, 2003, p. 274-303; CAMPOS, 2001, p. 14; SILVA, 1984, p. 133). No fundo, isso também é reconhecido por Ruy Moreira ao falar do caráter “hegemônico” do marxismo na renovação crítica, ainda que enfatizando a heterogeneidade teórico-metodológica e política desse processo (MOREIRA, 2000, p. 34-35). E, se é verdade que poucos autores hoje em dia se propõem a elaborar uma geografia marxista, isso em nada alterou a hegemonia da geocrítica no Brasil, pois o que tem havido é somente uma integração entre abordagens marxistas, humanistas e pós-modernistas, com o objetivo de renovar as críticas dos geógrafos ao capitalismo (DINIZ FILHO, 2002). Essa questão será discutida com maiores detalhes nos capítulos 1 e 2.

Em suma, conclui-se que o emprego da expressão *geografia crítica* é válido para identificar uma corrente que se define pelo objetivo de formular uma crítica “de raiz” ao capitalismo e por uma série de pressupostos teórico-metodológicos, éticos e ideológicos afinados com esse objetivo manifesto. E é claro que, se tal denominação consagrada pelo uso não dá conta de detalhar as diferenças epistemológicas entre as propostas de estudo que abrange, serve para identificar certas concepções que se tornaram majoritárias num momento específico

da história da disciplina para possibilitar uma análise da consistência lógica e empírica dessas concepções no contexto histórico e intelectual em que foram produzidas.

O mesmo acontece com qualquer classificação do gênero, aliás. Expressões como *geografia tradicional* ou *clássica* fazem tábula rasa de muitas diferenças epistemológicas significativas, mas servem para identificar alguns pressupostos fundamentais característicos da produção geográfica de determinado período (MÜLLER FILHO, 1988, p. 3), os quais, presentes nas obras de autores tão diferentes quanto Ratzel, La Blache e Hartshorne, foram postos em xeque pelo desenvolvimento urbano-industrial, como a concepção de *ciência de síntese*, por exemplo (DINIZ FILHO, 2000, p. 8).

Nesse sentido, enfatizar as inegáveis diferenças epistemológicas entre os representantes da geocrítica para desvalorizar o uso de expressões como essa, conforme o faz Ruy Moreira, é simplesmente um meio de obscurecer a existência de vários postulados comuns que identificam os geógrafos críticos (entre os quais se inclui Moreira) para impedir a realização de uma efetiva crítica da geografia crítica. De modo análogo, enfatizar essa heterogeneidade para minimizar a influência do marxismo sobre os geógrafos serve tão-somente para manter o caminho aberto à atual tendência de renovação pela via do ecletismo. Ou melhor, à tendência de combinar epistemologias diversas com o fim de reduzir a ênfase no jargão e nas teorias marxistas sem repensar a concepção do capitalismo que se fez predominante na geografia há cerca de trinta anos (DINIZ FILHO, 2002). Finalmente, falar na existência de várias geografias críticas é correto em trabalhos que visem detalhar e entender as polêmicas que existem no interior dessa corrente, mas não pode servir para obscurecer a unidade de pressupostos que existe entre os geocríticos e que lhes dá identidade.

Mais ainda, negar ou minimizar os elementos de identidade e unidade da geografia crítica impede que se tome consciência de que os pressupostos dessa corrente conquistaram um domínio tão amplo entre os geógrafos brasileiros que se pode falar efetivamente numa hegemonia, pois mesmo autores que nunca se propuseram a desenvolvê-la reproduzem seus pressupostos básicos. Prova disso é que geógrafos prestigiados como Marcelo Lopes de Souza e Rogério Haesbaert não

se definem como parte dessa corrente, não costumam ser identificados por seus pares como geocríticos e, mesmo assim, aplicam claramente alguns dos pressupostos centrais da geografia crítica e radical nos seus trabalhos.

Ao discutir a violência nas grandes cidades brasileiras e as contribuições do planejamento urbano para combatê-la, Souza começa dizendo, corretamente, que não existe uma causa única que explique a criminalidade, pois mesmo a pobreza não opera de forma determinista, conforme demonstra a conhecida comparação entre Brasil e Índia. Pouco adiante, porém, reproduz as concepções da geocrítica sobre a lógica do capitalismo, desqualifica a democracia representativa e, ato contínuo, afirma a necessidade de realizar uma utopia radical:

Resta, claro, saber se e em que condições a espécie humana sobreviverá ao binômio capitalismo/"democracia" representativa, que não apenas é profundamente criminógeno mas também antiecológico... No mais, cabe reiterar que uma sociedade pós-capitalista, fundamentalmente mais justa, [...] reduziria incrivelmente a chance de que a motivação do assassinato tivesse algo a ver com fome ou opressão social sistemática. (SOUZA, 2005, p. 139).

Por sua vez, Haesbaert reflete sobre temas como exclusão e ordenamento territorial trabalhando quase exclusivamente com autores filiados à teoria social crítica, isto é, a uma tradição de pensamento que se define pela negação do princípio da neutralidade do método e pelo interesse manifesto de empreender uma crítica radical ao capitalismo e às suas instituições fundamentais. É realmente visível o predomínio amplo de teóricos radicais na bibliografia usada por esse autor, que incluem, além de Marx e Engels, uma gama de marxistas, pós-modernistas e ecléticos, tais como Milton Santos, David Harvey, Marcelo Lopes de Souza, Carlos Walter Porto Gonçalves, José de Souza Martins, Gilles Deleuze, Félix Gattari, Michel Foucault, Giorgio Agamben e Boaventura de Souza Santos (HAESBAERT, 2006; 2004). Não surpreende, pois, que esse autor reproduza um dos pressupostos fundamentais da geocrítica enumerados anteriormente, qual seja, a tese de que a lógica do capitalismo tem responsabilidade direta nos problemas econômicos e socioespaciais (sejam eles reais ou apenas supostos). É o que se vê nesta passagem:

Se não há exclusão social, como defendem muitos autores, pois ninguém está completamente destituído de vínculos sociais, e se também não há exclusão territorial ou desterritorialização em sentido absoluto, pois ninguém pode subsistir sem território, existem, entretanto, formas crescentes de precarização social que implicam muitas vezes processos de segregação, de separação/”apartheid” – ou, como preferimos, de *reclusão territorial*, uma reclusão que, como todo processo de desterritorialização (sempre dialetizada), dentro da lógica capitalista dominante, envolve, muito mais do que o controle territorial e a comodidade social de uma minoria, a falta de controle e a precarização socioespacial da maioria (HAESBAERT, 2004, p. 36 – itálico no original).

Apesar de fazerem afirmações como essas, Souza e Haesbaert não concordam com a avaliação de que seus trabalhos são exemplos de geografia crítica, conforme eu já tive oportunidade de verificar. Durante a sessão de perguntas que se seguiu à conferência *O mito da desterritorialização* (HAESBAERT, 2009), comentei que Haesbaert trabalha com autores que podem ser classificados como pós-modernos e que suas análises se aproximam da geografia crítica, preâmbulo que serviu para que eu indagasse se ele classificaria sua obra como pós-moderna e/ou como geocrítica, ou ainda se ele avalia que seus trabalhos não se enquadram em classificações desse gênero. Sua resposta foi que ele não se preocupa em classificar o próprio trabalho e que sempre teve a intenção, como os acadêmicos geralmente têm, de construir um ponto de vista próprio. Como exemplo disso, afirmou que sua dissertação de mestrado, que versa sobre identidade regional na Campanha Gaúcha, trabalhava bastante com referenciais marxistas, mas não pode ser caracterizada como uma aplicação do materialismo histórico dialético à geografia porque também se baseou na visão de Cornelius Castoriadis sobre a dialética e sobre a concepção de totalidade aberta.

Não fiz nenhum comentário à resposta porque não se tratava de um debate, mas, pelo que já foi mencionado aqui, é fácil perceber que essa combinação de marxismo com o trabalho de Castoriadis está perfeitamente de acordo com o tipo de ecletismo próprio da geocrítica, o qual consiste numa combinação de autores que, embora de tendências teóricas e metodológicas heterogêneas, convergem quanto ao objetivo de empreender uma crítica radical ao capitalismo e, na maior parte

das vezes, também no esforço de refletir sobre as possibilidades de superação desse modelo de sociedade. É bem o caso de Castoriadis, fundador do grupo *Socialismo ou barbárie*. Por isso mesmo, há mais de vinte anos que Castoriadis, Marx, Foucault e Lefebvre são citados entre os autores que vinham servindo de base para a construção da geografia crítica (VESENTINI, 1985, p. 57), o que é mais uma demonstração do vínculo entre o pensamento de Haesbaert e essa corrente de pensamento.

Postura idêntica a essa foi manifesta por Marcelo Lopes de Souza na sequência da palestra *Da “arqueologia” à “genealogia”: balanço e perspectivas dos vínculos entre a geografia e o pensamento libertário* (SOUZA, 2009). O autor define o chamado “pensamento libertário” como uma tradição intelectual que se propõem a fazer a crítica tanto do capitalismo quanto do socialismo burocrático, a qual abrange autores como Foucault e Castoriadis, entre outros. Ou seja, alguns dos mesmos autores que Vesentini já indicava como influências importantes para a geografia crítica há mais de vinte anos. Do mesmo modo, Souza indica Reclus e Kropotkin como clássicos da geografia que teriam sido “marginalizados” e que careceriam de maior valorização, na mesma linha do que já diziam vários geógrafos críticos desde os anos 1980, conforme visto. Após a palestra, fiz a Souza exatamente o mesmo comentário introdutório e as mesmas indagações que já havia endereçado antes para Haesbaert. Ele discordou que autores como Castoriadis possam ser classificados como pós-modernos e, com relação à sua própria obra, Souza respondeu apenas: “Não sei, nunca pensei nisso; acho que isso não é pertinente; quem tiver a preocupação de me classificar que o faça.”

Mas por que um autor que passa cerca de uma hora e meia explicando e defendendo a abordagem do “pensamento libertário” e dos intelectuais que a praticam acha que não é pertinente definir seu próprio trabalho como uma manifestação dessa linha de pensamento na geografia, situando-se assim no âmbito da geografia crítica? A resposta óbvia é que o tipo de influência teórico-metodológica, ética e política que informa os trabalhos de Souza, por seu caráter anticapitalista explícito, já é tão bem aceito entre os geógrafos que definir-se como geocrítico serviria apenas para explicitar a identidade do autor com

a maioria dos outros trabalhos publicados no Brasil nas últimas décadas, não a originalidade do seu pensamento. E qual acadêmico não deseja ser o mais original possível?

Ora, a forma como Haesbaert e Souza pautam suas pesquisas pelos pressupostos e referenciais teórico-metodológicos da geocrítica, ao mesmo tempo em que não se consideram integrantes dessa corrente, é sintomático da situação atual da geografia. Nos dias de hoje, são poucos aqueles que se rotulam nesta ou naquela vertente de pensamento geográfico, bem ao contrário do que aconteceu nas fases de efervescência das “revoluções” tentadas pela geografia quantitativa e pela geografia crítica. Apesar disso, elaborar diagnósticos catastrofistas sobre temas como violência urbana, ecologia e exclusão, para em seguida atribuí-los à lógica do capitalismo e à democracia representativa, soa para os geógrafos atuais como se fosse a enunciação de verdades evidentes por si mesmas, e não como a formulação de hipóteses que precisam ser postas à prova. Os pressupostos da geografia crítica se entranharam tanto no modo de pensar dos geógrafos que eles já não reconhecem discursos desse tipo como teorias próprias de uma determinada corrente intelectual, pois é como se os emissores desses discursos estivessem mencionando dados tão notórios quanto “Cabral chegou ao Brasil em 1500”. É por isso que os pressupostos da geocrítica são repetidos ininterruptamente por quase todos os geógrafos e, mesmo assim, há quem diga que a geografia crítica já acabou ou que nunca existiu como corrente específica de pensamento geográfico!

Diante disso, dissecar os discursos elaborados com base nos pressupostos da geocrítica é a tarefa a realizar no restante deste livro. O capítulo 1 traz uma discussão sobre as influências marxistas na pesquisa científica em geografia e sobre as fragilidades da teoria social crítica. O fio condutor dessa discussão será uma polêmica com Ana Fani Alessandri Carlos, na qual se abordam a crise do marxismo e a hipótese de que estaria havendo um refluxo da teoria social crítica na geografia contemporânea. O capítulo 2 demonstra as contradições e a superficialidade das propostas de políticas públicas elaboradas com base em teorias radicais, com destaque para as discussões sobre reforma agrária, segurança alimentar e sobre planejamento urbano e regional. Os capítulos 3 e 4 discutem os resultados da aplicação das ideias da

geocrítica no sistema de ensino, de modo a destacar o papel central que a doutrinação teórica e ideológica desempenhou na construção da hegemonia dessa vertente na geografia humana brasileira. O último capítulo apresenta uma síntese das conclusões elaboradas nesses capítulos e as correlaciona com uma avaliação dos problemas da teoria social crítica no âmbito das relações entre ciência, ética e política.



1

A GEOGRAFIA VIÚVA
DA REVOLUÇÃO

A ideia de estar a cavalo entre dois continentes é essencial, pois aqui [no Brasil] o marxismo é muito vivo, enquanto na Europa ele está morto – e nenhuma dessas atmosferas me satisfaz muito.

Ruy Fausto

Em artigo apresentado durante o IX Colóquio Internacional de Geocrítica, Ana Fani Alessandri Carlos (2007) afirma que a geografia crítica e radical, depois dos grandes avanços experimentados nas décadas de 1970 e 1980, estaria atualmente em refluxo. Isso seria resultado da influência do “pensamento neoliberal” na geografia, o qual, com seus postulados de produtividade e competência no trabalho científico, submeteria as pesquisas às “exigências do mercado” e faria com que essa disciplina “ganhasse uma expressão ideológica o que recoloca a questão do papel (responsabilidade) do geógrafo na compreensão da sociedade atual”. No intuito de dar resposta ao dito refluxo, a autora estrutura sua argumentação da seguinte maneira: inicia com um arrazoado sobre a natureza crítica do momento histórico atual, em que reafirma os pressupostos fundamentais da teoria social crítica (que são também os da geocrítica); prossegue com refutações ao artigo “Certa má herança marxista” (DINIZ FILHO, 2002) e às geografias aplicada, cultural e do turismo; e conclui com uma proposta de “metageografia”.

Numa avaliação geral do artigo, pode-se concluir que toda a argumentação elaborada revela a fragilidade dos pressupostos da geocrítica no contexto histórico de crise das esquerdas, e que é justamente em função dessa fragilidade que a autora lança mão das estratégias mais usuais dos intelectuais críticos nesse contexto, quais sejam: refutar os argumentos apresentados contra as teses marxistas sem discuti-los, ignorar a ausência de propostas consistentes e radicais de transformação da sociedade e, por fim, lançar contra o capitalismo acusações que não condizem com a realidade. Para demonstrar como essas e outras estratégias retóricas se desenvolvem em seu texto, cabe fazer uma análise das críticas feitas ao artigo “Certa má herança marxista”.

1.1 Ainda sobre as influências do marxismo na geografia

Embora seja enfadonho, é preciso iniciar a análise das refutações que a autora tece contra meu artigo com várias correções de leitura. Ao comentar uma passagem que trata da geocrítica brasileira, a autora assegura que o artigo fala apenas de um marxismo que “se ‘utilizou das categorias de Marx’, ‘referenciando seus estudos em Marx’, criando um ‘discurso científico marxista’ ou mesmo um ‘jargão marxista’,

mas nunca um conhecimento crítico e radical da realidade brasileira tendo como espinha dorsal o materialismo dialético” (CARLOS, 2007). No entanto, o que está dito no artigo é justamente o contrário, isto é, que a geocrítica brasileira **“nasceu perseguindo o mesmo objetivo básico da vertente anglo-saxã, ou seja, construir uma geografia marxista”** (DINIZ FILHO, 2002, p. 79-80 – sem negrito no original). E o artigo ainda procurou demonstrar isso por meio de uma breve análise dos trabalhos de Antonio Carlos Robert Moraes, Wanderley Messias da Costa e Ruy Moreira – embora este último tenha afirmado, durante o I Colóquio Nacional de Pós-graduação em Geografia, que não é marxista e que nunca teve a intenção de elaborar uma geografia marxista.

Não bastasse esse erro crasso de interpretação, Carlos ainda complementa sua crítica dizendo que “parece ser despropositada, também, a generalização de que a influência do marxismo na geografia tenha sido, exclusivamente, de vertente político-ideológica” (CARLOS, 2007). No entanto, o que está dito no artigo é que:

[...] o marxismo exerceu influência decisiva na gênese e desenvolvimento da geografia crítica, influência essa que, apesar e também por causa das diferenciações assinaladas [entre os autores], manifestou-se em quatro esferas estreitamente complementares da produção geográfica, a saber: a) no plano epistemológico, subsidiando os esforços de redefinição do objeto da disciplina, fornecendo um método de análise que se procurava aplicar a esse objeto e ainda um discurso que atribuía ao método marxista uma cientificidade inquestionável; b) no plano teórico, por oferecer uma teoria crítica ampla do capitalismo e um sistema de conceitos e teorias mais específicas passíveis de serem aplicadas no estudo de temas geográficos; c) na esfera ideológica, moldando (e ao mesmo tempo *se* amoldando) à “visão de mundo” dos geógrafos, isto é, às representações e valores simbólicos que orientam seus posicionamentos políticos; d) no plano deontológico, estabelecendo a existência de um estreito vínculo entre ciência, ética e política e enfatizando a necessidade da ação militante, a qual deveria tomar por base os pressupostos teóricos e metodológicos mencionados para assumir um caráter científico e socialmente transformador. (DINIZ FILHO, 2002, p. 83 – itálico no original)

A única explicação para um erro de interpretação de texto tão grosseiro quanto esse é que a autora leu o artigo às pressas e se pôs a

redigir uma contestação sem se dar ao trabalho de refletir sobre ele. Talvez a despreocupação da autora se devesse ao fato de que seu artigo foi elaborado visando uma apresentação oral durante evento científico, tipo de trabalho que, em geral, não passa por avaliação prévia. No entanto, tal circunstância deveria ter aumentado sua preocupação em fazer uma leitura cuidadosa do trabalho que escolheu como objeto de suas refutações, a fim de evitar que mal-entendidos comesçassem a circular oralmente a partir das pessoas que assistiram à sua fala. O problema é mais grave considerando-se que os erros de leitura não terminaram por aí:

Se Diniz [Filho] acerta quando constata em Milton Santos a proposta de elaborar uma visão crítica da sociedade ancorada no legado marxista, erra ao acreditar que autores como Lacoste, Harvey e Soja apenas se utilizaram intensamente de conceitos e teorias de “extração marxista” com o intuito de “incorporar o marxismo à geografia” ou mesmo “reduzindo a ideia de ideologia aquela falsa consciência”. Ora, o leitor atento desses autores certamente chegará a uma outra conclusão, por exemplo, a de que estes autores pensaram a realidade com os fundamentos teórico-metodológicos herdados por Marx, prolongando ou mesmo superando algumas de suas ideias. (CARLOS, 2007).

Muito pelo contrário, o que está escrito no texto é que Milton Santos nunca se propôs a elaborar uma geografia marxista, devido à sua opção pelo ecletismo teórico e metodológico, ao contrário de autores como David Harvey e Edward Soja. Já o que está dito no texto sobre estes últimos é:

[...] diversos geógrafos anglo-saxões, e em especial norte-americanos, propuseram-se a construir uma perspectiva de análise do espaço baseada essencialmente no instrumental teórico e metodológico fornecido pelo marxismo, quer dizer, uma geografia marxista de fato. Isso significa que o marxismo forneceria um método de análise (o materialismo histórico dialético), uma teoria crítica abrangente da sociedade capitalista (da qual se desdobravam várias teorias específicas, como a teoria da renda da terra, as “leis do desenvolvimento desigual e combinado” etc.) e ainda uma teoria da transformação social, ou da revolução. (DINIZ FILHO, 2002, p. 78).

O comentário da autora demonstra que ela não se deu ao trabalho nem de entender os objetivos do texto que criticou. A primeira seção do artigo tinha por objetivo demonstrar que tal influência foi a pedra angular na edificação da geografia crítica, na medida em que o pensamento marxista é a principal referência epistemológica, ética e política dessa vertente da geografia, em que pese a heterogeneidade teórico-metodológica dos autores que a compõe. Nesse sentido, o artigo procura demonstrar que a forma e a intensidade da influência marxista variam muito segundo o país, a instituição e o autor considerados, mas que em todos os representantes da geocrítica se manifesta uma profunda influência marxista. No caso de autores como Harvey e Soja, tal influência foi muito maior, já que buscaram produzir realmente uma geografia marxista. Mas essa não era a proposta de Yves Lacoste, ao contrário da interpretação de Carlos. Conforme se lê em “Certa má herança marxista” (mas a autora não se deu ao trabalho de discutir essa passagem), as relações de Lacoste com o marxismo sempre foram ambíguas (GOMES, 2003). Esse autor nunca se propôs a produzir uma geografia marxista e até alertou quanto aos riscos inerentes à assimilação do marxismo pelos geógrafos, mas, ao mesmo tempo, manifestava simpatia pelo socialismo real em seus trabalhos sobre o subdesenvolvimento e uma visão crítica do capitalismo profundamente influenciada por teorias e ideologias marxistas, além de refletir sobre as relações entre ciência, ética e política nos mesmos termos que os intelectuais marxistas costumam fazê-lo (LACOSTE, 1989, p. 142).

Adicionalmente, percebe-se que Carlos não tece nenhum comentário sobre a mudança de perspectiva de Harvey e Soja, que trocaram o marxismo pelo pós-modernismo, embora tenham continuado a fazer uso de várias teorias marxistas em suas reflexões, teorias essas que passaram a fazer parte de um repertório eclético típico do pós-modernismo. É compreensível o silêncio da autora sobre essa mudança, pois não se trata aí de um refluxo da teoria social crítica. A aproximação de muitos geógrafos marxistas em relação ao pós-modernismo é justamente uma forma de renovar os pressupostos e objetivos da geocrítica, na medida em que esses autores não abriram mão de criticar o capitalismo de forma radical e nem de refletir sobre utopias. Todavia, o fato de Carlos se eximir de comentar a trajetória intelectual desses

geógrafos não deixa de ser sintomático de sua estratégia de ignorar a crise teórica do marxismo, posto que isso implicaria reconhecer que a aproximação de muitos marxistas com o pós-modernismo visa sustentar os pressupostos da geocrítica num contexto histórico diante do qual as teses marxistas se mostram bastante fragilizadas (DINIZ FILHO, 2002; 2003).

Com efeito, no momento em que a autora afirma haver muitos geógrafos que abandonaram o marxismo, sugere que isso teria se dado em função de fatores que pouco ou nada teriam a ver com dificuldades intrínsecas do método e das teorias marxistas para explicar o mundo contemporâneo. Ela afirma que o “abandono do marxismo [ocorreu] sem uma crítica profunda e consequente capaz de enfocar seus limites, bem como a necessidade de sua superação” (CARLOS, 2007). Mas por que essa tal “crítica mais profunda” não foi feita? A resposta, como visto, estaria nas cobranças de produtividade e de competência no trabalho científico, próprias do neoliberalismo, que submeteriam as pesquisas às “exigências do mercado”.

Ora, o primeiro equívoco nesse raciocínio está na ilação de que exigências de produtividade implicam enfraquecer o sentido crítico do trabalho científico, já que a produtividade é avaliada com critérios quantitativos e formalistas, que não levam em consideração o conteúdo dos trabalhos produzidos pelos pesquisadores. Dada a hegemonia da geocrítica, um geógrafo com discurso crítico e radical possui maiores chances de exibir produtividade, e assim, ter acesso a cargos, bolsas e verbas, do que aquele que trilhar outros caminhos em suas pesquisas. Convites para participação em bancas, publicações conjuntas e apresentação de conferências, sem falar nas citações de trabalhos publicados, tendem a ser muito mais numerosos para aqueles que mostrarem competência em “avançar” dentro do paradigma dominante. E a geografia humana, pela própria natureza dos temas que estuda, oferece conhecimentos muito mais utilizáveis pelo Estado do que pelo mercado – isso talvez fosse diferente se o legado da geografia quantitativa tivesse tido continuidade, mas não é o caso. Sendo assim, o acesso a cargos de consultoria e a verbas de instituições estatais para a realização de pesquisas não é prejudicado pelo radicalismo das teorias utilizadas pelos pesquisadores. Este pode até funcionar como credencial para garantir

o acesso, a depender do alinhamento ideológico do governo de turno, mesmo que as funções do cargo e/ou o tema da pesquisa não digam respeito diretamente à proposição de utopias. Quanto ao mercado de livros didáticos, o sucesso de vendas dos livros pautados pela geografia crítica, conforme se verá em outro capítulo, é a prova cabal de que as ideias radicais podem se transformar em mercadorias altamente vendáveis.

Outro equívoco de Carlos é a ideia de que o abandono do marxismo por muitos geógrafos implicou um refluxo da teoria social crítica e radical. Na verdade, os pressupostos da geocrítica continuam a guiar a maioria dos trabalhos geográficos, sem qualquer revisão. O que tem havido, desde o final dos anos 1980, é somente uma integração do marxismo a abordagens humanistas e pós-modernas, mas sem que haja qualquer reavaliação crítica quanto à pertinência das teorias marxistas para a explicação do capitalismo contemporâneo. Isso foi explicado na Introdução e vale a pena acrescentar agora que o elo comum, que ajuda a explicar como essa integração tem sido possível, dentro e fora da geografia, é a influência do romantismo sobre essas correntes. De um lado, as críticas pós-modernas à razão e ao modelo normativo de ciência reproduzem grande parte das contestações que o romantismo já lançava contra esse modelo científico nos séculos XVIII e XIX (GOMES, 2003, p. 32-36). De outro lado:

Não espanta, pois, se encontrarmos no pensamento atual junções inesperadas como a de um “marxismo católico”, ou de um “catolicismo marxista”. Basta que se acentue o lado romântico das produções do jovem Marx, ou elementos retóricos das obras de maturidade, para se produzir um “Marx” adequado para fornecer as “razões” que justificam a comunidade como solução sentimental fora do mundo burguês. Para isto, é preciso “apenas” abstrair da exposição marxista o essencial lado secularizante, perfeitamente unido ao respeito pela razão e pela ciência, na trilha de Hegel e dos iluministas. (ROMANO, 1981, p. 163-164).

Nesse contexto, o cruzamento de perspectivas bastante heterogêneas, mas que partilham de um ponto de vista profundamente crítico em relação ao capitalismo e à economia de mercado, ocorreu justamente para tornar possível a muitos geógrafos marxistas se adaptarem a um contexto histórico de crise do marxismo sem abrirem mão do objetivo

de construir uma teoria social crítica a partir da geografia. A geocrítica tornou-se epistemologicamente mais eclética para continuar sendo o que sempre foi.

A esses equívocos de Carlos, soma-se ainda o argumento complementar de que haveria um declínio da influência marxista decorrente das leituras reducionistas e economicistas da obra de Marx feitas por muitos geógrafos, bem como à tentativa de explicar o mundo contemporâneo recorrendo diretamente a essa fonte (CARLOS, 2007). A autora supõe que a influência marxista foi reduzida devido a equívocos cometidos pelos geógrafos, não por dificuldades intrínsecas à aplicação das teorias econômicas marxistas nos estudos sobre o espaço, nem por erros que já estivessem contidos na obra de Marx e nem mesmo pela incapacidade dos marxistas de oferecerem alternativas factíveis de superação do capitalismo. Entretanto, é perfeitamente legítimo afirmar, com base nas inúmeras contradições entre as teorias de Marx e as formas assumidas pelo desenvolvimento capitalista no século XX, que o desgaste do marxismo se deve justamente a uma combinação desses três fatores.

O artigo *Certa má herança marxista* fez uma enumeração dessas contradições, reconhecidas por autores marxistas (DINIZ FILHO, 2002, p. 90-95), mas Carlos ignorou-as completamente, dando prosseguimento à estratégia de desconsiderar argumentos e depois atacar com acusações saídas de uma leitura desleixada do que foi escrito. Segundo a autora (2007),

Diniz [Filho], [...] ignora o fato de que a proposta utópica de Marx só é possível com o “fim do Estado” e não com seu fortalecimento, que é o projeto hegeliano e também generaliza de maneira incorreta que “os geógrafos marxistas defendem a natureza reflexa do espaço frente à sociedade”.

Começando pelo fim, é preciso reproduzir integralmente a passagem que ela mutilou e distorceu:

As teses desse autor [Soja] chamam atenção também para outro risco presente na geografia crítica. Se é válida a preocupação em dotar a geografia de independência epistemológica, por outro lado essa busca pode, em certos casos, predispor à assimilação e/ou formulação de teorias que incorrem em formas variadas de

fetichismo do espaço. É significativo notar que, se as acusações de fetichismo são comumente lançadas *pelos geógrafos marxistas que defendem a natureza “reflexa” do espaço frente à sociedade*, por outro lado o próprio marxismo vulgar forneceu instrumentos para a fetichização. (DINIZ FILHO, 2002, p. 97 – sem itálico no original).

Como se vê, não houve generalização alguma, pois o texto não diz que os geógrafos marxistas pensam o espaço como reflexo da sociedade, mas sim que há geógrafos marxistas que defendem a natureza reflexa do espaço, os quais, por isso mesmo, lançam acusações de fetichismo espacial contra certas abordagens marxistas, tais como as teorias do intercâmbio desigual. Portanto, Carlos lançou mão de um estratagema retórico bastante comum, que pode ser denominado “ampliação indevida”, pois consiste em expandir uma afirmação para além de seus limites, exagerando-a propositalmente para facilitar o trabalho de contestá-la. O filósofo Arthur Schopenhauer (1997, p. 124-128) já havia indicado esse estratagema como um dos mais utilizados no debate de ideias, mas, fiel ao estilo irônico do seu estudo, restringiu-se a dar exemplos minimamente sofisticados de como ele costuma ser usado, sem mencionar aqueles que, como Carlos, alteram as palavras usadas pelo adversário mesmo quando as colocam entre aspas, como ao escrever “os geógrafos marxistas” no lugar de “*pelos geógrafos marxistas*”.

Todavia, o mais grave na distorção feita pela autora não está na reprodução indevida do texto citado, mas principalmente no fato de ela fazer-se de cega diante da revisão bibliográfica realizada antes dessa passagem! Nessa revisão, com efeito, está claro que há geógrafos marxistas que defendem a natureza reflexa do espaço, como Antonio Carlos Robert de Moraes e Wanderley Messias da Costa, e aqueles que, como Soja e Harvey, procuram demonstrar a impossibilidade de pensar as relações sociedade/espaço com base na ideia de causalidade unidirecional. (DINIZ FILHO, 2002, p. 79).

No que diz respeito à acusação de ignorância quanto ao fato de que a utopia marxiana só é realizável com o fim do Estado, basta reproduzir a passagem em que essa questão é comentada em meu artigo para dirimir qualquer dúvida: “*segundo Paul Singer*, a concretização do ideal de uma sociedade socialista, para Marx e a maioria das correntes marxistas, passava necessariamente pela industrialização e pelo planejamento estatal centralizado” (DINIZ FILHO, 2002, p. 89

– sem itálico no original). Por não se dar ao trabalho de fazer uma leitura atenta do texto criticado, a autora erra o alvo ao lançar acusações de ignorância, já que mira em mim e acerta em Paul Singer. E não é capaz de perceber que, nessa passagem, Singer não está nem a dizer que a economia planificada é a última etapa na construção da utopia marxiana, mas apenas que é uma etapa necessária para tanto.

Outra acusação falsa se dá quando a autora sustenta que o meu artigo incorre em injustiça e preconceito ao afirmar, de forma generalizadora, “o que é problemático nessa continuidade da influência marxista sobre a geografia brasileira, porém, é o fato de que o marxismo que informa os trabalhos de muitos geógrafos ainda é o mesmo marxismo vulgar e dogmático característico das décadas de 70 e 80” (DINIZ FILHO, 2002, p. 86). Imputar essa generalização ao artigo é repetir o estratagema da ampliação indevida, posto que houve o cuidado de afirmar que a adesão ao marxismo vulgar é própria de “muitos geógrafos”, não de todos eles. Eu fui orientado por Antonio Carlos Robert de Moraes e Wanderley Messias da Costa desde a iniciação científica até o doutorado, e nunca os considerei marxistas vulgares. Tanto que, em meu texto, Moraes era citado justamente em apoio ao diagnóstico da forte presença de leituras vulgares e/ou superficiais do marxismo na gênese da geografia crítica. Assim, como a própria Ana Fani Alessandri Carlos (2007) reconhece que “a obra de Marx foi reduzida, dogmatizada e desconhecida por muitos geógrafos que se ‘pretendiam marxistas’”, conclui-se que a avaliação feita com base nos autores mencionados não está realmente em discordância com a visão da autora, embora o que ela considera como “marxismo vulgar” com certeza não é o mesmo que eu qualifico como tal.

Ao mesmo tempo em que distorce o conteúdo do artigo ao rebater suas conclusões, a autora procura demonstrar que a crise do marxismo é natural e até benfazeja, recorrendo para tanto a esta citação de Agnes Heller:

Honestamente não me sinto em crise, talvez, porque simplesmente, escolhi o meu próprio Marx. E, com base nessa interpretação, busco definir suas alternativas filosóficas. O marxismo se encontra diante de problemas difíceis, mas que surjam esses problemas! Com efeito, há também tarefas terrivelmente fáceis; é muito fácil, por exemplo, pôr fim de um só golpe aos direitos de

liberdade; pensar em resolver tudo por meio de uma ditadura; tudo isso é absurdamente fácil. Conseguir construir uma sociedade plenamente democrática e socialista ao contrário é um trabalho muito difícil. Não pode ser imaginado de modo romântico. (HELLER, 1983, citada por CARLOS, 2007).

É interessante notar como a palavra *crise* muda de sentido a depender do assunto tratado por intelectuais críticos como Carlos; quando falam em crise econômica, política, cultural, etc., a palavra serve para descrever um quadro terrível de contradições, conflitos e injustiças que tenderiam a se acirrar com o tempo até inviabilizar a reprodução da sociedade capitalista (sabe-se lá como ou quando); mas, ao falar em “crise do marxismo”, o objetivo é apenas dizer que há muitos problemas novos sobre os quais refletir e que nada impede o marxismo (todas as suas vertentes?) de responder adequadamente a tais problemas.

Mas o principal é destacar que a citação de Heller não serve tão bem quanto parece à estratégia usada por Carlos. No momento em que Heller afirma que escolheu seu próprio Marx, com efeito, já deixa entrever o fato de que *não é possível defender a tradição marxista em bloco diante das novas questões trazidas pela derrocada socialista e pelo desenvolvimento do capitalismo*. Assim, quando se admite que há muitos Marx e que os últimos cem anos trouxeram inúmeras questões que não estavam previstas em sua obra, fica demonstrado que é preciso debater a fundo a crise do marxismo para, se não refugar toda a tradição de pensamento iniciada em Marx, ao menos decidir quais teses e correntes marxistas merecem realmente ir para a “lata de lixo da história”. No livro *Para mudar a vida*, a própria Agnes Heller faz críticas contundentes ao leninismo, teoria política que, segundo ela, não serve como norte para a construção do socialismo democrático e nem foi capaz de levar a URSS ao socialismo – esse país constituiria uma formação social específica, que poderia ser denominada “ditadura sobre os carecimentos” (1982, p. 106).

Essa é uma questão de grande importância para os intelectuais brasileiros, aí incluídos os geógrafos. O Marx que inspirou Emir Sader a defender enfaticamente a ditadura de Fidel Castro, com o argumento de que a falta de democracia política em Cuba seria compensada pela

“democracia social” que haveria nesse país (VELASCO, 2007), é de fato compatível com um projeto de socialismo democrático? E o Marx que levou o geógrafo Armem Mamigonian a exclamar “eu saúdo os atentados de 11 de setembro” (MAGNOLI, 2001) num debate ocorrido pouco depois desse episódio? Ele é aceitável ou deve ser abandonado completamente? Há cerca de trinta anos, Heller (1982) já criticava certos jogos de palavras disfarçados de dialética usados para sustentar que as ditaduras comunistas seriam democracias. Do mesmo modo, criticava os esquerdistas que se solidarizam com ditaduras do Terceiro Mundo que sejam ou pareçam ser anti-imperialistas, tais como

[...] a Líbia e o Iraque, onde ainda se cortam as orelhas e as mãos dos ladrões: ou seja, com dois sistemas sociais que devem ser julgados como reacionários e obscurantistas. E isso para não falar da hospitalidade que esses países dão a expoentes do terrorismo internacional, deixando que construam até mesmo campos de treinamento. (HELLER, 1982, p. 121).

Além disso, essa autora ainda rejeitava as posições de esquerda que, ao defenderem o direito dos palestinos ao seu próprio Estado, negavam esse mesmo direito aos israelenses e ainda apoiavam ações terroristas. Se intelectuais que passam a vida a falar em nome do socialismo e da democracia fazem opções políticas como essas de Sader e Mamigonian, não é de surpreender que a sociedade democrática e socialista defendida por Heller não seja fato histórico.

É óbvio que Carlos não responde a nenhuma dessas questões que as próprias ideias de Heller suscitam, já que seu intento é apenas usar essa autora para tergiversar sobre a crise do marxismo. Nesse sentido, Carlos reproduz um dos métodos de argumentação mais comuns entre os intelectuais de esquerda no contexto de crise do socialismo, o qual consiste em invocar a pluralidade do marxismo para deixar de lado qualquer discussão mais aprofundada sobre a validade ou não das teses de Marx e sobre as causas da derrocada socialista. Por sinal, uma consequência da aplicação desse método é a incapacidade dos marxistas de formular propostas coerentes e viáveis de políticas públicas, como se verá no próximo capítulo. Sérgio Besserman Vianna (2006), ao criticar o silêncio de muitos intelectuais no que concerne ao escândalo do “mensalão” e ao estelionato eleitoral praticado pelo

governo Lula, mostra como a pluralidade ideológica serviu de desculpa para a inexistência de uma reflexão sobre as consequências da crise do socialismo:

O PT – e a maior parte dos intelectuais ao seu redor – constituiu um dos raros partidos de esquerda do mundo que se recusaram a enfrentar a questão [do fracasso do modelo de planejamento centralizado]. A existência de tendências forneceu o biombo: uns pensam de um jeito, outros, de outro, e, na verdade, ninguém pensava nada.

Ana Fani Alessandri Carlos age da mesma forma no que diz respeito à crise do marxismo: silencia sobre as contradições entre as teorias marxistas e o desenvolvimento do capitalismo e contorna a discussão sobre essa crise com uma referência breve à pluralidade interna da tradição marxista. Em seguida, complementa essa estratégia por meio de outro artifício, que consiste em remeter o debate para o campo da epistemologia da geografia, conforme segue.

1.2 Teoria do espaço versus teoria social crítica

O único momento em que Carlos procura discutir de forma mais articulada, embora repita a afirmação falsa de que eu generalizo a visão de Moraes e Costa sobre o caráter reflexo do espaço para o conjunto da geografia marxista, é quando afirma o seguinte:

[...] a menção aos estudos urbanos carece de argumentação, principalmente se considerarmos o fato de que ao contrário do que afirma o autor, o materialismo dialético e a noção de “produção” tal qual analisados por Marx (noção esta cujo conteúdo o autor ignora, pois a reduz, como muitos outros geógrafos, a apenas uma de suas determinações) permitiu a construção da passagem da noção de “organização do espaço” para aquela de “produção do espaço”, muito diferente da ideia de reflexo da sociedade tal qual apontada pelo autor. Isto porque a noção de produção se vincula à produção da humanidade do homem e diz respeito às condições de vida da sociedade numa multiplicidade de aspectos, e como é, por ela, determinado. A noção de produção tal qual proposta por Marx aponta, por sua vez, para a reprodução e evidencia a perspectiva de compreensão de uma totalidade que não se restringe ao plano

do econômico, mas abre-se para o entendimento da sociedade em seu movimento mais amplo, o que pressupõe uma totalidade mais ampla e muda os termos da análise espacial. (CARLOS, 2007).

O trabalho que a autora critica procura mapear os problemas relacionados à forma como o marxismo foi assimilado pela geocrítica e também os vários elementos da crise dessa tradição de pensamento, a qual já se arrasta desde o final dos anos 1960, no mínimo. Nesse sentido, o artigo comenta explicitamente que as leituras economicistas da obra de Marx estavam entre os problemas mais evidentes na forma como se deu a incorporação do marxismo pelos geógrafos, sendo então descabida a acusação de que o trabalho reduzia a análise marxista a uma única dimensão.

Além de ignorar as passagens do artigo que desmentem sua crítica, a autora ainda emprega um estratagema retórico bastante comum, ao qual se pode denominar “desvio”, e que consiste em deslocar a discussão do assunto específico que está sendo tratado para um outro assunto relacionado direta ou indiretamente com ele (SCHOPENHAUER, 1997). No caso, Carlos se desvia da questão que eu indiquei, que é a dificuldade para empregar as teorias econômicas marxistas no estudo do espaço urbano e regional (DINIZ FILHO, 2002, p. 98), apelando para a ideia de que acusar essa dificuldade implica reduzir a análise marxista à sua dimensão econômica, ilação essa sem a menor lógica. Mas tal desvio não consegue esconder que, mesmo em se partindo da concepção de que o conceito de produção do espaço remete a uma totalidade dialética, que abrange portanto múltiplas determinações, *a aplicação do marxismo fica comprometida se as suas teorias econômicas não derem conta de explicar a produção material do espaço*, pois assim a totalidade referida fica mutilada de uma de suas dimensões, a qual precisa ser explicada pelo recurso a outras teorias.

Além disso, a referência às instâncias não econômicas da sociedade abrangidas pelo conceito de produção do espaço não esconde a debilidade das teses defendidas pelos geógrafos com base nesse conceito. O pressuposto marxista de que o homem só pode ser plenamente humano na vigência de uma sociedade socialista é puramente filosófico, e por isso só pode ser demonstrado na medida em que houver uma contradição intrínseca entre as reivindicações populares

e a instituição da propriedade privada. Mas, nos trabalhos de geografia urbana, conforme se verá com detalhes no próximo capítulo, verifica-se que tal pressuposto é contestado pela ausência de apoio popular para as propostas de planejamento baseadas nos conceitos de produção do espaço e de direito à cidade. Ironicamente, embora os marxistas sempre afirmem que o “critério da verdade” das teorias é a prática social, vêm-se obrigados a apelar para a crítica da democracia representativa e para teorias conspiratórias no intuito de explicar o motivo de suas teorias radicais não encontrarem respaldo para além de algumas organizações de ativistas de esquerda. As considerações tecidas nesses trabalhos sobre a subjetividade do homem urbano, suas vivências e o “imaginário coletivo” manifestam apenas uma esperança vaga de que a instituição de mecanismos inovadores de participação popular ainda possa fazer brotar a radicalidade que as teses marxistas pressupõem.

Mas um aspecto positivo nas considerações feitas pela autora sobre o conceito de produção do espaço é que elas dão ensejo para abordar um ponto que, por falta de espaço, não pôde ser discutido em “Certa má herança marxista”: a tensão existente na geocrítica entre as propostas de análise do espaço, concebido como um “ente analítico independente, dentro do conjunto das ciências sociais” (SANTOS, 1996, p. 18), e aquelas que enfatizam o estudo dos movimentos sociais para explicar o espaço e as formas de apropriação da natureza numa sociedade tida como contraditória.

De fato, uma diferença essencial entre a geografia crítica e a quantitativa está no pressuposto de que, sendo o espaço uma construção social, é preciso explicar a sociedade para entender o espaço (LENCIONI, 1997, p. 177). Ao mesmo tempo, os geógrafos críticos são claros em afirmar que a geografia é uma ciência social, mas que tem no estudo do espaço produzido pela sociedade, das relações sociedade/espaço e das formas de apropriação da natureza a base de sua autonomia epistemológica em relação às outras disciplinas da sociedade. Assim, no intuito de produzir uma teoria crítica do capitalismo a partir dos fenômenos estudados pela geografia e, portanto, sem proceder à mera reprodução de teorias já elaboradas pelas outras ciências sociais, os geógrafos recorreram a diversos conceitos de natureza totalizante (originários ou não do marxismo) para definir seu objeto. As definições de espaço como acúmulo desigual de tempos de trabalho e como um

conjunto indissociável de um sistema de objetos e um sistema de ações demonstram isso, o que também ocorre com os conceitos de valorização do espaço e de dialética socioespacial, de maneira que o conceito de produção do espaço, comentado por Carlos, é apenas um dentre muitos exemplos (SANTOS, 1978 e 1996; COSTA; MORAES, 1984; SOJA, 1993).

Mas essas definições totalizantes são capazes de dirimir a tensão entre as abordagens centradas na construção de uma teoria do espaço e aquelas que enfatizam o estudo das lutas sociais? Ao refletir sobre a questão, Edward Soja sustenta que, por assumir o postulado de que os processos e as contradições da sociedade só são inteligíveis na perspectiva da luta de classes, em seus desdobramentos históricos, a geografia se viu na impossibilidade de desenvolver uma teoria da sociedade capitalista que afirme o espaço como dimensão essencial da estrutura do capitalismo e de suas contradições. O espaço, assim como a história, teria uma dialética, e o medo dos geógrafos críticos em fetichizar o espaço teria limitado os horizontes teóricos da geografia: incapaz de formular uma crítica social fundada essencialmente no estudo do espaço, essa disciplina permaneceria condenada a ser um simples apêndice da teoria social crítica. Assim, uma das fórmulas empregadas por esse autor para resolver o problema é reciclar algumas velhas teorias marxistas do intercâmbio desigual para sustentar a tese de que o capitalismo depende de mecanismos de exploração entre países e entre regiões para contrabalançar os efeitos da lei da queda tendencial da taxa de lucro (SOJA, 1993). Ainda assim, tal explicação precisa se apoiar numa questionável “dialética socioespacial” para convencer o leitor de que as relações de exploração econômica são simultaneamente sociais e espaciais, como também para justificar que as regiões são, em certo sentido, “pessoas, classes, formações sociais”, conforme já questionei com maior detalhamento em outro trabalho (DINIZ FILHO, 1999).

Mas é justamente por essa forma cambiante de trabalhar conceitos de natureza social e espacial que a visão de Soja se opõe à dos geógrafos marxistas para os quais “[...] não há processos espaciais, mas os processos sociais manifestando-se sobre a superfície terrestre. O espaço terrestre apresenta uma série enorme e complexa de fenômenos naturais e sociais que se *estendem* sobre o espaço concreto” (COSTA; MORAES, 1984, p. 128 – itálico no original). É esse mesmo tipo

de conceituação ambígua que aparece nos trabalhos em que Milton Santos procurou demonstrar o papel ativo do espaço, como se nota em sua tentativa de construir uma teoria do Brasil:

Pode-se entretanto atribuir ao lugar, em si mesmo, esse poder? Ou o poder de comando e de regulação são deferidos a entidades públicas e privadas, dotadas de força? Sem dúvida, o exercício do poder regulatório por empresas e pelo poder público não é independente dos sistemas de engenharia e dos sistemas normativos presentes em cada lugar, mas este, em si mesmo, não dispõe de nenhuma força de comando. Retomamos assim a definição do espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ação, consideração indispensável para não se atribuir valor absoluto à metáfora. Tomando essa cautela, pode-se dizer que há espaços que comandam e espaços que obedecem, mas o comando e a obediência resultam de um conjunto de condições, e não de uma delas isoladamente. (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 265).

É nesse sentido que Antonio Carlos Robert de Moraes (2007, p. 140-141) alerta que o conceito de espaço deveria ficar restrito aos sistemas de objetos, pois a inclusão das ações humanas no próprio conceito de espaço abre caminho para o fetichismo espacial. A passagem citada acima é um ótimo exemplo disso, pois reconhece que o exercício do poder é um atributo exclusivo das instituições, mas inclui as ações no conceito de espaço para poder inferir, num lance de pura retórica, que os lugares mantêm relações de poder entre si. Noutras palavras, Santos diz que o exercício do poder é um atributo das instituições, mas, como são necessários objetos para que as ações de poder se realizem, e como as ações também são espaço, pode-se dizer que, num certo sentido, são alguns lugares que mandam e outros que obedecem. É como afirmar que o palestrante fala e o ouvinte presta atenção, mas, uma vez que as ações são espaço, e como são necessários auditórios, sistemas de som e de iluminação, além de mesas e cadeiras para que as palestras aconteçam, conclui-se que, num certo sentido, a mesa de onde o palestrante fala explica um assunto e a área onde estão as cadeiras dos ouvintes presta atenção. Ou ainda, pode-se dizer, sempre *num certo sentido*, que há lugares que explicam e lugares que entendem...

Outro geocrítico que rejeita esse tipo de abordagem é José William Vesentini, para quem a influência do livro *Por uma geografia*

nova, de Milton Santos, foi muito menor do que a das obras de outros autores críticos devido, sobretudo, à falta de engajamento político e à ausência dos sujeitos sociais nas análises, problema ao qual se somavam as ambiguidades na noção de espaço e sua fetichização. Para demonstrar isso, o autor cita como exemplos a questão da moradia, os estudos sobre fronteiras e territórios e a luta pela terra, posto que qualquer pesquisa sobre esses temas deve necessariamente privilegiar o estudo dos sujeitos sociais em luta, e não uma “espaciologia abstrata” (VESENTINI, 2001). Daí a fragilidade do livro *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, de Milton Santos:

Existe nas 473 páginas dessa obra um amontoado de dados estatísticos, mapas e informações descritivas, que podem ser facilmente obtidos por qualquer pessoa em almanaques ou anuários especializados – sobre a rede bancária no Brasil, os aeroportos, as redes de transportes, as refinarias de petróleo e os dutos, os shopping centers etc. – e nenhuma tese ou ideia nova a respeito do significado disso tudo, apenas a constante repetição, em cada capítulo, de que “alguns espaços mandam” (o Sudeste, especialmente São Paulo) e outros “obedecem”. Não existe nenhuma análise dos sujeitos, das classes ou grupos sociais, e nem mesmo qualquer referência às lutas e conflitos ou aos projetos que (re)constróem o espaço ou o território. (VESENTINI, 2001).

O exemplo da luta pela terra é interessante para ressaltar essa tensão epistemológica da geocrítica, pois, enquanto autores como Vesentini sustentam que o foco da análise tem de recair sobre os sujeitos sociais, a concepção oposta também comparece às discussões. É comum ouvir, nas sessões de debate que se sucedem às mesas-redondas sobre geografia agrária organizadas em eventos científicos, a crítica de que os trabalhos centrados no estudo da “questão camponesa” são excessivamente sociológicos, posto que a categoria classe social mostra-se muito mais importante nesses trabalhos do que a categoria espaço. A essas críticas Ariovaldo Umbelino de Oliveira responde que há duas vertentes na geografia crítica: aquela que visa produzir uma teoria do espaço, cujo maior representante é Milton Santos, e a vertente que busca elaborar uma teoria do território, centrada essencialmente no estudo das lutas políticas. Bernardo Mançano Fernandes, talvez por avaliar que os dois lados do debate estão parcialmente corretos, elaborou uma

proposta teórico-metodológica na qual o objeto de estudo não é nem o espaço em si nem os movimentos sociais, mas sim o que ele denomina “movimentos socioespaciais” e “movimentos socioterritoriais”, numa tentativa de substituir os conceitos sociológicos de movimento social por conceitos especificamente geográficos. (FERNANDES, 2005, p. 30; 2000)

Essa proposta resolve a questão? A resposta é negativa, por dois motivos. Em primeiro lugar, porque essa proposta não dá conta de abranger o temário geográfico em seu conjunto (e nem parece ser essa a intenção de Fernandes, mais preocupado em demonstrar a especificidade dos estudos geográficos sobre reforma agrária, luta por moradia e outros temas correlatos). O tema das migrações internas, para citar apenas um exemplo, abarca um conjunto de questões e teorias que vai muito além das reivindicações de certos grupos políticos quanto à propriedade de imóveis rurais ou urbanos (POVOA-NETO, 1997). Em segundo lugar, cabe dizer que, mesmo que se restrinja a avaliação apenas à geografia rural, o conceito de movimento socioterritorial e outros que lhe são auxiliares mostram-se dispensáveis para realizar o objetivo essencial da geocrítica, a saber, elaborar uma crítica radical da sociedade capitalista baseada no estudo do espaço e das formas de apropriação da natureza.

De fato, os geógrafos rurais brasileiros, aí incluído Fernandes, são aliados incondicionais do MST e de outras organizações radicais de luta pela reforma agrária, do mesmo modo que acontece com muitos outros cientistas sociais que também encampam as bandeiras desses grupos. No entanto, conceitos tais como territorialização, desterritorialização e reterritorialização não conduzem a nenhuma teoria capaz de provar a superioridade social, econômica e ambiental do modelo de reforma agrária defendido por esses grupos que seja essencialmente distinta daquelas utilizadas por pesquisadores de outras áreas. Fernandes supõe que o fato de a geografia empregar o conceito de território numa perspectiva multidimensional (FERNANDES, 2005) – um geógrafo tradicional diria “perspectiva sintética” – já é suficiente para chegar a esse resultado por uma via original. Mas a verdade é que a velha oposição entre “terra de trabalho” e “terra de negócio”, formulada por José de Souza Martins e utilizada por Fernandes (2000), já dá conta da formulação de uma teoria

justificadora de propostas de reforma agrária rápida e massiva, ainda que não seja essa a visão atual do próprio Martins (2004) sobre o tema. Demonstração clara disso é o modo como os geógrafos rurais se amparam na dicotomia camponato *versus* agronegócio para sustentar suas conclusões, de modo idêntico ao que qualquer sociólogo pode fazer, conforme se verá no próximo capítulo.

Em função disso, uma maneira de produzir pesquisas geográficas aptas a subsidiar as lutas políticas das organizações de “luta pela terra” e que não se confundam com as pesquisas de sociólogos rurais é organizar bancos de dados georreferenciados sobre acampamentos, assentamentos, conflitos agrários, e assim por diante. Mas esse é justamente o momento em que Ana Fani Alessandri Carlos (2007), embora elogiando os objetivos desse tipo de pesquisa, critica certos resultados produzidos pelo projeto DATALUTA (FERNANDES, 2003). Segundo a autora, “a distribuição espacial das ocupações em si não esclarece as lutas, uma vez que não ilumina sua negatividade, mas apenas as localiza espacialmente” (CARLOS, 2007). E não se pode negar que essa ponderação de Carlos é coerente com o materialismo histórico dialético, pois, se tal método supõe que as contradições sociais não se revelam de imediato na observação empírica – e daí a distinção entre aparência e essência –, não há mesmo como cartografar a negatividade que explicaria os fenômenos.

Em suma, a geocrítica utiliza conceitos totalizantes de espaço, produção do espaço, dialética socioespacial e território para produzir teorias geográficas anticapitalistas, mas tal procedimento leva ao dilema de escolher entre aplicar teorias produzidas por outras ciências para explicar os conflitos sociais ou produzir teorias que afirmam o papel “ativo” do espaço, mas que são facilmente criticáveis por perderem o foco nas lutas políticas e/ou por descreverem essas lutas por meio de metáforas espaciais fetichistas. Considerando-se que as dificuldades de lidar com essa questão já se arrastam há cerca de trinta anos, está na hora de discutir se o problema não se deve à impossibilidade lógica de elaborar uma teoria do espaço que consiga ser também uma crítica “de raiz” ao capitalismo sem incorrer em alguma forma de fetichismo espacial, impossibilidade essa que nenhuma “dialética” consegue disfarçar.

O mais importante, porém, não é discutir se haveria ou não caminhos possíveis para resolver essa contradição. Ressaltar sua existência é relevante para demonstrar que a assimilação do marxismo pela geografia é muito mais problemática do que parece à primeira vista, mas carrega em si o perigo de concentrar os debates numa questão epistemológica interna à disciplina, quando na verdade *a crise da geocrítica é apenas um reflexo da crise mais ampla da teoria social crítica*. É essa crise é reflexo não só da ausência de um projeto socialista definido, mas também, e principalmente, da incapacidade desse corpo teórico de explicar os avanços do capitalismo em termos da capacidade de combinar crescimento econômico, democracia e bem-estar social.

1.3 Utopias indefinidas

Logo em seu início, o artigo publicado por Ana F. A. Carlos no *site* do IX Colóquio repete pela enésima vez uma das ideias centrais da teoria social crítica, qual seja, a de que o mundo contemporâneo se encontra numa crise generalizada (GOMES, 2003), ao mesmo tempo econômica, política, social, ecológica, cultural, etc., para logo em seguida concluir que:

[...] um debate sobre as soluções possíveis diante de um mundo em crise passa, necessariamente, pela potência analítica das ciências sociais, capaz de revelar as contradições que explicitam a dinâmica da realidade. Portanto antes de se buscar soluções que permitam a reprodução do sistema capitalista, faz-se necessário encontrar as possibilidades de sua superação – e, de fato, o desenvolvimento do capitalismo provou, concretamente, que ele não tem uma “missão civilizatória”. (CARLOS, 2007).

Nessa passagem, a autora reafirma dois pressupostos fundamentais do pensamento radical que, ao serem incorporados pela geocrítica, já nos anos 1970, assumiram a seguinte formulação: as questões ambientais e socioespaciais são frutos da lógica intrínseca de funcionamento do capitalismo, e o planejamento estatal, por isso mesmo, é incapaz de oferecer respostas efetivas a tais questões, que só podem ser resolvidas plenamente com a superação da sociedade capitalista. Contudo, tal afirmação, observada à luz dos argumentos que a autora elabora no

restante do artigo, já põe a nu a crise da teoria social crítica, posto que seu trabalho não faz absolutamente nenhuma discussão sobre as ditas “soluções possíveis” e também não menciona qualquer proposta concreta de superação do capitalismo, ou mesmo alguma diretriz geral de mudanças viáveis que pudessem levar a esse resultado. O caminho da superação estaria em substituir a economia de mercado pelo planejamento estatal centralizado, como se tentou no socialismo real, ou em alguma fórmula inovadora de realização dos ideais socialistas compatível com o funcionamento do mercado? O argumento de que uma discussão sobre propostas extrapolaria os objetivos do seu trabalho não seria aceitável, pois, se houvesse intelectuais críticos capazes de formular respostas claras e originais para essa questão, seria muito simples mencioná-las, com as devidas citações às obras que delas tratassem.

Já no artigo *Certa má herança marxista* (DINIZ FILHO, 2002) foi relatado que, durante o debate *Adeus ao socialismo?*, realizado em abril de 1991 no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – Cebrap, houve um consenso entre os presentes (na maior parte, intelectuais marxistas ou bastante influenciados pelo marxismo) de que o socialismo não é viável sem um arranjo entre a ação planejadora do Estado e o funcionamento do mercado, conclusão essa que levou Luiz Felipe de Alencastro a indagar quais elementos de um socialismo assim concebido não seriam contemplados pelo *welfare state*. A resposta que ele recebeu foi o silêncio, mesmo depois de sua pergunta haver sido repetida por outro debatedor, durante o mesmo debate. Carlos ignorou olímpicamente essa questão, que estava no trabalho criticado em seu artigo, e se dedicou a repetir os pressupostos do pensamento radical sem qualquer discussão sobre as soluções que, segundo ela, os intelectuais críticos têm o dever de encontrar.

De fato, o silêncio de Carlos sobre essa questão, assim como o silêncio dos debatedores ante a pergunta de Alencastro, são sintomas de um contexto de crise teórica e prática das esquerdas, no qual os intelectuais críticos se dividem entre os saudosos de velhos modelos e aqueles que, desejando encontrar fórmulas alternativas de socialismo, admitem não ter propostas claras a fazer. Vale a pena comentar as visões de socialismo manifestas recentemente por alguns intelectuais.

Começando pelo filósofo marxista José Paulo Netto, vê-se que ele ainda defende o modelo de economia planificada, mas desde que

corrigido por “[...] reais *processos autogestionários* aptos para otimizar (com a liquidação de traços e excrescências burocráticos) a alocação central de recursos” (NETTO, 2001, p. 72 – itálico no original). E esse autor conserva também a tese de que o uso da violência é inevitável para a construção do socialismo, embora recorra a eufemismos para enunciá-la. Após rejeitar o “reformismo limitado”, afirma que as forças comprometidas com o socialismo devem “[...] *descartar os modelos de desenlaces explosivos e insurreccionais, mas sem iludir-se quanto (e preparando-se politicamente para) à inevitabilidade de momentos traumáticos num processo certamente pouco idílico [...]*” (NETTO, 2001, p. 53 – itálicos no original).

Em contraste, Paul Singer, no debate mencionado, reconheceu a superioridade do mercado como mecanismo de orientação das decisões de investimento em setores que produzem mercadorias não padronizadas, como a indústria do vestuário, e por isso propôs substituir o planejamento centralizado por um planejamento parcial, isto é, um modelo no qual o Estado operaria apenas os setores que produzem bens padronizados, como a indústria de insumos básicos, e que demandariam um controle mais centralizado. Por sua vez, Maria da Conceição Tavares, embora afirmando que a crítica do marxismo à economia capitalista se mantém válida, admitiu defender o socialismo com base apenas no desejo de realizar uma utopia, justificativa que remete a discussão para a esfera das “paixões e interesses”, segundo suas palavras. Daí ela haver afirmado, em resposta à crítica de que a superação do pensamento utópico era justamente um postulado central do trabalho teórico de Marx, que “ninguém manda fazer socialismo científico!” – *sic* (SINGER et al., 1991, p. 19). Mas, apesar da defesa religiosa do socialismo utópico, a autora é suficientemente lúcida para não encampar propostas de mudança da economia brasileira que transponham as fronteiras da tradição histórico-estruturalista do pensamento econômico latino-americano, isto é, da reforma do capitalismo “periférico” por meio de forte intervenção econômica estatal (BELLUZO; TAVARES, 2002).

Já um autor que tem o bom senso de fugir das profissões de fé socialistas, mas que também não consegue superar o impasse em que Tavares patina, é Ruy Fausto (2007). Numa entrevista sobre o seu livro *A esquerda difícil*, esse filósofo afirmou que a obra de Marx

continua essencialmente válida no que diz respeito à crítica geral ao capitalismo, mas que “funciona muito mal como política, e em grande parte, como filosofia da história”, além de não se prestar à crítica das várias formas de totalitarismo. Mais adiante, reconhece que “não é fácil propor programas” para compor um projeto socialista democrático, mas apenas “pensar em algumas ideias” (*sic*). Uma delas é mudar o sistema de cobrança do imposto de renda para combater a desigualdade, medida essa que, somada a um conjunto vago de “medidas econômicas que facilitem o desenvolvimento”, liberariam recursos para uma reforma profunda dos sistemas de educação e de saúde. E como fica o mercado dentro desse esboço tão indefinido de projeto socialista? Segundo esse autor, o socialismo “seria uma sociedade em que há mercadoria e mercado, mas em que o capital é de uma forma ou de outra controlado, e neutralizado nos seus efeitos“. O mais perto que chegou de alguma proposta socialista foi quando manifestou esperanças em relação à economia solidária, embora sem fazer qualquer consideração sobre as reais possibilidades de generalização do cooperativismo como sistema produtivo. Portanto, Ruy Fausto, em 2007, estava na mesma situação de Tavares e de outros participantes do debate sobre a crise do socialismo realizada no Cebrap, em 1991: ele reconhece que o socialismo não pode dispensar o mercado e, por isso mesmo, não é capaz de pensar em medidas que não possam ser contempladas dentro de um padrão de *welfare state* com características universalistas e distributivistas e combinado com uma significativa intervenção econômica estatal.

Essa incapacidade de fazer proposições claras se revela também no pensamento de Boaventura de Souza Santos (2007), o qual também reconhece a ausência de um projeto global de transformação da sociedade ao escrever que “o socialismo do século 21, como o próprio nome indica, define-se, por enquanto, melhor pelo que não é do que pelo que é: não quer ser igual ao socialismo do séc. 20, cujos erros e fracassos não quer repetir”. Sendo assim, ele procura indicar “alguns traços da alternativa” socialista apelando para a pauta (aliás, extremamente heterogênea) dos movimentos políticos abrigados no Fórum Social Mundial, atitude essa que o leva a reconhecer que o projeto socialista não deve abrir mão, em certo grau, da propriedade privada e da democracia representativa:

Um regime pacífico e democrático assente na complementaridade entre democracia representativa e democracia participativa; legitimidade da diversidade de opiniões, não havendo lugar para a figura sinistra do “inimigo do povo”; modo de produção menos assente na propriedade estatal dos meios de produção que na associação de produtores; regime misto de propriedade em que coexistem propriedade privada, estatal e coletiva (cooperativa); concorrência por um período prolongado entre a economia do egoísmo e a economia do altruísmo, digamos, entre Microsoft Windows e Linux; sistema que saiba competir com o capitalismo na geração de riqueza e lhe seja superior no respeito à natureza e na justiça distributiva; nova forma de Estado experimental, mais descentralizada e transparente, de modo a facilitar o controle público do Estado e a criação de espaços públicos não estatais; reconhecimento da interculturalidade e da plurinacionalidade (onde for o caso); luta permanente contra a corrupção e os privilégios decorrentes da burocracia ou da lealdade partidária; promoção da educação, dos conhecimentos (científicos e outros) e do fim das discriminações sexuais, raciais e religiosas como prioridades governativas. (SANTOS, 2007).

É interessante notar que esse autor, cujo pensamento pode ser classificado como pós-modernista, comunga com o marxismo do objetivo de integrar a reflexão política à reflexão teórico-metodológica. Isso se manifesta quando o autor contrapõe a “ciência hegemônica” (que seria uma mera reprodução do ponto de vista dos grupos dominantes da sociedade) à sua proposta de

[...] uma outra ciência menos imperial e mais multicultural, de uma outra relação mais igualitária entre conhecimentos alternativos (práticos, de senso-comum, tácitos, plebeus etc.) e sobretudo a possibilidade de pôr essa constelação de conhecimentos a serviço da luta contra as diferentes formas de opressão e de discriminação [...]. (SANTOS, 2002, p. 21).

O que há de revelador nessa afirmação é que, apesar de o autor proclamar a legitimidade dos conflitos de opinião, sua concepção de ciência reproduz a velha dicotomia stalinista entre “ciência burguesa” e “ciência proletária” com nova roupagem. Ele apenas substitui as classes sociais e seus interesses econômicos por um universo cultural mais amplo, que inclui os pobres em geral (especialmente os do Terceiro Mundo), além de mulheres, gays, negros, sem-terra, etc. Mas,

se a própria concepção de ciência e de política desse autor é dogmática e autoritária desse modo, como se pode acreditar que uma alternativa socialista democrática possa brotar de suas análises?

Um último exemplo que vale comentar é o de José de Souza Martins, sociólogo marxista que exerceu influência central na geografia agrária dos anos 1970 e 1980. Esse autor é interessante porque, ao contrário de Boaventura de Souza Santos e da maioria dos geocríticos, mantém um compromisso com a neutralidade ética do pesquisador (sendo esta definida segundo a epistemologia marxista) e por ter sido capaz de rever boa parte de suas concepções iniciais sobre reforma agrária, motivo pelo qual seus trabalhos mais recentes são rejeitados pelos geógrafos. Mas, apesar da inteligência e do refinamento teórico de Martins, sua análise da crise do socialismo e os argumentos que usa para demonstrar a validade da crítica socialista ao capitalismo não avançam nada em relação aos outros autores já comentados.

De início, Martins afirma que o desmanche dos Estados socialistas ocorreu devido ao esquecimento de que a crítica dialética das experiências socialistas tem de ser um elemento essencial da construção do socialismo. Esse equívoco teria levado tais experiências a se tornarem fórmulas rígidas, aplicadas sem que se questionassem os efeitos da limitação da liberdade e sem a preocupação de verificar constantemente, à luz das relações entre teoria e prática, a verdade histórica do projeto socialista (MARTINS, 2004, p. 156). Contudo, o autor não tece nenhuma consideração sobre os problemas econômicos e sociais concretos que levaram à derrocada socialista e não diz nem uma palavra sobre a tese de que há deficiências e contradições que são inerentes à economia planificada. Não esclarece, pois, se continua válido o projeto de construir uma sociedade sem mercado ou se uma economia socialista deveria preservar os mecanismos de mercado, embora instituindo formas de controle diferentes daquelas já existentes nos países capitalistas.

Em seguida, para demonstrar a validade da crítica socialista ao capitalismo, o autor tece considerações superficiais, ambíguas e incoerentes sobre pobreza e desigualdade. Começa dizendo que o capitalismo contemporâneo cria pobreza material, fome e miséria do mesmo modo que no século XIX, mas, pouco adiante, diz que “hoje a pobreza

é relativa, mas ainda é pobreza, uma pobreza perversa porque confunde a vítima, dá-lhe a impressão de ter quando não tem, porque lhe oferece coisas, quantidades, bens materiais no lugar de sua emancipação como ser humano, de sua liberdade, como senhor do próprio destino” (MARTINS, 2004, p. 157).

Ora, dizer que a pobreza tornou-se relativa porque mesmo os pobres têm acesso a bens de consumo contradiz a afirmação de que o capitalismo continua a produzir miséria e fome. Para tentar resolver essa incoerência, o autor menciona sumariamente que há desigualdades entre países e apela para o estereótipo (falso, como se verá no próximo capítulo) de que os favelados do Rio de Janeiro e de São Paulo deixam de comer todos os dias para poderem comprar televisão. Assim, ele diz que em “muitos lugares” o capitalismo ainda priva as pessoas de casa, comida e roupa, enquanto em outros há privação de acesso à escola e a bens culturais. Acrescenta também que na Ásia, na África e na América Latina o capitalismo priva os trabalhadores de liberdade, o que se verifica na prática do trabalho escravo. Já nos países ricos, onde é evidente a universalização do acesso a bens essenciais e à educação, bem como o respeito às leis trabalhistas, Martins afirma somente que o capitalismo “priva de esperança, sobretudo os jovens”, numa referência ao elevado desemprego (MARTINS, 2004, p. 157).

Todavia, nenhum desses argumentos resolve a contradição entre atribuir ao capitalismo a produção da miséria e, ao mesmo tempo, admitir que em muitos países capitalistas a pobreza tornou-se apenas relativa. Para demonstrar que a fome e a miséria são inerentes ao capitalismo, seria preciso ao menos apresentar informações empíricas que demonstrassem que esses problemas estão se agravando ou que o contingente populacional afetado tem se mantido estável em termos absolutos ou relativamente ao conjunto da população mundial. No entanto, Martins não apresenta nenhuma evidência empírica para justificar seu diagnóstico, o qual pode ser facilmente contestado pela série histórica de alguns indicadores sociais, como se verá mais adiante. Além disso, se o autor admite implicitamente que há países capitalistas que eliminaram as situações de fome e de pobreza absoluta, só faz sentido acusar o capitalismo de produzir essas situações em outros países recorrendo-se a alguma teoria do intercâmbio desigual que demonstre que a riqueza dos primeiros se constrói a partir da pobreza

dos segundos. Mas as teorias das trocas desiguais, que sempre foram acusadas de incompatíveis com a teoria marxista do valor (DINIZ FILHO, 1999), mostram-se tão desacreditadas nos dias de hoje que Martins nem sequer as menciona em suas críticas ao capitalismo.

Nesse sentido, Martins, nos anos 2000, encontra-se na mesma posição em que estavam os participantes do já mencionado debate *Adeus ao socialismo?*, em 1991. Nesse evento, alguns debatedores afirmaram que o capitalismo foi “vitorioso” somente num seletivo grupo de países, mas nenhum deles propôs justificar esse diagnóstico acusando a existência de mecanismos de exploração do tipo “centro/periferia” (DINIZ FILHO, 2002, p. 91). Por esse motivo, Maria Hermínia Tavares de Almeida alertou esses participantes do debate que o êxito dos países capitalistas desenvolvidos não pode ser tratado como se fosse uma experiência idiossincrática desprovida de interesse teórico (SINGER et al., 1991, p. 28). Afinal de contas, as “leis de funcionamento” do capitalismo não podem ser válidas somente para alguns países. Na ausência de mecanismos de exploração intrínsecos ao sistema econômico internacional, como explicar o sucesso alcançado pelos países desenvolvidos em termos de crescimento econômico, distribuição de renda, desenvolvimento humano, direitos trabalhistas e estabilidade do regime democrático?

Por fim, qualificar as altas taxas de desemprego vigentes em alguns países desenvolvidos como problema inerente ao capitalismo contemporâneo implica ignorar que o desempenho de cada país em termos de geração de postos de trabalho varia muito, sendo que os fatores determinantes dessas variações estão ligados à escolaridade, à legislação trabalhista e às transformações tecnológicas. Segundo José Pastore, nos países em que a legislação trabalhista é flexível, o desenvolvimento tecnológico cria mais empregos do que destrói, dando-se o inverso nos países com legislação rígida. No ano 2000, enquanto os Estados Unidos apresentavam uma taxa de desemprego de 4,1% e os Tigres Asiáticos uma taxa média de 5,0%, países com instituições rígidas, como Alemanha, França e Espanha, apresentavam taxas de 11%, 10% e de 15%, respectivamente (PASTORE, 2009).

Mas o essencial é ressaltar que esse breve panorama da situação em que se encontra a teoria social crítica demonstra porque Ana Fani Alessandri Carlos não esclarece coisa alguma a respeito de como poderia

ser a tal “superação do capitalismo” (mesmo após afirmar que os cientistas sociais têm o dever de descobrir caminhos para tanto) e depois se dedica a atacar esse sistema. Mas tal estratégia deixa muitas indagações no ar. Por exemplo, até que ponto os intelectuais críticos podem asseverar que suas teorias anticapitalistas estão corretas se dessas teorias não brota nenhuma alternativa concreta de transformação da sociedade, a não ser aquelas já reconhecidamente fracassadas? Se o “critério da verdade” das teorias é a prática social, como sempre disseram os marxistas, essa incapacidade de fazer propostas não é a maior demonstração de que a teoria social crítica foi derrotada justamente no domínio prático? A tal “lógica do capitalismo” seria mesmo responsável por tudo de que é acusada? E se não for, qual é o sentido em afirmar intransigentemente que os geógrafos e outros pesquisadores não devem oferecer contribuições às atividades de planejamento público ou privado? Outra pergunta: deve-se partir do princípio de que quaisquer grupos políticos cujos discursos tenham um conteúdo anticapitalista ou antiglobalização estejam automaticamente certos, na suposição de que eles podem ser os embriões de um futuro, embora ainda indefinido, socialismo? Assumir esse pressuposto não é simplesmente desistir de pensar, entregar-se à cegueira ideológica travestida de “ciência multicultural”?

Ora, o artigo “Certa má herança marxista” (DINIZ FILHO, 2002), ao qual a autora tece críticas diretas, já chamava atenção para uma ideia muito pertinente do sociólogo Francisco de Oliveira, segundo a qual o mais importante “desafio teórico” que se impõe aos marxistas não é dar explicações para a derrocada do socialismo real, mas sim entender por que o capitalismo “avançou no sentido daquilo que supúnhamos premissas teóricas do socialismo” – embora ele faça a ressalva de que tais avanços teriam se limitado a um pequeno grupo de países (SINGER et al., 1991, p. 13). Coerentemente com sua estratégia, Carlos se exime de discutir essa tese, afirma categoricamente que o capitalismo não possui uma “missão civilizatória”, e encerra o assunto.

Mas será que o capitalismo não possui de fato nenhum papel civilizatório ou historicamente progressista? Essa questão merece uma análise um pouco mais detida.

1.4 Os avanços sociais produzidos pelo capitalismo

É preciso questionar o significado que Carlos atribui à expressão “missão civilizatória”, o qual não foi explicitado em seu texto. Em sua visão, o processo civilizatório consiste unicamente na constituição de padrões de sociabilidade e de valores culturais considerados humanistas à luz da filosofia marxista? Ou a autora pensa num movimento mais amplo, que inclui não somente essas transformações de ordem sociocultural como também a elevação dos níveis de educação e de bem-estar da sociedade, que seria uma pré-condição para o advento do socialismo? Se a primeira resposta for verdadeira, isso significa que a autora despreza o progresso material e social que o capitalismo tem gerado – parte dos avanços em direção às “premissas teóricas do socialismo”, comentadas por Oliveira – e restringe-se a uma crítica filosófica ao capitalismo para poder negar-lhe qualquer positividade. Se a segunda resposta for verdadeira, conclui-se que a autora nega ao capitalismo qualquer sentido civilizatório porque ignora ou faz de conta que não vê os avanços socioeconômicos e políticos que estão sendo alcançados em todos os continentes.

A verdade é que o capitalismo possui, sim, um sentido histórico progressista, o qual nunca se esgotou e continua em curso na atualidade. Demonstração evidente disso está no fato de que, de 1981 a 2005, o número de habitantes do mundo em desenvolvimento que vivia com menos de 1,25 dólar por dia, a preços de 2005, caiu de 1,9 bilhão para 1,4 bilhão. Assim, a participação relativa dos mais pobres na população total dessa região foi reduzida de metade para cerca de um quarto (CHEN; RAVALLION, 2008). Resultados semelhantes são obtidos mesmo quando se usa o limite de um dólar diário *per capita* como critério para definir a linha de pobreza, posto que, de 1984 a 2004, o percentual de pessoas vivendo nessa situação nos países em desenvolvimento caiu expressivamente, de 33% para 18% (FERREIRA; LEITE; RAVALLION, 2007, p. 2-3).

E a causa principal desse processo foi simplesmente o crescimento econômico, como demonstram diversas pesquisas internacionais. Com base numa amostra de 16 países, Martin Ravallion calcula que 64% da variação observada na queda da proporção de pobres de cada um deles se explicam pelas diferenças das suas respectivas taxas de

crescimento econômico. Já um estudo do Banco Mundial referente a uma amostra maior de países estima que 52% dessa variação se deveram exclusivamente ao crescimento. A importância do crescimento econômico é predominante, sobretudo, quando se consideram períodos de tempo longos, chegando a responder por 71% a 97% da redução do número proporcional de pobres (FERREIRA; LEITE; RAVALLION, 2007, p. 2-3). Assim, o crescimento econômico produzido pela economia de mercado cria uma tendência estrutural à redução da pobreza, embora a elasticidade da relação entre essas duas variáveis seja afetada significativamente por fatores econômicos, demográficos e institucionais, como se pode notar na comparação entre países ou entre diferentes períodos da história de um mesmo país, caso do Brasil (FERREIRA; LEITE; RAVALLION, 2007, p. 5; BARROS et al., 2006; IPEA, 2006).

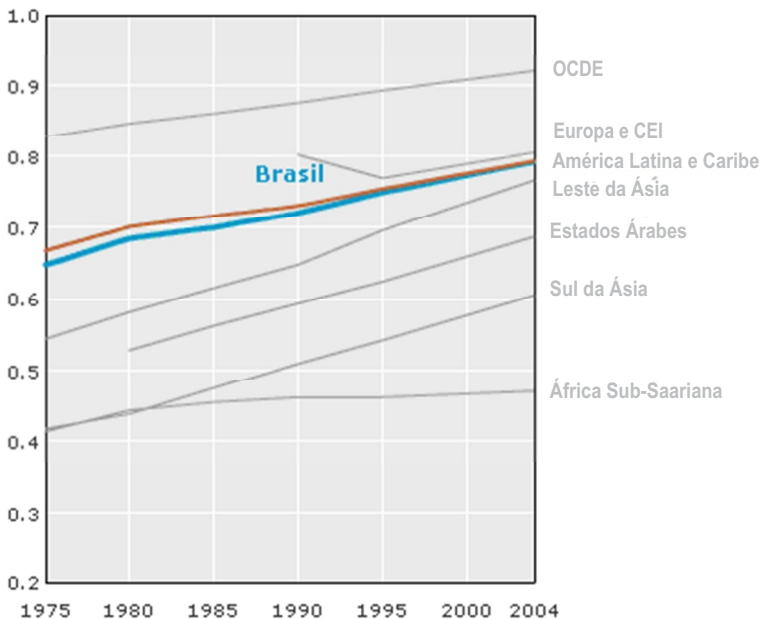
Esses dados podem causar surpresa a muitos geógrafos e cientistas sociais brasileiros, acostumados a ler trabalhos acadêmicos e matérias jornalísticas que sugerem ou afirmam explicitamente ter havido uma grande ampliação da pobreza nas últimas décadas. Milton Santos (2000), por exemplo, afirmava estar havendo aumento da pobreza e queda da qualidade de vida em todos os países, mas, ao invés de comprovar esse diagnóstico com informações empíricas, preferia apenas deduzir que isso estava acontecendo porque, dentro do modelo de “globalização perversa”, os investimentos sociais teriam de ser reduzidos. É incrível que muitos acadêmicos aceitem ilações como essas, construídas a partir de pressupostos puramente ideológicos, como se fossem a enunciação de fatos tão óbvios que dispensariam comprovação.

A verdade é que, além de diminuir o número de pobres, o desenvolvimento capitalista vem produzindo uma ampliação do excedente econômico capaz de financiar investimentos públicos e privados que têm feito melhorar os níveis de bem-estar social mesmo em países onde o crescimento econômico e a redução da pobreza foram relativamente modestos. É o caso do Brasil, que, nos anos de 1984 a 2004, reduziu o percentual de pessoas que vivem com menos de um dólar por dia de 8% para 7%, o que é um resultado medíocre em comparação com o do restante dos países em desenvolvimento nesses mesmos anos, como visto (FERREIRA; LEITE; RAVALLION, 2007, p. 2-3). Ainda assim, houve elevação da renda *per capita* e melhora dos indicadores

de esperança de vida e de educação, de modo que o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH brasileiro evoluiu de 0,700 para 0,800 no período que vai de 1985 a 2005.

E o Brasil está longe de ser uma exceção, pois os dados divulgados anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD mostram que o IDH de praticamente todos os países pesquisados melhora em relação aos índices dos anos anteriores, demonstrando assim que a sociedade capitalista continua sendo capaz de elevar a renda *per capita*, a escolaridade e a esperança de vida, ao mesmo tempo em que reduz a mortalidade infantil. Esse é um fato notório e incontestável, mas, dada a insistência com que intelectuais críticos vociferam que o mundo está passando por uma catástrofe social (na mesma linha de raciocínio de Milton Santos), talvez não seja ocioso detalhar um pouco as informações.

Gráfico 1 - Índice de desenvolvimento humano Brasil e regiões selecionadas 1975-2004



Fonte: PNUD <http://hdr.undep.org/external/flash/hdi_trends/> Acesso em: 20 ago. 2007

Os dados mostram claramente que, nas últimas décadas, tem havido um processo ininterrupto de elevação do IDH em quase todas

as regiões do mundo. Uma exceção é o espaço formado pela Europa Central e Oriental mais a Comunidade dos Estados Independentes, no qual houve uma crise econômica de proporções desastrosas na primeira metade dos anos 1990, resultante da queda do Muro de Berlim e do esfacelamento da URSS. De 1995 a 2004, a região voltou ao patamar em que estava antes da derrocada do socialismo, podendo então avançar mais. Nesse sentido, a elevação do desenvolvimento humano foi interrompida justamente onde se deu o colapso do modelo de sociedade preferido por intelectuais como Milton Santos, o qual sempre defendeu as ditaduras comunistas em suas falas nos eventos de geografia.

A segunda exceção no contexto internacional é a África Subsaariana, cujo IDH cresceu lentamente nos anos 1975-1990, permaneceu praticamente estagnado na primeira metade dos anos 1990, e depois voltou a evoluir em ritmo lento. De acordo com o PNUD, isso se deve parcialmente a dificuldades econômicas, mas a razão principal está nos efeitos da epidemia de AIDS sobre a esperança de vida. Em todas as demais regiões do mundo, verifica-se que não só tem havido melhora ininterrupta dos indicadores que compõem o IDH nos últimos anos como as distâncias relativas entre os países da OCDE e as outras regiões do mundo diminuíram. No caso das duas regiões asiáticas indicadas, é a partir dos anos 1980 e 1990 que se acelera o processo de elevação do IDH, reduzindo mais depressa a distância que as separa dos países da OCDE no que diz respeito a esse indicador. Essa é uma indicação clara de que a redução das disparidades econômicas entre o mundo desenvolvido e diversos países asiáticos com crescimento altamente dinâmico, tais como China, Índia, Malásia, Tailândia e Indonésia (KRUGMAN, 1999, p. 47-48), reflete-se também nos indicadores sociais.

A trajetória do Sul da Ásia, aliás, forma um contraste muito interessante com a África Subsaariana. Em 1975, essa região asiática encontrava-se em estado tão desolador quanto a africana, mas já na primeira metade dos anos 1980 houve um claro descolamento entre as suas respectivas trajetórias de elevação do IDH. Os indicadores de pobreza produzidos recentemente confirmam esse contraste na comparação da região mais pobre da África com regiões asiáticas, posto que, de 1981 a 2005, o percentual de pessoas que vivem com menos de 1,25 dólar por dia foi reduzido de 80% para 20% no Leste da Ásia, mas

estacionou em cerca de metade da população na África Subsaariana (CHEN; RAVALLION, 2008). As informações problematizam qualquer tentativa de explicar o desastre subsaariano como produto estrutural do funcionamento do capitalismo ou de relações “centro/periferia”, pois, partindo-se do pressuposto de que as leis da acumulação de capital são prejudiciais para os mais pobres, torna-se imperioso responder por que essas leis haveriam de ser mais implacáveis com os pobres da África do que com os da Ásia. Portanto, é impossível negar que o capitalismo mantém seu papel histórico progressista, na medida em que continua sendo capaz de gerar, em todos os continentes, massas humanas com maior poder de compra, escolaridade mais alta, vida mais longa e mais saudável. Numa palavra, melhores níveis de bem-estar para a grande maioria da população mundial².

É certo que a essa constatação os intelectuais críticos podem contrapor que tais benefícios são muito desigualmente distribuídos e que o preço pago por eles tem sido uma crise ambiental de consequências possivelmente catastróficas. No que diz respeito à desigualdade, é certo que a competição no mercado constitui um mecanismo que estimula a produção de bens e serviços com qualidade crescente a preços cada vez mais acessíveis, lógica essa que, em si mesma, não tende a distribuir a riqueza de forma equitativa. No entanto, é justamente por estimular o crescimento econômico e a elevação da produtividade do trabalho que o mercado induz à transformação da pobreza absoluta em pobreza relativa. Até uma socialista dogmática como Maria da Conceição Tavares já reconheceu esse fato, ao afirmar que o descolamento progressivo da valorização do capital em relação ao trabalho vivo e a perda da medida objetiva da exploração do trabalho são processos que

² “Each year since 1990 the Human Development Report has published the human development index (HDI) that looks beyond GDP to a broader definition of well-being. The HDI provides a composite measure of three dimensions of human development: living a long and healthy life (measured by life expectancy), being educated (measured by adult literacy and enrolment at the primary, secondary and tertiary level) and having a decent standard of living (measured by purchasing power parity, PPP, income). The index is not in any sense a comprehensive measure of human development. It does not, for example, include important indicators such as inequality and difficult to measure indicators like respect for human rights and political freedoms. What it does provide is a broadened prism for viewing human progress and the complex relationship between income and well-being.” (PNUD. Disponível em: <http://hdr.undp.org/hdr2006/statistics/countries/country_fact_sheets/cty_fs_BRA.html>. Acesso em: 8 set. 2007)

destróem os mecanismos estritamente econômicos de regulação da produção capitalista, abrindo espaço para a politização crescente das relações econômicas. Em suas palavras, “a miséria absoluta torna-se cada vez mais ‘relativa’ nos distintos países, com disparidades crescentes na organização social do trabalho e na distribuição ‘politizada’ das rendas do trabalho” (TAVARES, 1979, p. 17).

Essa é a forma como a teoria marxista do valor procura explicar os avanços sociais que vêm ocorrendo sob o capitalismo e também o elevado nível de homogeneidade social alcançado nos países desenvolvidos. Autores de visão liberal também afirmam que as diferenças observadas no grau de concentração de renda e de proteção ao trabalhador em cada país se devem a opções políticas distintas, e destacam que tais escolhas se definem na esfera da cultura. Alan Greenspan afirma a existência de inúmeras formas de capitalismo, as quais se diferenciam entre si de acordo com a maior ou menor tolerância cultural à exposição dos indivíduos aos riscos inerentes à competição no mercado. O capitalismo americano é o mais dinâmico e produtivo, e também aquele em que há menos sistemas institucionais de segurança contra os riscos associados às decisões individuais de investimento e de colocação profissional, dando-se o inverso na Europa e no Japão. Tais diferenças se refletem no fato de que os americanos passam em média 6,6 anos trabalhando no mesmo emprego, ao passo que os alemães permanecem durante 10,6 anos e os japoneses 12,2 anos (GREENSPAN, 2007). Analogamente, as desigualdades sociais tendem a ser maiores nos Estados Unidos do que em países onde os sistemas tributários foram planejados para reduzir o incentivo pecuniário a assunção de riscos, além de haverem constituído padrões de *welfare state* em que predominam os critérios universalistas de distribuição de benefícios sociais.

Por sua vez, Bernardo Kliksberg, que não é radical como Tavares, mas também não acata a visão positiva de Greenspan sobre a “mão invisível do mercado”, afirma que há vários países que têm se mostrado capazes de combinar sucesso macroeconômico com desenvolvimento humano, tais como Noruega, Suécia, Dinamarca, Holanda, Bélgica, Canadá, Israel, Japão e países do Sudeste Asiático, principalmente Coreia do Sul e Taiwan (2002, p. 36). De modo similar, os autores regulacionistas reconheceram haver grandes diferenças nas formas de relacionamento entre Estado, mercado e sociedade quando

elaboraram o conceito de “vias de desenvolvimento do capitalismo” para estudar as alternativas de superação do que eles denominam “fordismo”. Nos trabalhos que produziram até meados dos anos 1990, era explícita a atribuição de superioridade competitiva e social à via de desenvolvimento do Japão, sul da Alemanha e Terceira Itália relativamente à “via neotaylorista” predominante nos Estados Unidos e Inglaterra (LEBORGNE, 1996; LEBORGNE; LIPIETZ, 1988). Precipitaram-se ao escolher a “via” vencedora na competição capitalista, conforme os anos 1990 e 2000 têm demonstrado muito bem, mas não há dúvida de que estavam certos em reconhecer que há diferenças significativas entre as nações capitalistas, mesmo quando se considera apenas o Primeiro Mundo, no que diz respeito a taxas de crescimento econômico, concentração de renda, produtividade, relações trabalhistas, padrão de *welfare state*, etc. Por fim, vale mencionar que alguns marxistas brasileiros, como Conceição Tavares e José Luís Fiori, também reconhecem essa diversidade das formas capitalistas, embora tenham se equivocado igualmente na avaliação apressada de que o capitalismo japonês e alemão seria superior ao “modelo neoliberal” dos Estados Unidos e da Inglaterra (FIORI; TAVARES, 1993).

Portanto, não é preciso ser nenhum entusiasta do capitalismo, mesmo aquele de corte social-democrático, para reconhecer a enorme diversidade possível de arranjos institucionais que, ao definirem determinados padrões de relacionamento entre Estado, mercado e sociedade, estabelecem os níveis de distribuição de renda e de exposição a riscos considerados aceitáveis em cada sociedade. Mesmo a chamada “crise do *welfare state*” não impede que haja movimentos de redução dos níveis de desigualdade de renda em diversos países do mundo, inclusive em muitos daqueles não classificados como pertencentes ao Primeiro Mundo, como atestam as informações constantes do World Inequality Database, do PNUD (BARROS et al., 2006, p. 110).

Além disso, é preciso ressaltar que o crescimento econômico, em países que avançam em termos de industrialização, urbanização e modernização agropecuária, contribui para a redução das desigualdades. Celso Furtado já chamou atenção para o fato de que, nos países desenvolvidos, uma vez atingido certo nível de acumulação de capital, o processo de homogeneização social tornou-se inerente ao desenvolvimento (1992, p. 6). E, contrariando as previsões desse autor,

verifica-se que o mesmo tende a acontecer em países cujo processo de industrialização foi tardio e em que as políticas macroeconômicas e reformas estruturais preconizadas pelos teóricos do subdesenvolvimento não chegaram a ser postas em prática³. O Brasil é o melhor exemplo disso, pois experimentou redução das desigualdades de renda a partir de 1995, resultado esse devido principalmente ao crescimento econômico e a outras transformações estruturais ocorridas sob a égide de políticas macroeconômicas ortodoxas. De fato, alguns estudos sobre a desconcentração de renda ocorrida no Brasil até 2005 indicam que os programas de transferência instituídos de 2001 em diante contribuíram com cerca de um terço da diminuição da desigualdade. Os outros dois terços seriam explicados por mudanças nas características demográficas das famílias e no mercado de trabalho, como o aumento da escolaridade, os efeitos do crescimento econômico na geração de postos de trabalho e a integração do mercado de trabalho em escala nacional (IPEA, 2006). Já a análise baseada na abordagem desenvolvimentista indica que os fatores principais da queda da desigualdade foram o crescimento econômico e as mudanças na estrutura produtiva, como o avanço do agronegócio no Centro-Oeste e a desconcentração espacial da indústria, diagnóstico coerente com o fato de que a pobreza foi reduzida mais intensamente nos anos em que o crescimento econômico foi mais acelerado, ou seja, nos biênios 1994-1995 e 2004-2005 (SALM, 2007).

Nesse contexto, negar ao capitalismo um papel civilizatório com o argumento de que a economia de mercado gera desigualdades sociais é uma tese que só poderia ser aceita sem questionamentos caso a desigualdade inerente ao sistema tivesse a pobreza absoluta como um dos seus resultados necessários, o que não é verdade. Muito pelo contrário, o crescimento econômico engendrado pela economia de mercado é o principal fator responsável pela tendência à eliminação da pobreza absoluta, de sorte que as diferenças entre indivíduos, países

³ Isso para não comentar o equívoco desse autor ao elogiar a China e a Coreia do Norte por apresentarem um “modelo alternativo de desenvolvimento, orientado para o social” (FURTADO, 1992, p. 13-14). Na verdade, a China só vem logrando efetivamente tirar grandes contingentes populacionais da pobreza no contexto das reformas pró-capitalistas realizadas desde o final dos anos 1970 (as quais vêm produzindo também aumento das desigualdades de renda em âmbito pessoal e regional), ao passo que a Coreia do Norte é indiscutivelmente um dos países mais miseráveis do mundo, que chegou a viver até uma epidemia de fome nos anos 1990.

e regiões vão se tornando apenas relativas. Sendo assim, as invectivas dos intelectuais críticos contra as desigualdades só podem ser aceitas como argumentos válidos contra a atribuição de um papel civilizatório ao capitalismo caso se assumam como desejáveis os valores igualitários e coletivistas que orientam a visão de mundo desses intelectuais. Ou seja, somente caso se aceite a ideia de que civilização é sinônimo de socialismo.

Todavia, há muitas objeções que podem ser feitas à aceitação de tais valores como base para definir um processo civilizatório. No plano teórico e ideológico, cabe lembrar que um dos elementos centrais das teorias políticas autoritárias e totalitárias sempre foi a valorização da ideia de comunidade, visível tanto nas teorias tributárias do conservadorismo romântico quanto naquelas que pensam a história como processo dotado de uma racionalidade imanente. Como afirma Roberto Romano, o campo de concentração, instrumento de extermínio ou de reeducação pelo trabalho usado pelos vários totalitarismos do século XX, é “o lugar para onde aponta toda ideologia de rebanho” (1981, p. 48). Outra objeção a fazer é que as concepções segundo as quais a sociedade de mercado tende à autodestruição (as quais são bem anteriores ao marxismo, por sinal) simplesmente não se realizaram (HIRSCHMAN, 1986). Nesse sentido, é legítimo ponderar que autores como Marx se equivocaram ao pensar a instituição da propriedade privada apenas como um meio para a apropriação de bens e recursos, quando o direito de propriedade é uma instituição que funciona como incentivo para que os indivíduos produzam, invistam, troquem e gerem capital. Como afirma Hernando De Soto, o equívoco de Marx foi não perceber completamente que a propriedade

é o processo indispensável que fixa e dispõe capital; que sem a propriedade a humanidade não pode converter os frutos de seu trabalho em formas fungíveis e líquidas que podem ser diferenciadas, combinadas, divididas e investidas para produzirem mais-valia. (2000, p. 55).

Finalmente, cabe indagar por que a maximização da igualdade econômica entre os indivíduos deve ser vista como um fim em si mesma, e fio condutor do processo civilizatório, se o capitalismo oferece a cada sociedade a perspectiva de definir, pela via institucional, os níveis de

desigualdade econômica e de exposição aos riscos da competição no mercado que são aceitáveis em relação às suas tradições culturais e políticas e ao ritmo de crescimento econômico que se julgar satisfatório para atender às novas demandas de consumo individual e coletivo.

Mas é certo que essa última objeção impõe recordar que é justamente na definição dos padrões de consumo que a relação entre eficiência econômica e equidade social toca a questão do meio ambiente, que, como visto, é um dos pontos centrais das refutações da teoria social crítica ao capitalismo. Os teóricos de esquerda, sejam ou não socialistas, afirmam que o modelo de civilização dos países desenvolvidos, que combina alto nível de consumo e de homogeneização social, não é generalizável à escala mundial, devido aos limites da base de recursos naturais do planeta e aos enormes custos do controle da poluição e de outras consequências ambientais negativas da expansão desse tipo de civilização (FURTADO, 1992; 1974).

Com relação a isso, parece claro que o mundo está diante de um horizonte de incertezas. Os conceitos de desenvolvimento sustentável e seus congêneres não são científicos, mas sim conceitos instrumentais, isto é, que visam orientar ações para a construção de um modelo de organização social que combine crescimento econômico e conservação dos recursos naturais (sem falar em diversos objetivos de ordem social e até cultural que se costumam associar ao conceito). Por isso mesmo, não há certeza quanto às reais possibilidades de alcançar esse resultado, nem estão claras as fórmulas a serem executadas para sua realização. No entanto, supor que uma sociedade socialista é a única sob a qual esse objetivo pode ser realizado sem ao menos esclarecer o que é socialismo, e nem refletir sobre qual seria o nível desejado de produção de riquezas nessa sociedade, não passa de demagogia. Esse é um ponto importante, uma vez que Ana F. A. Carlos, ao voltar suas baterias contra os estudos que entendem a realidade “enquanto ecossistema”, afirma textualmente isto:

Nesta orientação a análise desemboca numa fórmula mágica, a busca do “desenvolvimento sustentável”, como caminho único possível de resolver os desequilíbrios do ecossistema em função das ações que degradam a qualidade ambiental e, com isso, a busca de um “novo equilíbrio”. Assim as contradições que estão no cerne da realidade são banalizadas, pela ideia de ecossistema, como modelo

(fechado) de inteligibilidade do mundo que, ao apontar uma ordem estabelecida, apela para sua manutenção. Neste ponto a sistematização evita o diferente e desemboca, necessariamente, na busca de uma harmonia, e de uma ordem a ser estabelecida. Nesta postura encobre-se o fato de que [a] sociedade não artificializa a natureza, mas produz “um mundo” à sua imagem e semelhança: desigual e contraditório, impondo a necessidade de desvendar o conteúdo das relações sociais a partir da consideração das práticas espaciais em conflito. (CARLOS, 2007).

Vê-se aí novamente a estratégia retórica de ignorar o vazio de propostas da teoria social crítica para tornar possível um ataque permanente à sociedade capitalista, o qual, nesse caso, consiste em estabelecer relações de causalidade muito vagas entre os problemas ambientais e a “lógica do capitalismo”. De fato, se há problemas ambientais e incertezas muito sérias no mundo capitalista, isso não se deve à suposta contraditoriedade desse sistema e nem às desigualdades sociais, mas simplesmente ao fato de que o capitalismo levou o desenvolvimento das forças produtivas a níveis sem precedentes. Qualquer civilização que amplie a produção de riquezas exponencialmente produzirá impactos ambientais em escala crescente e pressionará sua base de recursos naturais de forma intensiva. No caso da sociedade capitalista, cuja economia é mundializada desde a origem, essa base de recursos é também mundial.

Nesse sentido, cabe indagar: uma sociedade socialista deve ser aquela na qual todos têm igualmente acesso a um nível elevado de consumo ou uma sociedade igualitária em que os indivíduos encontram formas de realização pessoal que prescindem do consumo de muitos bens e serviços e, portanto, de grandes volumes de recursos? Se essa última alternativa for correta, impõem-se a questão de explicar qual é, afinal, o padrão de consumo que se deve considerar adequado para uma vida digna numa sociedade socialista. Mas existe algum critério objetivo para determinar isso? E qual é o estatuto teórico que garante que uma sociedade na qual inexistam o mercado e a propriedade privada, ou em que ambos sejam de alguma maneira “neutralizados em seus efeitos”, estaria apta a encontrar um equilíbrio adequado entre produção de riqueza e conservação dos recursos naturais? Os elevados níveis de poluição e os desastres ambientais sem precedentes ocorridos

no socialismo real desautorizam qualquer suposição apriorística de que haja uma relação necessária entre socialismo (seja lá o que isso for) e sustentabilidade ambiental.

De outro lado, se uma sociedade socialista decidir gerar riqueza em volume suficiente para garantir a todas as pessoas conforto material em troca de poucas horas de trabalho diário, o resultado poderá ser uma grande crise ambiental, mesmo inexistindo acumulação capitalista ou desigualdades sociais. Nesse sentido, vale lembrar que Boaventura de Souza Santos afirma que o socialismo deve rivalizar com o capitalismo em termos de geração de riqueza e ao mesmo tempo superá-lo no “respeito à natureza e na justiça distributiva”. Isso implica o reconhecimento de que o “socialismo do século 21”, assim como o do século passado, terá necessariamente que explorar os recursos naturais do planeta muito intensamente para gerar um grande volume de riqueza materializado em bens de consumo privado e coletivo. Mas, nesse caso, fica claro que a construção do desenvolvimento sustentável é um desafio e uma incógnita para os projetos socialistas tanto quanto para o capitalismo. As críticas da esquerda radical aos estudos científicos e propostas de planejamento baseadas nos conceitos de ecossistema e de desenvolvimento sustentável não passam de demagogia barata, pois estudos como esses são necessários para qualquer sociedade tecnologicamente complexa e materialmente desenvolvida.

Esse último ponto permite questionar o pressuposto de que os geógrafos estariam eticamente impedidos de se dedicar àquilo que Carlos e outros autores denominam “geografia aplicada” ao planejamento estatal ou privado. Pelo desejo de ser radicais, os geógrafos críticos sempre trabalharam com uma oposição simplista entre capitalismo e socialismo, menosprezando assim as enormes diferenças que existem entre as diversas formas de capitalismo e seus desempenhos econômicos e sociais distintos, conforme visto. Quando são aceitas tais diferenças, é possível fazer propostas concretas de reforma das instituições e de políticas territoriais, mesmo correndo-se o risco de errar, como os regulacionistas e alguns marxistas brasileiros erraram ao defender o “modelo japonês”. Mas, quando se segue o caminho da oposição radical ao capitalismo, sem reconhecer-lhe qualquer positividade histórica e nem fazer comparações entre trajetórias

nacionais diferenciadas, o destino do intelectual, na ausência de uma alternativa socialista definida, é sempre a crítica demagógica e estéril.

Todavia, muitos intelectuais de esquerda consideram que, embora sem contar com um projeto global de sociedade socialista, ainda assim a teoria social crítica seria capaz de indicar caminhos pelos quais o planejamento público pode promover transformações que, embora pontuais, questionem as instituições basilares do capitalismo, dando substância ao projeto socialista. Para demonstrar o malogro prático dessa expectativa, nada melhor do que analisar alguns trabalhos apresentados no IX Colóquio Internacional de Geocrítica, conforme se verá no próximo capítulo.



2

A IMPOTÊNCIA DAS TEORIAS CRÍTICAS NO DOMÍNIO PRÁTICO E A LÓGICA DOS MAUS PERDEDORES

Por que insistem em manter teorias que não servem de base
para suas próprias conclusões práticas?

John Maynard Keynes

Os geógrafos críticos, por sua opção incondicional pela utopia e recusa a ver qualquer positividade no capitalismo, são incapazes de apresentar soluções que sejam a um só tempo radicais e consistentes, sendo que o IX Colóquio Internacional de Geocrítica é a melhor demonstração disso. No discurso inaugural do evento, Horacio Capel (2007) anunciou o seguinte:

Desde la geografía y las ciencias sociales se han hecho ya gran número de investigaciones que conducen a una descripción y diagnóstico crítico de los problemas del mundo actual. Esos diagnósticos son frecuentemente certeros y conducen a veces hacia las causas de los problemas que existen. En el momento actual necesitamos sin duda dar un paso más. Es preciso empezar a proponer respuestas y soluciones, presentar alternativas. No basta con la descripción crítica. Es necesario pasar a una nueva fase: la de proponer explícitamente medidas para resolver los problemas existentes. Esas respuestas no han de ser dogmáticas, sino basadas en un cuidadoso examen de las causas, y de las alternativas existentes.

En cada eje temático, las comunicaciones pueden abordar problemas que se considere relevantes en el momento actual. Pero no se aceptará ninguna que no tenga de forma explícita una propuesta para resolver el problema que se presenta.

Tal justificativa dos critérios utilizados para a seleção de trabalhos é tão-somente a admissão de que a teoria social crítica há muitas décadas vem se dedicando ao exercício de diagnosticar a realidade sem ter a preocupação e/ou a capacidade de propor soluções para os problemas investigados. E ainda com a ressalva de que tais diagnósticos críticos, que se reputam “frequentemente certos”, apenas “às vezes” (*sic*) conduzem às causas dos problemas! Se isso por si só já revela a fragilidade dos pressupostos da teoria social crítica, a leitura de vários trabalhos publicados na página do evento demonstra ter prevalecido uma visão bastante indulgente quanto ao que se deveria considerar como um estudo que contivesse explicitamente “uma proposta para resolver o problema que se apresenta”. Há trabalhos nos quais a proposta é radical, porém vaga, e outros que trazem propostas com algum detalhamento, mas que não conseguem ser alternativas radicais ao capitalismo. E na grande maioria deles dedica-se muito mais espaço à elaboração de diagnósticos catastrofistas do capitalismo atual do que à apresentação

de soluções. Isso pode ser demonstrado pondo-se em foco dois temas bastante caros à geografia, que são a reforma agrária e o planejamento urbano e regional.

2.1. Reforma agrária: a fome está no fim, mas os geógrafos não veem

O artigo “Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil”, de Christiane S. S. Campos e Rosana S. Campos (2007), prima pela característica de criticar muito e refletir pouco sobre soluções, já que, das suas quatorze páginas, são dedicadas cerca de duas páginas e meia para explicar a alternativa anunciada no título, enquanto todo o resto da exposição é dedicado a lançar acusações contra a agricultura patronal. Além de realçar a crise das teorias críticas e radicais, esse artigo é bastante útil para demonstrar os equívocos em que a geografia agrária brasileira vem incorrendo por haver incorporado tais pressupostos, já que os ataques feitos pelas autoras ao agronegócio estão sendo reproduzidos há décadas em livros didáticos e trabalhos científicos de geografia. Vejamos esta afirmação inicial:

Sob a forma de agronegócio as atividades agropecuárias vêm sendo cada vez mais controladas por conglomerados econômicos que atuam em escala mundial, determinando o que, quanto, como e onde devem ser produzidos e comercializados os produtos de origem vegetal e animal. (CAMPOS; CAMPOS, 2007).

Independentemente de essa afirmativa estar correta ou não, cumpre lembrar que o processo de concentração e centralização de capital em determinado setor só pode ser visto como algo negativo de per si caso se considere que os interesses das grandes empresas são antagônicos aos da maioria da população. No entanto, se for levado em conta que a natureza simultaneamente competitiva e cooperativa da economia de mercado impõe a satisfação das necessidades dos consumidores como condição necessária para a obtenção de lucros, tal raciocínio perde o sentido. É no intuito de vender produtos alimentícios com uma relação custo/benefício que os consumidores avaliem como superior à oferecida pelos concorrentes que os conglomerados do setor agroalimentar tomam decisões sobre o tipo e as características dos alimentos a serem produzidos, bem como sobre a localização da produção.

Mas as autoras estão tão convencidas de que “os capitalistas se preocupam em produzir para maximizar lucros não para atender necessidades” (CAMPOS; CAMPOS, 2007) – como se fosse possível atingir o primeiro objetivo sem perseguir o segundo, numa economia competitiva –, que acabam reproduzindo o diagnóstico anacrônico de que a agricultura brasileira possui um amplo segmento voltado apenas para a exportação, o que traria problemas de abastecimento interno. Tal diagnóstico é simplesmente uma agressão aos fatos, pois descreve um processo que ocorreu em certa medida nos anos 1970, mas que mudou completamente de sentido nas décadas seguintes.

Com efeito, a expansão das atividades agropecuárias foi bastante expressiva nessa década, e se fez acompanhar da crescente importância do mercado externo na determinação da dinâmica da produção e também de intensa modernização no setor, como destacam alguns autores: “o fim da década de 60 e o começo da década de 70 marcaram uma reversão do equilíbrio entre o crescimento da agricultura para o mercado interno e o da agricultura de exportação”, o qual fora característico das fases iniciais da industrialização brasileira (GOLDIN; RESENDE, 1993, p. 16). A conjunção desses processos levou à ampliação do grau de processamento dos produtos exportados e ao crescimento mais rápido da produção das lavouras com grande potencial para a exportação e/ou para a integração técnica e produtiva com os setores dinâmicos da economia, principalmente a agroindústria e o setor energético. Assim, as elevadas taxas de expansão do produto agropecuário nos anos 1970 se deveram principalmente ao desempenho de lavouras como as de soja, laranja, cana-de-açúcar, pínus, eucaliptos e fumo e pela introdução da carne de aves na produção animal; já as culturas alimentares, exceto o trigo, experimentaram aumentos de produção bem menores, sendo que aquelas cultivadas predominantemente por pequenos agricultores permaneceram alijadas do processo de modernização, tais como as culturas de feijão, mandioca e amendoim (GOLDIN; RESENDE, 1993; FONSECA e SALLES FILHO, 1992). E é certo que, até o final dessa década, o ritmo lento da ampliação da oferta de alimentos, quando comparado com a urbanização acelerada, ainda era um fator importante de aumento das taxas de inflação, inclusive por conta da ocorrência de crises de abastecimento. (SERRA, 1982)

Ora, por trabalharem com o pressuposto de que as empresas capitalistas não visam atender às demandas de consumo da população, mas sim realizar a reprodução ampliada do capital, os geocríticos avaliaram essas transformações da agricultura nos anos 1970 como se fossem um dado estrutural permanente, que resultaria de uma lógica intrínseca ao desenvolvimento do capitalismo na “periferia”. Passaram assim a supor que as décadas seguintes haveriam de manter a tendência de elevação mais rápida da produtividade nos grandes complexos agroindustriais, suposição essa que acabou sendo negada pela melhora expressiva do desempenho da chamada “agricultura de alimentos” dos anos 1980 em diante, conforme a tabela abaixo.

Tabela 1 - Variação do rendimento físico dos principais produtos agrícolas Brasil - 1968-1970 / 1978-1980 / 1988-1990 / 1998-2000

Produto	Em porcentagem		
	Variações de rendimento físico		
	1968-1970/1978-1980	1978-1980/1988-1990	1988-1990/1998-2000
Café em coco	27,9	-6,1	62,6
Laranja	15,7	7,4	15,6
Banana	-27,5	-8,0	-6,1
Arroz em casca	-2,8	40,2	45,1
Milho	8,6	30,7	42,5
Trigo	-10,6	79,0	11,5
Feijão	-25,6	1,1	43,7
Soja	28,9	28,7	31,2
Batata inglesa	44,3	33,5	19,9
Mandioca	-19,7	6,2	4,3
Algodão em caroço	-11,7	118,4	114,8
Amendoim em casca	15,1	14,3	7,2
Cana-de-açúcar	21,4	12,3	10,3
Mamona	-18,1	-34,8	-14,3
Cebola	79,5	15,4	32,5
Tomate	59,6	32,1	34,2

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1971, 1982, 1992 e 1993. Equipe Técnica de Estatística Agropecuária.

Nota: Variações calculadas com base nas médias trienais de rendimento físico. Os dados de rendimento utilizados no cálculo são apresentados no Anexo.

Como se pode observar, a ideia de que a produtividade só cresce expressivamente nas culturas de exportação ou que fornecem matéria-prima para o setor energético fazia certo sentido nos anos 1970, quando houve a formação dos complexos agroindustriais. Mas, mesmo nessa época, as culturas que experimentaram maiores ganhos de rendimento físico foram as de cebola, tomate e batata inglesa, nessa ordem, seguidas depois pelas de soja, café, cana-de-açúcar e laranja. Ainda assim, como houve queda da produtividade das culturas de arroz, mandioca e de feijão nesse período, pode-se dizer que, de fato, a modernização não alcançou culturas importantes para a pauta de consumo popular. Mas o quadro muda do final dos anos 1970 até o último triênio da década de 1980, pois as culturas em que houve maior incremento da produtividade nesse período foram as de algodão, trigo, arroz, batata, tomate e milho, nessa ordem, demonstrando assim o melhor desempenho das culturas então denominadas “de mercado interno” em relação às demais. A soja ocupou o sétimo lugar em termos de variação de rendimento físico nos anos 1980, enquanto a cana-de-açúcar e a laranja foram superadas não só pelas culturas já mencionadas como também pelas de cebola e de amendoim⁴. A trajetória se repete nos anos 1990, já que entre as sete culturas que apresentaram maiores ganhos de produtividade figuram arroz, feijão, milho, tomate e cebola. O feijão, por sinal, conseguiu alcançar ganhos expressivos de produtividade nessa década, superando a soja, a laranja e a cana-de-açúcar.

As estatísticas refutam de modo eloquente a tese de que a agricultura não supre adequadamente as demandas de consumo no mercado doméstico devido à lógica da acumulação capitalista, como também põem abaixo a suposição de que a agricultura familiar seria a principal responsável pelo atendimento dessas demandas. O *Censo Agropecuário 2006* revela que a agricultura familiar responde por mais de 70% da produção brasileira de mandioca e feijão, além de produzir 58,0% do leite de vaca, de possuir 59,0% do plantel de suínos e 50,0% do plantel

⁴ De acordo com alguns autores, foi graças a esse desempenho das culturas voltadas para o mercado interno que se atingiu um crescimento favorável da agricultura nos anos 1980 (quando comparado com a *performance* do conjunto da economia), visto que o crescimento das culturas de exportação não teria sido suficiente para determinar esse resultado, especialmente considerando-se os limites impostos pela depreciação dos preços internacionais das *commodities* agrícolas na época. (GOLDIN; RESENDE, 1993, p. 71)

de aves. Todavia, o segmento não familiar, além de sua grande participação nas produções citadas, responde por 79,0% da produção de trigo, 70,0% dos bovinos, 66,0% do arroz e 54,0% do milho. Ao mesmo tempo, nota-se que os agricultores familiares participam com 38,0% da produção de café e 16,0% da produção de soja (IBGE, 2009). Em suma, vemos que a dicotomia agronegócio *versus* agricultura familiar é totalmente falsa, pois os produtores familiares, embora cumprindo um papel importante, não são os principais responsáveis pela produção de alimentos de consumo popular e têm participação significativa na produção de *commodities*.

E esses dados também demonstram o quanto é anacrônica a visão de que a agricultura brasileira se divide num segmento exportador e noutro de mercado interno. Realmente, é preciso sublinhar que a distinção entre agricultura de alimentos e agricultura de exportação perdeu o sentido desde os anos 1980, conforme José Graziano da Silva já alertou há tempos.

A dicotomia “mercado interno/externo” – definida estritamente em termos de destino dos produtos – parece definitivamente superada, seja em função da maior abertura da agricultura brasileira ao exterior, seja porque esse corte analítico não mais corresponde ao papel que o velho “setor agropecuário” representa hoje na nossa economia: os produtos agrícolas não são mais, fundamentalmente, produtos finais (de consumo imediato), mas bens intermediários dos chamados “complementos agroindustriais”. (SILVA, 1998, p. 191-192).

Todavia, muitos geógrafos parecem não ter se dado conta disso até hoje, e os poucos que se preocupam em corrigir esse erro são marxistas-leninistas, que ainda trabalham com a tese da destruição do campesinato⁵. Isso demonstra que a hegemonia alcançada pela geocrítica no Brasil é tão grande que discordâncias radicais só costumam surgir

⁵“Tornou-se comum nos meios acadêmicos e jornalísticos uma falsa dicotomia entre a defesa do chamado agronegócio e a agricultura familiar. Equivocadamente se entende que ‘ser de esquerda’ é defender a agricultura familiar e qualquer defesa ao agronegócio seria algo que automaticamente se vincula ao polo reacionário ‘de direita’ dentro do país. Tomando como base as matrizes teóricas leninistas e rangelianas, cujo compromisso com o desenvolvimento das forças produtivas em direção ao socialismo é inquestionável, procuramos estabelecer algumas considerações em defesa da grande produção.” (BROIETTI; MEDEIROS; SAMPAIO, 2005, p. 23).

quando reproduzem os embates internos à tradição marxista ou, em outros casos, alguns antagonismos entre marxistas e teóricos críticos de influência pós-modernista – que nem por isso deixam de convergir com o marxismo em vários pontos, como visto. Mas, seja como for, as estatísticas usadas por essa geografia marxista-leninista confirmam a superação da dicotomia mercado interno/externo, pois mostram que o consumo doméstico dos alimentos exportados pelo Brasil é maior do que as exportações desses alimentos, como se pode ver na tabela 2.

Tabela 2 - Participação das exportações na produção total de produtos selecionados Brasil - 1996-2001

Produtos	Em porcentagem				
	1996	1998	1999	2000	2001
Óleos Vegetais em Bruto	40,4	34,72	39,2	36,36	45,81
Soja em grão	15,13	28,44	30,55	34,68	40,92
Carnes de aves abatidas	10,3	10,16	15,29	12,53	18,91
Madeira e mobiliário	8,13	8,77	15,25	15,04	17,85
Carne bovina	3,47	4,56	7,22	6,75	10,78

Fonte: Benetti, 2004 citado por Broietti; Medeiros; Sampaio, 2005, p. 22

Desse modo, é um erro pensar na soja como uma cultura que só se destina à exportação, como também não se pode pensar que a alimentação dos brasileiros continua tão dependente do arroz, do feijão, do milho e da mandioca quanto nos anos 1970. Daí os autores acertarem quando dizem que “os setores exportadores são concomitantemente os que mais desenvolveram o consumo interno nas últimas décadas (laranja, frango, açúcar, frutas, entre outros)” (BROIETTI; MEDEIROS; SAMPAIO, 2005, p. 22). As pesquisas realizadas sobre disponibilidade de alimentos dentro dos domicílios confirmam plenamente o diagnóstico desses autores e de Graziano da Silva sobre os efeitos da integração entre agricultura e indústria na definição da pauta de consumo interno, como segue:

Alimentos e grupos de alimentos cuja participação na dieta aumentou entre 1974-1975 e 2002-2003 incluem carnes em geral (aumento de quase 50%), carne bovina (aumento de 22%), carne de frango (aumento de mais de 100%), embutidos (aumento de 300%),

leite e derivados (aumento de 36%), óleos e gorduras vegetais (aumento de 16%), biscoitos (aumento de 400%) e refeições prontas (aumento de 80%). Alimentos e grupos de alimentos que mostraram tendência inversa incluem arroz (redução de 23%), feijões e demais leguminosas (redução de 30%), raízes e tubérculos (redução de 30%), peixes (redução de quase 50%), ovos (redução de 84%) e gordura animal (redução de 65%). (IBGE, 2004, p. 37).

Em síntese, é por deixarem de considerar as informações sobre rendimento físico por cultura e os efeitos da integração entre agropecuária e indústria que Christiane e Rosana Campos se equivocam ao comentar o “paradoxo de que quanto mais cresce o agronegócio mais faltam alimentos para o povo” (CAMPOS; CAMPOS, 2007). A verdade é que as pesquisas sobre estado nutricional demonstram ter ocorrido exatamente o inverso, conforme se observa na tabela abaixo.

Tabela 3 - Prevalência de déficit de peso, excesso de peso e obesidade na população com 20 anos ou mais de idade, por sexo Brasil - 1974-75 / 1989 / 2002-03

Período	Em porcentagem					
	Masculino			Feminino		
	Déficit	Excesso	Obesidade	Déficit	Excesso	Obesidade
1974-75 (1)	7,2	18,6	2,8	10,2	28,6	7,8
1989 (2)	3,8	29,5	5,1	5,8	40,7	12,8
2002-03	2,8	41	8,8	5,4	39,2	12,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índice de Preços, Estudo Nacional da Despesa Familiar 1974-1975; IBGE em convênio com o Inan - Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição 1989; IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índice de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

(1) Exclusive Norte, as áreas rurais das Regiões Norte e Centro-Oeste.

(2) Exclusive a área rural da Região Norte.

Segundo esses dados, publicados na *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003 – POF*, houve um processo contínuo de redução dos déficits ponderais de peso do conjunto da população adulta nos últimos trinta anos, até o ponto em que o problema da desnutrição foi virtualmente eliminado. Realmente, a Organização Mundial de Saúde – OMS considera que menos de 5% dos indivíduos em qualquer grupo populacional são constitucionalmente magros, pois apresentam Índice de Massa Corporal – IMC inferior ao padrão considerado

normal devido a características genéticas, e não por alimentação insuficiente. Assim, a tabela demonstra ausência de exposição relevante da população masculina à desnutrição já no ano de 1989, enquanto a população feminina chegou ao período 2002-2003 com uma exposição muito baixa, apenas 0,4% acima dos 5% considerados normais em qualquer estrato de população. As medidas antropométricas revelam que a desnutrição deixou de ser um problema nacional e de grandes dimensões justamente na medida em que avançava a modernização agrícola, impulsionada principalmente pelo agronegócio.

A esse respeito, é significativo que o período no qual se deu a queda mais acelerada do percentual de pessoas com déficit de peso, conforme a tabela 3, foi de meados dos anos 1970 até 1989, quando a frequência das situações de déficit de peso caiu praticamente pela metade. Exatamente num período em que não havia políticas de transferência de renda e no qual o Brasil mergulhou na crise que ficou conhecida como a “década perdida”, apesar do bom desempenho em termos de produtividade agrícola, como visto.

E não se pense que a agregação dos dados da POF para o conjunto da população brasileira estaria ocultando uma alta frequência de déficits entre as populações de baixa renda ou nas regiões menos desenvolvidas do país, conforme os livros didáticos costumam inferir com base numa confusão primária entre desigualdade de renda e pobreza absoluta, como se verá no próximo capítulo. As informações referentes ao quinto mais pobre da população revelam que o estado nutricional evoluiu para essas faixas de rendimento do mesmo modo que para o conjunto da população, ou seja, por meio da quase eliminação das situações de déficit e do crescimento acelerado do excesso de peso e da obesidade, conforme a próxima tabela.

Tabela 4 - Prevalência de déficit de peso, excesso de peso e obesidade na população com 20 anos ou mais de idade, por sexo, segundo o quinto de menor rendimento monetário mensal familiar per capita Brasil 1974-75 / 1989 / 2002-03

Período	Em porcentagem					
	Masculino			Feminino		
	Déficit	Excesso	Obesidade	Déficit	Excesso	Obesidade
1974-75 (1)	9,5	5,7	0,5	16	15,7	2,7
1989 (2)	4,4	14,8	1,9	8,1	34,2	9,7
2002-03	4,3	27	4,5	6,6	38,2	11,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índice de Preços, Estudo Nacional da Despesa Familiar 1974-1975; IBGE em convênio com o Inan - Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição 1989; IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índice de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

(1) Exclusive Norte, as áreas rurais das Regiões Norte e Centro-Oeste.

(2) Exclusive a área rural da Região Norte.

Portanto, seja para o conjunto da população, seja para os mais pobres, está claro que a frequência de pessoas com excesso de peso ou com obesidade supera em muitas vezes a frequência daqueles em situação de déficit. Já no que diz respeito às diferenças verificadas por Grande Região, a conclusão da POF é esta: “Em linhas gerais, repete-se em cada região o padrão de evolução do perfil antropométrico-nutricional observado para o País como um todo, ficando a exceção por conta da evolução do excesso de peso e da obesidade em mulheres no período de 1989 a 2002-2003” (IBGE, 2004, p. 47). De fato, se houve redução do excesso de peso na população feminina do conjunto do país e em quase todas as Grandes Regiões nesse período, conforme a tabela 3, o mesmo não ocorreu no Nordeste, onde continuou havendo aumento das situações de excesso de peso e de obesidade entre as mulheres.

Sintetizando, a análise de resultados dessa pesquisa conclui, entre outras coisas, que:

1. A prevalência de déficits ponderais na população adulta brasileira em 2002-2003 indica exposição de baixa magnitude à desnutrição para a população feminina das áreas rurais do Nordeste, e para mulheres pertencentes a famílias com rendimentos mensais de até um quarto de salário mínimo *per capita*. Para os demais estratos da população feminina e para todos os estratos

da população masculina, as evidências apontam ausência de exposição relevante à desnutrição.

2. A evolução da prevalência de déficits ponderais nas últimas três décadas indica declínio contínuo da exposição à desnutrição em todas as regiões do País e em todas as classes de rendimento. No caso da população masculina, situações de leve exposição à desnutrição evoluem para ausência de exposição. No caso da população feminina, situações de moderada ou leve exposição à desnutrição evoluem para situações de exposição leve ou inexistente à desnutrição. (IBGE, 2004, p. 49).

Está claro que os últimos trinta anos mudaram completamente o Brasil estudado por Josué de Castro em seu clássico *Geografia da fome*, pois a desnutrição deixou de ser uma questão nacional de grandes dimensões para se tornar um problema residual, presente em poucos estratos da população e, mesmo assim, com baixa magnitude. Assim como nos países desenvolvidos, os maiores problemas nutricionais brasileiros, hoje, estão no excesso de peso e na obesidade. Contudo, lê-se no *site* do IX Colóquio que “vive-se no Brasil e em outras partes da América Latina uma situação surreal em que se produz e exporta tantos alimentos, entretanto grande parte da população tem dificuldade de se alimentar, conforme revelam a Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e outros estudos” (CAMPOS; CAMPOS, 2007). Ora, a situação seria “surreal” apenas se o número de pessoas expostas à desnutrição permanecesse o mesmo à medida que a produção de alimentos aumenta, mas o que a POF demonstra é justamente o inverso do que as autoras sugerem ao citar essa pesquisa (que, aliás, não consta na bibliografia do artigo).

Mas, ao invés de analisarem a série histórica dos indicadores de estado nutricional da POF (bastante divulgados pela imprensa), as autoras preferiram recorrer ao conceito de “segurança alimentar”. Assim, com base no suplemento especial sobre segurança alimentar da PNAD 2004, o artigo assegura que há no Brasil 39,9 milhões de pessoas expostas à insegurança alimentar grave ou moderada

(CAMPOS; CAMPOS, 2007)⁶. Todavia, é preciso observar que, como as informações da PNAD sobre segurança alimentar não possuem série histórica (IBGE, 2006a), não servem para corroborar a ideia de que haveria uma carência de “alimentos para o povo” crescendo à medida que o agronegócio se expande. Ao mesmo tempo, a queda do déficit de peso e o aumento das situações de excesso e de obesidade, que ocorreram em todas as faixas de renda nos últimos trinta anos, evidenciam que a disponibilidade de alimentos cresceu para toda a população, o que, logicamente, tem de levar à melhora das condições de segurança alimentar, e não o contrário.

Outra razão pela qual não faz sentido atribuir a existência de milhões de pessoas expostas à insegurança alimentar ao suposto desinteresse do agronegócio em produzir alimentos para essa população é que o próprio suplemento da PNAD 2004 procura demonstrar que esse fenômeno é um problema de distribuição de renda. A aferição do conceito de segurança alimentar foi feita por meio de entrevistas nas quais uma pessoa respondia a quinze questões objetivas sobre a alimentação dos moradores do domicílio e sobre eventuais dificuldades para a compra de comida provocadas por falta de dinheiro⁷. Assim, ao fazer o levantamento dessas informações junto a pessoas que recebem dinheiro de programas de transferência de renda, a pesquisa apresenta dados que indicam haver menor incidência da insegurança alimentar entre as famílias beneficiadas (IBGE, 2006a). E nem poderia ser diferente, já que essa pesquisa foi elaborada para justificar o marketing montado pelo governo em torno do Fome Zero – embora esse programa nunca tenha

⁶ A passagem do texto em que essa e outras informações são citadas está tão mal redigida que induz o leitor a pensar que os dados são da POF (IBGE, 2004), e não do mencionado suplemento da PNAD. O texto também errou ao citar 39,9 milhões de pessoas expostas a insegurança alimentar, pois o número correto, segundo esta última pesquisa, é de 39,5 milhões (IBGE, 2006a, p. 28).

⁷ “A cada pergunta da escala, referente ao período de noventa dias que antecedem ao dia da entrevista, são dadas as alternativas de respostas ‘Sim’ e ‘Não’ e, se a resposta é afirmativa, pergunta-se a frequência de ocorrência do evento nesse período, oferecendo-se as seguintes alternativas de respostas: ‘em quase todos os dias’, ‘em alguns dias’ e ‘em apenas um ou dois dias’” (IBGE, 2006a, p. 26). Quanto maior o número de respostas afirmativas, mais pontos são marcados na escala, o que permite classificar o domicílio em situações de segurança ou insegurança alimentar e também conforme três graus de insegurança: leve, moderada e grave.

saído do papel (KAMEL, 2007) –, e não uma reforma agrária “ampla e massiva”, a qual o governo não está interessado em executar⁸.

Mas mesmo essa associação entre renda e insegurança alimentar esbarra no paradoxo evidente entre os resultados da última POF e os da PNAD 2004, pois a primeira pesquisa revela que há uma exposição muito baixa da população adulta à desnutrição, ao passo que a segunda registra situações de insegurança em número gigantesco. Esse contraste salta aos olhos principalmente quando se consideram as informações referentes ao estrato da população que possui renda domiciliar *per capita* de até um quarto do salário mínimo. A POF registra que, no período 2002–2003, não há exposição relevante dos homens desse grupo à desnutrição, enquanto as situações de excesso de peso e de obesidade somam 24,0%. No caso das mulheres, as situações de déficit correspondiam a 8,5% do total, enquanto 40,9% se encontravam com excesso de peso ou obesidade (IBGE, 2006a, p. 44). Contudo, o suplemento da PNAD para 2004 registra que 83,4% da população total desse estrato estava em situação de insegurança alimentar leve (21,0%), moderada (33,7%) ou grave (28,6%). A conclusão óbvia da comparação desses resultados é que a PNAD 2004 classificou como moradores de domicílios em situação de insegurança alimentar pessoas com excesso de peso ou talvez até obesidade. Como se explica isso?

Bem, a diferença fundamental entre as duas pesquisas é que as informações da PNAD derivam de declarações de pessoas entrevistadas, enquanto as da POF se baseiam na aferição do IMC e no acompanhamento direto da disponibilidade de alimentos dentro dos domicílios. Portanto, o conceito de segurança alimentar usado na primeira pesquisa se refere à *percepção* que os indivíduos têm a respeito da quantidade e variedade dos alimentos que consomem (IBGE, 2006a), sem levar em conta informações diretas sobre o seu estado nutricional. Ocorre que a percepção das pessoas sobre a qualidade de sua alimentação é eivada de valores culturais e sociais, de modo que a população de baixa renda tende a imitar os hábitos de consumo dos segmentos sociais de renda

⁸ “Tão logo tomou conhecimento dos primeiros resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares, [o governo] tratou de encomendar ao IBGE uma outra pesquisa para demonstrar que, se há poucos magros, há muitos famintos em potencial. O problema é que as perguntas da pesquisa [o suplemento da PNAD 2004] foram feitas de tal modo que os resultados eram mais do que previsíveis” (KAMEL, 2006, p. 111).

mais elevada. Indivíduos de baixa renda tendem a avaliar que a alimentação de suas famílias tem pouca variedade porque só esporadicamente inclui iogurte, carne bovina e outros alimentos consumidos com maior frequência por pessoas de renda mais alta, muito embora o consumo rotineiro de arroz, feijão, carne de frango e leite dessas famílias esteja de acordo com as recomendações nutricionais da OMS e de outras instituições. Assim, para identificar os casos em que os indivíduos pesquisados podem realmente apresentar problemas de saúde relacionados à alimentação, a POF utiliza os conceitos de desnutrição e de obesidade, sendo o primeiro definido como o quadro clínico característico do consumo insuficiente de calorias e o segundo como o quadro que deriva do consumo excessivo (IBGE, 2004, p. 25). E a medida usada para avaliar as situações de déficit e de excesso é o cálculo do IMC, como visto. Já o suplemento da PNAD 2004 não consegue identificar problemas nutricionais, pois o conceito de segurança alimentar não se baseia em critérios clínicos.

De fato, a única pergunta do questionário da PNAD 2004 que, à primeira vista, poderia permitir uma avaliação um pouco mais objetiva do estado nutricional dos entrevistados é a seguinte: “Algum morador de 18 anos ou mais de idade perdeu peso porque não comeu quantidade suficiente de comida devido à falta de dinheiro para comprar comida?” Mas, na explicação sobre os critérios usados para caracterizar o estado de insegurança alimentar, a pesquisa informa que foi levado em conta apenas a percepção do entrevistado, ou seja, os casos em que “foi percebido emagrecimento, mesmo que a perda de peso não tenha sido expressiva ou mensurada em balança” (IBGE, 2004, p. 129).

Até mesmo o conceito de fome usado nessa pesquisa é psicológico, pois diz respeito à “condição definida como uma sensação de ansiedade e desconforto provocada pela falta de comida” (PNAD, 2004, p. 132). Por exemplo, se o entrevistado afirma que, nos noventa dias anteriores à realização da entrevista, sentiu fome pelo menos uma vez, mas não comeu por falta de dinheiro, então se considera que ele passou fome, mesmo que não apresente déficit de peso. Aliás, pelos critérios dessa pesquisa, as situações de insegurança alimentar moderada ou grave, embora indiquem “limitação de acesso quantitativo aos alimentos”, podem ocorrer “*com ou sem o convívio com situação de*

fome” – *sic!* (IBGE, 2006a, p. 28 – sem itálico no original). Considera-se que há limitação de acesso à comida mesmo quando os moradores do domicílio têm peso normal ou excessivo e não passam fome, mas também não comem tudo o que gostariam ou acham que deveriam comer. Ou seja, a pesquisa considera que há insegurança alimentar moderada ou grave em domicílios onde os moradores não conseguem ficar gordos ou engordar ainda mais!

Nesse contexto, não se pode usar as informações sobre segurança alimentar para dizer que há pessoas com problemas de saúde por falta de comida, pois a PNAD 2004 não aferiu isso. Revela-se, assim, a contradição dessa pesquisa, pois, ao usar o termo *insegurança*, denota uma situação de risco à saúde relacionada ao consumo de alimentos, algo que só poderia ser aferido com base em critérios clínicos que a pesquisa não levou em conta. Ora, o estudo que utiliza esse tipo de critério é a POF, justamente a pesquisa que demonstra a baixa magnitude das situações de déficit de peso na população brasileira, mesmo a mais pobre.

A verdade é que levantamentos sobre segurança alimentar servem apenas para justificar a existência de programas de combate à fome num país em que a exposição à desnutrição já está quase completamente eliminada. Daí por que o governo encomendou uma pesquisa que utiliza conceitos de fome e de insegurança alimentar próprios para estudar países desenvolvidos (como os Estados Unidos, que já possuem programas de auxílio alimentação desde os anos 1930) e países de renda *per capita* média que, como o Brasil, já avançaram muito em termos de industrialização e de modernização agrícola. Ou seja, conceitos adequados para países onde a desnutrição é inexistente ou quase inexistente, mas onde há pessoas que não conseguem reproduzir o padrão alimentar que elas, mesmo quando já estão acima do IMC recomendado, julgam que as pessoas de renda mais alta têm.

Todavia, ainda há outra explicação para o paradoxo entre os resultados das pesquisas sobre desnutrição e sobre segurança alimentar, a qual diz respeito à estruturação do questionário. O jornalista Ali Kamel (2006, p. 111-114) efetuou uma crítica competente à metodologia do suplemento da PNAD 2004, que usou um conceito ambíguo de segurança alimentar (embora equivalente ao utilizado em outros países) e coletou dados por meio de um questionário repleto de perguntas mal redigidas e com poucas informações que orientassem os entrevistadores

de modo a evitar interpretações subjetivas das respostas. Embora não seja o caso de detalhar tais críticas no âmbito deste trabalho, vale a pena mencionar um dos exemplos hipotéticos que esse autor elaborou para ilustrar de que modo o questionário sobre segurança alimentar superestima as situações de fome:

“Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, sentiu fome mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?”. “Sim”, seria a resposta de alguém que, no fim da tarde, deixasse de comer um sanduíche no McDonald’s, porque o dinheiro está curto, sendo obrigado a matar a fome no jantar, em casa. (KAMEL, 2006, p. 112).

Em suma, mesmo que o conceito de insegurança alimentar não fosse contraditório com uma metodologia que afere apenas percepções, e ainda que os dados dessa pesquisa não formassem, por conta dessa contradição, um paradoxo com as informações sobre estado nutricional baseadas em critérios clínicos, não serviriam para sustentar a associação entre agronegócio e insegurança alimentar. As ilações desprovidas de lógica feitas a partir da leitura superficial dos dados derivam do pressuposto equivocado de que as grandes empresas capitalistas não precisam se preocupar em atender adequadamente às necessidades dos consumidores para auferir lucros. Como é a regra na geografia agrária brasileira, responsabiliza-se o agronegócio por problemas de nutrição que praticamente já deixaram de existir, e isso graças, principalmente, aos investimentos do agronegócio na modernização das atividades agrícolas!

Mas, não satisfeitas em tentar ver falta de alimento onde isso não existe, Christiane e Rosana Campos ainda vão além no esforço para satanizar o agronegócio, afirmando também que houve aumento da desigualdade de renda e da pobreza absoluta no meio rural nos anos 1980-1991, de acordo com pesquisas realizadas em 1992 e em 1998. De novo, os números apresentados não justificam a imputação de culpa ao agronegócio, posto que esse período foi marcado por uma crise inflacionária aguda, cujos efeitos sobre a distribuição de renda são concentradores em todos os setores de atividade. Além disso, o próprio cálculo da desigualdade é distorcido em períodos de inflação muito elevada (NERI, 2007, p. 147), o que permite indagar o motivo das autoras haverem citado pesquisas relativas à década de 1980 se já

havia informações mais recentes para consultar. De acordo com estudos baseados na série histórica da PNAD, *houve queda da desigualdade de renda, da pobreza e da miséria no período de 1995 em diante, sendo que a população rural não ficou excluída desse processo* (HOFFMANN, 2007; NERI, 2007, p. 139). E a grande ironia é que, de acordo com Cláudio Salm (2007), um economista de esquerda que questiona a importância das políticas de renda na explicação da queda da desigualdade, uma das razões dessa queda é justamente a expansão da agricultura no Centro-Oeste. Segundo o autor, esse processo contribuiu para desconcentrar espacialmente a economia e tornou o mercado de trabalho nacionalmente mais homogêneo. E é desnecessário lembrar que a concentração fundiária é particularmente alta nessa região, onde o agronegócio tem expandido as fronteiras da soja com grande velocidade⁹.

Quando falam do avanço da fronteira agrícola, porém, as autoras preferem destacar apenas seus impactos ambientais. Afirmam que “os biomas mais atingidos pelo ciclo da soja são o Cerrado e a Amazônia, já bastante degradados pela conversão de suas áreas em pastagens”, e lembram que existe um consenso entre os ambientalistas quanto aos inúmeros efeitos ambientais negativos da monocultura (CAMPOS; CAMPOS, 2007). No entanto, deixam de mencionar que não existe uma convergência de interesses e concepções de sustentabilidade ambiental entre as organizações de “camponeses” e as ambientalistas, mas apenas alianças entre os setores ideológicos de esquerda presentes nos dois grupos, que são ambos muito heterogêneos. No Brasil, por exemplo, há inúmeros conflitos entre organizações de defesa do meio ambiente e o projeto de reforma agrária do MST e de outras entidades de “luta pela terra” (OLMOS et al., 2007).

⁹ Sobre as relações de trabalho, vale mencionar que havia 909 mil menores de quatorze anos trabalhando na agricultura familiar em 2006, conforme apurado pelo *Censo Agropecuário* (IBGE, 2009). E vale acrescentar que, segundo alguns estudos sobre a agricultura no Sul do Brasil: “As piores condições de trabalho nas quais os boias-frias estão submetidos foram encontradas nas pequenas propriedades, sobretudo os boias-frias do café no norte do Paraná. [...] O pequeno proprietário, que não se utiliza do intermediário e mantém uma relação direta com o boia-fria, na grande maioria dos casos, não registra o trabalhador em CTPS [Carteira de Trabalho e Previdência Social], não fornece os equipamentos de segurança e realiza o transporte em veículos inadequados como ‘caminhonetes’ e carrocerias tracionadas por tratores. Além disso, quando não consegue vender a safra por um preço que lhe permita pagar o financiamento ou outras contas, além da compra da mão de obra, não salda suas dívidas com os boias-frias.” (BROIETTI; MEDEIROS; SAMPAIO, 2005, p. 69).

Foi deixado de lado também que, embora sejam válidas as críticas contra os impactos ambientais da modernização agrícola, a importância social desse processo não pode ser negada. Graças à revolução verde, a produção mundial de alimentos dobrou no período 1960-1985, ocasionando assim uma ampliação de 40% na oferta *per capita* de alimentos (ALMEIDA, 2002). Esse resultado foi obtido graças à elevação da produtividade da terra e da incorporação de novas áreas, sendo que a produtividade tendeu a se impor como o principal fator de aumento da produção agrícola nesse período, como aconteceu no caso do Brasil (DINIZ FILHO, 2000). De 1985 em diante, verificou-se uma tendência à diminuição do ritmo de crescimento da produtividade e até à queda dos índices, no que vem sendo denominado de “crise da agricultura convencional” (ALMEIDA, 2002). Mas, como a agricultura moderna continuou a se expandir geograficamente, por meio do avanço da fronteira e também da modernização de estabelecimentos que operavam em moldes tradicionais, o ritmo de aumento da produção continuou superior ao crescimento demográfico mundial. Teria sido possível alcançar tais resultados por meio de uma “agricultura camponesa” baseada na policultura e avessa à “lógica produtivista” da revolução verde? A resposta é não, pelos seguintes motivos:

1. Uma agricultura de baixa produtividade exigiria a ampliação das áreas plantadas em escala muito maior para chegar a resultados semelhantes, o que implicaria destruir áreas ainda mais vastas de vegetação natural.
2. Sem um crescimento acelerado da produtividade da mão de obra agrícola, não seria possível combinar aumento da oferta de alimentos com redução dos preços ao consumidor na mesma proporção em que isso ocorreu nas últimas décadas, já que os custos de produção tenderiam a se manter elevados.
3. Nem a “crise da agricultura convencional” nem a bem-vinda expansão das alternativas agroecológicas foram suficientemente intensas para fazer pensar que esta última já está em condições de se impor como sistema agroalimentar predominante. A agroecologia padece de indefinições conceituais, além de contar ainda com um número de experiências de sucesso insuficiente para provar seu potencial de generalização como

sistema produtivo¹⁰. E tem sido difícil para a agroecologia acelerar sua expansão e ainda oferecer produtos a preços aceitáveis sem abrir mão de alguns princípios agroecológicos. Na Europa, o princípio de manter a independência dos produtores em relação aos subsídios estatais já foi abandonado (SCHMIDT, 2002, p. 110-115). Em suma, se a sustentabilidade econômica e ambiental da agroecologia está ainda em construção nos dias de hoje, como reconhecem pesquisadores entusiastas do sistema (DAROLT, 2004), o que dizer dos últimos cinquenta anos.

Portanto, conclui-se que, a menos que se considere a fome um preço aceitável a pagar em nome da conservação dos biomas, a condenação categórica da modernização agrícola ocorrida no último meio século e de seu principal agente, a empresa agrícola moderna, nada mais é do que retórica político-ideológica disfarçada de preocupação com problemas ambientais. A mesma retórica que conduz ao equívoco complementar de estabelecer uma identificação direta entre “agricultura camponesa” e preservação do meio ambiente.

A incorporação de elementos econômicos e tecnológicos da agricultura patronal é uma estratégia amplamente utilizada por agricultores familiares do mundo todo para se manterem competitivos no bojo da modernização agrícola, embora frequentemente tal incorporação fique incompleta devido à falta de capital para investimento e das características de muitas propriedades familiares, tais como pequena dimensão ou relevo inclinado. Vem daí a necessidade de trabalhar com tipologias, como na conhecida pesquisa internacional coordenada por Hughes Lamarche (1993), que identificou quatro modelos básicos de agricultura familiar, segundo o tipo e o grau de dependência financeira, de mercado e tecnológica da sua organização produtiva. Portanto, é notório que a monocultura, a mecanização e o uso de pesticidas e fertilizantes químicos são amplamente disseminados entre as unidades de produção familiares. Em função disso, a agricultura de pequenas propriedades

¹⁰ “[...] existe um grande vácuo atual entre um discurso agroecológico de caráter fortemente ideológico, que tenta implementar políticas públicas, como é o caso no Rio Grande do Sul, e a prática ‘agroecológica’ real, que mais se aproxima de uma agricultura poupadora de insumos e menos impactante do meio ambiente, em nada se distinguindo das múltiplas versões de ‘agricultura sustentável’ muito em voga nos meios oficiais e não governamentais pelo mundo afora.” (ALMEIDA, 2002, p. 38).

e baseada no trabalho familiar pode ser até muito mais danosa para o meio ambiente do que a agricultura patronal tecnificada. Segundo pesquisa do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – Imazon, a taxa de desmatamento nos projetos de reforma agrária implantados na Amazônia Legal de 1970 a 2002 (frequentemente associados à abertura de rodovias) é quatro vezes maior do que a taxa média vigente na região (OLMOS et al., 2007, p. 4). Especificamente no caso das tecnologias de produção agrícola, a opção dos agricultores familiares pelo uso de máquinas e produtos químicos é estimulada pelo interesse de eliminar certos tipos de trabalho braçal muito penosos. Qualquer um que já tenha visitado uma produção familiar de morangos orgânicos, por exemplo, sabe o quanto a conversão para esse sistema produtivo implica em termos de aumento de trabalho braçal e repetitivo, posto que as folhas doentes precisam ser arrancadas manualmente¹¹.

Não existe, pois, qualquer associação necessária entre agricultura familiar e agroecologia, verificando-se uma grande diversidade de agentes sociais envolvidos com as formas de produção agroecológicas, tais como “neorurais”, agricultores familiares e produtores pluriativos (BRANDENBURG, 2002; KARAM, 2004). E embora a grande maioria dos produtores agroecológicos seja classificável como familiar – o que não significa necessariamente “camponesa” –, existem empresas de pequeno e médio porte operando dentro desse sistema produtivo (DAROLT, 2004). A diversidade das experiências de superação da agricultura convencional, tanto no Brasil quanto na Europa, demonstra que

[...] a agricultura ecológica não constitui uma estratégia de reprodução de uma categoria social específica, não podendo ser considerada como uma solução para as questões relacionadas à sobrevivência e reprodução de uma determinada categoria (BANDENBURG, 2002, p. 14).

¹¹ Aula de campo realizada em 2 de julho de 2005, quando foram entrevistados os proprietários da chácara Morango Natural e Hortaliças, no município de Colombo (PR). A mão de obra empregada nessa chácara é totalmente familiar porque, segundo os proprietários, nenhum dos trabalhadores contratados para a retirada manual das folhas doentes durou mais de uma semana no serviço, que exige esforço e atenção.

A desconsideração da complexidade social da agroecologia pode até prejudicar a expansão desse sistema produtivo, exatamente por reforçar a tendência histórica à ideologização do discurso agroecológico. Ao estudar a trajetória da agroecologia no Rio Grande do Sul, Jalcione Almeida (2002, p. 34) sustenta que, nas décadas de 1970 e 1980, as tecnologias agrícolas alternativas não eram defendidas com base num modelo produtivo bem definido, mas sim em críticas gerais à sociedade industrial provenientes dos movimentos de contracultura, às quais se somavam os segmentos ditos “progressistas” da igreja católica e os partidos de esquerda. Nessa época, os defensores da agroecologia enxergavam o Estado como um inimigo, em virtude das políticas oficiais de apoio à modernização agrícola. No início dos anos 1990, porém, houve uma aproximação entre agentes não governamentais e instituições do Estado (como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa), a qual foi reforçada no final dessa década com a chegada de Olívio Dutra ao governo gaúcho. Mas, de acordo com Almeida, esse conteúdo ideológico explícito parece ter prejudicado a difusão das propostas agroecológicas entre os produtores do estado, que as identificavam com um ideário partidário específico e com determinados grupos políticos.

À luz dessas considerações, cabe indagar: se a visão dicotômica que pauta o diagnóstico das cadeias agroalimentares efetuado por Christiane e Rosana Campos contém tantas conclusões frágeis e equivocadas, o que dizer das soluções que as autoras deveriam apresentar com base na teoria social crítica? Bem, a verdade é que a proposta apresentada não é fruto da aplicação de um determinado método científico ao estudo do tema em foco, mas tão-somente da reprodução dos discursos usados por organizações de produtores rurais, especialmente a Via Campesina, para legitimar suas reivindicações junto ao Estado planejador (CAMPOS; CAMPOS, 2007).

Realmente, tais discursos e reivindicações são citados pelas autoras sem qualquer questionamento quanto à sua consistência lógica e nem sequer uma análise sobre a real viabilidade de compatibilizar todos os objetivos culturais, socioeconômicos e ambientais atribuídos às políticas de segurança alimentar propugnadas pela Via Campesina. Não se discute, por exemplo, se uma eventual substituição do agronegócio por

um sistema agrário “camponês” daria conta de suprir a demanda de alimentos em escala mundial (a qual tem crescido de forma acelerada nos últimos anos) a preços acessíveis para a população de baixa renda. Em nenhum momento se indaga se tal resultado poderia ou não ser obtido sem que os “camponeses” aderissem ao paradigma da revolução verde, com suas inegáveis consequências sobre o meio ambiente. Não se avalia se é de fato possível, sobretudo nos países mais desenvolvidos, alcançar uma rentabilidade que garanta uma qualidade de vida satisfatória para os “camponeses” sem manter os preços dos alimentos muito elevados em função de políticas protecionistas e de subsídios, como tem acontecido até agora. Não é feita nenhuma reflexão sobre se esse tipo de apoio governamental reivindicado pelos “camponeses” europeus, com base no argumento da preservação da diversidade cultural, entre outros, não entra em contradição com o interesse econômico dos “camponeses” dos países menos desenvolvidos em vender seus produtos nos maiores mercados do planeta.

Enfim, o pressuposto de que a agricultura familiar é virtuosa em todos os sentidos, ao contrário do agronegócio, já basta para as autoras escolherem um lado, restando-lhes apenas tomar de empréstimo as soluções propostas pelo grupo virtuoso, em lugar de refletirem sobre as inúmeras propostas de políticas em debate e a viabilidade de cada uma delas. Deixam de atuar com a independência de pensamento que se espera de intelectuais públicos para se converterem em ideólogas de organizações políticas que se autodenominam “camponesas”. Não admira que seu artigo dedique mais de doze páginas ao esforço de desconstruir o agronegócio e apenas umas duas páginas e meia para explicar a alternativa mencionada no título: nada é mais fácil do que copiar receita pronta.

Mas os geógrafos rurais ainda têm a sorte de contar com organizações políticas “camponesas” com muita visibilidade e grande poder de pressão, como o MST e a Via Campesina, para facilitar-lhes o trabalho de encontrar “soluções” com teor aparentemente anticapitalista ou antiglobalização. Os trabalhos de geografia urbana pautados pela abordagem crítica ficam em situação um tanto mais difícil, pois são forçados a apelar para críticas diretas à democracia representativa a fim de justificarem a falta de apoio popular para suas propostas radicais de

planejamento, mesmo quando estas derivam das pautas de reivindicação de certas ONGs, conforme se verá na próxima seção.

2.2 Planejamento urbano e regional: propostas vagas e autoritárias

O procedimento de atacar muito, propor pouco e ainda tomar de empréstimo “soluções” prontas é uma deficiência marcante dos artigos de geografia urbana publicados na página do IX Colóquio Internacional de Geocrítica. Um exemplo disso é um artigo de Arlete Moysés Rodrigues (2007) que procura formular propostas radicais para as questões urbanas. Ele se inicia com uma discussão mais geral sobre o conceito de utopia e as possibilidades da constituição de alternativas, mas reconhece, com base em Boaventura de Souza Santos, que há “fragilidades da teoria crítica para construir a utopia da ‘cidade como direito’”. Mais tarde, afirma que tal utopia “não tem metas quantitativas nem previsão de tempo para se realizar: utiliza o espaço urbano para qualificar um modo de vida” (RODRIGUES, 2007). Assim, como o direito a uma vida urbana plena seria negado pela instituição da propriedade privada e pela lógica do valor de troca, a realização do projeto utópico residiria numa certa combinação da propriedade coletiva de equipamentos e espaços urbanos (expandida ao máximo possível) com dispositivos institucionais que regulem o direito de uso da propriedade privada de acordo com o conceito de “função social”. Mas, assim como Santos é incapaz de ir além do endosso a qualquer reivindicação política com forte conteúdo de crítica ao capitalismo e ao mercado para encontrar “traços de alternativas” socialistas, como visto no capítulo anterior, a autora também se limita a mostrar isto: “elementos de construção da utopia pelo direito à cidade e da elaboração da Carta Mundial pelo Direito à Cidade, pelos movimentos sociais urbanos”, tais como a Habitat International Coalization – HIC. (RODRIGUES, 2007)

O que chama atenção nesse discurso é que ele não traz inovação alguma em relação ao que Henri Lefebvre já escreveu sobre esse tipo de projeto utópico há mais de trinta anos! Ao cunhar a expressão “direito à cidade”, esse autor explicou que seu objetivo era designar o direito a uma vida urbana renovada por um conjunto de transformações sociais e

urbanas cujo objetivo era o socialismo, sendo este entendido como um sistema no qual a produção se destina a atender às necessidades sociais (LEFEBVRE, 1969, p. 108-117). E em que consistiria exatamente esse viver urbano renovado? Sobre isso, o autor dizia apenas que se tratava de acabar com a separação entre vida cotidiana e festa, de transformar o cotidiano pelo estabelecimento da “centralidade lúdica”, isto é, pela restituição do “sentido da obra trazido pela arte e pela filosofia”, colocar a apropriação acima do domínio (LEFEBVRE, 1969, p. 122).

Mas como atingir tal objetivo? Lefebvre não apresentava propostas específicas de política urbana, mas discutia as estratégias e as condições gerais necessárias para a elaboração e a execução de projetos de reforma com esse sentido socialista. Assim, merecem destaque a visão do autor sobre a centralidade que o operariado deveria desempenhar no processo de reforma urbana, a proposta de instituir formas efetivas de participação popular no processo de planejamento e o objetivo de restaurar o sentido dos antigos espaços de reunião pela “criação de lugares apropriados à festa renovada, essencialmente ligada à invenção lúdica” (LEFEBVRE, 1969, p. 122). Nesse contexto, a estratégia mais clara que o autor chegou a apresentar, embora sem entrar no mérito de refletir sobre as políticas que deveriam ser executadas para concretizá-la, foi a de conceder prioridade ao transporte coletivo em detrimento do automóvel (LEFEBVRE, 1969, p. 118).

Ora, não é o caso de cobrar que um filósofo como Lefebvre apresentasse propostas específicas e detalhadas de políticas de reforma urbana, mas é claro que os urbanistas e geógrafos influenciados por esse autor, depois de trinta anos, precisam ter o que mostrar. No Brasil, onde há uma forte hegemonia da teoria social crítica entre os urbanistas, o principal resultado concreto obtido foi a instituição do Estatuto da Cidade, pela lei federal 10.257/01, que visa estabelecer normas que regulem o uso das propriedades urbanas segundo o conceito de “função social da propriedade”. Mas, decorridos cerca de dez anos, a aplicação prática dos instrumentos de política urbana previstos nessa lei mostrou-se bem pouco efetiva. Os Planos Diretores não têm se mostrado inovadores, apenas reproduzem instrumentos que já eram utilizados antes, enquanto os recursos destinados à implementação de planos estratégicos mostram-se insuficientes (ULTRAMARI; RESENDE,

2006, p. 26-27, citados por PESSERL, 2009). Vale também mencionar que o IPTU progressivo no tempo, apontado por muitos autores como um dos principais mecanismos a serem usados para forçar os proprietários a construir em terrenos vazios, ou mesmo para permitir a desapropriação desses terrenos pelo poder público (de forma semelhante ao que já acontece na política de reforma agrária) não vem sendo implementado (PESSERL, 2009). Aliás, a melhor evidência da pouca efetividade desse e de outros instrumentos estabelecidos pelo Estatuto da Cidade está no próprio Banco de Experiências em Planos Diretores, disponível no *site* do Ministério das Cidades. As experiências relatadas ali são poucas e nenhuma delas indica a implementação do IPTU progressivo no tempo e de outros instrumentos que pudessem fazer valer uma regulação mais rígida do direito de propriedade.

Ora, o texto de Arlete M. Rodrigues não faz nenhuma análise sobre o Estatuto da Cidade e também não avança nada em termos teóricos e práticos a partir do legado lefebvreano. Seu artigo apenas reproduz os pressupostos da obra de Lefebvre – embora sem mencionar as velhas teses marxistas da centralidade operária e da necessidade de resgatar as festas populares no meio urbano – e depois especula se o acúmulo de reivindicações dos movimentos sociais não poderá ainda colocar o capitalismo em xeque pela incapacidade do Estado de continuar a atendê-las sem romper com os limites dados pela instituição da propriedade privada e pelo mercado:

Conquistas como iluminação pública, água potável, *containeres* para resíduos sólidos, creches, postos de saúde, postos policiais, financiamentos de habitação direta para os moradores, o direito de permanecer no lugar ocupado, apontam a semelhança das reivindicações. Algumas conquistas, por menores que pareçam, permitem a constituição de um “novo imaginário coletivo”. É fundamental considerar as condições objetivas e como são subjetivamente vividas. (RODRIGUES, 2007).

A passagem revela involuntariamente a incoerência dos diagnósticos dos problemas urbanos elaborados nos estudos críticos, os quais pressupõem a necessidade de realizar uma utopia social para eliminar injustiças e carências resultantes da lógica infernal do capitalismo, mas, diante do fato de que as reivindicações vêm sendo atendidas dentro da

ordem capitalista, apelam para possibilidades de ruptura que poderiam surgir do “imaginário coletivo”.

Todavia, a história dos movimentos sociais urbanos não corrobora tais esperanças. Rodrigues menciona que esses movimentos ganharam expressão no final dos anos 1960, o que é correto, mas nada diz sobre o fato de que as expectativas suscitadas quanto ao suposto potencial revolucionário desses movimentos não se confirmaram. Naquela época, alguns autores marxistas manifestaram a esperança de que os movimentos sociais urbanos, com suas reivindicações de acesso a bens de consumo coletivo, poderiam desempenhar, em associação com os movimentos operários, o papel de contestar a instituição da propriedade privada e também a chamada “segregação espacial” (LEFEBVRE, 1969; CASTELLS, 1972, citado por ABREU, 1994, p. 57). Posteriormente, porém, foi ficando claro que tais movimentos não eram capazes de assumir um papel revolucionário devido ao caráter pontual de suas demandas, que podiam ser atendidas e até antecipadas pelo Estado com investimentos financiados pela apropriação, via sistema tributário, de parte do excedente econômico produzido pela economia de mercado. Estudos recentes de sociologia urbana atestam isso ao analisar o caso brasileiro, o qual permite questionar os modelos que eram usados para estudar as periferias nas décadas de 1970 e 1980. Essas pesquisas mostram que os investimentos estatais feitos na periferia de São Paulo contradizem os modelos que os explicam com base nos pressupostos do cálculo eleitoral e do “modelo do conflito”, segundo o qual a capacidade de pressão política dos movimentos sociais lhes permitiria alterar o comportamento estatal. O Estado brasileiro se fez mais presente nas periferias pelo aumento da oferta de serviços públicos, e isso ocorreu tanto em decorrência de pressões exercidas por movimentos sociais na década de 1980 quanto por políticas dinamizadas pelo próprio aparelho estatal (MARQUES; BICHR, 2001).

Não é à toa que a esperança de ver emergir um projeto utópico formulado pela sociedade se desvaneça mesmo quando o Estado estimula a participação popular na construção desse projeto. Conforme relata Silvana Pintaudi, em trabalho publicado na página do IX Colóquio, as experiências de realização das duas Conferências da Cidade, em Rio Claro, foram frustradas:

[...] o interesse maior daqueles que participaram da Conferência era a solução dos problemas do dia a dia, do futuro bem próximo, daquilo que é necessário e palpável, do *prêt-à-porter*, mesmo se estimulados a sonhar, a desenhar um futuro para a cidade. Apesar de essa faceta ter aparecido como resultado da Primeira Conferência que tinha por base a discussão de um plano de governo, a Segunda Conferência abria uma grande possibilidade de discussão da vida em comum, da cidade como um todo, mas não foi o que emergiu.

Na verdade, essa temática em tela permitiria deixar evidente a contradição entre estado e cidadão, expondo a emancipação como não funcional ao estado. [...] Não ocorreu. (PINTAUDI, 2007).

Na sequência, a autora levanta algumas hipóteses para explicar esse resultado: porque foi o próprio Estado, via prefeitura, que organizou as Conferências, e pela forma fragmentada como a TV informa os cidadãos sobre a política e o local, entre outras causas. O essencial, porém, é constatar que o artigo de Pintaudi não apresenta solução alguma para problemas urbanos, analisa duas experiências de discussão coletiva de propostas, e conclui que estas resultaram em reivindicações imediatistas e pontuais, muito distantes de qualquer alternativa que não seja “funcional ao Estado”. Esse deveria ser um resultado previsível à luz da história dos movimentos sociais urbanos, e por isso não deixa de ser espantoso que a autora aguardasse pelo contrário. Mais espantoso ainda é ver que Pintaudi prefere buscar explicações para o malogro no processo político de discussão das propostas a se perguntar, mesmo que apenas hipoteticamente, *se o problema não estaria em deficiências da teoria social crítica*. Ela e os demais autores dessa tradição de pensamento têm tanta convicção de que a sociedade é estruturada por contradições insolúveis fora da realização de alguma utopia social anticapitalista que são incapazes de pensar em qualquer explicação para os fracassos das suas teses que não esteja no processo político e na imprensa.

Os sintomas da crise do pensamento radical manifestos nos artigos de Rodrigues e de Pintaudi revelam-se também no texto de Rainer Randolph (2007), que, ao analisar as possibilidades e limites dos planos diretores, procura avançar na discussão sobre as dificuldades para os mecanismos participativos de planejamento urbano darem à luz projetos utópicos. O autor começa com críticas à “racionalidade instrumental e abstrata” do planejamento urbano capitalista e, num

diálogo com os estudos de Ana Fani Alessandri Carlos e Flávio Villaça, entre vários outros, soma-se a eles na denúncia de que os planos diretores participativos criam uma participação popular apenas ilusória, sendo assim incapazes de levar a alternativas contra a “globalização neoliberal e o capitalismo global”¹². Embora não utilize expressões como “imprensa burguesa” ou “Estado burguês” (que não ficam bem para intelectuais que citam Habermas e se pretendem modernos), sustenta a denúncia de que a participação é ilusória com base numa teoria conspiratória vulgar. Segundo essa visão, a sociedade é cindida em “grupos e classes sociais” com interesses irremediavelmente antagônicos e poderes assimétricos, de maneira que certos interesses se impõem necessariamente graças às “matérias pagas na imprensa” e pressões diretas sobre os vereadores e as prefeituras (RANDOLPH, 2007).

Ora, esse argumento surrado não invalida apenas os mecanismos de participação popular nas atividades de planejamento urbano, mas a própria democracia representativa¹³. É incrível ver esse tipo de argumento ser repetido por muitos intelectuais de esquerda num mundo em que inequivocamente os sindicatos e as ONGs dispõem de recursos humanos e econômicos imensos, os quais são usados para ocupar espaço na imprensa e pressionar politicamente os governos, com grande eficácia. O poder de alguns sindicatos de funcionários públicos para manter os privilégios de suas respectivas categorias, bastante visível em países como França e Brasil, não deixa dúvidas sobre isso. Mais incrível ainda é ver Randolph afirmar que a grande

¹² Dentro dessa linha interpretativa, sobram críticas inclusive para os modelos de participação instituídos pela esquerda: “[...] até mesmo um exemplo enaltecido por todos como o orçamento participativo (em Porto Alegre), que tem dinamizado a sociedade civil, de alguma forma contribui simultaneamente para a manter presa a uma agenda que é determinada pelo Estado; e isso é grave, pois faz a sociedade acreditar que as determinações têm partido dela, quando de fato não têm” (FERREIRA, 2007).

¹³ Marcelo Lopes de Souza consegue ser ainda mais direto e simplório ao qualificar a democracia representativa como uma farsa, embora também prefira citar Habermas (SOUZA, 1996) a Lênin ou Stálin: “Quanto à ‘democracia’ representativa, ela significa, na prática, uma tutela constante das elites governantes sobre os governados: os ‘representantes’, escolhidos por um processo filtrado pelos poderes econômico e da mídia, recebem quase que um ‘cheque em branco’ dos eleitores (esse é o espírito do ‘mandato livre’)” (SOUZA, 2005, p. 138). Assim, os estudos urbanos confirmam tanto a hegemonia da geocrítica entre os autores brasileiros quanto o menosprezo pela democracia característico dessa vertente. (DINIZ FILHO, 2002).

desigualdade social brasileira exacerba as assimetrias de poder entre as classes, apesar do grande volume de recursos auferidos pelos sindicatos com o imposto sindical e mesmo num contexto em que o partido que se tornou hegemônico implantou uma espécie de “república sindical”, por meio de um aparelhamento ideológico de Estado de proporções inéditas.

No fundo, essa argumentação descolada da realidade revela que o diagnóstico segundo o qual os grupos propugnadores de alternativas radicais não dispõem de poder suficiente para levá-los adiante é tão-somente isto: *uma desculpa para justificar a falta de apoio popular para projetos utópicos, que permanecem restritos a alguns círculos de acadêmicos, planejadores e de ativistas políticos*. E como a falta de apoio persiste mesmo quando são instituídos mecanismos de participação popular nas atividades de planejamento urbano, a saída é culpar a “lógica de representação da sociedade” (RANDOLPH, 2007) em que se assentam esses mecanismos, além de estudar meios para substituí-la por uma nova lógica. É essa tarefa que o autor se propõe a fazer em sua revisão bibliográfica sobre as principais correntes de reflexão a respeito do planejamento urbano, chegando à conclusão de que:

[...] nem todas as concepções e experiências podem ser caracterizadas como meramente legitimadoras, ideológicas, misticificadoras. Existem aquelas propostas e mesmo práticas que procuram promover uma “verdadeira” participação através de um questionamento bastante profundo das relações entre sociedade e Estado e do papel do planejamento público em sociedades capitalistas. Entretanto, mesmo nas propostas desses autores ainda transparece uma tendência de compreender a participação como exercício de meras “ações de fala” ou atuação simbólica [...]. Pois, no decorrer do processo de planejamento, denota-se uma desigualdade profunda entre a perícia discursiva dos planejadores com suas concepções, lógicas e modelos abstratos e as ricas vivências dos “participantes” que procuram fazer valer suas experiências concretas no processo do planejamento que se esquivam de uma fácil verbalização e representação dominantes. (RANDOLPH, 2007).

Se os projetos radicais não avançam, portanto, é devido a dificuldades inerentes à comunicação das vivências e experiências das

peças comuns dentro dos parâmetros impostos pela racionalidade instrumental do planejamento. Daí que algumas propostas de planejamento conseguiriam sinalizar caminhos para uma efetiva ruptura quando propõem substituir os mecanismos tradicionais de participação por um modelo “comunicativo” ou “colaborativo”. Quer dizer, um modelo no qual “[...] o planejamento assume explicitamente um papel de *mediador* ou *tradutor* entre diferentes esferas de sociedades contemporâneas pluralistas – entre o Estado e a comunidade; o sistema e o mundo da vida; uma perspectiva ‘proativa’ de especialistas (não apenas só do Estado) e a vivência cotidiana de determinados grupos sociais.” (RANDOLPH, 2007 – itálicos no original).

Ora, mas como respeitar verdadeiramente a pluralidade partindo-se do princípio de que determinados grupos e classes possuem interesses intrinsecamente antagônicos aos do conjunto da sociedade? Se for mesmo assim, então é óbvio que o planejamento só pode ser um instrumento de promoção do bem-estar social caso esses grupos e classes sejam calados ou sistematicamente derrotados no processo de elaboração e execução de políticas públicas, o que revela a contradição entre o postulado pluralista do autor e sua concepção de democracia. Visões políticas como essa servem facilmente de justificativa para as propostas que visam fortalecer a influência de certos “especialistas” e “movimentos populares” com discurso radical nas políticas de Estado. Os ativistas e os intelectuais críticos da democracia representativa costumam defender a instituição de “conselhos” formados por certos representantes de organizações da sociedade civil nas universidades, instituições de pesquisa e nos ministérios, cuja função seria orientar os rumos das políticas públicas segundo a concepção dessas organizações sobre o que se deve entender por “interesse social”¹⁴. Na impossibilidade

¹⁴ Sobre as visões de participação popular dos intelectuais e militantes de esquerda, ver: LEFEBVRE, 1969; HELLER, 1982; WAINWRIGHT; BRANDFORD, 2006. Vale mencionar que o governo Lula, embora refratário à instituição de canais para o direcionamento das políticas de Estado pelos movimentos sociais – para decepção dos ativistas de esquerda (WAINWRIGHT; BRANDFORD, 2006) – foi pródigo na defesa de projetos de instituição de órgãos que submetam as esferas da sociedade civil não controladas pelo PT a organizações aparelhadas pelo partido ou ideologicamente aliadas a ele. São exemplos disso os projetos de instituição do Conselho Federal de Jornalismo – CFJ e da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual – Ancinav.

prática de toda a população de uma cidade influir na elaboração e implementação do plano diretor, a restrição do Estado ao mencionado papel de “mediador” não teria de ser realizada necessariamente por meio de sua sujeição à vontade de certos grupos representados por “conselhos” desse tipo?

Como não faz essas indagações, Randolph (2007) elabora uma proposta de planejamento urbano que consiste numa reformulação conceitual, cujo objetivo é dar a largada para a radicalização das experiências de “planejamento comunicativo e colaborativo”, isto é, para transformá-las num modelo de “planejamento subversivo” (*sic!*). Assim, ele recorre às obras de Jürgen Habermas e de Henri Lefebvre (principalmente aos conceitos de “representações do espaço” e de “espaços de representação” elaborados por este último) para propor a “superação dialética” da função mediadora ou tradutora que o Estado desempenha nos modelos “comunicativos”. Isso significa preservar os mecanismos sob os quais essa função é exercida, mas conferindo-lhes uma capacidade efetiva de reverberar anseios e expectativas que são próprios dos espaços de representação dos grupos não hegemônicos da sociedade. Nesse sentido, Randolph complementa as contribuições daqueles autores com as teorias de Boaventura de Souza Santos, pois identifica explicitamente a implementação do “planejamento subversivo” à realização prática das concepções desse autor sobre a oposição entre uma racionalidade instrumental, servil aos interesses dos grupos hegemônicos e à lógica do capitalismo globalizado, e a “razão cosmopolita”, que comporta as racionalidades não hegemônicas (RANDOLPH, 2007)¹⁵.

Conforme já comentado, porém, a dicotomia traçada por Santos entre a racionalidade hegemônica e as racionalidades contra-hegemônicas nada mais é do que uma reedição do maniqueísmo e dogmatismo stalinistas efetuado por meio das críticas pós-modernas à razão, o que apenas confirma o teor autoritário da proposta de Randolph. Ademais, o autor não explica quais seriam as mudanças

¹⁵ É interessante observar que, apesar da enorme influência de Milton Santos na geografia brasileira, talvez o teórico mais citado para subsidiar as reflexões feitas nos artigos do IX Colóquio sobre as possibilidades de construção do socialismo seja o sociólogo Boaventura de Souza Santos. A explicação provável para isso é a já comentada dificuldade de conciliar a elaboração de uma teoria do espaço com a construção de uma teoria crítica do capitalismo.

a serem implantadas nos modelos “comunicativos” ou “colaborativos” para efetivar essa transformação qualitativa nos mecanismos que operacionalizam a função mediadora do Estado e dos planejadores nesses modelos. Ele afirma apenas o seguinte:

Assim, numa primeira tentativa de aproximação que precisa ser aprofundada futuramente, podemos nos arriscar de entender a tradução de Santos como uma forma de mediação ampliada. Essa nova forma de mediação – que incorpora aquela do planejamento colaborativo –, no que diz respeito às atividades de um planejamento subversivo, inverte definitivamente as relações entre planejadores e população envolvida nas práticas do planejamento. (RANDOLPH, 2007).

Resumindo, Randolph concorda com Ana F. A. Carlos e Arlete M. Rodrigues, entre outros, quanto ao pressuposto de que existe uma vida urbana cuja plenitude é negada pelo capitalismo, sobretudo em sua versão globalizada e “neoliberal”; concorda com aqueles que constataam a incapacidade dos instrumentos de planejamento participativo para fazer surgir e levar adiante propostas de superação do capitalismo; credita essa incapacidade às assimetrias de poder entre as classes e, como consequência, à “mídia”, ao processo político de formação de consensos e à democracia representativa, que transformariam os sistemas participativos em mera ilusão; por fim, sustenta que, se o Estado for efetivamente sujeito a uma vontade popular manifesta por meio de mecanismos democráticos alternativos – a tal inversão das relações entre planejadores e população –, ver-se-á o surgimento de demandas às quais o planejamento só poderá atender se assumir um papel “subversivo” frente à lógica capitalista, demandas essas pertencentes à esfera subjetiva das vivências e das práticas espaciais concretas de certos grupos sociais.

Portanto, não há nada de novo na solução apresentada por Randolph, pois ele apenas formula a hipótese de que a sua tentativa de “superção dialética” do arsenal teórico-metodológico utilizado pelos planejadores de esquerda pode ser o primeiro passo para realizar o que não vem sendo conseguido até o momento. Hipótese essa bastante fraca, por sinal, já que a obra de Lefebvre é muito bem conhecida por urbanistas e geógrafos, e Randolph não apresentou nenhuma

reinterpretação original dela. Valorizar conceitos e teorias amplamente conhecidos, e sem contar com uma ideia de como elas poderiam ser operacionalizadas de forma inovadora para superar os modelos de planejamento já em uso, é realmente muito pouco para sustentar uma hipótese tão ambiciosa. E, no final das contas, toda essa elucubração dialética resulta na mesma conclusão dos outros autores aqui citados, qual seja: a de que o fracasso das propostas radicais não se deve aos defeitos que essas propostas têm, mas ao suposto controle que as classes dominantes exercem sobre o Estado e a imprensa, bem como à dificuldade para a expressão de demandas populares subjetivas que só os teóricos anticapitalistas conseguem ver.

Portanto, a crise da teoria social crítica, derivada da ausência de um projeto razoavelmente preciso e viável de sociedade alternativa ao capitalismo, empurra urbanistas e geógrafos para a formulação de propostas radicais que se sustentam em velhas teorias marxistas da luta de classes e em suposições apriorísticas e ideológicas sobre a subjetividade das pessoas, não no estudo direto dos problemas urbanos. É a atitude típica dos maus perdedores: quando vencem, é prova de que estão certos; quando perdem, é culpa das regras do jogo. Por isso mesmo, suas propostas são facilmente classificáveis como autoritárias (muito embora se apresentem como as únicas verdadeiramente democráticas), na medida em que servem como justificativas para o aparelhamento ideológico do Estado e/ou para a subordinação das políticas públicas aos interesses e visões de mundo particulares de organizações com discurso anticapitalista ou antiglobalização, tais como sindicatos e ONGs representadas em conselhos. Num país como o Brasil, onde os chamados “movimentos sociais” são frequentemente aparelhados por partidos de esquerda (MARTINS, 2004, p. 161), propostas como essas se revelam particularmente perigosas para a democracia. Finalmente, vale acrescentar que, quando se nega a democracia representativa em si mesma, corre-se o risco de deixar de lado as possibilidades de melhorar a eficiência das políticas sociais mediante reformas desse sistema.

O sistema representativo brasileiro é reconhecidamente perverso em muitos aspectos, ao reduzir o peso político da população das grandes cidades, ao implementar um sistema de representação proporcional que distancia os parlamentares de seus eleitores, ao impor mandatos executivos curtos, ao desestimular a coerência

partidária, e ao tornar os corpos legislativos essencialmente irresponsáveis pelos seus atos e decisões. Este sistema precisa ser reformado e aperfeiçoado, e não pode ser, simplesmente, substituído pela “democracia participativa” dos movimentos sociais e das organizações não governamentais, que tendem a discriminar contra a maioria não organizada da população. (SCHWARTZMAN, 2002).

Mas, se os artigos de Rodrigues, Pintaudi e Randolph perseguem propostas radicais e não conseguem ir além de manifestar expectativas em relação a certas organizações de esquerda e possíveis experiências “verdadeiras” de participação coletiva, o artigo *Território e neoliberalismo no Brasil: as parcerias público-privado e o uso corporativo do território* (PEREIRA; KAHIL, 2007) se destaca por partir de um diagnóstico crítico e chegar apenas a uma sugestão restrita e que nada tem de radical.

Conforme o título já revela, o objetivo desse artigo é criticar as PPP por serem instrumentos do neoliberalismo, o que já deixa em último plano qualquer preocupação com soluções. De forma simplista, os autores partem do pressuposto de que os interesses do grande capital são totalmente inconciliáveis com os interesses públicos, e que os benefícios dos investimentos produtivos feitos por grandes empresas, sobretudo se forem estrangeiras, restringem-se unicamente aos seus proprietários e acionistas, bem como às nações que importam *commodities* produzidas no Brasil. Portanto, a crítica dos autores ao modelo de PPP se resume a isto: existem grandes grupos empresariais interessados em investir nesse modelo de parceria e, sendo assim, ele não é bom para a sociedade. Não são apresentados dados estatísticos e análises sobre experiências internacionais em PPP que corroborem as críticas, pois esse pressuposto ideológico já satisfaz os autores.

Mas qual é a alternativa proposta às PPP ou ao “neoliberalismo” que justificaria a aceitação do artigo para ser publicado na página do IX Colóquio? Num dos poucos momentos em que se aborda o assunto, o que se lê é isto:

Se o poder público (em diferentes escalas) também é sócio ou “parceiro” destes empreendimentos, é justo que a sociedade como um todo possa fazer uso destas infraestruturas para razões outras que

não sejam aquelas endereçadas à lógica das empresas “Parceiras” no empreendimento. Estes outros usos devem ser previstos já dos contratos, podendo as sociedades locais discutirem, quando do início dos projetos, as alternativas de uso, a topologia dos traçados dessas novas redes de infraestruturas e as possibilidades que elas possam trazer para uma integração do território que também seja pautada nos interesses da economia não hegemônica. (PEREIRA; KAHIL, 2007).

Depois de ataques tão severos ao “neoliberalismo”, ao “caráter classista do Estado” e às PPP, não deixa de ser irônica a timidez dessa sugestão, a qual pode ser considerada de esquerda, mas nada tem de radical. Tudo se resume a incluir representantes de determinados grupos de pequenos produtores e das populações das áreas abrangidas pelos investimentos em infraestrutura na discussão dos traçados, além de acrescentar cláusulas nos contratos de concessão que permitam a esses grupos usufruir gratuitamente dos serviços. Tal proposta simplesmente invalida o pressuposto de que há interesses de classe necessariamente antagônicos aos do conjunto da sociedade, pois assume que é possível compatibilizar minimamente os interesses do grande capital e de outros agentes caso o Estado exija contrapartidas “justas” das empresas. Por esse caminho, não é possível opor-se eficazmente nem sequer aos programas de privatização de empresas de infraestrutura, tão criticados no artigo! Os contratos de concessão dos serviços de telefonia estabelecidos com a privatização da Telebrás, por exemplo, garantiram a extensão das redes de telefonia fixa até áreas onde a oferta do serviço não é lucrativa, como se viu no caso dos telefones públicos, que foram instalados inclusive em aldeias indígenas.

Ressalte-se também a ausência de qualquer estimativa sobre os custos das medidas sugeridas na proposta e sobre o repasse desses custos. O Estado, ou melhor, os contribuintes, deveriam assumi-los? Ou as empresas privadas que operam os serviços teriam de bancá-los? Ou será ainda que as grandes empresas usuárias dos serviços deveriam pagar a conta? E se estas últimas transferissem esses custos aos consumidores de seus produtos, via sistema de preços? A solução proposta é, desse modo, superficial e contraditória com os pressupostos radicais e puramente ideológicos do diagnóstico que lhe serve de justificativa.

Mas nem tudo é superficialidade ideológica nos trabalhos divulgados no Colóquio. O artigo *A política nacional de ordenamento territorial – Brasil: uma política territorial contemporânea em construção* (RÜCKERT, 2007) analisa propostas concretas de políticas públicas elaboradas por especialistas, embora a consequência disso seja eximir-se de fazer proposições que sinalizem caminhos para a superação do capitalismo. De fato, embora o diagnóstico dos desequilíbrios regionais brasileiros apresentado no artigo seja questionável, trata-se, ainda assim, de uma análise cujas conclusões podem ser avaliadas em função de sua consistência lógica e empírica, já que não se resumem a dois ou três chavões ideológicos, como no artigo comentado antes. Mas as propostas analisadas no trabalho de Rückert são detalhadas apenas porque não superam a tradição desenvolvimentista do pensamento econômico latino-americano, já que almejam realizar exatamente aquilo que Ana Fani Alessandri Carlos reputa ser impossível ou meramente paliativo nos marcos do capitalismo: conciliar geração de emprego e renda com redução das desigualdades sociais e regionais, além da conservação ambiental, entre outros objetivos.

Mais ainda, os trabalhos que visam subsidiar a elaboração e execução da Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT – seguem à risca o procedimento criticado por Carlos (2007) e Rodrigues (2007), que consiste em projetar um futuro ideal a partir da noção de “equilíbrio”, ao invés de partir do “espaço concreto”, como essas autoras supõem que a geocrítica é capaz de fazer (apesar dos fracassos e debilidades já comentados). Mesmo a sugestão elaborada por Rückert de usar os investimentos em transportes para beneficiar pequenos produtores rurais e a população residente nas áreas servidas pelas infraestruturas programadas – essencialmente a mesma sugestão de Pereira e Kahil (2007) – pressupõe a possibilidade de tornar complementares os interesses de grandes e pequenos produtores, das empresas e do conjunto da população. A qualidade superior do trabalho de Rückert em relação aos demais está em não perder tempo na elaboração de um diagnóstico arrasador do desenvolvimento capitalista ou em culpar as grandes empresas por males sociais verdadeiros e imaginários, pois dessa forma não incorre em contradição ao propor ajustes e reparos em propostas de cunho desenvolvimentista.

Em resumo, a análise dos trabalhos comentados demonstra que os pressupostos críticos são muito frágeis, pois os especialistas se concentram na crítica do capitalismo e, quando se propõem a formular alternativas, dividem-se entre a elaboração de propostas radicais tão autoritárias quanto indefiníveis e a discussão de soluções que só têm consistência técnica porque visam ajustar interesses públicos e privados dentro da ordem capitalista. Não é por acaso que, ao assumir tais pressupostos, os pesquisadores geralmente deixam de cumprir o papel de intelectuais públicos para se converterem em meros ideólogos de organizações políticas com discurso radical (denominadas “movimentos sociais”), como a Via Campesina, o MST e a HIC. Nada poderia estar mais distante dos objetivos do IX Colóquio, conforme anunciados por Horacio Capel (2007) no discurso de abertura:

no basta con la descripción crítica. Es necesario pasar a una nueva fase: la de proponer explícitamente medidas para resolver los problemas existentes. Esas respuestas no han de ser dogmáticas, sino basadas en un cuidadoso examen de las causas, y de las alternativas existentes.

Diante de tal contradição, conclui-se que os estudos geográficos realmente capazes de contribuir com a sociedade não são os que se prendem à busca de utopias anticapitalistas; são aqueles que visam subsidiar a execução de pequenas mudanças que, operando cumulativamente em todas as escalas, têm gerado crescimento econômico e elevação do bem-estar social em todas as regiões do mundo. Essa conclusão abre oportunidades bem mais amplas de atuação profissional para os geógrafos do que aquelas que lhe reservam a geocrítica, a qual contribuiu em muito para afastá-los das atividades estatais e privadas de planejamento e gestão, transformando-os em meros ideólogos de certos grupos.

Mas é importante chamar atenção para o fato de que a teoria crítica tornou-se hegemônica na geografia brasileira entre a segunda metade dos anos 1970 e primeira metade da década seguinte, ou seja, num período em que a crise do marxismo já podia ser revelada no contraste entre suas previsões apocalípticas e os avanços socioeconômicos ocorridos sob o capitalismo. Embora sem ter a pretensão de explicar como foi possível que uma matriz de pensamento se tornasse

hegemônica em certos meios intelectuais justamente num contexto de crise de suas teorias e propostas práticas, é perfeitamente válido afirmar que o sistema de ensino teve um papel crucial nesse processo, levando a um progressivo descolamento entre a realidade e o discurso dos geógrafos. Para demonstrar isso, é preciso tecer algumas considerações sobre a doutrinação ideológica no ensino de geografia, a qual é produto e ao mesmo tempo causa da hegemonia da teoria social crítica nessa disciplina. Como se verá nos próximos capítulos, a contradição entre a defesa do pluralismo e os pressupostos das abordagens críticas, bastante nítida nas reflexões utópicas dos geógrafos, se revela também na escola.



3

DAS ORIGENS ÀS NOVAS
GERAÇÕES DA GEOCRÍTICA:
A DOUTRINAÇÃO DO
SISTEMA DE ENSINO

3.1 A “interpretação depoente” de Vesentini

José William Vesentini publicou em sua página pessoal na internet uma interpretação sobre as origens da geocrítica brasileira baseada num depoimento de sua vida profissional, texto esse que, involuntariamente, expõe de forma bastante esclarecedora os equívocos dessa corrente. O autor começa por mencionar a existência de várias geografias críticas, mas logo em seguida mostra o elemento comum a todas elas, ao afirmar que a principal “reviravolta” que produziram na disciplina reside na busca dos geocríticos por “atuar no mundo, engajar-se nas lutas sociais, produzir enfim uma realidade mais justa” (2001).

A forma como o autor distingue essa corrente das outras já revela duas características essenciais da geocrítica, a saber: a afirmação de que existe um vínculo estreito e necessário entre ciência, ética e política e a concepção dogmática e autoritária sob a qual propõem conciliar essas três esferas. Ao asseverar que se diferenciam dos outros por lutar em prol de uma “realidade mais justa”, os intelectuais críticos deixam implícita sua crença de que todos aqueles não seduzidos por suas ideias estão empenhados em conservar injustiças ou, na melhor das hipóteses, que são ingênuos demais para enxergar as verdadeiras implicações éticas e políticas de suas opções teórico-metodológicas¹⁶.

No âmbito escolar, essa visão dogmática de justiça transforma a docência numa prática de doutrinação ideológica, pois sustenta que a escola auxilia na edificação de uma sociedade mais justa quando transmite aos alunos valores e visões de mundo condizentes com os pressupostos da geocrítica. Na verdade, o que a abordagem crítica realmente faz é *tentar desenvolver nos estudantes a vontade de atuar politicamente em favor dessas visões críticas que lhe são apresentadas como justas*, apesar de todos os discursos dos autores dessa corrente em favor de apresentar aos alunos uma pluralidade de pontos de vista. (VLACH, 2007; CAVALCANTI, 1999; CALLAI, 1999)

Isso demonstra que o maniqueísmo explícito na definição de Vesentini está longe de ser uma peculiaridade desse autor, pois é na

¹⁶ Esse modo de pensar assume formas caricatas nas falas dos autores mais dogmáticos na defesa do socialismo, tal como Maria da Conceição Tavares, que, sem meias-palavras, caracteriza os economistas que discordam dela como “beócios” ou banqueiros com “péssimas intenções” – *sic!* (TAVARES, 2005).’

verdade um pressuposto essencial da geocrítica, conforme mencionado na Introdução. Ninguém manifestou melhor esse maniqueísmo do que o mais célebre dos geocríticos brasileiros, Milton Santos, para quem toda a história da geografia é atravessada por uma dicotomia entre as “preocupações sociais” e os “mandamentos do utilitarismo”, a qual se renovaria sob novas formas em cada contexto histórico. Ao falar sobre o momento em que realizava essa análise, o autor defendeu a necessidade de:

[...] distinguir entre os que utilizam dos seus recursos intelectuais para ajudar a servir ao futuro e os que se esforçam para salvaguardar o passado. Entre estes últimos há aqueles, cujos possíveis equívocos são o resultado de convicções cimentadas em uma prática pessoal irreversível que permite falar deles como de pessoas honestas, ao menos consigo mesmos. E há os outros, os que se organizam à base de projetos financiados por agências, deliberadamente criadas para isso. O objetivo destes últimos, nem sempre claramente ou imediatamente discernível, é encontrar argumentos para retardar a inevitável reconquista do homem por si mesmo, e atrasar a construção de um novo mundo. (SANTOS, 1982, p. 17)¹⁷.

A análise de Vesentini está um grau acima dessa por não descambar para teorias conspiratórias centradas na acusação simplista de que certos geógrafos, unicamente por não serem radicais, vendem pesquisas mentirosas para lucrar com as mazelas do mundo. Mas está claro que, ao afirmar o desejo de construir uma “realidade mais justa” como elemento diferenciador da geocrítica, esse autor pressupõe exatamente o mesmo raciocínio maniqueísta que Santos não teve pudor de explicitar, pois tal definição impede que os geógrafos de outras tendências sejam vistos como algo além de ingênuos ou mercenários. O exclusivismo sectário inerente a tal visão é cristalino, pois não há como conduzir o

¹⁷ No parágrafo seguinte, o autor tenta disfarçar esse maniqueísmo com uma relativização, mas logo em seguida volta à carga: “Mas por que toda classificação generalizadora pode levar-nos a alguma margem de equívoco, talvez nem seja útil, apontar de forma inquisitorial, mas ingênuo, quem são os ‘bons’ e quem são os ‘vilões’. Parece-nos bem mais importante realçar as formas larvares ou camaleônicas que a geografia vem tomando de uns anos para cá. São manifestações para as quais se estão abrindo as portas de instituições as mais comprometidas com a manutenção de um capitalismo selvagem e que encontra os favores de uma certa finança, corporativa ou oficial, cuja ingerência perversa na atividade intelectual mundial não é suficiente conhecida”. (SANTOS, 1982, p. 17-18).

debate científico de forma racional partindo-se do pressuposto de que certas vertentes teóricas devem ser vistas como eticamente suspeitas por definição.

Também do mesmo modo que Milton Santos, Vesentini procura justificar sua avaliação das várias correntes da geografia com base numa leitura da história. Segundo ele, o contexto que motivou os geógrafos críticos a assumir o compromisso de “lutar por justiça” se configurou no final dos anos 1960. É então que eclodem movimentos políticos contestatórios na França e em outras partes do mundo desenvolvido, ao mesmo tempo em que se revelava “a falácia da razão instrumental ou, mais especificamente (em nossa disciplina), da geografia pragmática e voltada para o planejamento” (VESENTINI, 2001). No caso brasileiro, tais mudanças se expressaram na influência intelectual vinda dos países desenvolvidos (particularmente da França) sobre a universidade, e na luta contra a ditadura militar e seu “projeto de capitalismo associado e dependente”. Essa contextualização é fundamental para a diatribe de Vesentini contra outras interpretações sobre as origens da geocrítica, conforme segue:

Ao contrário do que se pensa (se é que quem crê nisso pensa!), a geografia crítica no Brasil (e também na França, segundo Yves Lacoste) não se iniciou nem se desenvolveu inicialmente nos estudos ou teses universitários. Tampouco no IBGE e muito menos nas análises ambientais ou nas de planejamento. Ela se desenvolveu, a partir em especial dos anos 1970, nas escolas de nível fundamental (5.^a a 8.^a séries) e principalmente no ensino médio, o antigo colegial ou 2.^o grau. E também em alguns pouquíssimos cursinhos pré-vestibulares, que até inícios dos anos 1970 tinham um perfil bem diferente [...] (2001).

É justamente para demonstrar essa proposição que o autor faz um depoimento sobre sua trajetória profissional. Ele comenta que, em 1969, participou de seminários num cursinho em que foram discutidas obras como *Panorama do mundo atual*, *Capitalismo e subdesenvolvimento na América Latina*, *Formação do Brasil contemporâneo* e *Formação econômica do Brasil*, entre outras. Confere grande importância ao livro *Geografia do subdesenvolvimento*, de Lacoste, e acrescenta que a discussão das relações centro/periferia incorporava também autores como Paul Baran, Paul Sweezy, Harry Magdoff, Teotônio dos Santos,

Rui Mauro Marini e André Gunder Frank, entre outros. Nesse sentido, a geocrítica só teria sido introduzida na academia pelo encontro desses docentes de ensino médio e fundamental engajados com alguns professores universitários descontentes com a geografia produzida até aquela época, a qual, mesmo no Departamento de Geografia da USP (o mais avançado do país, então), continuava prisioneira dos postulados clássicos da disciplina.

Alguns poucos docentes universitários “abriram as portas” da academia para esses professores críticos e com uma boa dose de coragem aceitaram orientar (ou melhor, conceder a sua assinatura ou aval, pois em geral eles dominavam esses novos temas menos que certos orientandos) a elaboração de dissertações de mestrado ou teses de doutorado sobre assuntos/objetos que até então eram interditados ao saber geográfico universitário: a autoajuda dos moradores de bairros populares, os problemas do desenvolvimento capitalista no campo, análises críticas da geopolítica brasileira e de seus projetos, a escola e o ensino da geografia como aparatos ideológicos, a industrialização e a produção do espaço em alguma região específica, o espaço geográfico como lócus (e instrumento) de lutas sociais, as desigualdades (e a natureza classista) das formas de apropriação social do espaço, etc.

[...] A influência de Gramsci, direta ou indireta, foi notável nessa referida confluência que oficializou, via academia, a geocrítica no Brasil. O conceito gramsciano de hegemonia com base cultural foi o *leitmotiv* que conduziu esses professores críticos até a pós-graduação, até as pesquisas e a carreira universitária.

Não é o caso de discutir aqui se as origens da geocrítica estariam nas pesquisas universitárias ou no ensino, pois o essencial é destacar que, à luz de tal interpretação, o advento dessa corrente se deve à adesão de muitos geógrafos a determinadas bandeiras político-ideológicas, não a questionamentos de ordem teórica ou metodológica¹⁸. Mais do que isso,

¹⁸ Essa conclusão é válida para geógrafos que aderiram às visões críticas quando de sua experiência no ensino médio e fundamental, mas não para todos os geocríticos. Milton Santos, por exemplo, afirma que sua “esquerdização” foi lenta e se deu na faculdade, em função do ambiente político acadêmico, mas que seus primeiros trabalhos de pesquisa seguiram uma perspectiva tradicional. Ele migrou para novas abordagens a partir de questionamentos inicialmente tímidos sobre a aplicabilidade das teorias de Rochefort e de outros autores ao estudo da realidade brasileira. (SANTOS, 2004, p. 20-26 e 52-53).

fica evidente que as opções ideológicas precederam e determinaram aquelas propriamente científicas, pois funcionaram como critérios para a seleção das leituras realizadas com o fim de encontrar instrumentos para o estudo de novos objetos, conforme demonstra a lista de autores e obras que Vesentini destaca como importantes para os geógrafos da sua geração. Eles partiam do princípio de que as verdades científicas estariam necessariamente circunscritas ao universo da esquerda intelectual, de modo que os autores de outras tendências não precisavam nem ser lidos; bastava reproduzir as críticas dos intelectuais de esquerda a esses autores para descartá-los.

Essa filtragem irrefletida das teorias que poderiam lhes servir de referência para a renovação da geografia mostra-se especialmente grave quando se considera que esses geógrafos (assim como seus orientadores) não tinham formação em economia e, mesmo assim, lançaram-se a leituras econômicas sem o interesse de conhecer minimamente as principais correntes e debates teóricos dessa ciência para melhor se situar. Tudo o que lhes interessava era descobrir, dentre as teorias sociais e econômicas produzidas por autores de esquerda, aquelas que poderiam servir de base para uma geografia capaz de produzir uma crítica radical do capitalismo. Daí a importância que concederam a alguns autores que, já nos anos 1970, eram acusados de produzir teorias extremamente simplificadoras e repletas de contradições teóricas e empíricas, tais como Gunder Frank e Rui Mauro Marini – acusações essas que partiam inclusive de dentro do campo marxista (DINIZ FILHO, 1999).

Não é de estranhar que o marxismo seja a pedra angular na edificação da geografia crítica, e que mesmo autores que rejeitavam o marxismo o fizessem com base em outras visões oriundas da esquerda intelectual, às quais mesclavam, paradoxalmente, algumas teses marxistas. É o caso do próprio Vesentini, que, embora lance críticas contundentes ao marxismo com base em autores como Foucault, Merleau-Ponty e Castoriadis, já trabalhou com vários conceitos e teorias marxistas, tendo chegado a conclusões que coincidem à perfeição com aquelas desenvolvidas pelo marxismo mais vulgar. Tanto que esse autor já defendeu a tese de que a constituição dos sistemas nacionais de ensino teve por objetivo “assegurar a hegemonia da burguesia [...] e a reprodução do capital”, além da função econômica de absorver “parte

do exército de reserva, segurando contingentes humanos ou jogando-os no mercado de trabalho, de acordo com as necessidades do momento” (VESENTINI, 1985, p. 54). Os pressupostos definidores dessa corrente – em especial, a ideia de que os problemas socioeconômicos, espaciais e ambientais têm como causa a lógica de funcionamento do capitalismo – não resultam de pesquisas científicas sobre o espaço e as formas de apropriação da natureza; derivam, isso sim, de convicções ideológicas que precedem as pesquisas e que determinam de antemão as fontes a serem consultadas.

Na concepção desses geógrafos, porém, a subordinação intencional de escolhas teórico-metodológicas a posições ideológicas não constitui uma fragilidade do seu discurso científico¹⁹. Pelo contrário, esse vínculo foi apresentado pela primeira geração de geógrafos críticos como um dos elementos mais auspiciosos da renovação que propunham, visão essa reafirmada por Vesentini no momento em que qualifica o engajamento político e o desejo de justiça como a verdadeira reviravolta trazida por tal renovação.

É pela mesma razão que Vesentini discorre sobre o contexto histórico que levou ao surgimento da geocrítica para demonstrar que o alinhamento a essa perspectiva era consequência de movimentos como o de maio de 1968 e do contexto de desigualdade social com repressão política vigente no Brasil de então. Em nenhum momento lhe ocorre que tal explicação é dogmática e insuficiente, já que as teorias marxistas e de outras vertentes da teoria social crítica não eram as únicas respostas possíveis ao contexto político e socioeconômico que o Brasil viveu no período da ditadura. Referenciais teórico-metodológicos e éticos compatíveis com o liberalismo e a social-democracia também poderiam ter servido à desejada renovação do pensamento geográfico, não havendo qualquer justificativa para supor que a adesão à teorias anticapitalistas era um resultado natural do contexto histórico da época.

A essa avaliação Vesentini pode objetar que o fracasso das experiências de planejamento regional teria revelado a necessidade de

¹⁹ Um exemplo que vem de outras ciências está no modo como Florestan Fernandes, Fernando Novais e Octavio Ianni, entre muitos outros intelectuais, qualificaram a adesão de Caio Prado Júnior ao marxismo como uma ruptura teórica, política, pessoal e moral em que essas quatro esferas se justificariam mutuamente (CALDEIRA, 2009, p. 27-30).

buscar alternativas radicais aos paradigmas mais empregados pela geografia até o final dos anos 1960, pois tanto as propostas liberais quanto as intervencionistas expressam uma racionalidade instrumental e uniformizadora que se impõe aos indivíduos pelos mecanismos de mercado e pelos aparelhos estatais. No entanto, essa ilação é muito mais baseada em convicções teórico-metodológicas e ideológicas apriorísticas do que em questões de fato, tanto do ponto de vista do diagnóstico dos problemas quanto da proposição de alternativas.

Isso ocorre, em primeiro lugar, porque a crise do Estado planejador, que é inegável, não corrobora os diagnósticos sociais e econômicos catastrofistas elaborados pelos intelectuais críticos que inspiraram os geógrafos da geração de Vesentini. Conforme foi discutido no capítulo 2, no período de ascensão do Estado planejador, as décadas de 1930 a 1960, como também nas décadas seguintes, em que se dá a crise desse modelo de Estado, o mundo assistiu a um processo contínuo de elevação das condições de vida, manifesto na redução da pobreza e na melhora dos indicadores de renda *per capita*, saúde e educação. O mesmo vale para o Brasil, que, embora tendo se industrializado sob a égide de um Estado desenvolvimentista autoritário na maior parte do tempo, logrou melhorar praticamente todos os seus indicadores sociais. Se os geógrafos acreditaram que as melhores apostas teóricas para explicar o contexto histórico das décadas de 1960 e 1970 eram as interpretações baseadas na categoria latifúndio agrário-exportador, algumas teorias marxistas do intercâmbio desigual e aquelas que situavam a América Latina na encruzilhada “socialismo ou barbárie”, não foi por conta de uma hecatombe social que levasse necessariamente a tal conclusão; foi pela crença ideológica de que havia ou poderia haver um outro mundo muito diferente e muito melhor do que aquele.

Em segundo lugar, a tese de que a “crise da razão” impunha a crítica radical ao capitalismo e ao Estado como caminho para a renovação da geografia esbarra nas contradições dos movimentos contestatários que eclodiram no final dos anos 1960, sobretudo quando observados seus desdobramentos posteriores, as quais podem ser assim resumidas:

- Os estudantes influenciados pelo marxismo tiveram o mesmo destino dos partidos socialistas e comunistas da Europa Ocidental nas décadas seguintes: se apegaram à defesa intransigente de

velhas bandeiras, condenando-se à irrelevância política, ou se converteram a posições ideológicas cada vez menos radicais, de cunho social-democrata ou ambientalista. Já na década de 1970, ativistas políticos como Daniel Cohn-Bendit e Fernando Gabeira admitiam o fracasso de suas expectativas revolucionárias.

- Os grupos que abraçaram ideais de pacifismo radical e propugnam “voltar à natureza” não conseguiram mais do que produzir meia dúzia de “comunidades alternativas” localizadas em locais remotos, sem qualquer perspectiva ou interesse em produzir mudanças no conjunto da sociedade. Enquanto isso, as canções, ídolos e “filosofias orientais” que os inspiraram foram tranquilamente absorvidos pela mesma cultura de consumo contra a qual se insurgiram.
- Os movimentos de defesa das minorias sociológicas com frequência inspiravam seus discursos e reivindicações em teses econômicas e políticas anticapitalistas (como ocorre até hoje, nos grupos que participam do Fórum Social Mundial), mas é justamente nos países capitalistas democráticos que essas minorias são respeitadas em seus direitos. Michel Foucault, o mais notório intelectual crítico da razão e das instituições do Estado (e muito citado por Vesentini), expôs involuntariamente essa contradição ao se alinhar entre os intelectuais que saudaram a revolução islâmica ocorrida no Irã em 1979, por acreditar que esse evento demonstraria o fracasso da pretensão universalista do modelo de democracia liberal (ROMANO, 1981, p. 166). Mas poucos países no mundo têm regimes tão opressivos quanto o Irã, inclusive no que diz respeito a homossexuais, judeus, Bahá'ís e outras minorias.
- A maior contradição entre a história dos ditos “movimentos sociais” e a interpretação de Vesentini está no fato de que as reivindicações desses grupos exigem sempre mais Estado, não menos. Basta olhar para as soluções propostas no Fórum Social Mundial: sanções comerciais a países onde não se respeitam direitos trabalhistas; instituição de um imposto mundial sobre transações financeiras; legislações ambientais cada vez mais restritivas; políticas de cotas para negros e outras minorias; programas de desenvolvimento rural que incluem subsídios à agricultura familiar, protecionismo agrícola e, no caso de países como o Brasil, reforma agrária. Mesmo as propostas de fortalecimento da “democracia participativa”, justificadas com críticas à “razão dominante”, servem apenas para legitimar o controle de parte dos fundos públicos por grupos politicamente organizados, tais como os agricultores franceses da

Via Campesina, que dependem de subsídios do Estado para se manterem no mercado.

- Para encerrar, mencione-se que as ONGs, principal forma contemporânea de organização dos movimentos políticos com discurso antiglobalização e/ou anticapitalismo, dependem largamente de recursos do Estado para financiar suas atividades.

Em resumo, a adesão dos geógrafos à teoria social crítica se relacionava a expectativas utópicas derivadas, sobretudo, de valores ideológicos, não de uma conclusão óbvia do diagnóstico de problemas sociais que sem dúvida existiam, mas para cuja solução vinham ocorrendo progressos inegáveis, como continuaram ocorrendo nas décadas seguintes, ao mesmo tempo em que as experiências revolucionárias naufragavam ou se viam enredadas em contradições gritantes. Daí ser totalmente injustificada a ideia de que os geógrafos que trabalhavam com referenciais teórico-metodológicos não provenientes da teoria social crítica estavam a serviço das “classes dominantes”, por interesse ou ingenuidade.

Talvez esse tenha sido o pecado de origem da geocrítica, qual seja, a crença dogmática de que aderir aos pressupostos da teoria social crítica era uma questão ética, uma escolha entre o Bem e o Mal. Na verdade, a análise da consistência lógica e empírica das proposições teóricas, bem como das propostas de transformação social nelas inspiradas, é o único critério válido para a legitimação dos discursos científicos. O vazio de propostas consistentes e viáveis da teoria social crítica na atualidade, conforme visto no capítulo anterior, é a melhor evidência disso.

Ora, explicar a adesão de intelectuais europeus e latino-americanos ao pensamento social de esquerda nos anos 1960 e 1970 não é tarefa fácil. No caso latino-americano, parece claro que o ambiente repressivo contribuiu para tanto. O relato de Vesentini evidencia isso quando informa que uma escola em que lecionou, e na qual ele e outros geógrafos já ensinavam sobre luta de classes, foi invadida por policiais do famigerado DOPS duas vezes, tendo havido inclusive o confisco de equipamentos e a detenção para interrogatório de professores que estavam no prédio quando das invasões (2001). Mas isso por si só não explica por que a intelectualidade brasileira da época preferiu encontrar instrumentos de reflexão na teoria social crítica ao invés de recorrer

aos trabalhos escritos por teóricos liberais contra regimes autoritários e totalitários, caso de Raymond Aron, por exemplo. Explicar essa escolha implica considerar também como hipóteses a fragilidade histórica do liberalismo no Brasil e a influência dos intelectuais franceses na instituição de alguns dos primeiros e mais importantes cursos de filosofia e de ciências humanas do país, aí incluídos os cursos de geografia da USP e da UFRJ.

De qualquer forma, trata-se de um estudo de sociologia da ciência que escapa aos objetivos deste trabalho. O que deve ser feito agora é uma breve caracterização dos geógrafos que se formaram já sob a influência da geografia crítica. Essa segunda geração de geocríticos concluiu seu bacharelado nos anos 1990 e 2000 e é formada principalmente por ex-alunos e ex-orientandos dos geógrafos da primeira geração, sendo que, segundo Vesentini:

Talvez a principal diferença entre elas seja que a primeira geração era, pelo menos até o final dos anos 1980, essencialmente gramsciana no sentido de acreditar que estava promovendo uma revolução (anticapitalista e igualitária) na geografia e na universidade. A segunda geração, por sua vez (é lógico que toda regra admite exceções e que existem interpenetrações ou sobreposições), preocupa-se muito mais com o método, com novos enfoques para analisar o “espaço”, com o prestígio científico ou social. Mas essas diferenças são antes de mais nada relativas e desde o início já havia determinadas ambiguidades ou aporias na(s) geografia(s) crítica(s) tanto no Brasil como no exterior (2001).

Soa bastante estranha a avaliação de que as novas gerações estão menos preocupadas com a luta gramsciana contra o capitalismo e em prol de uma utopia igualitária quando se leem os trabalhos publicados no IX Colóquio Internacional de Geocrítica, analisados no capítulo anterior. Esses textos mostram que as reflexões teórico-metodológicas continuam umbilicalmente ligadas à atribuição de um papel transformador à geografia escolar (VLACH, 2007) e à tentativa de formular modelos de planejamento que sejam “subversivos”²⁰. Externamente aos

²⁰ Apesar de Nestor A. Kaercher (2007) lamentar que a geocrítica tenha levado os professores a desprezar métodos e recursos tradicionais de ensino, afirma também isto: “Gostaria, no entanto, de destacar nossa admiração – e concordância, salvo pequenas exceções de algumas ideias pontuais – pelos escritos de Diamantino Pereira, Douglas Santos, Nídia Pontuschka, Helena Callai, Rosângela Almeida, José W. Vesentini e Lana Cavalcanti.”

foros de discussão onde se reúnem os que se autodenominam críticos e radicais, nota-se igualmente a reprodução dos pressupostos fundadores da geografia crítica, tais como a atribuição de problemas sociais e ambientais à lógica do capitalismo e a proposição de utopias. Como vimos na Introdução, Marcelo Lopes de Souza, que pertence à segunda geração de geógrafos críticos, propõe explicitamente a superação do capitalismo e da democracia representativa, embora a hegemonia desse tipo de discurso entre os geógrafos faça com que esse autor não seja visto como representante da geocrítica ou qualquer corrente teórica específica.

Estranho também é o comentário de que a nova geração se preocupa mais com prestígio acadêmico e social do que a primeira. Essa afirmação pode ser válida, quando se comparam os novos geógrafos com aqueles que, segundo conta Vesentini, partiram para a luta armada e acabaram se refugiando em pequenas cidades do interior do Brasil quando os grupos guerrilheiros a que pertenciam foram desmantelados (2001), mas de modo algum para aqueles que, gramscianamente, ocuparam a universidade. Passar do ensino médio e fundamental para o superior implicava ascensão social para os professores, cujos salários eram mais altos nesse último nível de ensino (como ainda costumam ser). E é óbvio que foram esses a se instalar na universidade que influenciaram as gerações seguintes, não os que partiram para a ação direta, de maneira que não faria sentido comparar os novos geógrafos críticos com estes últimos.

Ademais, não deixa de ser irônico que Vesentini, justamente o introdutor das ideias da geocrítica nos livros didáticos, e que se tornou o mais bem-sucedido autor brasileiro de livros de geografia por conta disso, dê a entender que a sua geração era um pouco mais idealista ou desprezada que as atuais. Basta ver que, segundo levantamento realizado pela Câmara Brasileira do Livro e pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros, os livros didáticos representaram 53% do total de 310 milhões de exemplares vendidos em 2006 (LEAL; MANSUR; VICÁRIA, 2007, p. 62). Dentro desse universo, os livros didáticos comprados e distribuídos pelo governo federal superaram facilmente a marca de um milhão de exemplares vendidos em um único ano (KAMEL, 2007a; 2007b). Não há mercado mais promissor para um geógrafo brasileiro do que o de livros didáticos, e a hegemonia alcançada

pela geocrítica transformou os livros que reproduzem seus pressupostos em enormes sucessos de vendas. Embora Milton Santos e outros geógrafos acusem aqueles que se dedicam a atividades de planejamento ou a pesquisas financiadas por certas agências de serem mercenários do capitalismo, pois não há melhor maneira de ganhar dinheiro com geografia que vender livros pautados por ideias anticapitalistas. Nesse contexto, tentar fazer qualquer distinção entre as várias gerações de geocríticos por conta de maior ou menor preocupação com prestígio social ou acadêmico é completamente sem sentido.

Finalmente, vale ressaltar que Vesentini nada comenta sobre o papel que os geógrafos da primeira e segunda gerações exerceram para consolidar a hegemonia da teoria social crítica no ensino médio e fundamental e, por conseguinte, na formação de consensos ideológicos de esquerda entre inúmeros estudantes desses níveis de ensino. Isso é compreensível na medida em que a discussão desse tema escapa ao objetivo do seu artigo, que é demonstrar a precedência da geografia escolar no movimento de renovação crítica. Sendo assim, cabe-me fazer uma digressão sobre esse ponto com base em um depoimento pessoal, cotejado com algumas fontes jornalísticas e acadêmicas, a fim de comparar minha interpretação com a desse autor.

3.2 O meu depoimento

Antes daquela época [a revolução de 1917] os comunistas apenas podiam prometer que sua teoria, se posta em prática, criaria um mundo novo e melhor; depois, poderiam apontar para um sexto da superfície da terra e dizer: 'Eis aí. Vejam. Funciona'.

Leo Huberman

Cursei o ensino médio na primeira metade dos anos 1980, período em que tive duas professoras de geografia nos dois colégios em que estudei. Foi nessa época que comecei a gostar de geografia, posto que as aulas dessa disciplina a que assisti no ensino fundamental haviam seguido o figurino típico da geografia tradicional: só “decoreba” com teor nacionalista. No ensino médio, minhas professoras de geografia me apresentaram ao mundo da geografia crítica, embora não usassem

essa denominação para qualificar o trabalho que faziam²¹. Uma delas não tinha doutorado ou mestrado, enquanto a outra havia começado um curso de mestrado, mas o havido interrompido temporariamente. Minha experiência pessoal condiz até certo ponto com a interpretação de Vesentini, pois demonstra que a geocrítica já era praticada no ensino médio por alguns professores que, na graduação, haviam recebido uma formação tradicional. Mas até que ponto minhas professoras migraram para a visão crítica por iniciativa própria ou por influência de textos e palestras acadêmicas, ou mesmo do ambiente político universitário da época em que se graduaram, é algo que não tenho elementos para avaliar.

É fato, porém, que foi apenas com essas aulas inspiradas na teoria social crítica que eu comecei a apreciar geografia. O uso de teorias marxistas para explicar os fenômenos sociais me levou a ter, pela primeira vez, uma noção do que é fazer pesquisa em ciência social. As aulas de História podem ter contribuído até mais, pois, embora eu já gostasse bastante dessa matéria no ensino fundamental, foi só no nível médio que passei a ver o processo histórico sob as lentes de uma teoria que sustentava ser capaz de “ir além da aparência dos fenômenos”.

O livro fundamental para despertar essa percepção foi *História da riqueza do homem*, de Leo Huberman (1981), que li no primeiro ano do ensino médio por ordem da professora de História e reli no terceiro ano, quando já estava em outro colégio, a mando das professoras de História e de Geografia. Esse livro apresentava os rudimentos da teoria marxista do valor e a ideia de que seria possível provar, contrariando o senso comum, que o pagamento de salários não pode cobrir efetivamente o valor total das horas trabalhadas me pareceu a mais perfeita prova da importante contribuição que as ciências sociais têm a oferecer à sociedade, qual seja, revelar a lógica subjacente aos fenômenos sociais.

Obviamente, não é apenas por intermédio do marxismo que as ciências da sociedade procuram cumprir essa missão, e nem é correto

²¹ Rui Ribeiro de Campos (2001, p. 12) afirma que o uso da expressão *geografia crítica* no sistema de ensino iniciou-se com a reforma educacional promovida a partir da proposta elaborada pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas - CENP do governo do estado de São Paulo na gestão Franco Montoro (1983-1987). Segundo o autor, isso ocorreu porque o uso da expressão geografia dialética, que até então era empregada com maior frequência, poderia dificultar a aprovação da proposta da CENP, que enfrentava resistências por parte dos docentes e da imprensa.

pensar que somente uma teoria que qualifique o assalariamento como uma forma de exploração do trabalho é capaz de cumpri-la adequadamente. A teoria marginalista, por exemplo, afirma que o valor das mercadorias é determinado pela sua utilidade marginal, e parte desse pressuposto básico para formular modelos e teorias capazes de explicar uma série enorme de fenômenos econômicos altamente complexos, ao mesmo tempo em que nega que o assalariamento seja uma forma de exploração do trabalho. Todas as correntes teórico-metodológicas se propõem a ser instrumentos para a explicação dos fenômenos sociais, mas, como minhas professoras só me mostraram o marxismo, a ideia de que esse método seria o único adequado para tanto soava para mim quase como uma obviedade.

Essa percepção falsa foi ainda reforçada e ampliada com a leitura de diversos livros da coleção Primeiros Passos – que poderia ser melhor denominada Primeiros Passos Marxistas –, tais como: *O que é capitalismo*, *O que é socialismo* e *O que é comunismo* (ainda os tenho comigo, aliás). Já os livros didáticos de Geografia não tiveram importância direta para minha instrução nesse nível de ensino, pois as duas professoras de Geografia com quem estudei eram contrárias ao uso desse tipo de material didático, que substituíam por textos mimeografados, matérias de jornais e pelos livros citados – uma delas, para dizer a verdade, não nos mandava ler quase nada. Essa foi uma prática comum entre os professores nos primeiros anos da difusão da geocrítica no ensino, visto que:

Na tentativa de superação da geografia tradicional em direção a uma geografia diferenciada (a geografia crítica) perderam-se alguns recursos e habilidades didáticos básicos: o mapa, o quadro, o hábito de os alunos escreverem no caderno, a observação e a descrição das paisagens. Confundiu-se (*sic*) erroneamente tais tarefas como sendo necessariamente “negativas” porque identificadas à geografia tradicional. “Jogou-se fora a criança com a água do banho”. (KAERCHER, 2007).

Mas, como se verifica pela lista de obras que me mandaram ler, a ausência de livros didáticos de Geografia não representava qualquer dificuldade para a hegemonia do pensamento de esquerda no conteúdo ensinado, antes o contrário. A esse respeito, vale destacar uma última obra que teve impacto considerável sobre o meu modo de pensar,

embora apenas em termos ideológicos, que foi *As veias abertas da América Latina*, do jornalista Eduardo Galeano (1982) – livro que já foi qualificado por alguns autores, com toda a justiça, como “a bíblia do perfeito idiota latino-americano” (MENDOZA; MONTANER; LLOSA, 1998). O interessante é que a professora de História que me mandou ler esse livro não era marxista e nem defendia o socialismo (ela afirmava não ser favorável a uma solução “radical” assim). Sua visão de mundo, segundo avalei anos depois, era mais afeita às “reformas de base” postuladas pela esquerda nacionalista e populista latino-americana, em especial a “industrialização autônoma” e a reforma agrária, por meio das quais se daria a “ruptura dos laços de dependência”.

A lista de livros que li, por si só, já demonstra que a filtragem ideológica dos referenciais teóricos que serviram de base para a renovação da geografia atuou também na seleção dos materiais didáticos empregados pelos professores em sala de aula. A promessa de que a geografia crítica seria diferente por valorizar a autonomia de pensamento dos alunos não foi cumprida, pois havia um duplo sentido contraditório no uso de expressões como “criticidade do educando” e “desenvolver o raciocínio crítico”. Tais expressões eram empregadas para designar o objetivo de oferecer aos alunos diferentes visões da realidade e estimulá-los a refletir autonomamente sobre cada uma delas, mas significavam também ensinar aos alunos teorias sociais *críticas* do capitalismo, as quais cindem a sociedade em “dominantes” e “dominados” e qualificam como meramente ideológicas todas as vertentes de pensamento que lhes são adversárias.

Essa incoerência é explícita em trabalhos acadêmicos que versam sobre o ensino de geografia, como os de Vlach (2007), Callai (1999) e Cavalcanti (1999). É comum esses trabalhos assegurarem que “não devem ser simplesmente aceitas as explicações que são postas por uma forma única de interpretação, por uma única fonte” (CALLAI, 1999, p. 84), ao mesmo tempo em que afirmam que o objetivo primordial da educação é estimular as “*paixões, imaginação e intelecto*” dos alunos “*de forma que eles sejam compelidos a desafiar as forças sociais, políticas e econômicas que oprimem tão pesadamente suas vidas*” (GIROUX, 1986, p. 262, citado por CALLAI, 1999, p. 81 – itálico no original).

Mas como ser fiel à proposta de oferecer uma pluralidade de concepções se o *objetivo principal* da educação for o de compelir os alunos a se engajarem em lutas políticas inspiradas por uma corrente teórica e ideológica específica? Como respeitar verdadeiramente a autonomia de pensamento do aluno partindo-se da tese de que ele está enredado por um sistema econômico, social e cultural que o impede de ver a realidade social como ela realmente é? Na prática das salas de aula (e também nos livros didáticos, como se verá no próximo capítulo), tal contradição se resolveu com a supremacia da missão doutrinária sobre o postulado pluralista, de tal sorte que “ensinar a pensar criticamente” foi simplesmente inculcar ideias de esquerda nos alunos, e ponto final.

De fato, o conteúdo das aulas de Geografia e também de outras disciplinas a que assisti revelava seu teor esquerdista não só na bibliografia usada, mas também nas exposições feitas pelos professores, conforme alguns exemplos que me ficaram vivos na memória.

- Minhas duas professoras de Geografia acusavam o regime soviético de ser “policialesco” e de se intrometer muito na vida do indivíduo, mas com o atenuante de que tais intromissões visariam o bem coletivo. Uma delas mencionava, a título de exemplo, que na então URSS o número de casos de AIDS seria muito pequeno porque os soropositivos eram obrigados a relatar com quem haviam mantido relações sexuais (*sic!*). Numa discussão em sala sobre o socialismo, a mesma professora afirmou que “lá as pessoas são felizes”, numa referência ao suposto fato de que, se não havia eleições na URSS, por outro lado a população gozava de um bom padrão de vida.
- Diante disso, é quase desnecessário dizer que as professoras de História e de Geografia não falavam nada sobre as dezenas de milhões de mortos produzidos pelas revoluções socialistas, os *gulags*, as torturas, etc. Se algo foi dito a respeito, a ênfase foi tão pequena, e contrabalançada por tantos supostos atenuantes, que eu simplesmente não consigo me lembrar de nada. Creio que tomei conhecimento das atrocidades cometidas sob o socialismo muito mais pela leitura de jornais do que na escola – meu pai era assinante d’*O Estado de S. Paulo*.
- Já no que diz respeito ao regime de 1964, as críticas à censura, assassinatos, torturas, etc. eram frequentes e enfáticas, sem que qualquer atenuante fosse apresentado. Pelo contrário, uma de minhas professoras de Geografia afirmou, ao comentar o legado da

ditadura, que de nada adiantava o prefeito dizer que estava urbanizando as favelas, “pois o problema é a própria favela”. Certa vez, os professores do colégio levaram os alunos para uma minipasseata em favor das “diretas já” (demos uma volta no prédio e na praça ao lado gritando palavras de ordem em favor desse movimento). Aparentemente tratava-se de nos ensinar a importância da democracia, mas, diante das relativizações apresentadas quando o assunto eram as ditaduras comunistas, fico imaginando que, para a maioria dos alunos, a democracia não era um valor em si mesmo, já que somente as ditaduras de direita mereceriam ser combatidas.

- Essa lógica de um peso e duas medidas era ainda reforçada pelo fato de que, nas aulas de História (em que usávamos livros didáticos), aprendemos que a Declaração Universal dos Direitos do Homem refletia a “ideologia burguesa” da época em que foi redigida. O mesmo era dito das teses liberais em favor da liberdade econômica, as quais seriam convenientes só para a burguesia, não para o conjunto da sociedade. As ditaduras comunistas tinham atenuantes, enquanto a “democracia burguesa” era só fachada.
- Ao falar sobre as diferenças de desenvolvimento entre países capitalistas, uma professora de geografia citou a superioridade dos Estados Unidos nas olimpíadas e arrematou: “Somos nós que pagamos aquelas medalhas todas; nós pagamos aquele sorriso dos atletas americanos em cima do pódio.” Como na época eu já estava lendo *As veias abertas da América Latina*, não é difícil imaginar o impacto de tais palavras sobre mim. Esse livro, assim como minhas professoras de Geografia e também de História, deixavam claro que uma das soluções para os problemas dos países subdesenvolvidos, como o Brasil, era a moratória da dívida externa. Uma dívida que “já havia sido paga”, devido à carga dos juros, e que permaneceria “impagável” pelo mesmo motivo.
- Quando o tema era reforma agrária, minhas professoras reproduziam fielmente os discursos do MST, com exceção apenas das críticas ecológicas ao agronegócio (na época, essa organização ainda não havia se apropriado do discurso “verde”). Diziam que a concentração de terras é injusta, que as grandes propriedades são improdutivas, que a fome tem raízes na “questão da terra”, que é errado falar em “invasão” de propriedade, e assim por diante. E sem esquecer que a concentração fundiária levava a culpa pela pobreza no Nordeste.

- Por aí se percebe que a visão de Brasil manifesta nas aulas era quase apocalíptica: o país mais desigual do mundo, milhões de famintos, miséria crescente, uma grande maioria de pobres convivendo com uma pequena elite de milionários, criminalidade elevada por conta de uma “crise social” sem fim, etc. Desnecessário dizer que jamais foram mostradas aos alunos as séries históricas dos indicadores sociais produzidos com base nos Censos Demográficos, que revelavam inequivocamente ter havido melhora das condições de vida para a imensa maioria da população brasileira nas décadas anteriores.
- Logicamente, a imprensa era acusada de cumprir um papel na preservação daquele estado de coisas tão perverso. Fiquei sabendo o que era ideologia e que o papel da Rede Globo e dos grandes jornais era veicular discursos que ocultam a existência de conflitos de classe inconciliáveis e que apresentam os interesses de classes particulares como se fossem interesses gerais da sociedade. Qualquer discurso em favor da economia de mercado, da propriedade privada ou das grandes empresas era mentiroso por definição. Ainda assim, era comum o uso de matérias jornalísticas nas aulas de Geografia, o que confirma a lógica de um peso e duas medidas com que se validavam as informações.
- Tive um professor de Estudos Sociais que se declarava simpaticante do PT e que defendeu a nomeação de parentes para cargos públicos de confiança. Seu argumento estava na ideia surrada de que tais cargos devem ser preenchidos por pessoas de... confiança! Na época, um governante desse partido (creio ser Maria Luiza Fontenele, eleita para a prefeitura de Fortaleza), estava sendo questionado pela imprensa justamente por prática de nepotismo.
- Uma de minhas professoras de Geografia gostava de organizar debates sobre diversos assuntos, inclusive disputas eleitorais, e afirmava abertamente: “Se depender da minha opinião, *votem no PT.*” Ainda não tínhamos idade para votar, mas ela já preparava o caminho. A outra professora era militante do PMDB, mas tão marxista quanto a primeira. Sua opção pelo PMDB, numa conjuntura em que esse partido ainda tinha em seus quadros muitos socialistas que se aglutinaram com forças de centro para lutar contra a ditadura, devia ser fruto de sua manifesta “paixão” por Gramsci. Daí que, embora fizesse umas poucas críticas ocasionais ao PT, seus alvos preferenciais eram o capitalismo, a direita, o latifúndio, etc. Já os professores das demais matérias, incluindo as professoras de História, eram petistas na sua maior parte, embora geralmente não tão explícitos quanto a suas opções partidárias.

Diante desse quadro, não é surpresa que a maioria esmagadora dos alunos da minha classe do último ano do ensino médio (incluindo eu mesmo) fosse formada por simpatizantes do PT. Isso é especialmente significativo pelo fato de que se tratava de um colégio em que, no último ano, os alunos escolhiam entre as áreas de ciências exatas, humanas e biológicas, sendo que eu estava justamente na classe da área de humanidades. Quando ingressei no curso de Geografia da USP, em 1986, eu já me classificava como marxista e era simpatizante do PT. Felizmente, seja talvez por alguns valores humanistas que restaram da formação católica que recebi na infância (estudei num colégio religioso), seja por um acentuado ceticismo (o qual me afastou da religião muito cedo, mas também plantou em mim uma aversão a discursos que qualificam assassinatos como um “mal necessário”), o fato é que, já então, eu era avesso a qualquer proposta de luta armada. Para mim, Lênin, Stálin, Trotsky e Che Guevara eram homicidas cujos métodos tinham de ser repudiados, apesar da minha crença infundada de que as condições de vida eram melhores nos regimes comunistas do que no capitalismo. Eu desejava um “socialismo democrático”, exatamente como o então petista Francisco Weffort escrevia nos jornais ser o projeto do PT, proposta que também constava (como ainda consta) do artigo primeiro do estatuto desse partido (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2006).

Mas minha maneira de pensar sofreu mudanças significativas ao longo da graduação e da pós. Em termos ideológicos, minha breve participação na política estudantil, já em meados do curso, me ajudou muito a perder a simpatia pelo PT. A imensa maioria dos militantes estudantis que conheci na graduação era petista, e nenhum deles tinha ideias coerentes com um projeto político democrático. Mesmo os “independentes” e aqueles que então faziam parte da corrente Articulação (que estava à direita dos trotskistas) acreditavam em revolução e ditadura do proletariado, embora se achassem “modernos” por avaliar que tais eventos não seriam realizáveis num horizonte de tempo previsível. Desse modo, concentravam-se apenas em fazer campanhas eleitorais, insuflar greves e invadir a reitoria e o refeitório da universidade, além de repetir superficialmente propostas de reforma econômica de esquerda. A moratória da dívida externa se destacava como a grande panaceia

nos discursos desses militantes, a providência que resolveria desde a instabilidade macroeconômica até os problemas de moradia estudantil.

Acontecia a mesma coisa com a maior parte dos geógrafos que me deram aulas e com outros intelectuais petistas da universidade que, em sala de aula, palestras ou em conversas informais, andavam a defender ditaduras comunistas ou figuras como Che Guevara e Trotsky, embora fizessem pose de defensores da democracia quando atacavam o regime de 1964. Cheguei à conclusão de que a maioria dos jornalistas subestimava os problemas do PT quando atribuía seu atraso ideológico apenas a uma meia dúzia de “xiitas” (afinal, eu estava entre aqueles que deveriam ser as cabeças mais esclarecidas do partido!) e mudei minha preferência eleitoral para o PSDB, já na eleição presidencial de 1989.

Essa mudança de perspectiva foi também muito favorecida pelas leituras que fiz durante o curso. Logo no primeiro ano, tive aulas com professores marxistas que, embora partilhassem dos pressupostos fundamentais da geocrítica, faziam interpretações muito distintas do método e das teorias de Marx, além de seguirem visões político-ideológicas antagônicas. Descobri que o marxismo é uma tradição de pensamento que comporta inúmeras interpretações diferentes, algo que eu não esperava à luz do que aprendera no ensino médio. Minhas preferências se dirigiram para as interpretações que me pareciam mais condizentes com a ideia de “socialismo democrático”, como aquelas que sustentavam teses como estas: o papel histórico progressista do capitalismo, a inexistência de mecanismos de exploração do tipo “centro/periferia”, a universalidade dos valores democráticos que emergiram com a Revolução Francesa e as propostas favoráveis à manutenção do Estado e de mecanismos de mercado sob o socialismo.

A leitura de trabalhos de Antonio Carlos Robert de Moraes, meu professor e mais tarde orientador, além de autores por ele indicados, como Marshall Bergman, Agnes Heller e José Arthur Giannotti, foram fundamentais nesse processo. Moraes comentou e recomendou também um ou outro trabalho de autores críticos do marxismo, como o conhecido *Rumo à estação Finlândia*, de Edmund Wilson, e as obras de autores como Raymond Aron e Hannah Arendt contra o totalitarismo. Mas o que predominava no conteúdo de suas disciplinas era o delineamento de correntes distintas do marxismo, sendo que os trabalhos das

vertentes tradicional e quantitativa da geografia eram fortemente criticados, de acordo com o conteúdo de seu livro *Geografia: pequena história crítica* (MORAES, 1984).

Todavia, o principal a destacar é que, na grande maioria das disciplinas de geografia humana que cursei, inexistia uma verdadeira diversidade de visões, que contemplasse abordagens não comprometidas com os pressupostos fundamentais da geocrítica. Não me foram apresentados estudos contrários às teorias que serviam de base para as propostas mais radicais de reforma agrária – li a obra *O mito da terra liberta*, de Leonarda Musumeci (1988), por recomendação de um amigo. As aulas de geografia urbana se resumiam a Marx, Engels e Henri Lefebvre, com alguma coisa a mais escrita por Milton Santos. O único professor que trabalhava com textos bastante variados era Armando Corrêa da Silva. Por sua vez, José W. Vesentini destoava da maioria porque não se cansava de fazer refutações ácidas ao marxismo em suas aulas. Eu apreciava bastante seus ataques ao socialismo real, embora a inspiração anarquista de suas críticas à democracia representativa, ao capitalismo e à economia de mercado me parecessem tão simplórias e dogmáticas quanto as do marxismo da Segunda Internacional. O mesmo valia para suas críticas teórico-metodológicas ao marxismo, já que a alternativa que ele propunha – conforme a interpretação que fiz de sua tese, publicada em forma de livro (VESENTINI, 1986) – me parecia uma proposta de ecletismo epistemológico na qual as fontes eram selecionadas para favorecer a formulação de propostas políticas que fossem mais radicais que aquelas dos teóricos reformistas, mas sem estarem comprometidas com o socialismo real ou qualquer outra experiência concreta de mudança social.

Mas, como a obra de Vesentini segue os pressupostos definidores da geocrítica, conforme visto na Introdução, fica evidente que o ensino superior me revelou a diversidade de orientações internas a essa vertente da geografia, mas quase nada que ultrapassasse as fronteiras delimitadas por seus pressupostos. Já em meados dos anos 1980 estava criada uma corrente de transmissão de ideias que se fecha em si mesma e que continua a funcionar nos dias atuais. Os egressos do ensino médio chegam à universidade com sua visão de mundo já formada dentro dos parâmetros da teoria social crítica ou radical, os quais são reafirmados

e complementados pela graduação, na qual há limites bem estreitos para a pluralidade de pensamento. Uma vez devolvidos ao ensino fundamental e médio para trabalhar como professores das mais diversas disciplinas, o circuito se fecha e a corrente continua fluindo. Uma corrente muito difícil de quebrar.

Portanto, o processo de doutrinação ideológica esquerdista que vem sendo denunciado no Brasil há alguns anos teve início no sistema de ensino há mais de duas décadas. Pelo menos desde a primeira metade dos anos 1980, quando a expressão *geografia crítica* começou a ser empregada oficialmente no sistema de ensino, e desde o final dos anos 1960, conforme se depreende do depoimento de Vesentini – que, obviamente, não concorda com a ideia de que ele e seus colegas estivessem fazendo doutrinação ideológica.

Nesse contexto, é bom esclarecer que a palavra *doutrinação* está sendo usada aqui com dois significados ao mesmo tempo. Em primeiro lugar, como referência ao conceito de doutrina elaborado por Karl Popper e apresentado por Paulo César da Costa Gomes, isto é, um corpo teórico que não só apresenta explicações para determinados fenômenos como ainda procura explicar cientificamente, por meio de um desdobramento das teorias que o constituem, por que determinadas pessoas não concordam com suas explicações. É por isso que Gomes qualifica o marxismo como uma doutrina²²; porque suas teorias sobre os mecanismos de reprodução da sociedade capitalista se baseiam em conceitos como alienação, ideologia e práxis, os quais servem também para explicar a não adesão dos “intelectuais burgueses” ao marxismo. Em segundo lugar, o termo *doutrinação* faz referência a uma prática pedagógica que consiste em inculcar determinadas visões da realidade como sendo as únicas cientificamente verdadeiras e eticamente defensáveis. Em suma, apresentar aos alunos uma única teoria explicativa da sociedade e descartar todas as outras com base nos pressupostos dessa mesma teoria é, nos dois sentidos especificados, doutrinação. E se a essa doutrinação teórica e ideológica se soma ainda propaganda explícita de determinado partido, tanto pior!

²² Palestra realizada em novembro de 2001, no Departamento de Geografia da UFPR, durante a mesa-redonda “Geografia crítica”, a qual fazia parte do I Colóquio Nacional de Pós-Graduação em Geografia.

É neste ponto que se impõe comparar a “interpretação depoente” de Vesentini com o meu depoimento. Esse autor afirma que o contexto histórico do final dos anos 1960 e 1970 foi fundamental para o surgimento da geocrítica. Tal explicação é insuficiente, como visto, por partir da suposição dogmática de que não havia outro caminho para aqueles insatisfeitos com a repressão política e os problemas sociais senão beber na fonte da teoria social crítica, mas é uma explicação que deve conter alguma dose de verdade, pois a radicalização ideológica é até certo ponto natural sob regimes ditatoriais²³. Mas e no caso de pessoas como eu, que, a rigor, já faziam parte da segunda geração da geografia crítica antes mesmo de entrar para a Universidade de São Paulo e assistir às aulas de Vesentini e de outros geocríticos? A conjuntura sob a qual vivi minha adolescência teria contribuído para uma radicalização ideológica das pessoas da minha idade ou a causa maior estaria na doutrinação praticada no ensino médio?

Creio que o contexto histórico de transição democrática com crise econômica dos anos 1980 pode ter colaborado, em alguma medida. Até meados dessa década ainda havia censura, embora já então os órgãos censores estivessem mais preocupados com nudez, palavrões e desrespeito à moral cristã do que com manifestações políticas. Testemunhei pessoalmente um episódio de depredação de duas ou três vitrines de lojas no centro de São Paulo, fato esse atribuído pela imprensa a uma possível tentativa de desestabilização do governador opositor Franco Montoro, do PMDB. Acompanhei pelo noticiário o movimento das “diretas já” e a rejeição da emenda Dante de Oliveira pelo Congresso. Tomei conhecimento pelos jornais e pela TV das ações de censura usadas para enfraquecer esse movimento, às quais se somavam denúncias de corrupção contra muitos próceres da ditadura e casos de tortura e de assassinatos políticos ainda recentes. A tudo isso se somava a crise econômica aguda da “década perdida”, manifesta em taxas de inflação elevadíssimas (com seus efeitos deletérios sobre o poder

²³ Muito mais difícil, sem dúvida, é explicar por que tantos estudantes europeus se encantaram com ideias políticas radicais nos anos 1960 e 1970. A esse respeito, vale mencionar, de passagem, que a “tese da autodestruição do capitalismo”, com suas muitas variantes, ganha força nos períodos em que o crescimento econômico desacelera, como ocorreu justamente ao final dos “trinta anos gloriosos” (HIRSCHMAN, 1986).

de compra dos salários) e crescimento econômico débil. Os indicadores de saúde e de educação continuaram a melhorar, como já acontecia desde as décadas anteriores, mas isso não era perceptível no dia a dia da classe média urbana, e os professores de História e de Geografia não mostravam essas estatísticas nas aulas. A persistência da crise econômica parecia dar razão aos jornalistas, professores e economistas que a atribuíam ao predomínio dos interesses de banqueiros e de outros grupos empresariais que supostamente lucravam muito com a crise, conforme também insistiam sindicalistas e políticos do PT e da CUT.

Nesse sentido, a conjuntura da época pode ter contribuído para a radicalização dos jovens da classe média urbana na medida em que as mensagens transmitidas em sala de aula eram reforçadas por acontecimentos presenciados no cotidiano, por conversas informais e também pela imprensa – que os professores ainda acusavam de fazer o jogo das “classes dominantes”. É certo que os grandes jornais e emissoras de TV já então contavam com a forte presença de intelectuais de esquerda, mas que falavam sobre uma situação concreta de transição democrática com futuro duvidoso e crise econômica durável. Todavia, com base em minha experiência pessoal, que eu tenho certeza ser também a de inúmeras pessoas da minha geração, defendo a hipótese de que *a causa principal da grande aceitação de ideologias de esquerda por parte de inúmeros estudantes foi a ação doutrinadora dos professores*. Muitos alunos do ensino médio não teriam acreditado que as únicas alternativas éticas e viáveis de superação do modelo político-econômico agonizante à época estavam em propostas marxistas e nacional-populistas se não fosse a doutrinação praticada nas escolas.

Sem essa doutrinação, com efeito, muitos estudantes poderiam ter chegado à universidade com o conhecimento de algumas teorias sobre as relações entre Estado, mercado e sociedade correlacionadas a ideologias liberais e social-democratas, as quais também são antagônicas ao nacional-desenvolvimentismo de corte autoritário. Mas quase nada era ensinado sobre essas correntes de pensamento. No caso da social-democracia, aprendi apenas que se trata de um sistema que procura compatibilizar o funcionamento do mercado com a realização de investimentos elevados do Estado em educação, saúde e distribuição de renda, o qual havia conseguido oferecer aos povos escandinavos uma

qualidade de vida muito boa. Uma de minhas professoras de Geografia chegou a comentar a ideia, bastante vulgarizada à época, de que as taxas de suicídio na Suécia eram altas porque seus habitantes “já não têm muito pelo que lutar”... Mas, como essa mesma professora afirmava que os países subdesenvolvidos são explorados pelos países ricos, deixou a impressão de que a social-democracia apenas transfere para a escala das relações econômicas internacionais as consequências da exploração capitalista, sendo, portanto, inviável para países “periféricos”, como o Brasil. Já no caso do liberalismo, o conteúdo ensinado era muito mais desfavorável, pois o pouco que aprendi se resumia àquilo que os autores marxistas dizem dessa corrente: que se trata de uma ideologia conveniente para as classes dominantes e cujas propostas de políticas públicas se resumem a minimizar os investimentos sociais e aumentar gastos com segurança interna e externa, o que geraria uma escalada de desigualdade, pobreza, crime e repressão policial.

Esse quadro é particularmente grave quando se considera que são justamente o liberalismo e a social-democracia, em suas inúmeras variantes, que polarizam as disputas políticas e ideológicas nos países desenvolvidos, onde o socialismo marxista deixou de ter papel relevante há décadas. A doutrinação ideológica legou ao Brasil uma geração de jovens cujas visões de mundo eram prisioneiras de valores antidemocráticos e de utopias radicais fracassadas ou irrealizáveis. E dessa geração saíram aqueles que, como eu, são hoje professores na área de ciências humanas e sociais. Essa é a segunda geração da geocrítica brasileira.

Nos anos 1990, a responsabilidade dos professores para a manutenção da hegemonia de esquerda entre os estudantes do ensino médio e superior foi ainda maior. Os adolescentes de então nada viveram da ditadura militar e eram ainda crianças pequenas na fase de declínio do regime, o governo do general João Batista Figueiredo. A década de 1990 teve início com crise econômica aguda e grandes escândalos políticos, mas, pela primeira vez na história brasileira, um presidente foi apeado do cargo por vias rigorosamente constitucionais, numa visível demonstração de que a democratização já não encontrava dificuldades impostas pelo Executivo ou pelas Forças Armadas para continuar avançando. Na segunda metade dessa década, a crise inflacionária foi debelada e, conforme atestam os dados da Pesquisa Nacional por Amostra

de Domicílios – PNAD, houve expressiva redução da pobreza e também diminuição dos níveis de concentração de renda nesse período (Hoffmann, 2007). Na esfera política, vale notar que foi nos anos 1990 que o Brasil, pela primeira vez em sua história de Estado independente, pôde contar com um regime indiscutivelmente democrático, já que apoiado em eleições regulares, livres, honestas e competitivas baseadas no sufrágio universal (BETHELL, 2000, p. 492). É óbvio que havia problemas, como taxas de crescimento econômico medíocres, choques externos e desemprego elevado. Mas nada que justificasse a crença de que uma “ruptura” com o “modelo econômico brasileiro”, inspirada em bandeiras socialistas e/ou nacional-populistas, fosse condição necessária para resolver tais problemas. O fato de as propostas econômicas de esquerda não terem sido postas em prática mesmo depois de chegar ao poder o partido que se dizia “contra tudo isso que está aí”, e em favor do qual os professores tanto militaram em sala de aula, é a maior prova disso.

Em suma, a ignorância e a visão deturpada que os estudantes tinham de outras correntes de pensamento e da própria realidade brasileira é essencial para compreender a força das ideologias de esquerda entre os jovens e, por conseguinte, a hegemonia avassaladora da geocrítica entre os geógrafos. *Os estudantes acreditaram que a democracia vigente nos anos 1990 era só um biombo para esconder uma situação socioeconômica tida como injusta porque seus professores difamaram as vias de reforma não identificadas com as teorias críticas e esconderam os avanços sociais ocorridos nessa década e nas anteriores.*

E sobre o período posterior a 2003, quando a hegemonia esquerdista conquistou também o poder político em nível federal? Previsivelmente, a doutrinação ideológica não só continua em curso como a partidarização é ainda reforçada pela publicação de livros didáticos de História e de Geografia que contêm propaganda política explícita do governo Lula, os quais são comprados e distribuídos pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC a milhões de estudantes, conforme vem sendo denunciado pela imprensa (WEINBERG; PEREIRA, 2008; SOARES, 2007; LEAL; MANSUR; VICÁRIA, 2007; KAMEL, 2007a; 2007b). Aqui também vale acrescentar um depoimento. Pedi ao meu filho que lesse uma matéria da revista *Época*, a qual analisava o

conteúdo de 20 livros didáticos e 28 apostilas de História e de Geografia, e grifasse as passagens que descrevem conteúdos que lhe tivessem sido ensinados na escola. As passagens assinaladas foram as seguintes:

- “Che Guevara” (apresentado por seu professor de Geografia como uma espécie de herói);
- nos livros didáticos, “[...] o consumo é algo negativo, praticamente imposto pelos meios de comunicação”;
- “[...] o sistema capitalista aumenta a pobreza e a desigualdade”;
- o neoliberalismo “enriquece mais os ricos e empobrece mais os pobres”;
- “as nações ricas exploram as pobres”;
- “os Estados Unidos são apresentados como um império de influências negativas”.
- com a “divisão internacional do trabalho”, os países pobres “ficaram condenados a colocar no mercado internacional apenas matérias-primas e produtos agrícolas”;
- nos livros e apostilas analisados, “a reforma agrária é apresentada como solução para a concentração de terras no Brasil”;
- certos livros didáticos do Paraná (eu moro em Curitiba) “reduzem o mundo a um conflito entre as elites dominantes e os povos dominados”.

O único dado novo quando comparo a educação que recebi com a que vem sendo ministrada ao meu filho é que seus professores de História e de Geografia fazem propaganda dos governos do PT por meio de ataques ao já passado governo Fernando Henrique Cardoso, o “neoliberal” que teria cometido o crime de privatizar a Vale do Rio Doce, entre outras estatais.

Ora, se os professores do meu filho acham correto citar políticas do governo FHC para ilustrar as ideias econômicas de esquerda contra o “neoliberalismo”, deveriam, por uma questão de coerência, comentar as contradições abissais entre essas teses e os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, tais como: a manutenção dos pilares da política econômica dita “neoliberal” do presidente anterior (câmbio flutuante, metas de inflação e de superávit primário); a unificação e expansão dos programas de transferência de renda instituídos por FHC,

agora denominados “Bolsa Família”; a continuidade do modelo de política fundiária vigente até a posse de Lula (que os geógrafos acusam de ser uma “não reforma agrária”), mas com aumento do número de mortes e de invasões; a assinatura de acordo com o FMI e o pagamento das dívidas com o Fundo sem qualquer moratória ou renegociação, e ainda antes mesmo do vencimento do prazo da última parcela; a concessão de 2.300 quilômetros de estradas federais à administração privada, além de vários aeroportos; e assim por diante. Mas os professores do meu filho preferem mandar a coerência às favas e doutriná-lo com um discurso que reproduz a esquizofrenia típica da esquerda brasileira sob os governos do PT, que consiste em satanizar o governo passado com acusações que se revelam incoerentes à luz dos muitos continuísmos dos governos desse partido. Meu filho e seus colegas de classe são jovens demais para saber que os professores que lhes dão aula esqueceram o que disseram...

Enfim, se as mudanças socioeconômicas do Brasil e do mundo já eram insuficientes para justificar a adesão irrefletida dos geógrafos à teoria social crítica nos anos 1970-2002, agora o descolamento entre a realidade e o discurso dos professores alcançou o paroxismo, pois o conteúdo das aulas já perdeu até a coerência ideológica! Tal discurso já não passa de uma retórica política alinhada unicamente com o projeto de poder de um partido que abandonou suas bandeiras históricas, não havendo mais qualquer compromisso verdadeiro dos professores com as propostas que derivam das teses radicais que continuam a ensinar em sala de aula.

Mas é óbvio que todas as avaliações feitas até agora podem ser acusadas de se apoiar sobre bases cientificamente inaceitáveis, já que, apesar das muitas outras evidências reveladas pela imprensa e pelo *site* Escola Sem Partido, tudo se resume a um depoimento pessoal complementado com algumas fontes jornalísticas e acadêmicas. Para avaliar que tipo de conteúdo vem sendo transmitido aos alunos de Geografia desde os anos 1990, é preciso utilizar fontes de informação mais adequadas para generalizações. Essa tarefa será empreendida no próximo capítulo, em que serão analisados livros didáticos de Geografia usados por milhões de estudantes em escolas públicas e particulares, bem como os resultados da aplicação de uma pesquisa junto a alunos do

ensino médio. Antes de efetuar essa análise, porém, é preciso discutir como se pode combater a doutrinação nas universidades brasileiras sem agir como um doutrinador.

3.3 Sou também um doutrinador?

No final de novembro de 2004, divulgaram-se os resultados de uma pesquisa elaborada pelo American Council of Trustees and Alumni – ACTA para avaliar a politização e partidarização do ensino superior nos Estados Unidos²⁴. A pesquisa foi aplicada nos 25 “colleges” e 25 universidades que ocupam as melhores posições na classificação do U. S. News & World Report, sendo que, devido a sobreposições nos *rankings* dos dois tipos de instituições de ensino, a amostra incluiu ao todo 26 universidades. O número de estudantes entrevistados foi de 658 e os dados produzidos apresentam uma margem de erro de 4% para mais ou para menos. Resumidamente, os resultados foram os seguintes:

- 49% dos estudantes afirmaram que os professores frequentemente inserem comentários políticos em seus cursos, mesmo quando eles não têm nada a ver com o assunto tratado;
- 29% sentem que devem concordar com a visão política do professor para conseguir boas notas;
- 48% relataram que as exposições feitas pelos professores sobre temas políticos “parecem totalmente unilaterais”;
- 46% disseram que os professores “usam a sala de aula para apresentar visões políticas pessoais”, embora a maior parte dos entrevistados estudasse em áreas que não têm a política como objeto, tais como Biologia, Engenharia e Psicologia;
- a pesquisa, realizada pouco antes e depois de uma eleição presidencial, apurou que 68% dos estudantes afirmam que seus professores fizeram comentários negativos sobre o presidente George W. Bush em sala de aula, ao passo que 62% relataram que os professores elogiaram o senador John Kerry, candidato opositorista;

²⁴ ACTA é uma organização educacional sem fins lucrativos sediada em Washington, D. C. Mais informações sobre a pesquisa podem ser encontradas em: <<http://www.studentsforacademicfreedom.org/archive/December2004/ACTAsurveypressrelease120604.htm>>. Acesso em: 3 set. 2010.

- 42% acusaram as leituras designadas para as disciplinas de apresentar apenas um tipo de interpretação para temas controversos.

Seria extremamente oportuno que uma pesquisa desse tipo fosse realizada nas universidades brasileiras, pois é bastante provável que a politização e partidarização se mostrassem ainda maiores do que no caso norte-americano. É notório que a grande maioria dos professores universitários brasileiros, assim também como dos estudantes, é simpatizante do PT (boa parte até militante). Provavelmente, é essa hegemonia ideológica e partidária que explica a inexistência de pesquisas semelhantes à do ACTA sendo feitas no Brasil, visto que a homogeneidade das formas de pensar tende a diminuir o interesse de questionar condutas a elas relacionadas. Deve explicar também por que a universidade brasileira, que não se preocupa em discutir se há unilateralismo e partidarização nos conteúdos das aulas, vem se dedicando a policiar a imprensa com pesquisas e publicações que cobram pluralismo dos grandes jornais, embora certas análises produzidas com base nessas pesquisas sejam claramente favoráveis ao PT e, portanto, partidárias²⁵.

Realmente, uma pesquisa como a do ACTA permitiria questionar se é ou não correto um professor de Biologia inserir comentários políticos numa exposição que versa sobre assuntos não relacionados com esse tema – prática que também ocorre no Brasil, ao menos no que diz respeito ao ensino médio, conforme relatado no *site* Escola Sem Partido. No caso das ciências humanas e sociais, em que a política é parte integrante do próprio objeto de estudo de cada ciência, uma pesquisa assim permitiria pôr em questão a unilateralidade dos conteúdos ensinados e dos comentários políticos, especialmente daqueles comentários relacionados a questões conjunturais, como eleições. Conforme

²⁵ Basta ver que o Doxa – Laboratório de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública, do Iuperj/Ucam, realiza pesquisas para quantificar o número de matérias jornalísticas “positivas”, “negativas” e “neutras” sobre os principais candidatos em disputa nos anos eleitorais. Exemplo de estudo partidário e pró-PT que usa os dados dessa pesquisa para acusar a imprensa de ser partidária é este: ALDÉ; MENDES; FIGUEIREDO, 2007. Mencione-se também que o OI – Observatório da Imprensa, foi organizado pelo Labjor – Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, da Unicamp. Embora o *site* do OI já tenha servido para denunciar manipulações jornalísticas favoráveis ao PT (CUNHA, 2006), as matérias publicadas nesse espaço são predominantemente alinhadas com as críticas da esquerda à “grande imprensa”, e têm servido para a defesa dos governos do PT.

pondera a presidente do ACTA, Anne Neal, “quando a política é relevante, múltiplas perspectivas devem ser apresentadas”.

Avaliando meu trabalho de professor segundo essas preocupações, creio que minhas aulas não podem ser acusadas de mostrar exclusivamente um lado de cada questão. Na disciplina Espaço Geográfico Mundial, por exemplo, faço uma introdução a algumas das principais vertentes teóricas de explicação das relações econômicas internacionais e das diferenças de desenvolvimento entre países: a teoria das vantagens comparativas, a do subdesenvolvimento (nas visões de Celso Furtado e de Yves Lacoste), a abordagem do “desenvolvimento-associado” (muitas vezes chamada, erroneamente, de “Teoria da Dependência”), as teorias marxistas do intercâmbio desigual e a teoria da vantagem competitiva das nações. No entanto, não deixo de me posicionar sobre as teorias que explico. Não se produz conhecimento científico sem confrontar e debater teorias, de modo que apresentar argumentos meus e de outros autores contra ou a favor de determinada escola de pensamento é essencial para mostrar aos alunos por que e em que as teorias científicas divergem na explicação dos mesmos fenômenos.

No que diz respeito à bibliografia, as leituras obrigatórias e complementares que uso em minhas disciplinas também não podem ser acusadas de mostrar apenas um lado da questão. Na disciplina Espaço Geográfico Brasileiro, por exemplo, indico textos com visões antagônicas como bibliografia obrigatória para os temas abordados nos seminários. Também utilizo textos de minha autoria nas aulas, mas, ao contrário do que ocorreu durante a minha graduação, na qual os professores quase nunca indicavam trabalhos com ideias diferentes das suas, obrigo meus alunos a ler textos de autores dos quais discordo fortemente, tais como Milton Santos, Maria Laura Silveira, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Bernardo Mançano Fernandes, entre vários outros. Apresento minhas críticas às teses desses autores nas aulas, mas as questões formuladas para as provas não exigem dos alunos a reprodução dessas críticas, e sim a demonstração do entendimento alcançado sobre o que os vários autores escreveram, já que as visões deles são aquelas que predominam na geografia humana brasileira.

Meus artigos sobre os temas em foco só substituem os dos autores que eu critico em duas situações: a) quando estão baseados em

estatísticas que atestam claramente o equívoco de certas interpretações e que, por isso mesmo, não costumam ser comentadas nos estudos de geografia econômica; é o caso de trabalhos nos quais analiso os equívocos dos economistas para os quais as reformas chamadas “neoliberais” dos anos 1990 levariam ao esgotamento ou inflexão do processo de desconcentração da economia (DINIZ FILHO, 2005; 2000); b) quando fazem críticas a teorias que já não são prestigiadas na academia e que não vêm sendo muito desenvolvidas pelos geógrafos em anos recentes, mas que ainda são influentes entre os geógrafos brasileiros em termos ideológicos, como é o caso das teorias do intercâmbio desigual (DINIZ FILHO, 1999). Mas em momento algum posso ser acusado de vedar aos alunos a oportunidade de conhecer uma diversidade de pontos de vista, inclusive aqueles que rejeito, mas que são amplamente aceitos na geografia.

Já no que diz respeito ao uso da sala de aula para expressar opiniões políticas pessoais, devo dizer francamente que eu faço, sim, comentários políticos. Posicionar-se sobre teorias sociais implica também posicionar-se sobre temas políticos a elas relacionados. Se apresento refutações às teses do intercâmbio desigual, obviamente tenho de rejeitar os discursos políticos hostis ao livre-comércio. Se contesto o diagnóstico feito pelo MST e pelos geógrafos agrários sobre a agricultura brasileira, é claro que tenho de refutar o projeto de reforma agrária desses grupos.

No entanto, devo dizer que meus comentários políticos (que incluem até ironias e piadas) dizem respeito também a questões conjunturais, isto é, aos discursos usados por políticos conhecidos para justificar ou rejeitar determinadas propostas de políticas públicas que estiverem em debate no momento. O alvo preferencial de meus comentários negativos são Lula e o PT, o que implica dizer que devo contrariar grande parte dos alunos (talvez até a maioria) quando procedo dessa forma. Tais comentários são relacionados aos conteúdos que ministro em aula, já que a geografia humana tem na política uma dimensão inerente a muitos dos fenômenos que lhe servem de objeto. Ao falar de reforma agrária, informo aos alunos que a política de assentamentos do governo Lula está em contradição frontal com tudo o que ele, seu partido e os geógrafos rurais, entre outros intelectuais, sempre defenderam

a respeito do tema. Já quando explico as características definidoras do estilo populista de comunicação com as massas, cito os discursos de Getúlio Vargas (que estudei no mestrado – DINIZ FILHO, 1994) e também os de Lula como exemplos. Eu bem poderia ficar apenas no primeiro exemplo, que é o mais clássico, para que os alunos pudessem entender o conteúdo. Mas ninguém, nem mesmo os que simpatizam com Lula, haverão de negar a pertinência dos discursos dele como exemplos didáticos de retórica populista. Todavia, não posso garantir que os comentários negativos que faço sobre discursos e políticas do PT estejam todos diretamente ligados ao conteúdo da aula em questão. Às vezes, perguntas feitas pelos alunos sobre questões de conjuntura não diretamente ligadas ao assunto em pauta levam a comentários políticos que não têm relação com o assunto tratado no momento.

Seria essa uma prática doutrinadora? Caso se considere *doutrinação* no sentido de ensinar aos alunos uma doutrina, conforme definida na seção anterior, a resposta é não. Em nenhum momento saço do bolso uma teoria para “explicar” por que os intelectuais de esquerda são de esquerda e, assim, desqualificar suas teorias. Quando menciono as correlações entre as escolhas teórico-metodológicas de alguns autores e seus posicionamentos político-ideológicos, é sempre com base na lógica interna do pensamento que articula essas opções, não em referência a características sociais, biográficas e/ou psicológicas que atuariam de forma causal. E se acaso *doutrinação* for entendida como apresentação de pontos de vista unilaterais, ainda assim penso que meus comentários políticos não podem ser classificados dessa forma. Primeiramente, pela diversidade da bibliografia com a qual trabalho. Em segundo lugar, porque os geógrafos lidos por meus alunos, mesmo quando não têm simpatias partidárias conhecidas, são de esquerda. A matéria-prima dos discursos de intelectuais e políticos petistas é acessível aos meus alunos na própria bibliografia empregada nas disciplinas que leciono.

Mas, se tais considerações podem servir para refutar a avaliação de que minha prática pedagógica vise fazer doutrinação política, não há como negar que todo professor que faz comentários políticos sobre questões do momento em sala de aula está, em maior ou menor grau, com honestidade intelectual ou não, exercendo certa influência política e, por isso mesmo, eleitoral. Isso é aceitável?

No que diz respeito ao ensino médio e fundamental, creio que a resposta inequívoca é a de que tal prática não é aceitável. Crianças e adolescentes não costumam se interessar por política (eu só me lembro de me interessar pelo assunto a partir de uns quatorze anos, e era exceção entre meus amigos e primos). Nesse sentido, a grande maioria dos jovens não se preocupa em buscar informações sobre o assunto na imprensa, as quais lhes chegam principalmente de maneira casual, nas conversas em família ou por noticiários televisivos que são assistidos pelos pais. Como os alunos não costumam ir espontaneamente atrás de informações diferentes daquelas que são forçados a assimilar quando frequentam a escola ou para fazer trabalhos escolares, opiniões políticas manifestas em aula podem ter efeito considerável na formação de consensos ideológicos. E como tais opiniões são apoiadas por conteúdos didáticos apresentados como verdades científicas, especialmente nos livros adotados pelos professores, o efeito dessas opiniões tende a ser muito grande, sobretudo para aquela parte dos adolescentes que se interessa por política.

Quanto ao ensino universitário, creio que, mesmo considerando-se que os alunos já estão na fase adulta, a prática de fazer comentários políticos em aula deve ser repudiada quando se trata de disciplinas que não têm a política como objeto. Essa prática é condenável primeiramente porque os professores das ciências exatas e biológicas são no máximo diletantes no assunto. Seus comentários políticos não acrescentam nada à formação profissional que devem oferecer aos alunos, e não necessariamente contribuem para que estes tenham mais e melhores informações sobre conjuntura política. Um professor de Biologia ou de Física que se põe a fazer comentários políticos e eleitorais em suas aulas é como um artista a se manifestar sobre o tema em entrevistas, mas com a diferença crucial de que, enquanto ninguém é obrigado a ouvir o que uma celebridade diz sobre assuntos alheios ao seu ofício, os alunos são obrigados a assistir às aulas de seus professores. Tirar proveito do acesso que a condição de professor oferece a uma plateia cativa para fazer comentários sobre temas que não têm relação com o conteúdo da disciplina, e dos quais o professor possui um conhecimento igual ao da média dos alunos que o escutam, é uma forma de militância que deve, sim, ser rejeitada.

Sendo assim, cabe debater o caso das disciplinas das ciências humanas e sociais, em que a política é parte integrante dos próprios objetos de estudo. É notório que o espaço das salas de aula costuma ser utilizado por professores dessas áreas para a emissão de opiniões políticas. Há professores de esquerda que fazem comentários políticos e partidários em aula mesmo quando o tema em pauta não tem relação alguma com os comentários. Sei por testemunho de alunos sobre uma socióloga petista que, numa disciplina de graduação introdutória ao pensamento de Max Weber, conseguia inserir ataques ao “neoliberalismo de FHC” em quase todas as aulas. O *site* Escola Sem Partido já publicou mensagens de universitários que acusam práticas de doutrinação político-ideológica em aulas de Didática e até de História Antiga! Atitudes como essas podem não ser bem vistas por alguns alunos que não são simpáticos às ideias de esquerda, mas é provável que pareçam normais para muitos estudantes, habituados com esse tipo de manifestação desde o ensino médio, ou até que conte como ponto positivo para a maioria deles, por serem simpatizantes do PT ou de outros partidos de esquerda. De outro lado, eu mesmo faço comentários políticos em sala de aula, como já afirmei.

Pode-se argumentar contra a minha prática que não há necessidade de questionar diretamente as posições político-partidárias hegemônicas na geografia e nas ciências afins, pois a análise crítica das teorias e estudos pautados por ideias radicais (o que eu também faço) já é o bastante para dar aos alunos a oportunidade de refletir sobre a eficácia explicativa de cada teoria e, por conseguinte, sobre as visões ideológicas da realidade social. Concordo plenamente com a lógica desse argumento, mas observo que, na universidade brasileira, vigora há tempos uma espécie de *establishment* intelectual marcado por um militantismo ideológico e partidário tão avassalador que distorce até mesmo os critérios que devem reger a avaliação das relações entre ética, ciência e política. Como já afirmou o sociólogo marxista José de Souza Martins:

Se alguém quisesse se tornar uma figura pública consagrada bastava entrar para o PT e era imediatamente beatificado, até mesmo com água benta. Na própria universidade, não raro ser petista passou a ser proposto e defendido como sinônimo de competência, discernimento, brilho e virtude acadêmica. Como se os cautos,

prudentes e críticos fossem desprovidos dessas qualidades. Vozes discordantes têm sido caladas, intimidadas ou ignoradas pela onda vermelha do indiscutível. Nomes de acadêmicos reputados, vivos ou mortos, têm sido usados para acobertar deficiências e problemas que os espíritos lúcidos e independentes enxergam e analisam. Intelectuais foram frequentemente chamados a montar uma verdadeira fábrica de racionalizações *ad-hoc* para amenizar os defeitos do partido e agravar os defeitos dos adversários, especialmente os mais próximos, os da esquerda não alinhada aos propósitos corporativos, estreitos e intolerantes. (2005).

Essa questão será tratada com mais detalhamento no capítulo final. Por enquanto, cabe dizer que a maior prova da correção desse diagnóstico está no fato de que diversas cabeças coroadas da academia, como Marilena Chaui, Maria Vitória Benevides, José Luiz Fiori, Maria da Conceição Tavares e Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, utilizaram argumentos inaceitáveis para atacar o governo FHC e hoje silenciam ou se contradizem no afã de justificar os governos do PT, mas, salvo engano, sem que tais posturas sejam questionadas por outros acadêmicos em eventos e publicações científicas. O economista Sérgio Besserman Vianna (2006) publicou um artigo na imprensa para criticar o silêncio dos intelectuais de esquerda quanto ao escândalo do “mensalão” e ao estelionato eleitoral do governo Lula, além de refutar declaração feita por Chaui sobre o suposto papel do PT na redemocratização do país. Já Bolívar Lamounier (1999) e José Arthur Giannotti (2005) acusaram, em entrevistas, a falta de autocrítica e de isenção nas análises elaboradas pelos acadêmicos sobre o governo FHC, mas sem citar nomes. Por fim, o filósofo Ruy Fausto (2007) chegou a dar uma entrevista na qual critica os intelectuais que atribuíram o escândalo do “mensalão” a uma farsa que teria sido montada pela imprensa, mas também sem citar Chaui e outros que procederam dessa forma.

Ora, se a participação dos acadêmicos brasileiros nos debates públicos é avaliada por seus pares menos em função do rigor das análises e da independência de pensamento do que por sua utilidade para a manutenção da hegemonia de um partido, creio ser insuficiente apresentar as críticas teóricas e empíricas cabíveis à teoria social crítica durante as aulas. Sem explicitar a incoerência entre as teorias radicais e as

escolhas ideológicas e partidárias da maioria dos intelectuais brasileiros, perpetua-se na universidade a mesma esquizofrenia característica da política brasileira atual, em que as críticas aos governos passados e aos partidos que se opõem aos governos do PT se valem de ideias econômicas de esquerda que contradizem a prática desse mesmo governo.

Não se trata, pois, de defender o expediente de combater fogo com fogo, doutrinação com doutrinação. Pelo contrário, trata-se de restituir o rigor analítico e a independência de pensamento ao seu devido lugar na academia, ou seja, à condição de critérios exclusivos a serem utilizados na avaliação da qualidade dos discursos elaborados por seus intelectuais. Noutros termos, trata-se simplesmente de restabelecer a necessária distinção entre discurso científico e retórica política, a qual tem de ser preservada mesmo quando o intelectual publica artigos em jornais ou concede entrevistas à imprensa. Afinal de contas, já existem os políticos profissionais para fazer retórica política; dos acadêmicos que participam dos debates públicos exige-se que contribuam com análises pautadas pelos mesmos critérios que devem reger a produção de trabalhos científicos, quais sejam: conhecimento aprofundado do assunto em pauta, coerência lógica, apresentação de evidências sistematizadas e independência de pensamento.

Se a distinção entre discurso científico e retórica política não tivesse sido praticamente anulada pela hegemonia da teoria social crítica na universidade brasileira, talvez minha prática docente não fosse defensável. Mas, sob o *establishment* intelectual em vigor, reitero que não é suficiente contestar o arcabouço teórico dessa corrente de pensamento, pois é preciso dizer abertamente: os autores que atacaram outros governos com base nesta teoria e naquele diagnóstico dos problemas brasileiros, mas agora apoiam o governo petista, estão caindo em contradição e se esquivando de uma necessária autocrítica.

Talvez eu esteja errado em pensar desse modo. Talvez os alunos avaliem que o conteúdo de minhas aulas é por demais politizado e parcial, ou se sintam receosos de serem prejudicados se contestarem minhas análises. Apesar dos cuidados que tomo para contemplar uma pluralidade de perspectivas no conteúdo das disciplinas, não posso falar pelos outros. Mas gostaria de ver um debate sobre a doutrinação na

universidade ser travado, até para que eu pudesse avaliar melhor meu ponto de vista. Este é mais um chamado à reflexão que faço neste livro. Estariam os geógrafos e outros profissionais da academia interessados em pensar seriamente no assunto? Tudo indica que não, pois a hegemonia da teoria social crítica na universidade e a forma como esta praticamente anulou as diferenças entre discurso científico e retórica política cria anticorpos muito fortes contra qualquer autocrítica. Mas é justamente por divergir das ideias dominantes que sou obrigado a expor minha conduta em aula e submetê-la à avaliação de meus pares, como um incentivo para que outros professores façam o mesmo.

Se houvesse um questionamento das práticas doutrinadoras que são exercidas por professores universitários, estaria dado o primeiro passo para que a universidade brasileira, e não apenas uma parte da imprensa e da sociedade civil, questionasse severamente outras formas de doutrinação presentes no sistema de ensino. É o que se verifica no caso dos conteúdos dos livros didáticos de geografia, tema do próximo capítulo.



4

A GEOGRAFIA ESCOLAR:
DOCTRINAÇÃO IDEOLÓGICA
E INCAPACIDADE DE
DESENVOLVER COMPETÊNCIAS

O objetivo deste capítulo é demonstrar que a doutrinação no ensino médio e fundamental é um fator-chave para explicar a hegemonia da geografia crítica entre os geógrafos, além de exercer grande influência nas tendências ideológicas da população jovem brasileira. A avaliação do conteúdo dos livros didáticos é particularmente útil para esse fim, pois tais livros são, em geral, selecionados pelos próprios professores que os utilizam em aula, os quais demonstram, assim, aprovar as ideias neles contidas, apesar das ressalvas que eventualmente possam ter.

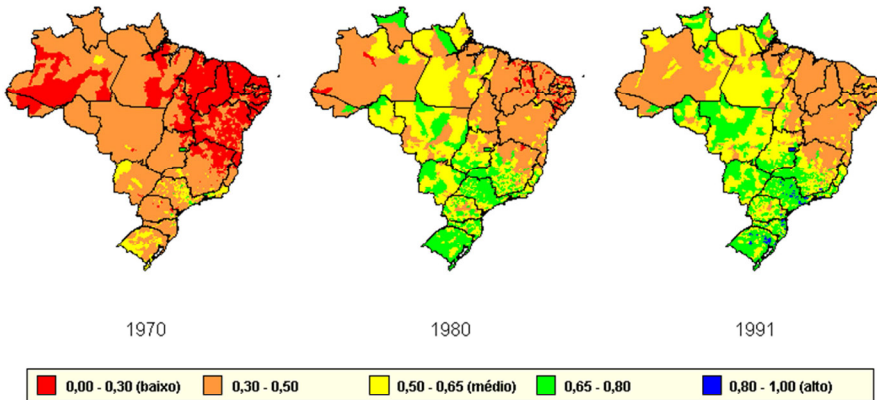
Desse modo, o primeiro ponto a destacar é que, embora a geocrítica sempre tenha tido a preocupação de sublinhar a especificidade da geografia frente às outras ciências sociais, os conteúdos dos livros escolares não provêm de teorias elaboradas originalmente por geógrafos, mas de duas fontes externas principais. A primeira fonte são as interpretações da realidade brasileira centradas na categoria “latifúndio agrário-exportador”, as quais se difundiram sob influência do livro *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior (CALDEIRA, 2009). Já a segunda é formada por versões superficiais das teorias do subdesenvolvimento e da dependência produzidas por economistas, sociólogos e historiadores nos anos 1960 e 1970. Com efeito, tanto esse livro de Prado Júnior quanto os estudos sobre o subdesenvolvimento e a dependência são citados por Vesentini como referenciais importantes na construção da geografia crítica, conforme visto no capítulo anterior, e as análises que serão expostas a seguir confirmarão isso plenamente.

Por enquanto, o segundo ponto a destacar é que os livros didáticos utilizam as estatísticas de maneira a confirmar as explicações dos problemas nacionais e internacionais elaboradas por essas fontes teóricas. Contudo, é justamente a forma como os livros didáticos selecionam as informações sociais que revela a fragilidade empírica das teorias que servem de base para esses livros. Vê-se isso na quase ausência de séries históricas nas tabelas e gráficos dos livros didáticos de geografia publicados desde os anos 1990, sendo que as poucas exceções ocorrem geralmente quando os indicadores revelam ter havido uma piora (real ou suposta) do quadro econômico e social das áreas em foco.

Além disso, a forma como os mapas são empregados tem contribuído para essa falha dos livros didáticos, pois as representações

cartográficas costumam ser usadas para mostrar diferenciações espaciais, não os processos de mudança – exceções feitas principalmente aos mapas sobre expansão de manchas urbanas e alguns que representam fluxos migratórios. Todavia, sequências de mapas poderiam ser ótimas ferramentas para mostrar transformações generalizadas sem recorrer a tabelas enormes, algo que nunca é feito nos livros didáticos pela preocupação dos autores em serem coerentes com os diagnósticos radicais, o que exige minimizar os avanços sociais ocorridos e sugerir que estes beneficiam apenas uma “elite”. A figura abaixo dá uma boa amostra do equívoco dessa visão e, ao mesmo tempo, do potencial inexplorado da cartografia para a representação de processos sociais que abrangem todos os municípios brasileiros.

Figura 1 - Brasil (municípios) índice municipal de desenvolvimento humano (IDH-M), 1970 - 1991



Fonte: PNUD/Ipea/IBGE/FJP. Desenvolvimento e condições de vida: indicadores brasileiros. Brasília, Ipea, 1998

Portanto, os avanços sociais ocorridos no Brasil são geralmente omitidos nos manuais escolares e, quando mencionados, seus autores logo se apressam em ressaltar que os indicadores brasileiros continuam sendo muito inferiores aos dos países desenvolvidos e também em relação a outros países do Terceiro Mundo. E as comparações entre países são feitas também sem a apresentação de séries temporais, de forma que o aluno não fica sabendo se as melhoras ocorridas no Brasil se deram mais rapidamente ou mais devagar do que aquelas verificadas nos outros países citados.

Para demonstrar isso, é necessário examinar alguns livros didáticos de geografia publicados do final dos anos 1990 até recentemente. O primeiro livro selecionado é a 28.^a edição de *Brasil: sociedade e espaço*, de José W. Vesentini (1998), cuja pertinência para este trabalho se deve a três razões: a) por ter sido “o primeiro livro didático sobre o Brasil a incorporar a chamada geografia escolar crítica”, sendo que a sua primeira edição é de julho de 1984 (VESENTINI, 2008); b) pelo enorme sucesso de vendas que alcançou desde então, a ponto de ter servido como referência para a reestruturação de quase todos os outros manuais de geografia do Brasil, segundo o próprio autor (VESENTINI); c) por exemplificar muito bem o modo como a aplicação dos pressupostos da abordagem crítica e radical no ensino produziu visões distorcidas da realidade brasileira e mundial. O uso de uma edição do final dos anos 1990 é apropriado porque, à época, a ditadura estava superada fazia cerca de uma década e a crise da teoria social crítica já durava uns vinte anos, de sorte que a discrepância entre a realidade e o conteúdo dos livros didáticos de então é uma forte evidência explicativa do atual predomínio da geocrítica entre os geógrafos.

O segundo livro selecionado é a 1.^a edição de *Geografia: geografia geral e do Brasil*, também de Vesentini. O exame dessa obra serve para revelar que o autor continuou a divulgar visões distorcidas do Brasil e do mundo nos anos mais recentes, como também põe a nu a incapacidade dos sistemas atuais de avaliação da qualidade dos livros didáticos impedirem que estes sejam instrumentos de doutrinação dos alunos. O predomínio da geocrítica é tão grande que o conteúdo dos livros didáticos não são percebidos como unilaterais pelos geógrafos encarregados de avaliar-lhes a qualidade, perpetuando-se os absurdos.

Por fim, o terceiro livro analisado é o volume *Geografia do Livro didático público* da Secretaria de Estado da Educação do estado do Paraná (VÁRIOS AUTORES, 2006), publicado no governo Roberto Requião. Essa obra foi selecionada por dois motivos: o primeiro deles é que esse livro foi distribuído gratuitamente como material didático de apoio às escolas da rede de ensino do Paraná, o que é indicativo do seu potencial para influenciar os conteúdos ministrados aos alunos de todo esse estado; o segundo e mais importante motivo é que esse livro consiste numa coletânea de textos didáticos elaborados por professores

de ensino médio, e assim ilustra muito bem as influências teóricas e ideológicas que orientam os conteúdos ministrados em sala de aula.

Mas, devido à grande diversidade temática abrangida por esses livros, a análise terá de se restringir a alguns assuntos, a fim de não alongar demasiadamente a exposição. Nesse sentido, os conteúdos selecionados são: condições de vida no Brasil, geografia rural e geografia geral. A próxima seção fará uma análise das distorções que a aplicação dos pressupostos da geografia crítica produziu no ensino de geografia do Brasil, enquanto a seção seguinte tratará da geografia geral. Essa última seção traz ainda os resultados da aplicação de um questionário sobre questões de geografia geral em alguns colégios, a fim de aferir mais diretamente as influências da geografia crítica sobre os conteúdos ministrados em sala de aula.

4.1 O Brasil distorcido

O livro *Brasil: sociedade e espaço* confirma o que foi dito sobre o pequeno número de tabelas, gráficos e mapas com informações em série histórica nos livros didáticos. No capítulo sobre demografia, há uma tabela que mostra a trajetória das taxas de natalidade, mortalidade e de crescimento natural no período que vai de 1940 a 1996, na qual fica explícita a grande melhora ocorrida nas condições de saúde da população. O autor afirma que tais mudanças ocorreram, entre outros fatores, pela disseminação do uso de medicamentos e, principalmente, pela melhoria das condições sanitárias. Ainda assim, esse capítulo ilustra perfeitamente o procedimento de fazer comparações estáticas para relativizar os avanços sociais admitidos inicialmente, como se vê logo adiante:

A esperança ou expectativa de vida do brasileiro, em 1995, era de 67 anos em média (64 anos para os homens e 70 anos para as mulheres). Embora tenha aumentado nas últimas décadas, ainda é baixa quando comparada com a dos países desenvolvidos, como o Japão (80 anos em média), a Suécia (77,5 anos), a Holanda (77 anos), ou mesmo países subdesenvolvidos como Cingapura (73 anos) ou a Argentina (71 anos). (VESENTINI, 1998, p. 173 – itálico no original).

Ora, basta lembrar do gráfico 1, apresentado no capítulo 1, para ver que o IDH brasileiro se elevou mais rapidamente que os índices dos países desenvolvidos e do conjunto da América Latina no período 1975-2004, de modo que a omissão das séries históricas ao realizar comparações internacionais oculta um dado muito importante, que é o ritmo mais acelerado de elevação dos indicadores sociais brasileiros em relação aos da maioria dos países.

Quando o livro não usa comparações internacionais para negar os avanços, recorre a tabelas que mostram diferenças entre regiões ou entre grupos sociais. Vê-se isso quando o autor reconhece ter havido aumento da esperança de vida, mas já avisando que esse indicador não é o mesmo para todas as faixas de renda. A comprovação para tal assertiva está na tabela “Expectativa de vida e rendimentos no Brasil” (VESENTINI, 1998, p. 173), a qual não traz uma série histórica que permita ao leitor saber se as diferenças entre as faixas de rendimento mensal estariam se ampliando ou diminuindo ao longo do tempo, já que os dados se referem apenas a 1995. Ainda assim, o autor afirma que houve aumento da distância entre ricos e pobres no que diz respeito à expectativa de vida, mas procura corroborar essa ideia por meio de uma inferência feita a partir de um indicador indireto:

Como a distribuição de renda no Brasil tornou-se cada vez mais concentrada nas últimas décadas – fato já ressaltado no Capítulo 1 –, essa diferença [de expectativa de vida] foi se agravando, pois as camadas de baixa renda passaram a alimentar-se pior e a sofrer problemas de subnutrição, o que reduziu bastante sua expectativa de vida em relação às camadas de alta renda. (VESENTINI, 1998, p. 174).

A inferência de que maior concentração de renda provoca necessariamente intensificação da pobreza e piora do estado nutricional carece de lógica, mas é coerente com os pressupostos da geocrítica e de outras correntes de pensamento de esquerda, que supõem a existência de uma relação direta entre má distribuição de renda, pobreza e miséria, como visto no capítulo 1. O primeiro equívoco desse raciocínio está no fato de que concentração de renda é uma medida de pobreza relativa e não absoluta. Nesse sentido, quando o PIB de um país cresce mais rapidamente que a população (como é o caso do Brasil), os rendimentos

auferidos pelos pobres podem se elevar mesmo que a renda nacional se torne mais concentrada. Além disso, o estado nutricional de uma população não depende dos rendimentos considerados isoladamente, mas sim da evolução dos preços dos alimentos em relação ao poder de compra dos salários e de outros rendimentos. O aumento da produção e da produtividade agrícola, ao ampliar a oferta *per capita* de alimentos e rebaixar seus preços, é o principal fator de melhora do estado nutricional de uma população, fenômeno esse não captado por indicadores de concentração de renda.

Não fosse assim, seria possível quantificar adequadamente o número de desnutridos de um país por meio apenas de indicadores de rendimentos, sem haver a necessidade de pesquisas baseadas em medidas antropométricas e na aferição da disponibilidade de alimentos nos domicílios. E é justamente por não ter levado tais fatos em conta que a inferência de Vesentini é claramente contrariada pelos resultados desse tipo de pesquisa, que atestam ter havido uma grande melhora do estado nutricional dos adultos pertencentes aos 20% mais pobres da população nos últimos trinta anos, conforme visto na tabela 4 do segundo capítulo²⁶.

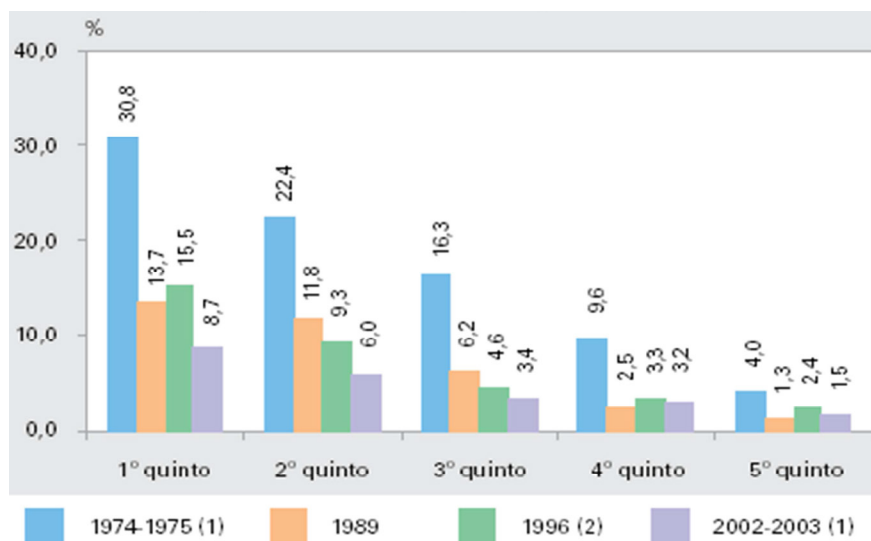
Mas não é somente quando trata de expectativa de vida que o livro *Brasil: sociedade e espaço* faz esse tipo de confusão entre pobreza absoluta e pobreza relativa. Ao falar sobre mortalidade infantil, o livro admite que os “índices médios” diminuíram nas décadas anteriores, mas não mostra os números e, depois, acrescenta que estes são ainda “extremamente altos” na comparação com os de países como a Suécia ou mesmo da Venezuela e do México. Na sequência, explica que a alta mortalidade infantil brasileira está ligada a duas causas principais, que são as condições higiênicas e sanitárias e o nível de rendimento das famílias, o qual define sua alimentação (VESENTINI, 1998, p. 174).

Ora, se o livro reconhece que a taxa de mortalidade infantil está ligada à alimentação e que houve queda dessa taxa nas décadas anteriores, deveria então considerar a hipótese de que o estado nutricional deveria ter melhorado nesse mesmo período, contrariando, portanto,

²⁶ Se a edição de 1998 do livro já errou ao afirmar que a diferença de expectativa de vida por faixa de rendimento e os problemas nutricionais teriam se ampliado nas décadas anteriores, devido ao aumento da desigualdade, a edição de 1996 incorria num erro ainda pior, que era o de prever o agravamento dessas diferenças no futuro próximo. (VESENTINI, 1996, p. 166).

a inferência anteriormente feita de que a desnutrição teria aumentado acompanhando a maior concentração de renda. Se essa questão de lógica elementar tivesse sido considerada, talvez o autor se preocupasse em checar as pesquisas específicas sobre estado nutricional, ao invés de sugerir a ideia incorreta de que, como a taxa de mortalidade infantil brasileira era superior à de outros países, o problema da desnutrição deveria ser especialmente grave no Brasil. A verdade, porém, é que as condições de alimentação da população infantil melhoraram rapidamente desde meados dos anos 1970, e para todas as faixas de renda, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 2 - Evolução da prevalência de déficit de peso-para-idade nas crianças menores de 5 anos de idade, segundo quintos da renda familiar *per capita* Brasil - períodos 1974-1975, 1989, 1996 e 2002-2003



Fontes: IBGE, Estudo Nacional da Despesa Familiar 1974-1975; Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição 1989; Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil, Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde 1996; IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

(1) Prevalências ajustadas para corrigir a imprecisão na mensuração e registro de peso.

(2) Classificação segundo número de bens no domicílio

Mesmo quando faz menção a pesquisas específicas sobre estado nutricional, o livro peca por deixar de recorrer a séries históricas

e por usar argumentos simplistas. Num dado momento, é mencionado que havia estudos recentes do IBGE (não especificados no livro) segundo os quais “a média de consumo de alimentos do país está dentro daquilo que é considerado como recomendável pela FAO e OMS, ou seja, uma ração balanceada em torno de 1.000 gramas ou 2.500 calorias por dia. A média nacional está cerca de 3% acima desse padrão” (VESENTINI, 1998, p. 175). Contudo, o autor não menciona se a fonte utilizada indicava ter havido aumento ou diminuição dessa média ao longo dos anos, ficando a dúvida se não havia série temporal na fonte ou se o autor avaliou que tal informação não era importante. No entanto, essa informação era absolutamente vital, pois, uma vez demonstrado que houve crescimento do consumo médio de calorias ao longo dos anos, ficaria claro que, apesar das desigualdades de renda, os mais pobres estavam sendo bastante beneficiados pelas mudanças estruturais ocorridas no Brasil desde os anos 1970. Por não trabalhar com séries históricas, os argumentos que usou para desqualificar a informação sobre consumo de calorias foram os seguintes:

Mas há regiões, especialmente o Nordeste, em que o consumo [de calorias] fica bem abaixo dessa média nacional; aliás, nas camadas populacionais de baixa renda, em todo o país, o consumo diário de calorias, proteínas e vitaminas é muito baixo, caracterizando uma desnutrição. [...] É preciso lembrar que as desigualdades sociais no Brasil são das maiores do mundo e que uma *média* apenas 3% acima do mínimo recomendável indica que, como a minoria rica consome muito, a maioria da população, em especial as camadas de baixa renda, tem necessariamente um nível de consumo alimentar bem abaixo desse mínimo. (VESENTINI, 1998, p. 175 – itálico no original).

Ora, é óbvio que a desigualdade no Brasil é alta, mas daí a inferir que *a maioria da população* tem necessariamente um baixo consumo alimentar só com base no consumo médio nacional é simplesmente um absurdo, pois nesse caso a tal “minoria rica” (cujo número não foi especificado) teria de estar sofrendo de obesidade mórbida em 100% dos casos! É justamente pela falta de lógica que esse raciocínio entra em contradição com os fatos, e isso não só quando se considera o conjunto da população, mas até mesmo quando se restringe a análise apenas ao seu quinto mais pobre. Conforme tabela já citada, no período

1974-1975 apenas 9,5% dos homens e 16,0% das mulheres pertencentes ao quinto mais pobre da população adulta brasileira apresentavam déficit de peso. Em 1989, já era estatisticamente irrelevante a exposição dos homens desse grupo à desnutrição, enquanto o percentual de mulheres com déficit de peso nesse quinto mais pobre havia caído praticamente pela metade (8,1%). É vale lembrar que esse percentual é indicativo de baixa exposição, tendo em vista que 5% dos indivíduos são constitucionalmente magros. Portanto, em 1998, quando saiu a edição do livro de Vesentini aqui analisada, já havia indicadores em série histórica que provavam o conteúdo completamente equivocado desse livro, mas o autor não se deu ao trabalho de consultá-los, preferindo fazer inferências a partir de indicadores indiretos.

Além disso, é significativo que o autor, embora afirmando que o uso de valores médios esconde desigualdades regionais e sociais, não se preocupou em apresentar dados desagregados por região e por faixa de rendimento para mostrar o que estaria sendo oculto pelas médias. Se tivesse usado informações como aquelas constantes nas tabelas e gráficos apresentados neste livro, ficaria claro que a grande maioria da população já era bem alimentada em meados dos anos 1970, e que a melhora ocorrida no estado nutricional brasileiro desde então havia atingido todas as regiões e grupos sociais, apesar do aumento da concentração de renda ocorrido durante essa década e também na seguinte. A despreocupação em utilizar informações diretas e detalhadas parece ser resultado da falta de questionamento quanto ao pressuposto de que haveria uma relação causal entre desigualdade, pobreza absoluta e desnutrição, o qual é bastante comum na tradição da teoria social crítica, conforme já comentado²⁷.

Outro fator que pode explicar tal erro é o uso de um diagnóstico completamente anacrônico das transformações estruturais da agricultura brasileira, bastante nítido nesse livro. Após incorrer no erro de

²⁷ Na edição de 1996 desse livro, afirmava-se também que “a desnutrição [...] aumentou muito em nosso país devido ao crescente desemprego e aos aumentos salariais quase sempre inferiores aos dos preços dos alimentos. Ora, quem não come ou come mal se desnute, e a desnutrição, provavelmente, também concorreu para essa acentuada queda da natalidade das últimas décadas, já que ela em alguns casos, pode inibir a ovulação feminina e provocar mortalidade intrauterina (perda fetal)” (VESENTINI, 1996, p. 164). Portanto, o autor fez uma ilação errônea com base no senso comum sobre os efeitos da crise inflacionária dos anos 1980 e início da década seguinte, ao invés de usar indicadores de estado nutricional!

afirmar que a maior parte da população brasileira da época tinha alimentação deficiente em termos de proteínas, calorias e sais minerais, o livro afirma isto:

[...] os cultivos da cana-de-açúcar, da soja, da laranja e do café passaram nos últimos anos por uma grande modernização: multiplicaram-se os tratores e demais máquinas, usam-se cada vez mais fertilizantes e herbicidas. No entanto, produtos voltados para o mercado interno de alimentos, como feijão, arroz, mandioca, milho e batata continuam a ser cultivados com métodos tradicionais, sem conhecerem esse processo de modernização agrícola. (VESENTINI, 1998, p. 143).

Tal diagnóstico é uma inverdade completa, pois descreve um processo que ocorreu nos anos 1970, até certo ponto, mas que mudou completamente de sentido nas décadas seguintes, como visto no capítulo 2. Como o autor fez essa afirmação sem apresentar nenhum dado de produtividade agrícola, a única explicação é que ele não se deu ao trabalho de checar o que estaria ocorrendo nas décadas anteriores por estar convicto da infalibilidade do diagnóstico feito pela geocrítica acerca das tendências de desenvolvimento da agricultura. E vale recordar que essa divisão da agricultura brasileira num segmento de exportação e noutro de consumo interno já está superada desde meados dos anos 1980, principalmente devido ao avanço da industrialização dos produtos agrícolas.

Tudo isso deixa claro o modo como esse livro, publicado no final dos anos 1990, levava os alunos a acreditar que o Brasil era um país de famintos e que os culpados por isso eram a concentração de renda e o suposto predomínio das culturas de mercado externo na produção agrícola brasileira. Em 2005, no livro *Geografia: geografia geral e do Brasil*, Vesentini continuou a fazer confusões elementares entre desigualdade de renda e desnutrição, como segue.

O que se pode concluir é que o mercado de consumo de bens e serviços “modernos” e mesmo de alguns “tradicionais” (como boa alimentação) ainda é muito restrito no Brasil, quando comparado com a população total do país. Devemos lembrar que a extrema concentração na distribuição social da renda faz com que algumas famílias tenham vários carros ou aparelhos de televisão e de telefone, enquanto inúmeras outras não tenham nenhum. (VESENTINI, 2005, p. 235).

Ora, vários anos antes da publicação desse livro didático, a massificação dos bens duráveis já era um dos indicadores do sucesso alcançado pelo Brasil em termos socioeconômicos (ALMEIDA, 1998). As informações do IBGE atestam que, em 1995, nada menos que 91,7% dos domicílios já dispunham de luz elétrica, geladeira e televisão. Pesquisas com dados mais recentes confirmam a ampla difusão dos bens duráveis ligados à cultura, como TV e conjunto de som, conforme podemos ver na publicação *Sistema de informações e indicadores culturais 2003-2005*, do IBGE (2007). Tomando-se a difusão dos televisores como exemplo, verifica-se que houve um rápido processo de massificação nas regiões metropolitanas durante as últimas décadas. No período 1987-1988, com efeito, 48,8% das famílias dispunham de um ou mais aparelhos de TV em preto e branco e 57,4% possuíam pelo menos um aparelho em cores. Há mais de trinta anos, portanto, já era discutível classificar o mercado brasileiro de bens duráveis como “muito restrito”. E o contingente de famílias com TV em cores subiu para 82,9% daí até 1995-1996, cerca de dez anos antes da publicação do livro de Vesentini. Desse último período até 2002-2003, o percentual de famílias com TV em cores alcançou 93,2% nas regiões metropolitanas, sendo que 36,0% dispunham de dois ou mais aparelhos (IBGE, 2007). Isso demonstra como o autor errou ao mencionar a desigualdade de renda para fazer inferências sobre padrões de consumo. Quanto à alimentação, basta comparar essas informações com aquelas apresentadas anteriormente para perceber que televisores e geladeiras se generalizaram ao mesmo tempo em que se dava a queda dos percentuais de indivíduos de baixa renda com déficit de peso e o aumento da frequência dos casos de excesso de peso e de obesidade nesse grupo. *A massificação dos bens duráveis ocorre concomitantemente com a melhora do estado nutricional da população mais pobre, apesar da concentração de renda.*

Não bastasse ignorar as informações sobre posse de bens duráveis, o autor chega a cometer o erro grosseiro de dizer que, segundo pesquisa publicada em 2004 – só pode ser a POF –, o número de pessoas com excesso de peso ou com obesidade é bem maior do que “os 4% da população que o IBGE considerou subnutridos” (VESENTINI, 2005, p. 249 – sem itálico no original). Como a POF não consta da bibliografia do livro, essa afirmação só pode ter sido reproduzida de uma fonte

secundária e, o que é pior, uma fonte com erro grave de informação, já que essa pesquisa nem sequer trabalha com o conceito de subnutrição. O que a POF mostra é que cerca de 4% da população adulta tem déficit de peso, o que está dentro dos 5% de indivíduos que são constitucionalmente magros!

Além de repetir a velha confusão entre desigualdade e pobreza absoluta, o autor acrescenta uma inferência nova para provar que há problemas de nutrição muito sérios no Brasil, como se lê nesta passagem:

Várias pesquisas realizadas nos últimos anos nas principais metrópoles do país mostraram que os gastos com alimentos e educação decaíram, principalmente nas famílias mais pobres. Em contraposição, aumentaram os gastos com vestuário, eletrodomésticos, aparelhos de rádio e televisão. Um dos principais fatores dessa mudança foi a influência da propaganda, que dita a moda e leva as pessoas a se sentirem modernas por possuírem um carro e um televisor, mesmo que não tenham condições adequadas de moradia ou que tenham problemas de carência alimentar. (VESENTINI, 2005, p. 236).

Quer dizer, depois de afirmar que a concentração de renda faz o mercado de bens duráveis ser “muito restrito” no Brasil, Vesentini admite que os pobres estão tendo maior acesso a esses bens, o que é uma contradição flagrante. Numa tentativa de dar coerência ao seu diagnóstico, o autor apela para a tese surrada de que as pessoas de baixa renda são tão sugestionáveis que, movidas pela propaganda, saem a comprar bens industrializados mesmo que isso implique “carência alimentar”! Mas isso é totalmente falso, como visto na comparação das séries históricas dos indicadores de estado nutricional e de acesso a bens como geladeiras e televisores. Ainda assim, para jogar uma pá de cal sobre essa tese, vale a pena acrescentar que a alimentação dos mais pobres é variada e saudável, possuindo características positivas e negativas iguais àquelas verificadas na alimentação dos estratos de rendimento mais elevado. A avaliação feita pela POF da disponibilidade de alimentos dentro dos domicílios atesta isso, como se pode ver por estas conclusões da pesquisa para os anos 2002-2003, as quais o autor poderia ter consultado:

1. padrões diversificados de consumo alimentar caracterizam as cinco grandes regiões do País, o meio urbano e o meio rural e os diferentes estratos socioeconômicos da população brasileira;
2. características positivas dos padrões de consumo alimentar, evidenciadas em todo o País e em todas as classes de rendimento, foram a adequação sistemática do teor proteico das dietas e o elevado aporte relativo de proteínas de alto valor biológico (proteínas de origem animal);
3. características negativas dos padrões de consumo alimentar, também evidenciadas em todo o País e em todas as classes de rendimento, foram o teor excessivo de açúcar nas dietas e o consumo insuficiente de frutas e hortaliças. (IBGE, 2004, p. 39-40).

Sendo assim, a interpretação de que o gasto com a compra de alimentos vem caindo devido ao consumismo imposto pela propaganda é um equívoco que deriva do desconhecimento de Vesentini quanto à elevação da produtividade nos setores agrícolas e industriais que compõem as cadeias agroalimentares. Com o aumento da produtividade nesses setores, o preço dos alimentos declinou relativamente ao poder de compra dos salários e aos preços de outros tipos de bens e serviços, levando assim à queda da participação relativa dos gastos com alimentação no orçamento das famílias, conforme os dados da última POF. Ao saber dos resultados dessa pesquisa (provavelmente pela imprensa), o autor simplesmente se pôs a fazer deduções que os tornassem coerentes com os pressupostos da geocrítica, ao invés de se perguntar se tais pressupostos não estariam errados.

No que diz respeito à imputação de culpa à agricultura moderna pela “subnutrição”, o livro publicado por Vesentini em 2005 mostra uma contradição interessante. O autor sustenta que um dos fatores responsáveis pela fome no mundo é que, nos países pobres, a agricultura mais moderna e produtiva está voltada para o mercado externo, mas não chega a citar o Brasil como exemplo disso (VESENTINI, 2005, p. 248). Menos mal, embora tenha faltado explicar aos alunos por que o Brasil não foi citado se, como o próprio autor dizia antes,

[...] os melhores solos e as maiores inversões de capitais na agricultura [brasileira] estão voltados para o cultivo de exportação ou para a produção de matérias-primas industriais, em vez da produção de alimentos para o consumo interno. (VESENTINI, 1998, p. 141).

Outro exemplo de como a geografia escolar continua a difundir esse tipo de visão anacrônica da agricultura é o *Livro didático público*, obra que já foi criticada em matérias jornalísticas por apresentar uma visão ideológica e unilateral da realidade. O capítulo dedicado ao tema da fome se inicia com uma epígrafe extraída do *Hino do Fome Zero* (propaganda política para o governo Lula, portanto), sendo que a sua análise começa da seguinte forma:

Pesquisas revelam que os países pobres, entre eles o Brasil, são os que apresentam indicadores mais elevados de fome e desnutrição. Porém, as situações mais graves neste sentido ocorrem na Ásia Meridional e na África.

[...] A desnutrição no Brasil, ao contrário do que se pensa, ocorre em todo o país e não apenas nas regiões mais pobres. O fenômeno se encontra tanto nos meios urbanos quanto na zona rural, onde se produz o alimento. (ALFLEN, 2006, p. 200).

O professor André Aparecido Alflen, autor do trecho acima, inclui o Brasil entre os “países pobres” e, embora pondere que o problema da fome é mais grave em outros continentes, a inclusão do Brasil no grupo dos países com indicadores de desnutrição mais elevados sugere haver um grande contingente de desnutridos no país, o que não é verdade. Logo depois, essa impressão é reforçada com a apresentação de uma tabela, com dados da Unesco, que mostra o percentual de crianças brasileiras menores de cinco anos que sofrem de baixo peso, marasmo e retardo de crescimento. Assim como as tabelas de todos os demais capítulos do livro, essa também não possui série histórica, de modo que o leitor não fica sabendo se os problemas em questão vêm se intensificando ou sendo reduzidos com o tempo. Mas a verdade é que a desnutrição infantil vem decaindo rapidamente nas últimas décadas, como mostrado no último gráfico.

Não bastasse isso, o capítulo ainda solicita que os alunos interpretem os dados da Unesco para responderem à seguinte pergunta: “Qual é a situação das crianças brasileiras em relação à desnutrição?” (ALFLEN, 2006, p. 200). Contudo, o texto não informa que 2% a 3% da população infantil é baixa devido a características genéticas, e nem que os problemas de crescimento e baixo peso ocorrem também com crianças que, embora recebendo uma alimentação satisfatória em

termos energéticos, sofrem de verminoses e outras doenças originadas de más condições sanitárias (MONTEIRO, 2003).

Depois de fazer o leitor acreditar que a fome é um problema amplamente disseminado na população brasileira, mesmo sem mostrar nenhuma informação da última POF (que não consta da bibliografia), o capítulo menciona rapidamente que tem havido um aumento da obesidade entre os mais pobres e, sem qualquer informação adicional, lança a seguinte pergunta: “A fome, a obesidade, a pirâmide alimentar, a má educação alimentar podem nos remeter a reflexões sobre a agricultura?” (ALFLEN, 2006, p. 202). Mas o próprio texto já induz o aluno à resposta desejada, pois não fornece nenhuma explicação sobre as relações que poderiam haver entre a agricultura e os distúrbios de alimentação mencionados e, em seguida, reproduz todas as críticas que os livros didáticos de geografia fazem à modernização agrícola brasileira, a saber: a) que esse processo reduziu drasticamente a demanda por mão de obra agrícola, produzindo êxodo rural; b) que a política de estímulo à modernização da agricultura “não levou em conta as implicações sociais” desse processo, como o “empobrecimento” dos pequenos agricultores, que muitas vezes perderam suas terras, e a conseqüente concentração fundiária.

Ora, se já é um absurdo completo culpar a modernização agrícola pela fome, agora se insinua que a obesidade e a má educação alimentar são também imputáveis à grande empresa agrícola moderna! Uma maneira de justificar tal associação é afirmar que os hábitos de consumo alimentar são determinados pela publicidade paga pelas empresas produtoras de alimentos, tipo de raciocínio simplificador que é coerente com a forma pela qual os livros didáticos sugerem que o consumismo é praticamente imposto pelos meios de comunicação, conforme se vê em levantamento realizado pela revista *Época* em dezenas de livros didáticos e apostilas de Geografia e também de História (LEAL; MANSUR; VICÁRIA, 2007). Coerentemente com os resultados dessa pesquisa, o livro de Vesentini avalia que os pobres têm carência de alimentos por serem manipulados pela propaganda, enquanto Alflen prefere sugerir vagamente que a agricultura de grandes propriedades é culpada tanto pela fome quanto pelo excesso de peso, mas sem explicar como nem de que modo.

A verdade é que as grandes empresas lucram quando vendem produtos capazes de satisfazer necessidades e expectativas dos consumidores, e isso vale tanto para alimentos altamente calóricos como para alface e água mineral. Assim, enquanto algumas empresas fazem propaganda de refrigerantes que contêm açúcar, outras associam beleza e saúde à magreza para venderem água com sabor, sendo que tais empresas muitas vezes pertencem a um mesmo gigante industrial, como a Coca-Cola ou a Pepsi. Ademais, quem disse que pequenos agricultores só produzem alimentos saudáveis e de baixa caloria? E isso para não mencionar, por exemplo, que a produção de fumo no Vale do Rio Pardo (RS) é realizada predominantemente pela agricultura familiar – cerca de 70 mil famílias (SILVEIRA, 2010). No texto de Alflen se reproduz a mesma oposição entre agronegócio e agricultura familiar que caracteriza os textos da geografia rural brasileira, razão pela qual incorre nas mesmas simplificações e equívocos.

Finalmente, cabe lembrar que as grandes empresas de comunicação não dependem apenas das indústrias que vendem alimentos calóricos para obter lucros com a venda de anúncios, e isso impede que os conteúdos veiculados por essas empresas sejam controlados por apenas um setor de atividade, seja qual for. Nesse sentido, os conteúdos veiculados por jornais, revistas, *sites* de internet e televisão, sejam noticiários ou programas de entretenimento, expressam uma grande pluralidade de interesses e de visões de mundo. Os enormes recursos de que dispõem governos, ONGs, sindicatos e outras organizações para ocupar espaço nos meios de comunicação é outra boa evidência disso.

Mas é certo que, depois de insinuar superficialmente que a grande empresa agrícola é culpada por todo tipo de distúrbio alimentar, esse texto do *Livro didático público* volta a discorrer sobre o seu tema principal, que é a fome, e acaba por responder explicitamente à pergunta que havia feito ao leitor, dizendo:

Para o proprietário [de terras], a mão-de-obra temporária é um bom negócio, pois não acarreta encargos trabalhistas. Para os trabalhadores, fica a sobrevivência nas periferias das cidades com o pouco que recebem, que normalmente não é suficiente para uma alimentação adequada, gerando problemas de saúde e agravando ainda mais os problemas urbanos. É a fome que se manifesta na população, tornada urbana, em função das mudanças fundiárias e trabalhistas ocorridas no campo. (ALFLEN, 2006, p. 208).

Se o autor tivesse consultado os dados da última POF para elaborar seu texto, precisaria explicar como é que as situações de déficit de peso poderiam ter diminuído tão rapidamente nos últimos trinta anos, em todos os estratos de renda, se a única mudança trazida pela modernização da agricultura tivesse sido a urbanização dos famintos. Como não consultou, seu texto faz o leitor acreditar que o Brasil é um país repleto de desnutridos e que os grandes proprietários de terras são os culpados disso! Novamente, a crença irrefletida nos pressupostos da geografia crítica leva autores de livros didáticos a elaborar seus textos sem a preocupação de aprofundar a pesquisa das fontes bibliográficas e estatísticas, produzindo leituras distorcidas da realidade pelo uso de indicadores insuficientes e por interpretações ideológicas e/ou equivocadas desses dados.

Em suma, é a recusa a refletir seriamente sobre os pressupostos da teoria social crítica e sua aplicação no estudo da realidade brasileira que acaba transformando o sistema de ensino em uma máquina de doutrinação ideológica, conforme a análise dos conteúdos de livros didáticos demonstra muito claramente. Se essa análise for complementada pela sondagem direta das representações que os alunos têm acerca de temas geográficos, a conclusão é reforçada, conforme se verá na próxima seção.

4.2 O mundo distorcido

Como pode ocorrer essa contradição tão flagrante entre o mundo real, que exhibe um capitalismo globalizado e pujante, levando quase todos os países a uma fase de prosperidade sem precedentes, e o domínio de um pensamento de esquerda anticapitalista?

Uma explicação está na formação de boa parte das elites brasileiras.

Elas leram e estudaram Huberman.

Não leram nem estudaram Adam Smith.

Carlos Alberto Sardenberg

Para avaliar até que ponto os conteúdos dos livros didáticos e sua inspiração ideológica influenciam os alunos, o melhor caminho é pesquisar diretamente as representações que eles têm a respeito de temas geográficos, por meio de entrevistas ou questionários, e compará-las

com as abordagens dos livros. Para demonstrar as possibilidades desse tipo de estudo, será feita agora uma comparação entre os conteúdos de dois livros didáticos que tratam de relações econômicas e políticas internacionais e as respostas dadas por alunos do ensino médio a um questionário sobre o tema.

O livro *Brasil: sociedade e espaço*, embora não trate de geografia geral, começa por caracterizar o Brasil como “país subdesenvolvido industrializado”, o que o leva a fazer uma discussão sobre as razões que explicam as diferenças nos níveis de desenvolvimento econômico e de bem-estar social entre os vários países do mundo. Embora o autor afirme que essa obra trouxe uma inovação ao trabalhar com visões opostas sobre determinados temas (VESENTINI, 2008), é inquestionável que o conceito de subdesenvolvimento que lhe serve de base é totalmente influenciado por teorias afinadas com ideologias de esquerda, o mesmo valendo para a discussão de problemas econômicos que estariam relacionados à situação de subdesenvolvimento.

Para começar, o autor afirma que as duas características definidoras do subdesenvolvimento são a dependência econômica e tecnológica e o alto nível de desigualdade social. Ao explicar o significado de dependência, começa dizendo que “os países subdesenvolvidos normalmente estão endividados, ou seja, vivem em regime de dívidas externas vultosas para com as grandes empresas financeiras internacionais, localizadas nos países desenvolvidos” (VESENTINI, 1998, p. 9).

Não surpreende que, ao discutir qual seria a solução para o problema, o autor tenha reproduzido as mesmas teses que os economistas e políticos de esquerda que não queriam ser vistos como radicais defendiam até o início dos anos 2000, quais sejam: a) que as medidas tomadas até então para pagar a dívida (recomendadas e supervisionadas pelo FMI) haviam imposto sacrifícios enormes para a população brasileira com pouco resultado, visto que a dívida havia crescido; b) que as propostas de “moratória pura e simples” já não eram viáveis num contexto histórico marcado por uma profunda internacionalização da economia, no qual a necessidade de incorporar tecnologias avançadas, produzidas nos países desenvolvidos, se impunha como uma necessidade; c) considerando que seria “quase impossível” pagar essa dívida, por conta dos juros elevados, a saída estaria em renegociar

politicamente a dívida para pagá-la apenas parcialmente, por meio de reduções nas taxas de juros, perdão de parte do montante a pagar e, possivelmente, troca de pagamentos por programas de conservação da Amazônia (VESENTINI, 1998, p. 33-35).

Bem, a história se encarregou de mostrar que tais ideias, de muito sucesso entre políticos e intelectuais brasileiros até 2002, estavam equivocadas. A relação dívida/PIB foi reduzida sem que houvesse qualquer renegociação que implicasse descontos no total a pagar, enquanto as recomendações do FMI continuaram a ser aplicadas sob a supervisão desse órgão. Mas o problema do livro não está na defesa de teses que foram ultrapassadas, já que ninguém é obrigado a acertar sempre, e sim no fato de o autor não haver nem sequer mencionado a existência de argumentos em favor do pagamento integral das dívidas por meio de políticas fiscais responsáveis. As visões que o livro apresenta como se fossem as únicas em debate eram apenas a que defendia a moratória e as propostas de renegociação próprias de certos setores da esquerda que se queriam “modernos” mesmo defendendo “rupturas”. *A pluralidade de visões prometida pelo livro se restringe apenas ao campo da esquerda intelectual e política!*

Esse unilateralismo fica explícito quando são enumeradas as demais características definidoras dos países subdesenvolvidos, além do problema da dívida. Vesentini afirma que esses países são geralmente exportadores de produtos primários e importadores de bens industrializados, o que os deixaria “[...] em desvantagem em suas trocas internacionais, pois os artigos que importam têm preços maiores e valorizam-se mais com o decorrer do tempo” (VESENTINI, 1998, p. 9). Em seguida, começa o discurso que atribui às empresas estrangeiras os males dos países “periféricos”, já que, segundo o autor, as remessas de lucros das multinacionais para as matrizes ocasionam “uma forte *descapitalização* (saída de capitais), além de uma constante dependência tecnológica” (VESENTINI, 1998 – itálico no original). Mais adiante, vem a pérola:

Em grande parte (mas não totalmente), a riqueza e os elevados padrões de vida no centro, nos países desenvolvidos, baseiam-se na pobreza e na exploração da mão-de-obra barata (salários internacionalmente baixíssimos e mais horas de trabalho por dia) da periferia. Isso significa que, provavelmente, sem as matérias-primas

[...] e os gêneros agrícolas [...] que adquirem em grandes quantidades e a baixos preços nos países do Sul, os países desenvolvidos não desfrutariam de padrões de consumo tão elevados. [...] Um desses “mundos”, dessa forma, não existiria sem o outro. Os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos são como duas faces de uma mesma moeda; em grande parte, são realidades complementares. (VESENTINI, 1998, p. 11-12).

Várias observações podem ser feitas para demonstrar o simplismo dessas passagens. A ideia de “descapitalização”, por exemplo, parece supor que as multinacionais remetem a totalidade dos lucros de suas filiais para o exterior, como se não precisassem investir para manter essas unidades competitivas ou mesmo para ampliar a produção com o fim de obter maiores ganhos com a expansão dos mercados nacionais e internacionais. Outra observação é que o autor não questiona se uma eventual elevação dos preços das matérias-primas e dos alimentos não reduziria o poder de consumo também das populações dos países menos desenvolvidos, já que nenhum país pode ser autossuficiente em todos os tipos de recursos. Mais ainda, não questiona se o aumento dos preços dos alimentos não seria prejudicial principalmente para os países mais pobres, em que há milhões de pessoas desnutridas! Bem, considerando que esse mesmo livro defendeu a ideia falsa de que a produtividade agrícola brasileira só aumenta no suposto segmento de exportação, vê-se que um equívoco acaba sustentando o outro. Uma última observação que vale a pena mencionar é que, embora tendo afirmado que os padrões de vida no “centro” não se devem exclusivamente à suposta “exploração” da mão de obra barata na “periferia”, o autor não se preocupa em dizer quais seriam os fatores endógenos que explicariam, até certo ponto, a melhor situação social nos países desenvolvidos.

Obviamente, o autor poderia objetar que esse livro, sendo um manual de geografia do Brasil, não poderia aprofundar a discussão de questões de geografia geral. Todavia, é inegável que a caracterização do Brasil como “país subdesenvolvido industrializado”, bem como a afirmação de que os países desenvolvidos devem seu padrão de vida, em grande parte, a mecanismos de exploração, revelam que os conteúdos desse livro são pautados unilateralmente por ideologias de esquerda e teorias afinadas com essa linha ideológica. Isso não só contradiz a intenção pluralista anunciada pelo autor como serve de evidência para

demonstrar que a hegemonia atual da geocrítica se deve, antes de mais nada, aos conteúdos que vêm sendo ensinados no ensino médio e fundamental há mais de duas décadas.

Prova disso é que muitas dessas ideias questionáveis e unilaterais são reproduzidas em obras didáticas recentes desse autor que tratam mais detalhadamente de relações internacionais, como se pode ler no livro *Geografia: geografia geral e do Brasil*, lançado em 2005. Nessa obra, o autor afirma que “o grande problema das economias periféricas é a falta de proteção ao consumidor, a falta de um rigoroso controle sobre a remessa de lucros para o exterior, etc., algo levado muito a sério nos países desenvolvidos” (VESENTINI, 2005, p. 40). Portanto, o autor menciona de passagem que existem certas causas políticas internas que explicariam o subdesenvolvimento, mas continua a supor que as multinacionais têm pouco interesse em reinvestir seus lucros nos países onde atuam, reproduzindo assim um equívoco já presente em seu livro anterior, embora sem mencionar nada sobre “descapitalização”.

Apesar disso, o autor procura relativizar a ideia de que as multinacionais seriam culpadas pelas disparidades econômicas internacionais, pois lembra que os países desenvolvidos também têm filiais de empresas estrangeiras instaladas em seus territórios, e que, ao contrário do que se costuma pensar, a maior parte dos lucros das grandes empresas multinacionais são gerados nesses países, e não nos subdesenvolvidos. Logo depois, complementa que “nesta época da Terceira Revolução Industrial, as matérias-primas em geral e a mão de obra barata já não são mais tão necessárias para as economias mais avançadas como eram até os anos 1970” (VESENTINI, 2005, p. 40-41). Resta então saber por que o autor continuou a afirmar tal coisa até pelo menos 1998, conforme visto!

Essas explicações servem para questionar a tese de que os trabalhadores dos países desenvolvidos devem seu nível salarial e seu padrão de vida à exploração dos países pobres, mas isso não quer dizer que Vesentini considere que tal ideia seja totalmente errada. Coerentemente com o que já pensava no final dos anos 1990, esse autor pondera apenas que “é um exagero” pensar que o padrão de vida dos trabalhadores dos países desenvolvidos seria explicável por transferências de riquezas vindas do Sul (VESENTINI, 2005, p. 41).

A primeira razão que ele apresenta para relativizar (e não negar) essa ideia é a de que “[...] dentro dos próprios países periféricos sempre existe uma minoria riquíssima privilegiada, que, quase sempre, é cúmplice e beneficiária dessa situação de dependência ou subordinação em relação ao exterior” (VESENTINI, 2005, p. 41). Como se vê, Vesentini questiona a ideia de que há uma exploração entre países fazendo eco à tese, bastante difundida entre teóricos latino-americanos, de que existe um mecanismo de “domínio externo-interno” funcionando nos países considerados dependentes. Mas o curioso é que, segundo esses autores, a aliança das burguesias nacionais e internacionais faria justamente com que a exploração do trabalho pelo capital, embora ocorrendo dentro das fronteiras dos países latino-americanos, beneficiasse principalmente sociedades ou nações externas (QUIJANO, 1993, p. 64), ao passo que Vesentini usa a mesma ideia para relativizar a importância atribuída a mecanismos de exploração internacional! A exposição desse autor trafega o tempo todo no universo teórico e ideológico das interpretações marxistas mais radicais e simplórias sobre as relações internacionais, até mesmo quando, contraditoriamente, procura relativizar certas teorias do intercâmbio desigual próprias dessas correntes²⁸.

A segunda razão apresentada para negar parcialmente que os países desenvolvidos devem seus níveis de bem-estar à exploração dos demais é que no Terceiro Mundo “existe uma enorme *corrupção* ou desperdício de recursos”, cujos efeitos se somam à ação dos grupos sociais afluentes: “é toda essa situação, em que figuram essa minoria privilegiada e a corrupção, que é a principal responsável pelas baixas condições de vida da maioria das populações do Sul, e não os países desenvolvidos” (VESENTINI, 2005, p. 41 – *itálico no original*). O peso atribuído à corrupção destoa das interpretações críticas e radicais

²⁸ Vale mencionar que Marilena Chaui é bem mais simplista e coerente com essas teorias à moda dos anos 1960 do que Vesentini, como se lê num livro didático dessa autora: “Houve uma divisão internacional do trabalho e da exploração que, ao melhorar a igualdade e a liberdade dos trabalhadores de uma parte do mundo, agravou as condições de vida e de trabalho da outra parte. E não foi por acaso que, enquanto nos países capitalistas avançados cresciam o Estado do Bem-Estar Social e a democracia social, no Terceiro Mundo eram implantadas ditaduras e regimes autoritários com os quais os capitalistas desses países se aliavam aos capitalistas das grandes potências econômicas” (CHAUÍ, 2009, p. 273). Dispensável dizer que essa autora não mostra aos alunos teorias alternativas para explicar o sucesso dos países desenvolvidos.

sobre as diferenças de desenvolvimento entre países, para as quais a corrupção é apenas uma prática que reforça os efeitos dos mecanismos econômicos de exploração centro/periferia, inerentes às “leis de funcionamento do capitalismo”. Por outro lado, ao responsabilizar a tal “minoridade privilegiada” pela pobreza dos países do Terceiro Mundo, mas ao mesmo tempo em que a acusa de cumplicidade com a “dependência e a subordinação”, fica claro que o autor continua a reproduzir ideologias próprias das vertentes intelectuais críticas do capitalismo e do sistema econômico mundial, mesmo quando procura relativizar a tese de que há exploração entre países. Finalmente, a terceira razão apresentada por Vesentini é esta:

[...] os lucros das empresas multinacionais instaladas nos países subdesenvolvidos em geral não são aplicados nas economias desenvolvidas. São reinvestidos nos próprios países periféricos, ainda que em outras áreas ou países ou até nos países ex-socialistas [...]. Às vezes são também depositados em contas bancárias seguras nos chamados “paraísos fiscais” [...]. Esses lucros não se destinam aos trabalhadores e sim aos capitalistas ou, principalmente, aos políticos ou funcionários corruptos. Não é por causa desses lucros que os trabalhadores dos países centrais recebem salários maiores, mas sim pela própria produção interna dessas economias desenvolvidas, que é gigantesca. (VESENTINI, 2005, p. 41).

Bem, esse parágrafo contradiz a antiga visão do autor sobre a “descapitalização” ocasionada pelas remessas de lucros das multinacionais, pois deixa claro que a maior parte dos lucros gerados na “periferia” são investidos em países desse grupo, ainda que transferidos frequentemente de uns para outros. No entanto, persiste implicitamente a suposição de que a debilidade do controle sobre as remessas de lucro é uma característica do subdesenvolvimento, pois a passagem sustenta que é frequente as empresas canalizarem os lucros obtidos num país subdesenvolvido para outros do mesmo tipo.

Outro erro sério nessa passagem é afirmar que o valor total da produção interna de um país explica os níveis de salário médio nele vigentes, pois é a produtividade do trabalho que determina isso, conforme se pode ler em obras de introdução à economia. Um país muito populoso, mas com grande parte da população economicamente ativa ocupada em atividades de baixa produtividade, terá um PIB elevado

na comparação com os demais países, embora os salários médios sejam baixos. O exemplo da China é a melhor ilustração disso.

Mas, além dessa explicação econômica equivocada, que outra razão Vesentini apresenta para explicar os níveis superiores de salários e de bem-estar social vigentes no mundo desenvolvido? Segundo ele, “o sistema político conseguiu humanizar o capitalismo”, e isso se deu com a ascensão da social-democracia, conceituada deste modo: “[...] um governo que procura atender às reivindicações populares e não combatê-las por princípio, tal como ocorria anteriormente e ainda ocorre em grande parte dos Estados nacionais” (VESENTINI, 2005, p. 46). A primeira conclusão implícita no raciocínio é que o liberalismo, que já existia antes da fundação do Partido Social-Democrata Alemão, combatia e combate as reivindicações populares “por princípio”. A segunda conclusão é a de que o atendimento ou não de reivindicações salariais e trabalhistas é uma questão puramente ideológica, que nada tem a ver com a trajetória dos ganhos de produtividade e nem com o crescimento econômico, conforme se lê nesta passagem:

Assim sendo, a explicação fundamental para o padrão de vida relativamente elevado (em comparação ao das economias subdesenvolvidas) das classes trabalhadoras nos países desenvolvidos é a democracia, resultado de intensas lutas populares que existem, no mínimo, desde o século XIX. [...] Não foram os governos, por iniciativa própria, muito menos os capitalistas, que diminuíram a jornada de trabalho, aumentaram os salários dos trabalhadores e melhoraram a qualidade de vida da população em geral nos países centrais. Isso decorreu de conquistas, especialmente trabalhistas, que tiveram início no final do século XIX e, em parte, se estendem até hoje. Elas foram obtidas à custa de muitas manifestações [...] e de muitos choques contra os patrões e a polícia, nos quais ocorreram violência física e até mortes. (VESENTINI, 2005, p. 42).

Portanto, se nos países subdesenvolvidos a “minoría privilegiada” é a principal responsável pelos problemas socioeconômicos e pela corrupção, no Primeiro Mundo os capitalistas aparecem como uma força histórica reacionária, pois não fazem nada além de lutar contra os avanços democráticos e negar benefícios trabalhistas justos tanto quanto puderem. Os trabalhadores, por outro lado, estão sempre certos quando reivindicam algo.

Ora, não se trata de querer negar a importância de inúmeros movimentos sindicais para o avanço da democracia, nem que houve lutas violentas envolvendo a conquista de direitos legítimos, como o direito de greve, a regulamentação da jornada de trabalho, e assim por diante. Trata-se apenas de dizer que, como Vesentini não leva em conta que são os ganhos de produtividade que tornam possível, ao longo do tempo, combinar elevação dos salários reais com redução da jornada de trabalho, deixa de dizer que as iniciativas tomadas pelos capitalistas para introduzir progresso técnico nos processos produtivos são absolutamente centrais para explicar os elevados níveis de salário médio e de bem-estar social hoje vigentes no mundo desenvolvido. Até mesmo os teóricos do subdesenvolvimento, como Celso Furtado (1992), sabem que o ritmo de introdução de progresso técnico é o elemento central para entender as diferenças de desenvolvimento entre países. Mas Vesentini, coerentemente com os pressupostos da geografia crítica – que é a base metodológica do seu livro, integrada ao “socioconstrutivismo” (VESENTINI, 2005, p. 3) –, prefere apresentar a história como uma luta de classes maniqueísta²⁹. Por isso, parte de uma leitura até certo ponto correta da história dos movimentos trabalhistas para sugerir que as reivindicações sindicais manifestam sempre interesses gerais da sociedade ou do conjunto dos trabalhadores, ideia essa absolutamente simplista, para dizer o mínimo. No Brasil, por exemplo, os sindicatos de funcionários públicos são criticados por defenderem a manutenção de um regime especial de previdência que tem gerado déficits crescentes e onerado o conjunto da sociedade, na medida em que o Estado é obrigado a destinar dezenas de bilhões de reais do tesouro, todos os anos, para pagar os benefícios. Esse é um caso em que pressões trabalhistas contribuem para reduzir a eficiência das

²⁹ O autor define o socioconstrutivismo como “uma filosofia educacional que, em primeiro lugar, valoriza a *construção* do saber pelo educando, isto é, o desenvolvimento de suas capacidades cognitivas, de suas habilidades e competências; e que, em segundo lugar, vê o aluno não como uma tábula rasa, e sim como um sujeito que tem uma experiência de vida e um contexto (social, econômico, cultural), que não podem ser ignorados de nenhum modo, mas, pelo contrário, devem ser incorporados ou servirem de ponto de partida no processo educativo” (VESENTINI, 2005a, p. 3 – itálico no original). Mas as definições de geografia crítica elaboradas por Vesentini e outros professores desde os anos 1980 (por sinal, inspiradas em Freire) já incorporavam essa proposta de construção de conhecimentos.

políticas sociais e para aumentar as desigualdades de renda entre os próprios trabalhadores. (SCHWARTZMAN, 2002)

Portanto, na visão de Vesentini, os avanços sociais alcançados no Primeiro Mundo nada têm a ver com liberdade econômica, garantia do direito de propriedade, estímulos à assunção de riscos, nem com o aumento de produtividade das empresas. Tudo se resume à pressão dos movimentos sociais sobre o Estado e à existência ou não de identidade ideológica dos governos com esses movimentos! As abordagens de autores que, embora com tendências teóricas e ideológicas muito diversas, ressaltam a importância das instituições capitalistas e as virtudes da economia de mercado para a realização de avanços sociais estão ausentes do capítulo em que Vesentini discute as características dos países desenvolvidos. Onde estão as ideias de autores como Hernando de Soto, Michael Porter ou Paul Krugman, nesse capítulo? No que diz respeito às relações internacionais, por que esses livros não fazem nenhuma menção às explicações derivadas da teoria do comércio internacional, também conhecida como teoria das vantagens comparativas? Por que apenas as correntes intelectuais antagônicas a essa teoria estão presentes nos livros?

Mas é claro que a avaliação de dois livros didáticos de um mesmo autor não é suficiente para garantir que os conteúdos ensinados nas escolas de ensino médio são coerentes com os conteúdos desses livros, por mais que se trate de grandes sucessos de venda, como de fato são. Para testar até que ponto haveria coerência entre conteúdos como esses e as representações dos alunos de ensino médio, elaborei um questionário sobre alguns temas importantes de geografia geral, que foi aplicado por três estagiários da UFPR em escolas de Curitiba, no ano de 2008. E, embora o objetivo fosse avaliar a influência teórica e ideológica da geocrítica no ensino, a qualidade das redações dos alunos mostrou-se tão lastimável que o instrumento da pesquisa acabou servindo também para ilustrar a ineficiência do sistema escolar brasileiro, que não consegue formar pessoas capazes de elaborar raciocínios complexos e de expressá-los em linguagem clara.

Os questionários foram respondidos por 121 alunos do último ano do ensino médio (alunos que estão próximos do vestibular, portanto), distribuídos em três escolas. Esse número é insuficiente para compor

uma amostra do universo formado pelos estudantes de Curitiba, de modo que os dados não possuem significância estatística. No entanto, o grau de coerência das respostas obtidas com o conteúdo dos livros didáticos de Geografia examinados sugerem que os conhecimentos transmitidos aos alunos estão sendo definidos unilateralmente pelas abordagens da teoria social crítica e pela doutrinação ideológica de esquerda, conforme vem sendo denunciado pelo *site* Escola Sem Partido e por alguns setores da imprensa. Sendo assim, cumpre apresentar o resultado geral da aplicação dos questionários, conforme a tabela abaixo.

Tabela 5 - Visões dos alunos pesquisados sobre as relações econômicas internacionais

Questões	V	F	PV
1. A busca do lucro e a lógica competitiva do capitalismo são as responsáveis pela crise ambiental global	90,1	9,9	-
2. O comércio internacional cria desequilíbrios entre países ricos e pobres	67,2	32,8	-
3. Exportadores de bens primários são explorados pelo Primeiro Mundo	66,9	33,1	-
4. Os países do Terceiro Mundo são explorados pelas multinacionais	68,3	31,7	-
5. A superação do subdesenvolvimento exige uma industrialização autônoma	55,5	44,5	-
6. O liberalismo é uma doutrina vantajosa apenas para o Primeiro Mundo, de modo que os países do Terceiro Mundo precisam de medidas protecionistas	55,9	44,1	-
7. O elevado nível de desenvolvimento e de bem-estar social do Primeiro Mundo resulta da exploração e dominação dos países do Terceiro Mundo	25,2	16,0	58,8
10. A industrialização e a expansão do capitalismo aumentam a interdependência entre os países, concentrando a riqueza em certas áreas e aumentando a pobreza em outras	84,2	15,8	-
Diferenças de resultados entre as escolas pesquisadas			
Questão 5 – Colégio A	40,5	59,5	-
Questão 3 – Colégio B	18,2	81,8	-
Questão 4 – Colégio B	22,7	77,3	-
Questão 7 – Colégio B	13,6	40,9	45,5
V – Verdadeiro; F – Falso; PV – Parcialmente Verdadeiro;			

Fonte: Pesquisa de campo realizada nos meses de abril e maio de 2008.

Como se pode notar, houve poucas questões nas quais as respostas predominantes entre os alunos de um colégio fossem diferentes daquelas mais frequentes entre os alunos dos outros dois. A maior parte das diferenças ocorreu com os alunos de um único colégio, sendo necessário destacar que esse foi aquele no qual menos questionários foram aplicados (22, contra 57 e 42 nos outros colégios). Apesar disso, o fato de se tratar de um colégio religioso, enquanto os outros são estaduais, pode talvez explicar as diferenças observadas.

Numa avaliação geral, nota-se que os consensos mais fortes mostrados pelas respostas dizem respeito às questões 1 e 10, que foram avaliadas como verdadeiras em 90,1% e 84,2% dos questionários, respectivamente. Portanto, a maioria esmagadora dos alunos pesquisados considera que: a) a busca do lucro e a lógica competitiva do capitalismo são os responsáveis pela chamada “crise ambiental”; b) a industrialização aumenta a interdependência entre os países e, por isso mesmo, faz com que a riqueza se concentre em algumas áreas e a pobreza aumente em outras.

Bem, o mais interessante nesse resultado é que os enunciados completos dessas questões reproduzem quase literalmente duas passagens de *Brasil: sociedade e espaço*, de José William Vesentini (1998, p. 67-68 e 285), livro cuja importância para este estudo já foi comentada. Embora não se possa dizer que as visões de mundo dos alunos sejam moldadas exclusivamente por livros didáticos e professores, é inegável que as respostas dadas a essas duas questões são coerentes com os pressupostos da geocrítica expressos nessas passagens do livro, especialmente a tese de que os problemas ambientais e socioespaciais seriam consequências da “lógica do capitalismo” (DINIZ FILHO, 2002).

No que diz respeito às relações econômicas internacionais, as respostas dadas à questão 10 já demonstram que, na visão de mais de 80% dos alunos pesquisados, pobreza e riqueza são ambas produzidas por processos gerais, que são a industrialização e a expansão do capitalismo. Todavia, quando se fazem perguntas mais específicas sobre os mecanismos que explicariam essa relação necessária entre riqueza e pobreza (questões 2 a 4), a frequência da resposta “verdadeiro” já não é tão grande. Ainda assim, a tabela mostra que 67,2% dos que responderam à questão 2 concordam que o comércio internacional

produz disparidades entre países ricos e pobres porque, sendo impossível que todos obtenham superávit comercial, os países deficitários saem perdendo.

Esse tipo de raciocínio, embora equivocado, não é necessariamente produto da assimilação de teorias anticapitalistas nas aulas de História e de Geografia. Mesmo nos países desenvolvidos, os debates sobre políticas públicas e competitividade demonstram que há uma desconfiança bastante difundida contra a ideia de que o comércio internacional possa trazer benefícios para todos os países, independentemente dos seus respectivos níveis de produtividade e de salário médio. O economista Paul Krugman, numa obra de divulgação científica, polemizou com alguns intelectuais que defendem a visão segundo a qual o comércio entre nações traz necessariamente perdas econômicas e sociais para aquelas que não têm bom desempenho. Esses intelectuais não são marxistas e nem socialistas, mas conquistaram notoriedade e influência política ao divulgar análises econômicas segundo as quais o comércio externo é prejudicial para os países com déficit no setor industrial, que não são competitivos na produção de bens de alto valor agregado e/ou que importam maciçamente produtos oriundos de países onde os níveis de salário médio são baixos (KRUGMAN, 1999, p. 11-15)³⁰. Todavia, as respostas que os alunos deram às questões 3 e 4 sugerem que, no caso brasileiro, as desconfianças em relação às vantagens potenciais do livre-comércio não se devem apenas a visões questionáveis da teoria das vantagens comparativas (defendida por economistas como Krugman), mas principalmente à influência de certas teorias das trocas desiguais inspiradas pelo marxismo e pelas teses cepalinas.

A tabela mostra que pouco mais de dois terços dos alunos pesquisados veem o sistema econômico mundial como intrinsecamente injusto, já que o Terceiro Mundo seria explorado por exportar produtos

³⁰ É interessante notar que, enquanto a esquerda latino-americana diz que os países pobres são explorados por exportarem matérias-primas e alimentos a baixos preços, a esquerda europeia e norte-americana afirma frequentemente que a transferência de plantas industriais dos países desenvolvidos para o Terceiro Mundo faz reduzir os níveis de emprego e de salário médio vigentes naqueles países. Ao que parece, certos setores da esquerda pensam que o mundo só pode ser justo se o comércio internacional deixar de existir.

primários e também pelas empresas multinacionais, que remetem lucros para o exterior. Isso não quer dizer que todos os alunos que pensam a troca de mercadorias como uma relação de exploração acreditam também que as empresas multinacionais exploram os países onde se instalam, pois há muitos questionários em que uma dessas ideias é considerada verdadeira e a outra é vista como falsa. No entanto, está bem claro que, para a grande maioria dos alunos pesquisados, as relações econômicas internacionais consistem em mecanismos de exploração que explicam em boa parte as diferenças de desenvolvimento entre os países.

Isso fica demonstrado de maneira cristalina nas respostas assinadas na questão 7, posto que 58,8% afirmaram ser parcialmente verdadeiro que os elevados níveis de desenvolvimento e de bem-estar social nos países ricos é fruto da exploração e dominação do Terceiro Mundo, enquanto 25,2% afirmaram que essa ideia é verdadeira. No conjunto, 84,0% dos alunos pesquisados afirmaram que essa ideia está correta no todo ou ao menos em parte! Em apenas um colégio o percentual de alunos que avaliaram tal visão como falsa superou o daqueles que a consideram verdadeira, conforme a tabela, mas mesmo ali a resposta mais frequente (45,5% do total) foi a de que tal ideia é parcialmente verdadeira. Mesmo nesse colégio, portanto, 59,1% dos pesquisados acredita que as diferenças de desenvolvimento entre países se explicam total ou parcialmente por relações de exploração e dominação. Assim, as respostas a essa questão demonstram uma grande correspondência entre as visões de mundo da maior parte dos alunos e as ideias contidas nos livros de Vesentini, segundo os quais os níveis de bem-estar vigentes nos países desenvolvidos se devem parcialmente a processos de exploração internacional.

Para entender adequadamente as opiniões dos alunos acerca dessa questão, foi solicitado que eles justificassem suas respostas por escrito. Os textos demonstram que as convicções dos alunos não derivam claramente da assimilação de alguma teoria econômica, mas apenas de suposições ideológicas enunciadas como se fossem fatos óbvios ou, nas respostas um pouco mais elaboradas, de algumas leituras simplificadas da teoria cepalina das trocas desiguais. Como exemplos do primeiro tipo de resposta, temos as seguintes afirmações:

“Pq eles tem dinheniro”. (P5-8).

“Simplesmente porque eles tem mais dinheiro.” (P5-7).

Nos dois casos, os alunos responderam que é verdadeira a afirmação de que os elevados níveis de desenvolvimento e de bem-estar social no mundo desenvolvido se devem à exploração e dominação dos outros países. Se pensarem da mesma forma em relação às diferenças de renda entre indivíduos, provavelmente devem concordar com o velho chavão socialista de que “toda propriedade é um roubo”. Já outros alunos para os quais essa avaliação é correta justificam sua resposta simplesmente com a suposição de que países possuidores de maior riqueza tiram proveito desse fato para explorar os outros, embora sem explicarem como isso seria feito:

“Verdadeiro porque os países do primeiro mundo exploram países subdesenvolvidos os países do 3º mundo.” (P4-21).

“Porque nos países do 3º Mundo, não há com o que combater o acéδιο e a exploração dos países de 1º mundo.” (P1-29).

Por fim, cabe destacar que algumas respostas se baseiam em ideias absurdas sobre o suposto poder que os países desenvolvidos teriam de controlar as economias dos demais, como se vê abaixo:

“Pois como tem a dominação desses países, fazem as pessoas trabalharem como ‘escravos’ dando-lhes salários baixos enquanto os países do Primeiro Mundo se desenvolvem economicamente e vivem melhor, pois ganham salários mais altos.” (P2-05).

Mas é certo que a maioria dos alunos respondeu ser apenas parcialmente verdadeiro que os países desenvolvidos devem seu padrão de vida à exploração de outros países, de forma consistente com as visões expressas nos livros didáticos. No entanto, esses alunos também não foram capazes de justificar adequadamente sua avaliação, a qual, na maior parte dos casos, aparece como fruto do bom senso:

“Porquê os países de primeiro mundo também fazem por merecer, não é só pela exploração dos países de terceiro mundo, mais de forma alguma que eles não exploram, eles exploram e muito”. (P2-23).

“Em partes é verdade pois sim estes exploram os países de 3º mundo mas não é só disso que esses países de 1º mundo se sustentam.” (P4-26).

“Não somente os países de Primeiro Mundo lucram com isto. Mas também o de Terceiro Mundo.” (P1-22).

Houve ainda um caso no qual a justificativa contradiz a resposta de que seria apenas parcialmente verdadeiro que os países desenvolvidos devem seu padrão de vida a relações internacionais de dominação e de exploração, pois se baseia numa afirmação absurda e nada diz sobre quais seriam os fatores endógenos de progresso econômico e social desses países:

“Resultam da exploração e dos altos níveis de impostos cobrados aos países do Terceiro Mundo.” (P2-27).

Em algumas respostas, vemos que os alunos mencionam certos fatores que explicariam o sucesso dos países desenvolvidos a partir de causas internas, mas de forma absolutamente superficial. Além disso, é significativo que tais fatores são associados pelos alunos principalmente à ação do Estado, não havendo nenhum questionário em que o ritmo de crescimento da produtividade do trabalho seja citado como um fator explicativo dos altos salários e do progresso econômico e social vigentes nos países desenvolvidos. Pode-se notar isso nos exemplos abaixo:

“Não é somente dos lucros gerados pela exploração, mais a política é diferente a dos outros países, se pode investir mais na educação, bem estar e tal a estrutura faz com que seja possível aumentar este índice”. (P5-7).

“Depende também de múltiplos fatores. Governo, educação, economia são exemplos.” (P4-16).

Analisando-se agora o caso dos alunos que responderam ser falsa a afirmação de que os níveis de desenvolvimento vigentes no Primeiro Mundo derivam da exploração de outros países, verifica-se que estes também apresentam graves problemas de redação e sérias dificuldades de articulação de ideias, conforme os exemplos abaixo:

“A maioria da exploração do Terceiro Mundo ocorre pelo excesso de obtenção de matérias primas.”

“Os pais do terceiro mundo não são dominado pelo primeiro. Apenas tem uma diferença evolução industrial enquanto o primeiro está super avançado. O terceiro está na luta de um crescimento.” (P2-01).

No primeiro caso, a oração simplesmente contradiz a resposta que ela deveria justificar! No segundo, é interessante destacar que o aluno assinalou “verdadeiro” na questão 3, cujo enunciado afirma que os países do Terceiro Mundo são explorados por exportarem principalmente matérias-primas, e também na questão 4, segundo a qual esses países são explorados pelas multinacionais. Portanto, *o aluno considerou o enunciado da questão 7 falso, justificou sua resposta por escrito, mas fez isso logo depois de haver concordado com duas afirmações que contradizem seu texto.*

O mais significativo, porém, é que essas contradições flagrantes não são peculiaridades das visões de mundo desses alunos, pois estão presentes na maior parte dos questionários em que o enunciado da pergunta 7 foi considerado falso. Dos 19 alunos que rejeitaram a explicação de que o desenvolvimento econômico e o bem-estar social dos países desenvolvidos se devem a mecanismos internacionais de exploração e dominação, apenas 7 assinalaram “falso” na questão 3 e também na questão 4. Isso quer dizer que 63,2% dos alunos que afirmam rejeitar esse tipo de explicação das diferenças entre países concordam mesmo assim com certos discursos que asseguram que o Terceiro Mundo é explorado por vender produtos primários e/ou devido às remessas de lucros das multinacionais. Então, caso se considerar que os alunos que rejeitam efetivamente a visão da economia internacional como um sistema fundado na exploração e dominação são apenas aqueles que, coerentemente, assinalaram “falso” nas questões 3, 4 e 7, chegar-se-á à conclusão de que menos de 10% dos alunos pesquisados encontram-se nessa situação, enquanto a quase totalidade acredita em algum tipo de injustiça inerente às relações econômicas internacionais.

O vínculo entre essa suspeição generalizada contra o sistema econômico mundial e o conteúdo crítico das aulas de Geografia e de História se evidencia naqueles poucos questionários em que as justificativas apresentadas para a resposta 7 se relacionam com algum marco teórico explicativo da economia internacional. Mas mesmo aquelas poucas respostas nas quais transparecem alguns conhecimentos que são comuns em livros didáticos não conseguem mais do que reproduzir de forma truncada certas ideias afins às abordagens da “dialética da dependência”, conforme revelam as respostas a seguir:

“Porque com o desenvolvimento dos países do 1º mundo aumenta a produtividade, assim obrigando-os a explorarem os países do 3º Mundo, ou seja, menos desenvolvidos, com o pouco giro de capital ficam quase ‘incapazes’ de protegerem-se.” (P5-3)

“Os países de 1º mundo compram a matéria prima dos países de 3º mundo por um preço baixíssimo pois há concorrência no fornecimento de matéria-prima.” (P3-39)

“A partir da compra que países desenvolvidos sucedem com os subdesenvolvidos (muitas vezes explorativa), resulta em economia, e uma margem de lucro mais vantajosa por motivo do custo baixo dos produtos comprados; porém, a fortuna e desenvolvimento social, não provém somente desse conceito, mas sim, relaciona-se à outras áreas.” (P2-24)

Mas a questão 7 não é a única que solicita respostas por escrito dos alunos, pois o mesmo ocorre com as questões 8 e 9. Esta última tem o enunciado “o que é um país dependente?”, e as respostas demonstram não só o absoluto desconhecimento de qualquer teoria social que faça uso desse conceito como ainda revela os gravíssimos problemas de leitura e de redação desses alunos do último ano do ensino médio. Aqui estão algumas respostas que chegam a ser anedóticas:

“É um pai que depende da esposa ou dos filhos.” (*sic!*) (P4-23).

“País que depende do outro é aquele que não é nada dependente, país sem qualidade.” (P5-14).

“País que não depende de outro País de sua riqueza, globalização, tecnologia.” (P5-10).

“É um país que não é dependente, depende de outros para sobreviver.” (P5-8).

Essas e outras respostas mostram que muitos alunos do último ano do ensino médio simplesmente confundem o significado das palavras *dependente* e *independente*! Na maior parte dos questionários, porém, os alunos escrevem guiando-se apenas pelo significado mais geral dessas palavras, o que os leva a dizer obviedades como esta: “É um país que depende de outros para de outras para a sobrevivência de sua economia” (P1-19). As únicas respostas que demonstram uma associação, ainda que vaga, com teorias que trabalharam o conceito de dependência são estas:

“Que depende de outro para se industrializar.” (P2-25).

“São países que dependem da economia ou tecnologia de outros, que não conseguem suprir as suas próprias necessidades.” (P1-11).

O fato de ser possível estabelecer uma relação superficial entre tais respostas e os estudos sobre a dependência produzidos dos anos 1970 em diante não implica atribuir eficácia explicativa a tais estudos, como também não quer dizer que se esteja sugerindo aqui a necessidade de obrigar os alunos do ensino médio a assimilar as conclusões de tais trabalhos. Trata-se apenas de dizer que, embora as respostas desses alunos sejam superficiais, ao menos revelam a assimilação de algumas ideias cuja fonte principal foram os livros didáticos e as exposições dos professores, o que permite detectar os conteúdos que estão sendo transmitidos aos alunos nas escolas. E, de fato, não há como negar a correspondência entre esse tipo de resposta e a interpretação de Vesentini sobre o papel da dependência econômica e tecnológica como elemento definidor do subdesenvolvimento, conforme visto.

As respostas à pergunta 8, “O que é um país subdesenvolvido?”, revelam também uma cena desalentadora, visto o número daquelas que contrariam frontalmente o próprio senso comum sobre o que seria subdesenvolvimento:

“Um país de 1º mundo.” (*sic!*) (P2-19).

“Um país que é desenvolvido.” (*sic!*) (P4-19).

“É um país no qual tem um nível de renda mais elevado que os outros países.” (P2-13).

“É um país com tecnologia, industrialização, e entre outros, mais avançados.” (P2-18).

“É um país que se destaca dos outros economicamente, que gera mais empregos e que possui um melhor crescimento.” (*sic!*) (P5-13).

Ainda assim, as respostas a essa questão mostraram, com maior frequência, algum nível de assimilação de teorias que são comuns em livros didáticos de Geografia e, provavelmente, também de História, conforme os exemplos a seguir:

“É um país de 3º mundo. Um país que iniciou sua industrialização mais tarde. E por isso acabou sendo explorado por países desenvolvidos.” (P3-29).

“É um país que não se industrializou ou teve uma industrialização tardia, pois comercializam produtos-primários com os países desenvolvidos.” (P1-11).

“Geralmente foram colônias exploradas pelas metrópoles, tendo suas riquezas naturais retiradas, industrializadas no exterior, e revendidas a um preço muito mais alto para o país de origem dessa matéria-prima, e com barreiras econômicas, pois não podia fazer comércio com outros países a não ser a metrópole.” (P1-07).

Como se vê, as respostas dos alunos às questões 7, 8 e 9 revelam uma forte influência de certas teorias das trocas desiguais, a qual se manifesta também nos livros didáticos (CHAUI, 2009; VESENTINI, 1998; 2005). De fato, são muitos os casos além desses citados em que se define país subdesenvolvido como aquele que sofre exploração por não ser industrializado e por exportar bens primários:

“É um país que não contém industrialização, é pobre, tem matérias-primas de altos valores mas que não sabem aproveitar esse valor e precisam que os desenvolvidos venham retirar, até roubar deles.” (P1-15).

“É aquele país que produz para exportar para fora.” (P2-10).

Apesar disso, é importante ressaltar que, ao contrário das versões catastrofistas das teorias do intercâmbio desigual, que previam a impossibilidade dos países “periféricos” se desenvolverem dentro do sistema capitalista, muitos dos alunos pesquisados definem país subdesenvolvido como aquele que ainda está em processo de desenvolvimento. Em nenhum questionário foi dito que a implantação do socialismo seria necessária ou pelo menos eficaz como meio para superar o subdesenvolvimento, embora os alunos manifestem visões favoráveis do modelo socialista e da experiência cubana com frequência considerável, conforme se verá mais adiante.

Já no que diz respeito à perspectiva de alcançar o desenvolvimento por meio de reformas capitalistas, é interessante notar que, embora seja forte a associação causal do subdesenvolvimento à baixa industrialização, o percentual de alunos que considerou a questão 5 verdadeira foi de 55,5%, conforme a tabela. Isso implica que o apoio à ideia de que a industrialização autônoma é uma condição necessária para superar

o subdesenvolvimento é menos comum do que as visões segundo as quais os países do Terceiro Mundo são explorados por serem exportadores de matérias-primas (questão 3) e pela ação das empresas multinacionais (questão 4). No colégio A, que é estadual, 59,5% afirmou ser falsa a ideia de que a industrialização autônoma é uma condição necessária para o desenvolvimento do Terceiro Mundo, embora a grande maioria dos alunos desse colégio tenha concordado com os enunciados das questões 3 e 4.

Resultado semelhante foi encontrado nas respostas dadas à questão 6, pois 55,9% dos alunos afirmaram que os países do Terceiro Mundo precisam de medidas protecionistas para se desenvolver, já que o liberalismo seria uma doutrina econômica conveniente apenas para os países ricos. Isso revela que, embora haja um apoio majoritário a reformas capitalistas de esquerda, inspiradas pelo pensamento da Cepal e de inúmeras correntes nacional-populistas da América Latina, tal apoio é menos comum do que a visão segundo a qual os países do Terceiro Mundo seriam explorados por venderem principalmente produtos primários e pelas remessas de lucros das multinacionais. Em resumo, a grande maioria dos alunos vê as diferenças de desenvolvimento como resultado total ou parcial de mecanismos de exploração e associam tais mecanismos à baixa industrialização dos países subdesenvolvidos, mas, ainda assim, a velha bandeira da industrialização autônoma não encontra tanta aceitação quanto o que seria lógico supor à luz de visões tão críticas da economia mundial.

Portanto, pode-se afirmar que os efeitos da doutrinação ideológica sobre o modo de pensar dos alunos pesquisados se manifestam muito claramente nos questionários. Embora as respostas sejam superficiais e extremamente mal formuladas na maior parte dos casos, as que revelam alguma influência de teorias econômicas expressam sempre ideias próprias daquelas afinadas com ideologias de esquerda, sobretudo das teorias das trocas desiguais, em várias versões. Não houve um único questionário que associasse as diferenças de desenvolvimento entre países aos ritmos diferenciados de crescimento da produtividade do trabalho, ao grau de competitividade de suas respectivas empresas ou à importância das instituições econômicas capitalistas (especialmente o direito de propriedade) como estímulos à inovação e ao investimento.

Será que isso acontece pelo fato de a grande maioria dos alunos concordar com as teorias críticas do capitalismo ou pelo fato de eles simplesmente desconhecem os autores e teorias não afinadas com essa perspectiva? A julgar pela análise dos livros de Vesentini (1998; 2005), parece certo que a segunda resposta é a verdadeira, já que esses livros, embora se propondo a apresentar múltiplas visões da realidade, limitam-se apenas ao universo do pensamento de esquerda, tanto em termos teóricos quanto ideológicos. No que diz respeito às relações econômicas internacionais, por exemplo, chama atenção a ausência de qualquer menção direta ou indireta à teoria do comércio internacional, também conhecida como teoria das vantagens comparativas, nos livros didáticos desse autor, ausência essa que se repete nas respostas dadas pelos alunos. Haveria alguma justificativa não ideológica para explicar o motivo de os livros didáticos ignorarem essa teoria, já que ela é a mais utilizada por economistas do mundo inteiro?

Ora, se os alunos pesquisados tivessem tido contato com abordagens variadas, seria de esperar que as respostas escritas do questionário manifestassem um mínimo de variedade quanto às fontes que as influenciaram, mas não é o que acontece. Os que discordam totalmente das visões críticas são pouquíssimos, e justificam suas posições com base no senso comum ou com menções superficiais ao papel social do Estado nos países desenvolvidos, similares às ideias de Vesentini (2005, p. 40-42). A inexistência de respostas influenciadas pela teoria do comércio internacional e outras explicações não oriundas da geocrítica demonstra que é sobretudo por vedar aos alunos a oportunidade de conhecer pontos de vista divergentes que o sistema de ensino tem funcionado como uma autêntica máquina de doutrinação ideológica.

Posto isso, vale a pena encerrar esta seção apresentando as respostas às questões 11 e 12, que põem em foco dois temas bastante propícios à influência ideológica nos conteúdos escolares. O enunciado da primeira afirma que o momento histórico atual se caracteriza pela hegemonia econômica e militar norte-americana, e solicita que o aluno avalie a forma como os Estados Unidos exercem essa hegemonia como Positiva, Predominantemente Positiva, Negativa ou Predominantemente Negativa, conforme a tabela a seguir.

Tabela 6 - Visões dos alunos sobre a hegemonia econômica e militar dos Estados Unidos

Colégios Pesquisados	Em porcentagem			
	N	PN	P	PP
Colégio A	40,5	21,4	14,3	23,8
Colégio B	42,9	0,0	52,4	4,8
Colégio C	25,9	42,6	13	18,5
Colégios A + C	32,3	33,3	13,5	20,8
Total dos Questionários	34,2	27,4	20,5	17,9

N – Negativa; PN – Predominantemente Negativa; P – Positiva;
PP – Predominantemente Positiva

Fonte: Pesquisa de campo realizada nos meses de abril e maio de 2008.

Nota: Eventuais diferenças nas somas devem-se ao arredondamento.

Assim como no caso de outras três questões, já comentadas, nota-se que as respostas dos alunos do colégio B, que é religioso, destoam daquelas predominantes nos colégios estaduais. Em primeiro lugar, é curioso ver que nesse colégio as avaliações da influência norte-americana mostram-se muito mais polarizadas do que nos outros, pois quase todos os alunos desse colégio dividiram-se entre as duas opções que qualificam tal influência como negativa ou positiva, sem matizes. Em segundo lugar, nota-se que a soma das avaliações Positiva e Predominantemente Positiva foi de 57,1% no colégio B, ao passo que nos outros há uma nítida preponderância das avaliações negativas e predominantemente negativas da hegemonia dos Estados Unidos. O colégio A possui o mais alto percentual de avaliações negativas, enquanto no colégio C é a resposta Predominantemente Negativa que figura como a mais assinalada. Considerando a soma dos questionários desses dois colégios estaduais, verifica-se que aproximadamente um terço dos alunos pesquisados avaliam a hegemonia norte-americana como Negativa e outro terço a julgam Predominantemente Negativa, o que expressa a rejeição de aproximadamente dois terços dos alunos desses colégios estaduais à forma como os Estados Unidos exercem sua hegemonia.

Assim, o único colégio em que a hegemonia norte-americana é vista majoritariamente de forma positiva é também o único no qual a grande maioria dos pesquisados recusou as visões de que o Terceiro Mundo seria explorado, embora mesmo aí predomine a ideia de que

o bem-estar social do mundo desenvolvido resulta total ou parcialmente de relações internacionais de exploração e dominação. Há uma grande coerência ideológica entre as respostas dos alunos, portanto, de modo que o predomínio das visões de esquerda acerca das relações econômicas e políticas internacionais pode perfeitamente ser atribuído à forte influência da teoria social crítica nos livros didáticos e nas aulas de História e de Geografia. Isso é confirmado pela análise feita anteriormente sobre os livros de Vesentini e também por alguns levantamentos realizados em dezenas de livros didáticos de história e de geografia (WEINBERG; PEREIRA, 2008; LEAL; MANSUR; VICÁRIA, 2007).

Essa conclusão é reforçada quando se avaliam as respostas dadas pelos alunos pesquisados à questão 12. O enunciado dessa questão solicita ao aluno que assinale qual ou quais das afirmações apresentadas em seguida poderiam ser indicadas como causas da crise do socialismo real, sendo que a frequência das respostas obtidas foi a que segue.

Tabela 7 - Visões dos alunos pesquisados sobre a crise do socialismo real

Total dos Questionários (*)		
	Alternativas	Frequência
A	O isolamento econômico levou o socialismo real ao fracasso, pois os países socialistas não podiam fazer comércio com os países capitalistas.	46
B	Os ideais socialistas foram aplicados de forma deturpada. O que existia nos países ditos "socialistas" era um capitalismo de Estado.	21
C	Não foi o socialismo que fracassou, mas sim algumas experiências socialistas. Cuba é a prova disso, pois apresenta indicadores sociais excelentes e se mantém socialista.	41
D	O socialismo foi inviabilizado economicamente pelos gastos militares que teve de fazer durante a Guerra Fria, não por deficiências intrínsecas ao sistema.	46
E	O planejamento econômico centralizado não conseguiu industrializar países como Cuba e China, como também não resolveu os problemas da pobreza e da fome em alguns países.	27
F	O planejamento econômico centralizado foi ineficiente para gerar crescimento econômico e progresso tecnológico, ao passo que a economia de mercado foi eficaz.	20
G	A estatização total da economia produz uma burocracia gigantesca e ineficiente, prejudicial ao funcionamento da economia.	25
H	A ausência de democracia frustrou a promoção da igualdade. De fato, nunca houve um país socialista democrático.	27

Fonte: Pesquisa de campo realizada em abril e maio de 2008.

(*) Várias alternativas podiam ser assinaladas.

Numa avaliação geral, nota-se a falta de uma ou mais explicações que sejam predominantes, posto que nenhuma das alternativas foi assinalada por mais do que 46 alunos, o que representa apenas um pouco mais de um terço dos 121 pesquisados – a única exceção se deu no colégio B, conforme se verá adiante. Tal resultado pode ser reflexo da ausência de consenso dos próprios professores quanto às causas da derrocada socialista e/ou do pouco destaque conferido a esse tema em sala de aula. De qualquer forma, as duas hipóteses são coerentes com o desinteresse dos geógrafos brasileiros em debater profundamente a crise teórica e prática do marxismo, conforme discutido ao longo deste livro.

Todavia, se não existem explicações que sejam vistas majoritariamente como causas dessa crise, por outro lado, os questionários mostram muito nitidamente que há um *tipo de resposta* que se repete bem mais do que as outras. Com efeito, as duas alternativas assinaladas com mais frequência foram A e D, as quais dizem que o fracasso do socialismo não se deu em função de problemas inerentes ao modelo de economia planificada, mas sim ao suposto isolamento comercial do bloco comunista e aos pesados investimentos militares que esses países tiveram de fazer durante a Guerra Fria. Coerentemente com esse resultado, a terceira resposta mais frequente é aquela segundo a qual o socialismo não fracassou como modelo socioeconômico e político, pois o que houve foram apenas algumas experiências socialistas malsucedidas, fato esse que seria corroborado pelo suposto exemplo de sucesso vindo de Cuba.

Por sua vez, as respostas menos frequentes foram justamente aquelas que atribuem a crise do socialismo real à ineficiência do modelo de economia planificada e à ausência de democracia. A única exceção foi a alternativa B, que atribui a crise à forma deturpada pela qual os ideais socialistas teriam sido postos em prática, a qual foi das alternativas menos assinaladas. Uma explicação para isso é que, como muitos alunos que atribuíram a crise do socialismo à globalização e à Guerra Fria também assinalaram uma ou outra das alternativas que indicam falhas inerentes ao modelo socialista, poucos são aqueles convencidos pela explicação de que os problemas se resumiriam apenas à maneira como os ideais revolucionários foram postos em prática. Outra explicação é que, embora os alunos tendam a achar que o modelo socialista

possui virtudes econômicas e sociais quando considerado em si mesmo, os países nos quais esse modelo fracassou eram de fato socialistas, e não países onde existiria um “capitalismo de Estado”. Essa última hipótese é coerente com a elevada frequência de questionários nos quais Cuba aparece como exemplo de que o socialismo pode ser bem-sucedido, pois está de acordo com a visão de que o fracasso se deu apenas em certas experiências socialistas.

Um último ponto importante a considerar é que não houve diferenças significativas entre os colégios nas respostas a essa questão. No colégio B, que destoou dos demais em outras três questões, a alternativa A foi assinalada 15 vezes num total de 22 questionários, enquanto as alternativas E e F, que foram as duas seguintes, em ordem de frequência, receberam apenas 5 indicações cada uma. Portanto, cerca de dois terços dos alunos pesquisados nesse colégio considera válida a explicação delirante de que o fracasso do socialismo se deveu ao suposto “isolamento econômico” dos países socialistas, como se esse conjunto de países, imenso em território, recursos e população, sofresse dificuldades econômicas por não poder fazer comércio com as economias capitalistas (o que é mentira)! Enquanto isso, as outras duas alternativas mencionadas, que atribuem o fracasso à incapacidade de promover a industrialização e a melhora das condições de vida em diversos países socialistas, bem como a problemas intrínsecos ao modelo de economia planejada, receberam três vezes menos indicações. Mesmo nesse colégio, a tendência ideológica predominante é de esquerda, e sustentada por explicações questionáveis sobre as relações econômicas e políticas internacionais, para dizer o mínimo, além de perfeitamente afinadas com as abordagens da geografia crítica.

Em vista dessas considerações, e a julgar pelas denúncias que têm sido feitas recentemente na imprensa e no Escola Sem Partido acerca das deturpações que livros de História e de Geografia trazem quando abordam a crise do socialismo, tais resultados podem realmente estar relacionados à doutrinação ideológica no sistema de ensino. Levantamentos feitos em até 130 apostilas e livros didáticos dessas disciplinas revelam que muitos deles silenciam sobre os milhões de mortos produzidos pelas revoluções socialistas, usam relativizações históricas e mentiras para justificar as atrocidades (quando são admitidas) e ainda elogiam os resultados econômicos e sociais alcançados pelos

regimes socialistas, muito embora dezenas de milhões de pessoas tenham morrido de fome em sua vigência (WEINBERG; PEREIRA, 2008; KAMEL, 2007a; 2007b; SOARES, 2007; LEAL; MANSUR; VICÁRIA, 2007). Não bastasse isso, pesquisa feita pelo Instituto CNT/Sensus revelou que, segundo declarações dos estudantes, figuras históricas como Che Guevara e Lênin são comentadas em aula, na grande maioria das vezes, sob uma ótica positiva (WEINBERG; PEREIRA, 2008).

Essas evidências corroboram a conclusão de que os resultados obtidos com os questionários demonstram que a escola brasileira tem sido eficaz em produzir consensos ideológicos de esquerda entre os alunos, mas, até pelo fato de estes não serem capazes de expressar suas ideias de maneira clara e coerente, vê-se que a escola fracassa por completo no desenvolvimento de habilidades básicas – aquele que é um dos objetivos a ser alcançados pelo “socioconstrutivismo”. No caso específico da geografia brasileira, o predomínio da teoria social crítica, tanto na academia como no sistema de ensino, pode ser assim atribuída à prática da doutrinação teórica e ideológica, nos três níveis de ensino.

Para encerrar, cabe dizer que, comparando-se as conclusões deste capítulo com as dos anteriores, fica claro que a influência da teoria social crítica, ao menos sob a forma como tem se manifestado na geografia brasileira, vem sendo danosa para a pesquisa, o ensino e para a inserção dos geógrafos nas atividades de planejamento. Mas é no âmbito das opções político-ideológicas dos geógrafos, intimamente ligadas às suas escolhas teórico-metodológicas e às práticas doutrinadoras, que essa influência tem se mostrado mais nefasta. Isso se deve à contradição gritante das opções políticas e partidárias dos intelectuais críticos em relação às teorias e ideologias que informam seu pensamento, contradição essa que os tem conduzido a se fazerem de cegos diante das discrepâncias entre discurso e prática. Essa questão merece um breve comentário, conforme se verá no último capítulo.



5

UM BALANÇO FINAL E UM
ÚLTIMO QUESTIONAMENTO

Ao longo deste livro, a produção da geografia brasileira foi analisada em três esferas estreitamente complementares, que são a epistemológica, a do planejamento e a do ensino. Os valores e concepções ideológicas de esquerda se revelaram elementos centrais dos discursos produzidos pelos geógrafos em todas essas esferas. Cabe então fazer um balanço das conclusões a que essa análise conduziu, a começar pelos problemas epistemológicos identificados na geocrítica.

Essa corrente de pensamento geográfico resulta da incorporação da teoria social crítica pelos geógrafos e, sendo assim, define-se pelo objetivo de fazer da geografia uma ciência social capaz de formular uma crítica radical da sociedade capitalista pelo estudo do espaço e das formas de apropriação da natureza. Desse objetivo derivam os pressupostos fundamentais da geocrítica, enumerados na Introdução, e dentre os quais podem ser destacados os seguintes: a tese de que os problemas socioespaciais e ambientais derivam da lógica inerente de funcionamento do capitalismo e a refutação do princípio da neutralidade do método, em nome de uma reflexão que parte do interesse explícito de construir uma utopia anticapitalista.

É esse objetivo e os pressupostos que se definem a partir dele que dão identidade e unidade à geocrítica, a qual tornou-se hegemônica na geografia humana brasileira sob influência do marxismo e manteve essa dominância por meio de uma combinação eclética de abordagens marxistas, humanistas e pós-modernistas. Essa hegemonia é tão completa que os pressupostos fundamentais da geografia crítica são reproduzidos pela maioria dos pesquisadores e professores, mas, ainda assim, aqueles que fazem diagnósticos catastrofistas do momento atual e depois culpam o capitalismo por esse quadro já não costumam se autodenominar ou serem identificados como geógrafos críticos. Os exemplos de Rogério Haesbaert e de Marcelo Lopes de Souza demonstram muito bem que esse tipo de análise já não é vista como expressão de uma tendência de pensamento específica, mas apenas como se fosse a enunciação de verdades óbvias.

Entretanto, é possível identificar dois focos muito evidentes de crise dessa corrente da geografia, sendo um externo à disciplina e outro interno. Externamente, verifica-se a crise da própria teoria social crítica, especialmente do marxismo, a qual se manifesta na inexistência de um projeto definido de sociedade socialista e também nos avanços

econômicos e sociais logrados sob o capitalismo. No âmbito interno, o problema epistemológico mais evidente reside nos acirrados debates entre os autores que se propõem a fazer da categoria espaço o objeto de estudo geográfico e aqueles que sustentam a necessidade de centrar o esforço de teorização nos sujeitos sociais. Uma vez que esse debate permanece insolúvel há cerca de trinta anos, já está na hora de encarar o fato de que é impossível tecer uma crítica radical à sociedade capitalista com base no estudo do espaço sem cair em algum tipo de fetichismo espacial, sendo que os raciocínios supostamente dialéticos usados para chegar a esse resultado não passam de jogos de palavras. Por outro lado, tomar os agentes sociais como foco de estudo das relações sociedade-espço e das formas de apropriação da natureza é um objetivo em si mesmo correto, mas que, se realizado pelas lentes da teoria social crítica, pode levar à conversão de pesquisadores e professores em ideólogos de organizações políticas de esquerda que se intitulam “movimentos sociais”, o que realmente vem acontecendo nas últimas décadas.

O mesmo ocorre no âmbito das atividades de planejamento, em que o fracasso dos diagnósticos e previsões da teoria social crítica conduzem a propostas de planejamento de dois tipos. O primeiro é formado por propostas que conseguem alcançar algum nível de detalhamento técnico e de viabilidade política, mas apenas porque nada têm de radicais, já que não conseguem ir além de ajustar interesses de diferentes grupos sociais dentro da ordem capitalista. O segundo tipo compreende propostas que são radicais por afirmarem o objetivo de realizar uma utopia social pela eliminação ou severa restrição do direito de propriedade nos espaços rurais e urbanos. Todavia, tais propostas são tecnicamente indefinidas e politicamente autoritárias, pois partem de pressuposições filosóficas e ideológicas sobre a subjetividade das pessoas para justificar a instituição de mecanismos de democracia participativa que submetam a sociedade ao arbítrio de organizações políticas com discurso anticapitalista.

Portanto, os geógrafos pautados pela teoria social crítica, ao invés de indagarem se a fragilidade de suas proposições práticas não se deve aos equívocos desse arcabouço teórico, preferem culpar a democracia representativa e a imprensa pela falta de um apoio popular amplo para suas ideias. Em função disso, os geocríticos frequentemente substituem o esforço de refletir autonomamente sobre diretrizes de políticas

públicas pelo caminho fácil de legitimar as reivindicações dos ditos “movimentos sociais” sem qualquer questionamento. É o que se vê nos estudos de geografia agrária, que se apoiam largamente nos discursos e exigências de organizações como o MST e a Via Campesina.

Mas como a geografia crítica pôde firmar e manter sua hegemonia por cerca de três décadas, apesar de todas essas fragilidades teóricas e práticas? Ao que tudo indica, o fator mais importante para explicar isso é a doutrinação ideológica praticada desde o ensino fundamental até o superior. Assim como ocorre no âmbito do planejamento, a proposta da geografia crítica escolar de respeitar a pluralidade de pensamento está em franca contradição com o pressuposto de que a sociedade se estrutura em relações de exploração e dominação que opõem radicalmente classes e/ou grupos sociais “dominantes” e “dominados”. O alegado objetivo de trabalhar visões divergentes da realidade com os alunos contradiz frontalmente o propósito de transmitir-lhes teorias críticas da sociedade capitalista, as quais visam “conscientizá-los” dos mecanismos de dominação e alienação que supostamente seriam responsáveis pela preservação dessa sociedade. Na impossibilidade de conciliar o respeito à pluralidade e à autonomia de pensamento dos alunos com esses objetivos e pressupostos, a geografia crítica escolar transformou-se, na prática das salas de aula, em doutrinação teórica e peroração ideológica esquerdista. Isso é facilmente atestado pela análise do conteúdo dos livros didáticos de Geografia, como os de José William Vesentini, e na sondagem direta das concepções de mundo dos alunos do ensino médio, a qual revela que o ensino de geografia trabalha com uma interpretação unilateral da realidade. Por isso, a escola brasileira vem sendo capaz de formar consensos ideológicos de esquerda entre os alunos, mas fracassa completamente na sua principal função, que é a de desenvolver competências.

Como se pode observar, a produção da geografia brasileira contemporânea é perpassada o tempo todo por questões deontológicas, pois o discurso ético marca profundamente as reflexões teórico-metodológicas, práticas e pedagógicas da vertente hegemônica da disciplina. No entanto, o elevado dogmatismo dos pressupostos da teoria social crítica faz com que as discussões de cunho ético tornem-se evadas de um maniqueísmo profundamente simplificador, o qual

conduz os intelectuais críticos a adotar exatamente os mesmos tipos de prática e de discurso antiéticos que dizem combater.

Isso é particularmente visível no contexto histórico atual. Se nos anos de 1930 a 1960 assistimos a um período de crise da direita, já que as funções econômicas e sociais do Estado não paravam de se ampliar, contra toda a pregação liberal e conservadora, o período que vai de 1970 até hoje constitui uma era de crise das esquerdas. Dentre suas inúmeras manifestações, podem ser citadas: a crise das teorias marxistas – sobretudo no que diz respeito à explicação da economia capitalista contemporânea –, a queda do Muro de Berlim, a desintegração da URSS, a revisão das propostas macroeconômicas e de política industrial da Cepal, nos anos 1990, e a adesão de diversos partidos socialistas e social-democratas a uma agenda de reformas de cunho liberal. Diante desse quadro, só há duas alternativas possíveis para os intelectuais de esquerda: rever suas teorias e propostas (o que não significa necessariamente aderir à direita) ou aferrar-se à defesa de velhas bandeiras.

A maioria dos intelectuais críticos brasileiros optou pela segunda alternativa e justificou essa atitude com um diagnóstico devastador das consequências econômicas e sociais da aplicação do “neoliberalismo” no Brasil. Até aí, nada de mal, pois ninguém é obrigado a mudar de ideia. O problema é que o quadro tenebroso que esses intelectuais pintam da política econômica e das reformas dos anos 1990 está em total contradição com as análises elaboradas pelos defensores desse modelo, contradição essa que não diz respeito apenas a opções teóricas e metodológicas distintas, mas também, e principalmente, a questões de fato.

Ora, nas ciências sociais, as discordâncias se constroem principalmente das seguintes formas: a) pelo uso de referenciais teóricos diferentes, a partir dos quais podem ser feitas interpretações diversas para os mesmos dados estatísticos; b) pelo fato de que os cientistas sociais, mesmo inconscientemente, são guiados por sistemas de valores que influenciam a elaboração de suas teorias, os quais estão presentes nas ideologias e em todo o ambiente cultural em que as pesquisas sociais são produzidas; c) no uso de diferentes metodologias para a produção de informações empíricas. Isso decorre do fato de que as ciências sociais não são capazes de testar suas teorias por meio de experiências de laboratório, motivo pelo qual a legitimação dessas teorias ocorre pela formação de consensos entre os pesquisadores. Por

isso, as teorias sociais não chegam a atingir o *status* de leis objetivas, inquestionáveis. Ainda assim, a necessidade de apresentar evidências para corroborar as análises faz com que o discurso científico, mesmo nessa área, esteja obrigado a lastrear-se em observações empíricas, o que implica um compromisso inelutável com a objetividade e com a coerência do discurso.

Nesse sentido, quando os debates entre os cientistas sociais se dão entre interpretações da realidade que divergem radicalmente *até mesmo em relação a questões de fato*, não há dúvida de que tais divergências só podem ter origem ou em erros grosseiros de coleta e interpretação de dados ou em manipulações retóricas e estatísticas deliberadas. Tal afirmação pode não ser verdadeira quando se trata de pesquisas de teor cultural (dependendo do paradigma científico considerado), mas, quando se trata da avaliação de políticas públicas, não há dúvida de que há questões de fato em relação às quais não pode haver dissenso que não provenha ou de equívocos metodológicos ou de má-fé.

No caso da divergência radical entre os diagnósticos feitos sobre o Brasil dos anos 1990, quem estaria errando ou mentindo? A maioria dos intelectuais brasileiros (aí incluídos não só os acadêmicos, mas também os jornalistas) foi unânime em responder que a “direita” mente. Mas quem é a “direita”? Todos que discordam da visão estatista desses intelectuais de parolagem radical, é claro! Esses intelectuais ainda acreditam em certos dogmas antidemocráticos do marxismo, como a tese de que a grande imprensa é “burguesa” e, por isso mesmo, uma fábrica de mentiras³¹. Como também acreditam que a “direita” é necessariamente mentirosa porque faria sempre a defesa de seus interesses particulares, os quais seriam antagônicos aos da sociedade em geral.

Todavia, é justamente por pensarem dessa forma que os intelectuais críticos acabam frequentemente substituindo o rigor analítico e a independência de pensamento pela retórica político-partidária, especialmente no atual contexto de crise das esquerdas.

³¹ Tais ideias vêm até sendo ensinadas no ensino médio, como se lê em um livro didático de Marilena Chaui: “Ora, os meios de comunicação de massa não informam; desinformam. Ou melhor, transmitem as informações de acordo com os interesses de seus proprietários e das alianças econômicas e políticas destes com os grupos detentores do poder econômico e político. Assim, por não haver respeito ao direito de informação, não há como respeitar o direito à verdadeira participação política.” (2009, p. 275).

Se eles acreditam que a imprensa mente porque é “burguesa” e que os intelectuais “de direita” ou são ingênuos ou vendidos, então por que se furtariam a usar a retórica para fazer triunfar as teses que eles julgam ser a expressão do bem comum, mesmo quando elas nunca conseguem se transformar em alternativas viáveis de políticas públicas?

A conjuntura dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva revelou de forma cabal os problemas éticos a que as concepções da teoria social crítica sobre as relações entre ciência e política impõem àqueles que procuram atuar como intelectuais engajados. Realmente, na *Carta ao povo brasileiro*, divulgada pelo PT poucos meses antes da vitória eleitoral de 2002, está dito:

“O sentimento predominante em todas as classes e em todas as regiões é o de que o atual modelo esgotou-se. Por isso, o país não pode insistir nesse caminho, sob pena de ficar numa estagnação crônica ou até mesmo de sofrer, mais cedo ou mais tarde, um colapso econômico, social e moral” (SILVA, 2002, p. 1).

Contudo, a política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso foi mantida ao longo dos dois mandatos de Lula e até radicalizada num primeiro momento – na *Carta*, falava-se de um período de “transição” indeterminado entre o modelo criticado e a alternativa que seria implantada depois, alternativa essa que não era explicada e que nunca veio à luz mesmo após o término do governo Lula. Não bastasse isso, esse governo encampou algumas diretrizes da agenda de reformas de FHC que até um ano antes da *Carta* eram qualificadas nos documentos oficiais do partido como “neoliberais” e contrárias aos interesses populares (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2001), embora o governo Lula tenha avançado pouquíssimo na reforma da previdência e nas privatizações e nada nas outras. Finalmente, vale mencionar que a continuidade da política fundiária de FHC, à qual o partido havia se oposto tão ferozmente, é outro exemplo claro de contradição entre prática e discurso. (SCOLESE, 2004)

No campo intelectual, Marilena Chaui é um dos casos mais evidentes de incoerência, pois arguiu filosoficamente contra a defesa que José Arthur Giannotti fez da aliança PSDB-PFL no governo FHC, mas depois passou a afirmar, sem qualquer autocrítica, que a aliança de Lula com forças políticas fisiológicas e tidas como “de direita” é uma

prática normal e inevitável para o exercício do poder no Brasil. Mais ainda, chegou ao deslante de usar essa ideia para explicar a sucessão de escândalos de corrupção que marcaram as duas gestões de Lula³². Já o cientista político José Luiz Fiori, outro caso explícito de contradição, chegou ao cúmulo de dizer que, com as reformas do governo FHC,

[...] o Estado tende a perder a legitimidade frente à população. Isso somado à cultura que já vem de antes e agora é apoteoticamente festejada pela era liberal, essa coisa do individualismo, da competição, da eficiência, numa sociedade com escassos muros de contenção, leva a um individualismo predador e, no limite, paradoxalmente fascista.

É o que se assiste nas ruas; *pessoas incendiam outras pessoas*; não se admite a diferença; há uma desintegração dos laços familiares, da escola, do Exército. (*CARTA CAPITAL*, 20 ago. 1997 – sem itálico no original).

Na passagem em itálico, Fiori se referia ao conhecido episódio em que um grupo de *playboys* de Brasília queimou um índio que dormia num ponto de ônibus, acontecimento bastante noticiado na época. Ora, fazer comentários sobre políticas públicas com o argumento de que os efeitos sociais a elas atribuídos seriam visíveis “nas ruas” é normal quando se trata de conversa de botequim, em que as falas expressam o senso comum. É natural também nos discursos elaborados por políticos, os quais são essencialmente retóricos, no sentido de que são discursos orientados para a realização de objetivos práticos, e não pela busca de coerência lógica ou pelo objetivo de explicar objetivamente a realidade. Mas é um argumento totalmente incompatível com o que se espera de um cientista político, cujo discurso tem de estar pautado pelo compromisso com o rigor da análise, o que implica a apresentação de evidências científicas, contidas em estatísticas e/ou em pesquisas qualitativas.

E quanto ao artifício de fazer generalizações sem nenhuma lógica a partir de um caso particular, como o do índio que morreu queimado? Não é por se tratar de uma entrevista à imprensa, e não de

³² Como a academia não tem debatido internamente a mistura de militância político-partidária com reflexão teórica e filosófica efetuada por alguns de seus “nomes consagrados”, tal tarefa vem sendo realizada por uma parte da imprensa. Ver, por exemplo, os artigos de Reinaldo Azevedo (2007; 2005) e de José Maria e Silva (1999) contra as análises de Chaui.

um artigo científico, que o acadêmico pode se eximir do compromisso de usar evidências realmente generalizáveis, como dados estatísticos, e de demonstrar a lógica que vincula o fato citado a suas alegadas causas. Ademais, como houve pelo menos duas agressões violentas gratuitas contra pessoas no governo Lula (um índio e uma empregada doméstica, conforme foi amplamente noticiado), a coerência obrigaria Fiori a atribuir tais acontecimentos aos vários continuísmos desse governo em relação ao anterior, o que esse autor não faz. Ele prefere usar “o silêncio como método”, na feliz expressão de Sérgio Besserman Vianna (2006).

Mas as demonstrações de ideologização e partidarização dos discursos de intelectuais da academia não param nas suas aparições na imprensa. Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Maria da Conceição Tavares, em trabalho científico, atacaram todos os elementos da política econômica praticada no segundo mandato de FHC, a qual seria incapaz de produzir estabilidade macroeconômica e crescimento satisfatório (2002, p. 162-169). Mais ainda, acusaram essa política de impossibilitar a universalização dos serviços públicos e de criar um contingente de “novos pobres da classe média e da classe operária, e os novos marginais ‘tecnificados’ da violência metropolitana”, mesmo sem apresentar indicadores sociais que atestassem tal acusação (BELLUZZO; TAVARES, 2002, p. 180). Fazer uma afirmação categórica como essa sem indicar as fontes que a confirmam é uma atitude até certo ponto aceitável para políticos, mas de maneira alguma para pesquisadores, sobretudo considerando-se que os dados da PNAD mostravam estar ocorrendo justamente o contrário do que esses autores escreveram, ou seja, universalização do acesso a serviços públicos (particularmente rápida na educação), bem como diminuição da desigualdade de renda e da pobreza (HOFFMANN, 2007; NERI, 2007; SALM, 2007).

Mas o pior é que, no governo Lula, Conceição Tavares passou a afirmar que a política econômica desse governo, que manteve os mesmos elementos que ela antes criticava, como o câmbio flutuante e a adoção de metas de inflação e de superávit primário (cujo cumprimento é avaliado pelos agentes econômicos nos mercados financeiros e de capitais), trouxe benefícios em termos de crescimento, emprego e distribuição de renda! Mesmo os intelectuais que criticam o

governo Lula de forma coerente com as teses que sempre defenderam não parecem estar preocupados em questionar a incoerência de seus colegas que se mantiveram nas hostes petistas, preferindo centrar fogo no governo Lula e no partido, como se lê na carta que Francisco de Oliveira (2003) publicou para justificar sua desfiliação do PT. Uma exceção é Ruy Fausto (2007), que, em entrevista, criticou os intelectuais petistas que negaram a existência do “mensalão” e acusaram a imprensa de haver montado a história: “Não se defendem princípios, defende-se um partido. Como se os partidos não apodrecessem, e como se eles fossem mais importantes do que um projeto socialista democrático sério.”

Ora, se muitos “nomes consagrados” da universidade brasileira substituem o compromisso com a objetividade e a coerência do discurso pela retórica política e até partidária, mas nada perdem em credibilidade acadêmica, o que esperar então de estudantes e professores do ensino médio e fundamental? Para demonstrar a partidarização nesses níveis de ensino e o uso da sala de aula para elogiar políticos como Lula, existe a pesquisa realizada recentemente pelo CNT/Sensus (WEINBERG; PEREIRA, 2008). Mas vale acrescentar um testemunho pessoal, além daqueles apresentados no capítulo 3. Assim que terminou o primeiro turno da eleição presidencial de 2006, a lista de *e-mails* do curso de pós-graduação em Geografia da UFPR, onde trabalho, começou a ser inundada por mensagens a favor de Lula. Até aí, tudo bem. Mas o que me deixou indignado com certas mensagens foi ver que algumas pessoas repassavam textos de propaganda petista (na maior parte, sem autoria conhecida) sem se incomodarem com o fato de estarem participando de uma lista de discussão formada por acadêmicos – e isso para não mencionar que aqueles textos estavam repletos de propaganda mentirosa! Mais grave ainda, porém, foi verificar que dois geógrafos da lista, que atuam no sistema de ensino médio e fundamental, usaram argumentos mentirosos ou cínicos para defender a candidatura petista, tal como a acusação de que o governo FHC fez acordo com políticos “de direita”, como Jader Barbalho, que, por sinal, foi conselheiro da campanha presidencial de Lula, em 2006.

Percebe-se que, bem ao contrário do que pensava Milton Santos, é no campo da teoria social crítica que têm surgido reiteradas evidências de manipulação retórica e de incoerência entre prática e discurso, e não entre os intelectuais externos a essa corrente de pensamento, acusados por ele de serem ingênuos ou mercenários do capitalismo. E vale ressaltar que, enquanto esse autor deduzia que os discursos não radicais são essencialmente mentirosos unicamente com base em concepções teóricas e ideológicas sobre a natureza “perversa” do capitalismo, a fragilidade ou mesmo a falsidade dos discursos produzidos por diversos autores críticos pode ser demonstrada pela simples análise da sua falta de coerência lógica e empírica, conforme visto ao longo deste livro.

A esse respeito, cumpre acrescentar que o próprio Milton Santos, muito embora sem ter descido ao ponto de fazer militância partidária travestida de análise, como Chauí, Fiori e Tavares fizeram, ainda assim produziu uma retórica anticapitalista facilmente criticável por afrontar os fatos. Isso ficou nítido em sua afirmação de que, por volta da metade do século passado, “a fome era localizada. Não era essa fome generalizada que há hoje” – *sic!* (SANTOS, 2008). Não é à toa que tal afirmação tenha sido feita sem qualquer referência às fontes que a justificariam, já que as estatísticas sobre o estado nutricional brasileiro revelam ter havido exatamente o inverso disso, conforme visto. Nas raras ocasiões em que esse tipo de diagnóstico era questionado, como num debate em que Jordi Borja contestou a afirmação feita por Santos de que a pobreza estaria aumentando, este se justificou da seguinte forma:

O economicismo leva a dois impasses. O primeiro impasse é o da subserviência ao mandamento técnico. Isto é, a imposição ao reino da necessidade. E o segundo é que o economicismo acaba por dar um sério valor aos números e às séries estatísticas. Ora, eu não sei o que fazer com as séries estatísticas. O que é que eu faço? O que eu faço com as séries estatísticas é enfeitar o meu texto.

Quando eu sugeri três momentos da produção da pobreza, é para mostrar que não se pode comparar um com o outro. Por conseguinte, dizer agora que tem gente menos pobre do que antes, o que é que eu estou dizendo? Nada! Mas estou enfeitando com uma série estatística, que parece legitimar o meu dito, quando na realidade aquele mesmo número tem um valor diferente em cada momento histórico. (SANTOS, 2008).

De início, nota-se que o autor insere o termo economicismo no debate, mas o emprega fora do seu significado mais comum, que é o de designar as teorias que explicam os fenômenos sociais com base no determinismo econômico. Na fala de Santos, economicismo significa usar números que nada dizem sobre a realidade para convencer as pessoas de que o mundo não pode ser diferente porque a sociedade está subordinada ao “reino da necessidade”, como se tal ideia carregasse algum argumento lógico para mostrar que as estatísticas são mistificadoras por si mesmas. Com efeito, essa afirmação de Santos não indica haver qualquer falha de metodologia e/ou de coleta de dados nas séries estatísticas sobre pobreza, tais como aquelas que atestam a grande redução ocorrida no número de pobres em escala mundial ao longo das últimas décadas, conforme visto no capítulo 1. Ademais, Borja nem sequer estava afirmando a inviabilidade das utopias com base em dados, mas apenas demonstrando que a pobreza diminuiu em lugar de aumentar. Nesse sentido, Santos desviou a discussão do ponto principal, que é a redução do número de pobres, e usou uma crítica ao “economicismo” para fazer de conta que estava apresentando uma refutação lógica contra as evidências dessa redução.

E isso sem falar que o argumento de Santos é contraditório com a sua própria obra, pois, se levar os números a sério implica ser “economicista”, por que o autor fez uso de tantas séries estatísticas em seu livro *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*? As estatísticas são irrelevantes quando mostram que a situação dos pobres está melhorando, mas válidas quando o autor deseja provar que há lugares que mandam e lugares que obedecem? Outra contradição flagrante é que, se os períodos históricos fossem mesmo incomparáveis, Santos não poderia ter assegurado, em seu livro *Por uma outra globalização*, que a prioridade dada às importações e exportações vinha produzindo uma “ampliação do número de pobres em todos os continentes” (SANTOS, 2000), já que a pobreza recente não poderia ser comparada com a antiga. A verdade é que Santos afirmava estar havendo ampliação do número de pobres sem citar qualquer fonte porque se via na obrigação de lutar contra o capitalismo com todas as armas possíveis, inclusive a retórica, de modo que, quando um debatedor citava evidências que comprovavam estar havendo diminuição da pobreza, a única saída era responder que estatísticas só servem para enfeitar texto!

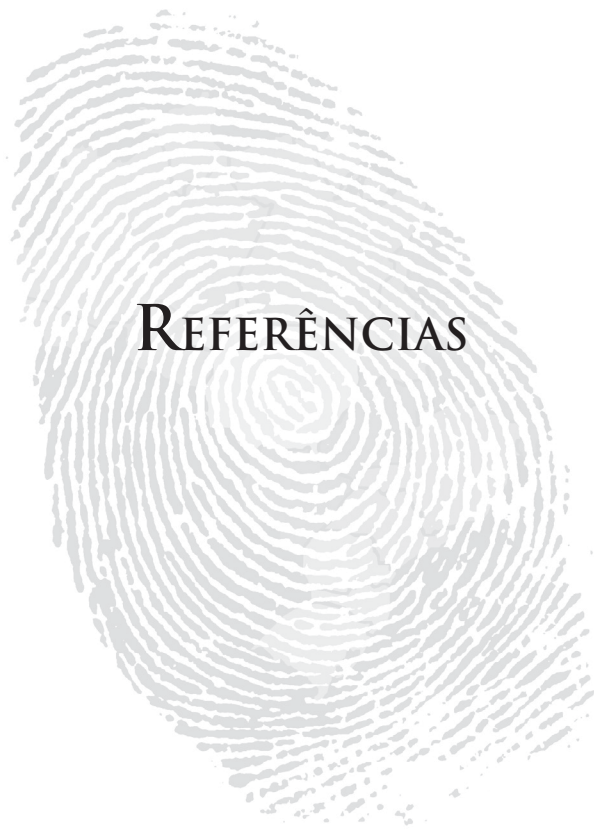
Por fim, vale recordar que, se o contexto histórico atual põe em dúvida a ética profissional dos intelectuais críticos, que se contradizem e lançam mão de estratagemas retóricos para militarem por suas convicções ideológicas, ou mesmo pelo partido de sua preferência, somam-se a isso problemas éticos bem mais antigos, derivados do apoio de muitos desses intelectuais ao emprego da violência insurrecional e da imposição de ditaduras como estratégias de construção de utopias socialistas. É o que mostra a análise feita da apologia que Emir Sader e Armem Mamigonian fizeram da ditadura cubana e do terrorismo, respectivamente, bem como o silêncio dos livros didáticos e dos professores de História e de Geografia sobre os cerca de 100 milhões de mortos produzidos pelos regimes comunistas.

O mesmo questionamento vale para Milton Santos, que, embora evitasse usar a palavra *socialismo* em seus trabalhos acadêmicos, apoiava explicitamente os regimes de Cuba e da União Soviética em suas falas nos eventos de geografia. A esse respeito, cabe acrescentar um testemunho pessoal para corrigir a mitificação produzida por Silvio Tendler (2005) em seu documentário sobre esse autor, no qual este é retratado como formulador de uma “proposta libertária” (*sic!*). Quando eu era aluno de graduação, assisti a uma fala que Santos proferiu durante uma aula a convite da professora. Nessa palestra, ao ser indagado por um aluno se o regime sandinista deveria radicalizar suas ações no rumo do socialismo, apesar das resistências políticas que inevitavelmente ocorreriam, Milton Santos respondeu que sim e acrescentou, sorrindo!, que não via outra saída a não ser usar o paredão, assertiva ilustrada com o uso dos polegares e indicadores para fazer uma mímica de metralhadora em ação. Mas um intelectual que acusava os autores não críticos de serem mercenários do capitalismo selvagem e que vivia se dizendo defensor do “humanismo” contra o “economicismo” estava realmente em posição de fazer tais críticas de cunho ético, sobretudo considerando que suas teses políticas autoritárias e homicidas só costumavam ser reveladas por inteiro em eventos científicos e, mais explicitamente, no espaço fechado das salas de aula?

É chegado o momento de rejeitar a peroração dos geógrafos e outros intelectuais críticos que clamam por “responsabilidade social” para condenar, de forma maniqueísta e apriorística, qualquer trabalho

teórico ou aplicado que não tenha a crítica do capitalismo como objetivo predeterminado. Os geógrafos não precisam se prender aos pressupostos teóricos e dogmas ideológicos estabelecidos por intelectuais que, de um lado, defendem revoluções e regimes assassinos e, de outro, lançam acusações de falta de responsabilidade social contra os profissionais atuantes em instituições públicas ou privadas de pesquisa. Anos atrás, eu mesmo elaborei uns poucos relatórios de pesquisa para governos de partidos diversos e nos três níveis federativos. Esses relatórios se constituíam de diagnósticos socioeconômicos que visavam servir de subsídio para a elaboração de políticas de transporte urbano, de educação e de desenvolvimento regional, sem qualquer preocupação utópica. Esses diagnósticos procuravam identificar adequadamente os problemas que deveriam ser enfrentados e suas respectivas causas, a fim de que os responsáveis pela formulação de soluções pudessem fazer seu trabalho de forma eficaz. Por isso mesmo, posso esperar ter oferecido uma pequena contribuição para a realização de algumas ações de caráter incremental capazes de melhorar a vida das pessoas.

Portanto, àqueles que me acusarem de já haver produzido um conhecimento sem conteúdo crítico, perguntarei aonde tem nos levado a geocrítica e darei eu mesmo a resposta: à doutrinação ideológica no sistema de ensino; ao fetichismo espacial; à elaboração de diagnósticos apocalípticos que só se sustentam à custa do falseamento da realidade; à transformação de pesquisadores em ideólogos de organizações políticas que se intitulam “movimentos sociais”; às tentativas de subordinar o Estado e a sociedade aos interesses e visões de mundo dessas organizações e de seus intelectuais acólitos; à contaminação dos debates sobre meio ambiente pela demagogia barata; à indulgência com regimes autoritários e ações terroristas, ou até ao apoio explícito a essas forças obscurantistas; finalmente, à incapacidade de propor soluções concretas e viáveis para os problemas sociais e ambientais. Numa palavra, a todos os dogmas e simplificações típicos do marxismo mais vulgar, que continuam vigorando, sob as cores de certo ecletismo pós-modernista, no âmbito da teoria social crítica e do seu ramo geográfico.



REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1/4, p. 21-122, 1994.

ALDÉ, A.; MENDES, G.; FIGUEIREDO, M. **Tomando partido:** imprensa e eleições presidenciais em 2006. In: ENCONTRO DA COMPÓS, 16., Curitiba, jun. 2007. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_43.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2008.

ALFLEN, A. A. Fome: problema econômico? In: VÁRIOS AUTORES. **Geografia**. Curitiba: SEED-PR, 2006. p. 199-211. (Livro Didático Público).

ALMEIDA, A. C. O Brasil no final do século XX: um caso de sucesso. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 4, 1998.

ALMEIDA, J. Agroecologia: paradigma para tempos futuros ou resistência para o tempo presente? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 6, p. 29-40, jul./dez. 2002.

ANDRADE, M. C. A construção da geografia brasileira. **RA'E GA: o espaço geográfico em análise**, Curitiba, n. 3, p. 19-34, 1999.

_____. **Uma geografia para o século XXI**. Campinas: Papirus, 1994.

AZEVEDO, R. **A realidade instrui a esperança**. Disponível em <<http://www.primeiraleitura.com.br>>. Acesso em: 27 nov. 2005.

_____. **O voo teórico de Marxilena Oiapoque**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blogs/reinaldo/>>. Acesso em: 16 set. 2007.

BARROS, R. P. et al. A queda recente da desigualdade de renda no Brasil. In: _____; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: Ipea, 2006. v. 1.

BELLUZZO, L. G. M.; TAVARES, M. C. Desenvolvimento no Brasil – lembrando um velho tema. In: BIELSCHOWSKY, R.; MUSSI, C. (Org.). **Políticas para a retomada do crescimento: reflexões de economistas brasileiros**. Brasília: Ipea/Cepal, 2002.

BETHELL, L. Brasil: o legado dos 500 anos e o futuro. In: VELLOSO, J. P. R. **Brasil: 500 anos: futuro, presente, passado**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 6, p. 11-28, jul./dez. 2002.

BROIETTI, M. H.; MEDEIROS, M. C.; SAMPAIO, F. S. Dinâmica capitalista na agricultura brasileira: acumulação e relações de trabalho. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis, n. 11, p. 1-78, maio 2005.

CALDEIRA, J. **História do Brasil com empreendedores**. São Paulo: Mameluco, 2009.

CALLAI, H. C. A geografia no ensino médio. **Terra Livre**, São Paulo, n. 14, p. 56-89, 1999.

CAMPOS, C. S. S.; CAMPOS, R. S. **Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil**. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9., 2007, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/9porto/chriscam.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2007.

CAMPOS, R. R. A geografia crítica brasileira na década de 1980: tentativas de mudanças radicais. **Geografia**, Rio Claro, v. 26, n. 3, p. 5-36, 2001.

CAPEL, H. **Las ciencias sociales en la solución de los problemas del mundo actual**. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9., 2007. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/9porto/col-9-001.htm>>. Acesso em: 18 ago. 2007.

CARLOS, A. F. A. A “**geografia crítica**” e a crítica da geografia. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9., 2007. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/9porto/anafani.htm>>. Acesso em: 18 ago. 2007.

_____. **Espaço e indústria**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1989.

_____.; ROSSINI, R. E. População e processo de estruturação do espaço geográfico. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 2, p. 7-18, 1983.

_____. A cidade e a organização do espaço. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 1, p. 105-111, 1982.

CAVALCANTI, L. S. Propostas curriculares de geografia no ensino: algumas referências de análise. **Terra Livre**, São Paulo, n. 14, p. 111-128, 1999.

CHAUÍ, M. **Filosofia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2009. (Novo Ensino Médio).

CHEN, S.; RAVALLION, M. **The developing world is poorer than we thought, but no less successful in the fight against poverty**. The World Bank, Development Research Group, ago. 2008 (Policy Research Working Paper, 4703). Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1259575>. Acesso em: 4 mar. 2009.

CORRÊA, R. L. **Regionalização e organização espacial**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1991.

COSTA, W. M. **Geografia política e geopolítica**: discursos sobre o território e o poder. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1992.

_____. O espaço como categoria de análise. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 2, p. 45-54, 1983.

_____.; MORAES, A. C. R. **A valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1984.

CUNHA, L. C. **Como IstoÉ tornou-se IstoEra**. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=374IMQ004>>. Acesso em: 19 out. 2006.

DAROLT, M. R. Agricultura orgânica: um estudo de sustentabilidade na Região Metropolitana de Curitiba, Paraná. In: MENDONÇA, F. A. (Org.). **Cidade, desenvolvimento e meio ambiente**: a abordagem interdisciplinar de problemáticas socioambientais urbanas de Curitiba e Região Metropolitana. Curitiba: Editora UFPR, 2004.

DE SOTO, H. **O mistério do Capital**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DINIZ FILHO, L. L. **A dinâmica regional recente no Brasil**: desconcentração seletiva com “internacionalização” da economia nacional. São Paulo, 2000. 254 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, FFLCH-USP, p. 12.

_____. A geografia crítica brasileira: reflexões sobre um debate recente. **Geografia**, Rio Claro, v. 28, n. 3, p. 307-321, set./dez. 2003.

_____. Certa má herança marxista: elementos para repensar a geografia crítica. In: KOZEL, S.; MENDONÇA, F. A. (Org.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.

_____. O “Monumento dos Bandeirantes”: um estudo crítico sobre as relações entre espaço, política e cultura. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 71, p. 65-82, 1993.

_____. Os equívocos da noção de “regiões que exploram regiões”: crítica ao conceito de “transferência geográfica de valor” de Edward Soja. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 13, p. 165-186, 1999.

FAUSTO, R. Entrevista à Folha. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 ago. 2007. Entrevista concedida a Rafael Cariello. Disponível em: <http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=9152>. Acesso em: 1 mar. 2009.

FERNANDES, B. M. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, ano 16, n. 15, p. 59-85, 2000.

_____.; SILVA, A. A.; GIRARDI, E. P. DATALUTA – banco de dados da luta pela terra: uma experiência de pesquisa e extensão no estudo da territorialização da luta pela terra. **Terra Livre**, São Paulo, ano 19, v. 2, n. 21, p. 89-112, jul./dez. 2003.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 24-34, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/revistas/06/Fernandes.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2007.

FERREIRA, A. **A produção do espaço**: entre dominação e apropriação. Um olhar sobre os movimentos sociais. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9., 2007. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/9porto/aferrei.htm>> Acesso em: 18 ago. 2007.

- FERREIRA, F. H. G.; LEITE, P. G.; RAVALLION, M. **Poverty reduction without economic growth?** Explaining Brazil's poverty dynamics, 1985-2004. The World Bank, Development Research Group, dec. 2007 (Policy Research Working Paper, 4431). Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1066223>. Acesso em: 4 mar. 2009.
- FIORI, J. L.; TAVARES, M. C. **(Des)Ajuste global e modernização conservadora.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1993.
- FONSECA, R. B.; SALLES FILHO, S. A agropecuária brasileira. In: VÁRIOS AUTORES. **Diagnósticos setoriais da economia paulista:** introdução geral e agropecuária. São Paulo: Seade, 1992. (São Paulo no Limiar do Século XXI, n. 2).
- FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Paz e Terra, 1974.
- _____. O subdesenvolvimento revisitado. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 1, p. 5-20, ago. 1992.
- GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina.** 14. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1982. (Estudos Latino-americanos, v. 12).
- GIANNOTTI, J. A. Giannotti lê uma crise inédita na República. **Primeira Leitura**, São Paulo, n. 41, jul. 2005. Entrevista concedida a Reinaldo Azevedo.
- GIROUX, H. **Teoria e resistência em educação.** Petrópolis: Vozes, 1986.
- GOLDENSTEIN, L.; SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 1, p. 21-48, 1982.
- GOLDIN, I.; RESENDE, G. C. **A agricultura brasileira na década de 80:** crescimento numa economia em crise. Rio de Janeiro: Ipea, 1993. (Ipea, n. 138).
- GOMES, H. A geografia e suas implicações no subdesenvolvimento do Terceiro Mundo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 59, p. 43-58, 1982.
- GOMES, P. C. C. **Geografia e modernidade.** 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.

_____.; AZEVEDO, N. M. A geografia do imperialismo: uma introdução. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 59, p. 23-42, 1982.

GREENSPAN, A. **A era da turbulência**: aventuras em um novo mundo. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Conferência proferida durante o I Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder. Curitiba: UniCuritiba, 2 jun. 2009.

_____. Ordenamento territorial. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 26, n. 1, p. 117-124, jan./jun. 2006.

_____. Precarização, reclusão e “exclusão” territorial. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 23, p. 35-51, 2004.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1994.

_____. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **The limits to capital**. Oxford: Basil Blackwell, 1982.

HELLER, A. **Para mudar a vida**: felicidade, liberdade e democracia. São Paulo: Brasiliense, 1982.

HIRSCHMAN, A. Suavidade, poder e fraqueza da sociedade de mercado: interpretações rivais, de Montesquieu a nossos dias. In: _____. **A economia como ciência moral e política**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

HOFFMAN, R. Queda da desigualdade da distribuição de renda no Brasil, de 1995 a 2005, e delimitação dos relativamente ricos em 2005. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Brasília: Ipea, 2006. v.1

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. 17. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE **Censo agropecuário**: agricultura familiar, primeiros resultados 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

_____. **Pesquisa de orçamentos familiares 2002-2003:** análise da disponibilidade domiciliar de alimentos e do estado nutricional no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

_____. **Pesquisa de orçamentos familiares 2002-2003:** antropometria e análise do estado nutricional de crianças e adolescentes no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílio:** segurança alimentar 2004. Rio de Janeiro: IBGE, 2006a.

_____. **Sistema de informações e indicadores culturais 2003-2005.** Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil.** Brasília: Ipea, ago. 2006. Nota Técnica. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 2 dez. 2006.

KAERCHER, N. A. **Quando a geografia crítica é um pastel de vento e nós, seus professores, Midas.** In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9., 2007, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/9porto/nestor.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2007.

KAHIL, S. P.; PEREIRA, M. F. V. **Território e neoliberalismo no Brasil:** as parcerias público-privado e o uso corporativo do território. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9., 2007. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/9porto/mirlei.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2007

KAMEL, A. Efeito didático. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 out. 2007b.

_____. Livro didático e propaganda política. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 out. 2007a.

_____. **Não somos racistas:** uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

KARAM, K. F. Agricultura orgânica: um estudo para uma nova ruralidade. In: MENDONÇA, F. A. (Org.). **Cidade, desenvolvimento e meio ambiente:** a abordagem interdisciplinar de problemáticas socioambientais urbanas de Curitiba e Região Metropolitana. Curitiba: Editora UFPR, 2004.

KOZEL, S.; MENDONÇA, F. A. (Org.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.

KRUGMAN, P. **Internacionalismo pop**. Rio de Janeiro: Campus; São Paulo: Publifolha, 1999.

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar**: comparação internacional. v. 1: Uma realidade multiforme. Campinas: Unicamp, 1993. (Repertórios).

LAMOUNIER, B. A oposição é patética. **Veja**, São Paulo, 4 ago. 1999. Entrevista a Maurício Lima. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/040899/p_011.html> Acesso em: 10 abr. 2000.

LEAL, R.; MANSUR, A.; VICÁRIA, L. O que estão ensinando às nossas crianças? **Época**, São Paulo, n. 492, 22 out. 2007.

LEBORGNE, D. Da reorganização do trabalho à parceria regional: os modelos na Europa. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 6, p. 45-73, jun. .1996.

_____.; LIPIETZ, A. O pós-fordismo e seu espaço. **Espaço & Debates**, São Paulo, ano VIII, n. 25, p. 12-29, 1988.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

LENCIONI, S. **Região e geografia**: uma introdução ao estudo da noção de região. Tese de Livre Docência, Departamento de Geografia da FFLCH-USP, 1997.

MAGNOLI, D. Fascínio pelo terror. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 dez. 2001. Disponível em: <http://www.reforcofederal.hpg.com.br/n_debate_geografos.htm>. Acesso em: 3 dez. 2010.

MARQUES, E. C.; BICHIR, R. M. Estado e espaço urbano – revistando criticamente as explicações sobre as políticas estatais urbanas: padrões espaciais de ação estatal na infraestrutura urbana em São Paulo 1978/1998. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 15, p. 9-30, 2001.

MARTINS, J. S. **Entrevista à Primeira Leitura**. Disponível em: <<http://www.primeiraleitura.com.br>>. Acesso em: 14 ago. 2005.

_____. **Reforma agrária**: o impossível diálogo. São Paulo: Edusp, 2004.

MENDOZA, P. A.; MONTANER, C. A.; LLOSA, A. V. **Manual do perfeito idiota latino-americano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Instituto Liberal, 1998.

MONTEIRO, C. A. **A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil**: implicações para políticas públicas. Disponível em: <http://hygeia.fsp.usp.br/nupens/monteiro_pobreza fome.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2009.

MORAES, A. C. R. A geografia tradicional e sua renovação. **Borrador**, São Paulo, n. 1, 1982.

_____. Epistemologia e geografia. **Orientação**, São Paulo, n. 6, p. 75-80, 1985.

_____. **Geografia**: pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1984.

_____. **Ideologias geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. Posfácio à 20.ed. In: _____. **Geografia**: pequena história crítica. 21. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

_____. Renovação da geografia e filosofia da educação. OLIVEIRA, A. U. (Org.). **Para onde vai o ensino de geografia?** 3. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

MOREIRA, R. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: _____. (Org.). **Geografia**: teoria e crítica. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. Assim se passaram dez anos: a renovação da geografia brasileira no período 1978-1988. **Geographia**, Niterói (RJ), ano II, n. 3, p. 25-50, 2000.

_____. Introdução: o saber geográfico: para que/quem serve? In: _____. (Org.). **Geografia**: teoria e crítica. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. Velhos temas, novas formas. In: MENDONÇA, F. A.; KOZEL, S. (Org.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Editora da UFPR, 2002.

MÜLLER FILHO, I. L. Considerações para uma compreensão da abordagem clássica em geografia. **Geografia**, Rio Claro, v. 13, n. 25, p. 1-20, 1988.

MUSUMECI, L. **O mito da terra liberta:** colonização “espontânea”, campesinato e patronagem na Amazônia Oriental. São Paulo: Vértice; Anpocs, 1988. (Socius, 2).

NERI, M. Desigualdade, estabilidade e bem-estar social. BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). **Desigualdade de renda no Brasil:** uma análise da queda recente. Brasília: Ipea, 2006. v. 1.

NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Questões da Nossa Época, v. 20).

OLIVEIRA, A. U. Educação e ensino de geografia na realidade brasileira. In: _____. (Org.). **Para onde vai o ensino de geografia?** 3. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

_____. O modo capitalista de pensar e suas “soluções desenvolvimentistas” para os desequilíbrios regionais no Brasil: reflexões iniciais. **Revista do Departamento de Geografia,** São Paulo, n. 3, p. 21-36, 1983.

_____. Reflexões sobre o imperialismo: a incorporação do Brasil ao capitalismo internacional. **Boletim Paulista de Geografia,** São Paulo, n. 59, p. 59-114, 1982.

OLIVEIRA, F. Tudo o que é sólido se desmancha em... cargos. **Folha de S. Paulo,** São Paulo, 14 dez. 2003.

OLMOS, F. et al. **Reforma agrária, meio ambiente e unidades de conservação.** Disponível em: <http://arruda.rits.org.br/oeco/reading/oeco/reading/pdf/msc_olmos_mst.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2007.

PASTORE, J. **Tecnologia, educação e legislação (seus impactos sobre o emprego).** Disponível em: <<http://www2.desenvolvimento.gov.br/arquivo/sdp/outPublicacoes/tecindustrial/futInduOpoDesafios/Pastore.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2009.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Estatuto do Partido dos Trabalhadores:** aprovado pelo Diretório Nacional em 11.03.01 (texto com revisão finalizada em 6.4.2001). Disponível em: <<http://www.pt.org.br>>. Acesso em: 19 fev. 2006.

PESSERL, C. P. F. **IPTU progressivo no tempo**: aplicabilidade e eficácia. Curitiba, 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia da UFPR.

PINTAUDI, S. M. **Urbanismo**: é possível projetar um futuro coletivo para a cidade? In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9., 2007. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/9porto/silvana.htm>> Acesso em: 22 set. 2007.

PÓVOA-NETO, H. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. Novos desafios para a análise. **Experimental**, São Paulo, ano I, n. 2, p. 11-24, mar. 1997.

QUAINI, M. **A construção da geografia humana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

QUIJANO, A. A América Latina sobreviverá? **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, v. 7, n. 2, p. 60-66, 1993.

RANDOLPH, R. **Do planejamento colaborativo ao planejamento “subversivo”**: reflexões sobre limitações e potencialidades de planos diretores no Brasil. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9., 2007, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/9porto/rainer.htm>>. Acesso em: 19 ago. 2007.

RODRIGUES, A. M. **A cidade como direito**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9., 2007, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/9porto/arlete.htm>>. Acesso em: 22 set. 2007.

RODRIGUES, M. L. E. O processo de produção do espaço: um exercício teórico-metodológico. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 60, p. 21-46, 1984.

ROMANO, R. **Conservadorismo romântico**: origem do totalitarismo. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Primeiros Voos, 3).

RÜCKERT, A. A. **A política nacional de ordenamento territorial** – Brasil: uma política territorial contemporânea em construção. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9., 2007, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/9porto/aldomar.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2007.

SALM, C. Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil: uma leitura crítica. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Brasília: Ipea, , 2006. v.1.

SANTOS, B. S. (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. (Reinventar a Emancipação Social: para Novos Manifestos, v. 1).

_____. Introdução geral à coleção. In: _____. (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Reinventar a Emancipação Social: para Novos Manifestos, v. 1)

_____. Socialismo do século 21. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 de junho de 2007.

SANTOS, D. Estado Nacional e capital monopolista. In: OLIVEIRA, A. U. (Org.). **Para onde vai o ensino de geografia?** 3. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo; razão e emoção. São Paulo: Anpurn/Hucitec, 1996.

_____. Geografia, marxismo e subdesenvolvimento. In: PINTO, J. M. Gusmão (Coord.). **Reflexões sobre a geografia**. São Paulo: AGB, 1980.

_____. O futuro das megacidades: dualidade entre o poder e a pobreza. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, n. 19, p. 15-25, jan./jul. 2008. Disponível em: <<http://web.observatoriodasmetrololes.net/download/cm-artigos/cm19-117.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

_____. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

_____. Para que a geografia mude sem ficar a mesma coisa. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 59, p. 5-22, 1982.

_____. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp-Hucitec, 1978.

_____. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Record, 2000.

_____. **Testamento intelectual**. São Paulo: Unesp, 2004. Entrevista a Jesus de Paula.

_____.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2003.

SCHMIDT, G. A agricultura ecológica na Alemanha. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 6, p. 105-116, jul./dez. 2002.

SCHOPENHAUER, A. **Como vencer um debate sem precisar ter razão: em 38 estratégias: dialética erística**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

SCHWARTZMAN, S. **Pobreza e desigualdade: reformas estruturais ou política de renda?** In: SEMINÁRIO DESENVOLVIMENTO EM DEBATE, 2., 20 set. 2002, Brasília. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos/pobreza-desigualdade-renda/pobreza-desigualdade-renda.shtml>>. Acesso em: 10 jul. 2009.

SCOLESE, E. De FHC a Lula: manipulações, números, conceitos e promessas de reforma agrária. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 23, p. 123-138, 2004.

SEABRA, M. F. G. A economia da América. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 59, p. 115-159, 1982.

SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 2/2, n. 6, p. 5-45, 1982.

SILVA, A. C. A renovação geográfica no Brasil – 1976/1983: as geografias crítica e radical em uma perspectiva teórica. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 60, 1984.

SILVA, A. M. Apresentação. In: KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda: inflação e deflação**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. revi. Campinas: Unicamp/IE, 1998.

SILVA, J. M. A segunda excomunhão de Espinosa. **Opção**, 10 out. 1999.

SILVEIRA, R. L. L. Corporação, rede agroindustrial fumageira e território: transformações na dinâmica de produção do espaço urbano e regional no

Vale do Rio Pardo. In: FIRKOWSKI, O. L. C. F. (Org.). **Transformações territoriais: experiências e desafios**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.

SINGER, P. et al. Adeus ao socialismo? **Novos Estudos**, São Paulo, n. 30, p. 7-42, 1991.

SOARES, R. Nem criança escapa. **Veja**, São Paulo, 5 dez. 2007.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, M. L. **Da “arqueologia” à “genealogia”**: balanço e perspectivas dos vínculos entre a geografia e o pensamento libertário. Palestra proferida durante a V Semana Acadêmica de Geografia. Curitiba: UFPR, 19 out. 2009.

_____. As drogas e a “questão urbana” no Brasil. A dinâmica socioespacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Brasil: questões atuais de reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. Clima de guerra civil? In: ALBUQUERQUE, E. S. (Org.). **Que país é esse? pensando o Brasil contemporâneo**. 1. ed. São Paulo: Globo, 2005.

SPOSITO, E. S. Pequenas argumentações para uma temática complexa. KOZEL, S.; MENDONÇA, F. A. (Org.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.

TAVARES, M. C. O movimento geral do capital (um contraponto à visão da autorregulação da produção capitalista). **Novos Estudos**, São Paulo, Cebrap, n. 25, p. 1-20, 1979.

TAVARES, M. C. Sem o garrote do FMI. **Carta Capital**, São Paulo, 25 dez. 2005. Entrevista concedida a Maurício Dias. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/mctavaresl_1_.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2011.

TENDLER, S. **Encontro com Milton Santos ou o mundo global visto do lado de cá**. Rio de Janeiro: Caliban Produções Cinematográficas, 2005. 1 filme (89 min): son., color.; 16 mm.

ULTRAMARI, C.; REZENDE, D. A. Mudanças e continuidades na gestão urbana brasileira. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 111, p. 19-28, jul./dez. 2006.

VELASCO, S. Fidel absolvido e redução da maioria penal não é solução. **Prosa on Line**. 15 set. 2007. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/post.asp?t=fidel-absolvido-reducao-da-maioridade-penal-nao-solucao&cod_Post=73555&a=96>. Acesso em: 25 abr. 2009.

VESENTINI, J. W. **A capital da geopolítica**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **A geografia crítica no Brasil**: uma interpretação depoente. Departamento de Geografia – FFLCH-USP, out. 2001. Disponível em: <<http://www.geocritica.hpg.ig.com.br/geocritica04-6.htm>>. Acesso em: 29 jun. 2006.

_____. Apresentação: geografia e liberdade em Piotr Kropotkin. **Seleção de Textos**, São Paulo, n. 13, p. I-XX, 1986.

_____. **Brasil**: sociedade e espaço – geografia do Brasil. 26. ed. São Paulo: Ática, 1996.

_____. **Brasil**: sociedade e espaço – geografia do Brasil. 28. ed. São Paulo: Ática, 1998.

_____. Ensino da geografia e luta de classes. **Orientação**, São Paulo, n. 5, p. 33-36, 1984.

_____. **Geocrítica – geopolítica**: ensino da geografia. Disponível em: <<http://www.geocritica.com.br/brasil.htm>>. Acesso em: 20 set. 2008.

_____. Geografia crítica e ensino. **Orientação**, São Paulo, n. 6, p. 53-58, 1985.

_____. **Geografia**: geografia geral e do Brasil, volume único: livro do professor. 1. ed. São Paulo: Ática, 2005.

_____. Manual do professor. In: _____. **Geografia**: geografia geral e do Brasil, volume único: livro do professor. 1. ed. São Paulo: Ática, 2005a.

VIANNA, S. B. **O silêncio como método**. Disponível em <<http://www.primeiraleitura.com.br>>. Acesso em: 12 fev. 2006.

VLACH, V. **Papel do ensino de geografia na compreensão de problemas do mundo atual**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE

GEOCRÍTICA, 9., 2007, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/9porto/vlach.htm>>. Acesso em: 18 ago. 2007.

WAINWRIGHT, H.; BRANDFORD, S. (Ed.). **En el ojo del huracán:** visiones de militantes de izquierda sobre la crisis política de Brasil. Disponível em: <<http://www.tni.org>>. Acesso em: 6 fev. 2006.

WEINBERG, M.; PEREIRA, C. Prontos para o século XIX. **Veja**, São Paulo, n. 2074, p. 76-78, 20 ago. 2008.

WETTSTEIN, G. O que se deveria ensinar hoje em geografia. In: OLIVEIRA, A. U. (Org.). **Para onde vai o ensino de geografia?** 3. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

SOBRE O LIVRO

Tipologia Abadi MT Condensed Light, Adobe Caslon Pro,
Liberation Serif, Trajan,

Ano 2016